



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

FLEDYS DO NASCIMENTO SOUSA

DESENVOLVIMENTO EM TRAJETÓRIAS:

Reconfigurações do trabalho e da vida em Altamira-PA pós-Belo Monte

JOÃO PESSOA – PB

2025

FLEDYS DO NASCIMENTO SOUSA

DESENVOLVIMENTO EM TRAJETÓRIAS:

Reconfigurações do trabalho e da vida em Altamira-PA pós-Belo Monte

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof. Dr. Maurício Rombaldi

JOÃO PESSOA – PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725d Sousa, Fledys do Nascimento.

Desenvolvimento em trajetórias : reconfigurações do
trabalho e da vida em Altamira-PA pós-Belo Monte /
Fledys do Nascimento Sousa. - João Pessoa, 2025.
274 f. : il.

Orientação: Maurício Rombaldi.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Relações de Trabalho - Belo Monte. 2.
Desenvolvimento na Amazônia. 3. Pescadores artesanais -
Trajetória. 4. Trabalhadores das olarias - Trajetória.
I. Rombaldi, Maurício. II. Título.

UFPB/BC

CDU 331.104(043)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

ATA Nº 7 / 2025 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: 23074.018278/2025-85

João Pessoa-PB, 25 de Fevereiro de 2025

ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA AVALIAR A(O) DISCENTE *FLEDYS DO NASCIMENTO SOUSA*

Aos 25 dias do mês de fevereiro de 2025, às 13 horas e 30 minutos, na Plataforma virtual <https://meet.google.com/aif-xxrf-cmj>, realizou-se a sessão pública de defesa de Tese, intitulada: "DESENVOLVIMENTO EM TRAJETÓRIAS: Reconfigurações do trabalho e da vida em Altamira-PA pós-Belo Monte" apresentada pela(o) discente *FLEDYS DO NASCIMENTO SOUSA* estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: MAURICIO ROMBALDI (Orientação), ROBERTO VERAS DE OLIVEIRA (PPGS/UFPB), JOSÉ ANTÔNIO HERRERA (UFPA), JAIME SANTOS JUNIOR(UFPR) e MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY (UFCG).

Dando início aos trabalhos, a(o) professor(a) MAURICIO ROMBALDI, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra à(o) defendente para expor uma síntese de sua Tese que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o conceito APROVADO. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, após cumpridas as demais exigências do regimento do PPGS, expedir o respectivo Diploma de DOUTOR EM SOCIOLOGIA.

(Assinado digitalmente em 25/02/2025 17:21)

MAURICIO ROMBALDI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2276902

(Assinado digitalmente em 25/02/2025 17:04)

ROBERTO VERAS DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1476411

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **7**, ano: **2025**, documento(espécie): **ATA**, data de emissão: **25/02/2025** e o código de verificação: **2f115c0d17**

Documento assinado digitalmente
gov.br **JAIME SANTOS JUNIOR**
Data: 26/03/2025 15:18:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br **JOSE ANTONIO HERRERA**
Data: 30/03/2025 17:39:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Emitido em 25/04/2025

ATA Nº 1/2025 - PPGS (11.01.15.73)
(Nº do Documento: 1)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/04/2025 11:03)
WAGNER NOGUEIRA TEIXEIRA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
1802911

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **1**,
ano: **2025**, documento (espécie): **ATA**, data de emissão: **25/04/2025** e o código de verificação: **f422c9c377**

AGRADECIMENTOS

Aos que tornaram possível esta caminhada, expresso minha profunda gratidão.

À minha mãe, Odete, ex-seringueira, ex-cozinheira, mulher de 84 anos cuja trajetória de luta e dedicação foram a base da minha formação. Sua força e sabedoria me ensinaram sobre resistência e dignidade.

À minha filha, Maria Júlia, e ao meu filho, Matheus, razões do meu esforço e inspiração constante. À minha esposa, Thainara, pelo companheirismo, paciência e apoio incondicional ao longo deste percurso.

À Universidade Federal da Paraíba e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pela oportunidade de aprendizado e crescimento acadêmico. Aos professores e colegas de curso, pela acolhida, pelo compartilhamento de conhecimentos e pelas trocas que enriqueceram esta jornada.

Ao meu orientador, Maurício Rombaldi, por sua orientação precisa, pela confiança no meu trabalho e pelo incentivo ao pensamento crítico e rigoroso, fundamentais para a construção desta tese.

Aos verdadeiros protagonistas desta pesquisa, os pescadores e trabalhadores que generosamente compartilharam suas histórias, experiências e reflexões. Meu agradecimento especial a Áureo, Angélica, Ivanete, Antônio Gomes, Manoel Nicolau, Nelson Dias, Rita, Leandro, Raimundo e Sebastião, que vivem e resistem às margens do Xingu. E aos trabalhadores das antigas olarias de Altamira, Pablo, Brás, Cláudio, Jardel e Francisco James, cujas trajetórias também são parte fundamental deste estudo.

Meus agradecimentos póstumos ao meu grande amigo e camarada de trajetória política e vida, Antônio Netto, o Quinha, incansável defensor da educação pública de qualidade e das causas sociais. Sua memória e legado seguem vivos nesta caminhada.

A todos vocês, minha sincera gratidão. Esta tese é também fruto de suas vozes, lutas e vivências.

Sem este objetivo firme e permanente, aquela Amazônia onde se opera agora uma seleção natural de energias e diante da qual o espírito de Humboldt foi empolgado pela visão de um deslumbrante palco, onde mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo, a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa — pela expansão centrífuga do seu próprio movimento.

(Euclides da Cunha, 1975, p. 51)

RESUMO

Esta tese investiga as transformações nas relações de trabalho, emprego e renda em Altamira, Pará, após a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM). O estudo concentra-se nas trajetórias de pescadores artesanais e trabalhadores das olarias, grupos que sofreram impactos de forma imediata pela construção da barragem. Enquanto alguns receberam indenizações, outros foram reassentados nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), enfrentando desafios de adaptação ao novo contexto econômico e social. A pesquisa analisa como esses trabalhadores lidam com a adaptação e/ou (in) adaptabilidade ocupacional, suas percepções e estratégias diante do emprego, desemprego e informalidade. Além disso, examina os mecanismos de desigualdade que permeiam suas trajetórias laborais e as contradições das políticas desenvolvimentistas na Amazônia. A construção da UHBM, iniciada em 2011 no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), trouxe promessas de modernização, mas resultou em impactos socioambientais severos, como deslocamento compulsório, redução da pesca artesanal e desaparecimento das olarias. Essas e outras mudanças geraram precarização do trabalho, aumento do desemprego e da violência, além de alterações nas dinâmicas sociais e econômicas locais. No que se refere à metodologia, a pesquisa adota abordagens qualitativas e quantitativas, combinando observação de campo, entrevistas semiestruturadas e análise de dados estatísticos do IBGE e DIEESE. Foram analisadas as trajetórias de 15 trabalhadores, entre pescadores e oleiros, para ilustrar os impactos da UHBM e as estratégias adotadas para enfrentar a nova realidade. Ao longo do debate sobre as políticas de desenvolvimento na Amazônia, a pesquisa demonstra os desafios enfrentados por esses trabalhadores diante de grandes projetos como Belo Monte. A análise de suas trajetórias revela as complexas dinâmicas de adaptação, resistência e precarização que marcam suas vidas no contexto pós-hidrelétrico.

Palavras-chave: Relações de Trabalho; Belo Monte; Desenvolvimento na Amazônia; Pescadores artesanais – Trajetória; Trabalhadores das olarias – Trajetória.

ABSTRACT

This dissertation investigates the transformations in labor relations, employment, and income in Altamira, Pará, following the implementation of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant (UHBM). The study focuses on the life trajectories of artisanal fishers and brick kiln workers, two groups that were directly impacted by the construction of the dam. While some received compensation, others were relocated to the Collective Urban Resettlements (RUCs), where they faced significant challenges adapting to new economic and social conditions. The research analyzes how these workers cope with occupational adaptation and/or maladaptation, exploring their perceptions and strategies in the face of employment, unemployment, and informality. Furthermore, it examines the mechanisms of inequality that shape their labor trajectories and the contradictions inherent in developmentalist policies in the Amazon. The construction of the UHBM, launched in 2011 under the federal Growth Acceleration Program (PAC), promised modernization but instead brought about severe socio-environmental impacts, including forced displacement, the decline of artisanal fishing, and the disappearance of traditional brick kilns. These and other changes led to the precarization of labor, increased unemployment and violence, and shifts in local social and economic dynamics. Methodologically, the study employs both qualitative and quantitative approaches, combining field observation, semi-structured interviews, and statistical data analysis from IBGE and DIEESE. The trajectories of 15 workers—fishers and brickmakers—were analyzed to illustrate the impacts of the UHBM and the strategies adopted to navigate the new reality. Through a critical discussion of development policies in the Amazon, the research highlights the challenges these workers face in the wake of large-scale infrastructure projects like Belo Monte. The analysis of their trajectories reveals the complex dynamics of adaptation, resistance, and precarization that shape their lives in the post-dam context.

Keywords: Labor Relations; Belo Monte; Development in the Amazon; Artisanal Fishers – Trajectory; Brick Kiln Workers – Trajectory.

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse les transformations des relations de travail, de l'emploi et des revenus à Altamira, dans l'État du Pará, à la suite de la mise en œuvre de la centrale hydroélectrique de Belo Monte (UHBM). L'étude se concentre sur les trajectoires de pêcheurs artisanaux et de travailleurs des briqueteries, deux groupes directement affectés par la construction du barrage. Tandis que certains ont reçu des indemnités, d'autres ont été relogés dans les Réinstallations Urbaines Collectives (RUC), où ils ont rencontré d'importantes difficultés d'adaptation au nouveau contexte économique et social. La recherche examine comment ces travailleurs font face à l'adaptation et/ou à la non-adaptabilité professionnelle, ainsi que leurs perceptions et stratégies face à l'emploi, au chômage et à l'informalité. Elle explore également les mécanismes d'inégalité qui traversent leurs parcours professionnels et les contradictions des politiques développementalistes en Amazonie. Le chantier de l'UHBM, lancé en 2011 dans le cadre du Programme d'Accélération de la Croissance (PAC), promettait la modernisation, mais a entraîné des impacts socio-environnementaux majeurs : déplacements forcés, déclin de la pêche artisanale, disparition des briqueteries traditionnelles. Ces bouleversements ont provoqué une précarisation du travail, une augmentation du chômage et de la violence, ainsi que des modifications dans les dynamiques sociales et économiques locales. Sur le plan méthodologique, la recherche adopte une approche mixte, qualitative et quantitative, combinant observation de terrain, entretiens semi-directifs et analyse de données statistiques provenant de l'IBGE et du DIEESE. Les trajectoires de 15 travailleurs — pêcheurs et briquetiers — ont été analysées afin d'illustrer les effets de l'UHBM et les stratégies mises en œuvre pour affronter cette nouvelle réalité. En s'inscrivant dans le débat critique sur les politiques de développement en Amazonie, la recherche met en lumière les défis rencontrés par ces travailleurs face aux grands projets d'infrastructure comme Belo Monte. L'analyse de leurs parcours révèle les dynamiques complexes d'adaptation, de résistance et de précarisation qui marquent leur existence dans un contexte post-barrage.

Mots-clés : Relations de travail ; Belo Monte ; Développement en Amazonie ; Pêcheurs artisanaux – Trajectoire ; Travailleurs des briqueteries – Trajectoire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conjunto atualizado de obras da Hidrelétrica de Belo Monte	48
Figura 2 - Área de Influência e Conectividade Urbana de Altamira	70
Figura 3 - Propaganda da Revista Realidade de 1971	83
Figura 4 - Trecho entre os municípios de Uruará e Placas em 2017	86
Figura 5 - Evolução da população do município de Altamira entre 1950 e 2010	91
Figura 6 - Expansão Urbana da Cidade de Altamira: 1960 – 2010	92
Figura 7 - Tuíra ameaça com facão o então presidente da Eletronorte,	112
Figura 8 - Arranjo geral de Belo Monte	118
Figura 9 - Manifestação contra a liberação de Licença de Operação de Belo Monte 07/05/2015	120
Figura 10 - - Manifestação contra Belo Monte na sede das empresas donas das turbinas de Belo Monte, em São Paulo, setembro de 2013	122
Figura 11 - Deslocamentos de trabalhadores para Belo Monte	124
Figura 12 - Casas alagadas no Bairro Boa Esperança em 13/03/2013	132
Figura 13 - Casas alagadas em abril de 2014	133
Figura 14 - Tipologia da casa Classe I	134
Figura 15 - Tipologia da casa Classe II	135
Figura 16 - Manifestação do MAB a sede da Norte Energia 30/04/2015	136
Figura 17 - Deslocamentos da ADA Urbana para as RUC	138
Figura 18 - Casas no RUC São Joaquim em dezembro 2024.....	140
Figura 19 - Ocupação do RUC Jatobá 04/03/2014.....	147
Figura 20 - Localização da Olaria Panelas e da Colina	152
Figura 21 - Vista da Olaria Panelas nos primeiros anos de atividade	153
Figura 22 - Trabalhador cortando e moldando o barro.....	154
Figura 23 - Embarcação de comércio às margens do Rio Xingu	210
Figura 24 - Caixas para armazenamento de peixes às margens do Rio Xingu.....	217
Figura 25 - Barcos de Pesca nas margens do Rio Xingu	225

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo entre Desenvolvimentismo e Novo Desenvolvimentismo	45
Tabela 2 - Gastos dos custos ambientais da implantação de uma usina hidrelétrica.....	102
Tabela 3 - Previsão de investimentos da IIRSA, entre 2005 e 2010	106
Tabela 4 - Bacias localizadas na Amazônia e seus respectivos potenciais, segundo a Eletrobrás	109
Tabela 5 - Usinas construídas na Amazônia no âmbito do PAC.....	121
Tabela 6 - Mudanças identificadas nos padrões da casa do reassentamento urbano em Altamira	137
Tabela 7 - Distância em relação à área central – ADA e RUC	139
Tabela 8 - Impactos Sociais da Usina Hidrelétrica Tucuruí.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAPA.	Escola Municipal de Ensino Infantil
ADA.	Área de Desenvolvimento Urbano
AIC.	Agenda de Implementação Consensual
ANEEL.	Agência Nacional de Energia Elétrica
BASA.	Banco da Amazônia
BCA.	Banco de Crédito da Amazônia
BNDE.	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES.	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED.	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCBM.	Consórcio Construtor Belo Monte
CCT.	Comitê de Coordenação Técnica
CEPAL.	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNEC.	Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
COOCERAMISTA.	Cooperativa do Núcleo Ceramista de Altamira
DIEESE.	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DNAEE.	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA/RIMA.	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
EID.	Eixos de Integração e Desenvolvimento
ELADBES.	Estado Latino Americano Desenvolvimentista de Bem-Estar
EPE.	Empresa de Pesquisa Energética
FADESP.	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
GTINAM.	Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia
IBGE.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA.	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA.	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA.	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ISA.	Instituto Socioambiental
ISEB.	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MAB.	Movimento dos Atingidos por Barragens
MME.	Ministério de Minas e Energia
MPF.	Ministério Público Federal
NESA.	Consórcio Norte Energia

OCB.	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAC.	Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP.	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PBA.	Plano Básico Ambiental
PCB.	Partido Comunista Brasileiro
PIB.	Produto Interno Bruto
PIN.	Programa de Integração Nacional
PIS.	Programa de Integração Social
PND.	Planos Nacionais de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA.	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPA.	Planos Plurianuais
PROTERRA.	Programa de Distribuição de Terras
PSI.	Processos Setoriais de Integração
PT.	Partido dos Trabalhadores
RADAM.	Ra- dar da Amazônia
RIDA.	Reunião de Investidores da Amazônia
RUC.	Reassentamentos Urbanos Coletivos
SEPLAN.	Secretaria de Planejamento do Município de Altamira
SINDOALTA.	Sindicato dos Oleiros de Altamira
SISNAMA.	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SUDAM.	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE.	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA.	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFPA.	Universidade Federal do Pará
UHBM.	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
VGX.	Volta Grande do Xingu

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
PROCEDIMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS.....	23
ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS.....	28
CAPÍTULO 1 – BELO MONTE CONSTRUINDO UM FUTURO: DESENVOLVIMENTO, TRAJETÓRIAS E TRABALHO PRECARIZADO.....	31
1.1 TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM: BELO MONTE E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO	31
1.1.1 Origens do Desenvolvimentismo	35
1.1.2 O Modelo Cepalino e Nacional Desenvolvimentista	39
1.1.3 O Novo Desenvolvimentismo	44
1. 2 O COMPLEXO DE BELO MONTE: ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	48
1.3 BELO MONTE: O DESENVOLVIMENTO REDEFININDO TRAJETÓRIAS SOCIAIS.....	52
CAPÍTULO 2 – DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: OS CICLOS DE TRANSFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA	68
2.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO: A CIDADE DE ALTAMIRA	69
2.1.1 A Formação Histórica e Social de Altamira: Das Missões Jesuíticas ao Polo Urbano	70
2.2 OS GRANDES PROJETOS E O DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA NOS GOVERNOS MILITARES	72
2.2.2. Transamazônica: a Rodovia e os desafios da integração nacional	80
2.3 A Urbanização e a Transformação de Altamira: Colonização Dirigida e Crescimento Urbano ao Longo da Transamazônica	87
CAPÍTULO 3 – O CONTO AMARGO DE BELO MONTE: PROMESSAS QUEBRADAS E VIDAS TRANSFORMADAS.....	96
3.1 De Kararaô à Belo Monte: O Setor Hidrelétrico Brasileiro e os Desafios das Políticas Ambientais.....	97

3.1.1 Belo Monte e a persistência dos grandes projetos.....	114
3.2 UHE DE BELO MONTE E O PROCESSO DE REASSENTAMENTO DOS ATINGIDOS	126
3.2.1 Perdas simbólicas vivenciadas pelos atingidos pela UHE Belo Monte.....	141
CAPÍTULO 4 – BARRAGENS DE BARRO: Resistência, Identidade e os Impactos do Desenvolvimento na Vida dos Trabalhadores das olarias de Altamira	149
4.1 A atividade de olaria em Altamira: contexto histórico.....	150
4.2 Estrutura Familiar e Dinâmicas Domésticas: Mudanças e Desafios Frente ao Desenvolvimento	156
4.3 Educação e Lazer: transformações no cotidiano e perspectivas pós-Belo Monte	173
4.4 Religião e Política: Valores Culturais, Participação Social e as Tensões do Progresso	183
4.5 Trajetórias Ocupacionais dos Trabalhadores das Olarias de Altamira Após a Construção de Belo Monte	189
CAPÍTULO 5 – BARRAGENS DE ÁGUA: RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E OS IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO NA VIDA DOS PESCADORES DO XINGU...	198
5.1 RIBEIRINHOS DAS MARGENS DO RIO: VIDA E VIVÊNCIA DA PESCA NO XINGU	199
5.2 Legado das águas: a transmissão do ofício dos pescadores artesanais em meio às mudanças ambientais.....	202
5.3 Do Nordeste a Altamira: mudanças e desafios no caminho para o RUC São Joaquim	223
5.4 Vidas à Margem: Trajetórias de Resistência e Exclusão no Rio Xingu.....	229
5.4.1 A vida à beira do rio e o impacto da hidrelétrica.....	230
5.4.2 A luta pela sobrevivência em um rio que já não sustenta.....	232
5.4.3 A tradição pesqueira em risco	234
5.4.4 A vida simples de um pescador aposentado	237
5.4.5 A resistência de uma pescadora indígena	240
5.4.6 A pesca como herança familiar	243
5.4.7 A luta de um pescador solitário	246

Considerações Finais	251
REFERÊNCIAS	257
ANEXOS.....	272

INTRODUÇÃO

A presente tese se dedica a uma análise das transformações que têm moldado as relações de trabalho, emprego e renda no município de Altamira, Estado do Pará, a partir do momento em que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM) foi implantada. Nosso foco principal está nas trajetórias de pescadores artesanais e de subsistência e trabalhadores das olarias dos tradicionais atingidos pela construção da barragem. Entre esses trabalhadores, alguns receberam indenizações, enquanto outros foram realocados nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC). A pesquisa busca observar as disposições desses trabalhadores em relação à (in)adaptabilidade ocupacional diante de um novo contexto econômico, ambiental e, em alguns casos, residencial na região. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa examina o contexto das políticas de desenvolvimento e investiga os impactos da UHBM sobre as complexas dinâmicas das relações de trabalho em Altamira. Além disso, busca mapear as atividades socioeconômicas desses trabalhadores, considerando suas percepções e experiências relacionadas ao emprego, desemprego, e ao trabalho formal e informal. Nossa análise também explora os mecanismos de desigualdade — explícitos e latentes — que permeiam as trajetórias laborais desses trabalhadores, bem como as estratégias que adotaram após a conclusão de Belo Monte.

Nossa pesquisa emerge da necessidade de compreender as ações, percepções, reações e desilusões das pessoas atingidas pelas políticas de integração regional na Amazônia, com destaque para a construção da UHBM como o exemplo mais recente dessas políticas. Essa preocupação tem raízes profundas na minha história pessoal, uma vez que sou descendente de imigrantes nordestinos que, no início do século XX, enfrentaram as dificuldades da seca em sua terra natal e migraram para o Pará em busca de uma vida melhor. Entre 1943 e 1945, meus antepassados foram parte dos soldados da borracha, desempenhando um papel no fornecimento de seringa para o mercado norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial.

À medida que o tempo passou, meus familiares continuaram a moldar suas vidas e destinos na Amazônia. Na década de 1970, eles se viram envolvidos de forma indireta na audaciosa empreitada de abertura da Rodovia Transamazônica, sendo testemunhas das transformações que essa infraestrutura trouxe para a região. Mais recentemente, amigos e familiares próximos trabalharam na construção da UHBM, um megaprojeto que prometia mais uma vez trazer progresso para o Pará. Portanto, minha própria história pessoal me coloca de maneira simultânea como pesquisador e sujeito de estudo desta pesquisa. O legado de minha trajetória e de tantos outros que compartilham essa jornada é o fio condutor que me orienta

nesta busca pelo entendimento das complexas mudanças nas relações de trabalho e de vida desencadeadas por Belo Monte.

Para contextualizar nossa investigação, é fundamental compreender as políticas de integração regional que foram implementadas ao longo dos anos na Amazônia. Conforme observado por Leal (2019) e Ribeiro (2019), a região sempre teve um papel de destaque na Divisão Internacional do Trabalho¹. No entanto, essa relevância não se traduziu em melhorias nas condições de vida das populações locais, que, por vezes, foram tratados como meros recursos a serem explorados, em vez de serem consideradas parte integral do processo de desenvolvimento.

Esse contexto histórico de exploração externa dialoga com a análise de Bourdieu em *O Desencantamento do Mundo* (2021). O autor argumenta que existe uma diferença fundamental entre as sociedades nas quais o capitalismo se originou e aquelas que foram forçadas a adotar esse sistema devido à força econômica das primeiras, muitas vezes em um contexto de colonização. Nas sociedades capitalistas originárias, o desenvolvimento foi um processo contínuo e estruturado, permitindo a formação de bases econômicas sólidas ao longo do tempo. Em contraste, as sociedades que foram compelidas a adotar o sistema capitalista experimentam um desenvolvimento interrompido e superficial, sempre à margem do crescimento autônomo. Segundo Bourdieu, essa disparidade ocorre porque, nesses contextos, a organização econômica e social não é fruto de um processo natural de evolução, mas sim de uma mudança imposta, impulsionada por interesses imperialistas que moldam essas economias para atender às demandas externas.

Dessa forma, ao examinarmos os efeitos da UHBM nas relações de trabalho em Altamira, consideramos essa perspectiva de subordinação estrutural. Ela ajuda a explicar por que políticas de desenvolvimento na Amazônia, como as que promoveram a construção de grandes obras de infraestrutura, muitas vezes reforçam desigualdades históricas, perpetuando uma dependência econômica que impede um desenvolvimento sustentável e próprio da região.

Conforme destacado por Becker (1990), a lógica do desenvolvimento capitalista na Amazônia que em sua face mais recente privilegia a expansão da geração de energia elétrica, que com frequência negligencia as condições de vida das comunidades atingidas em favor dos interesses do capital privado. Essas estratégias de ocupação do território Amazônico evoluíram

¹ Lenin (2012) argumenta que a lei de desenvolvimento desigual resulta na divisão internacional do trabalho. Isso pode acontecer devido a vários fatores, como: (a) a destruição de poderes locais nacionais pelo colonialismo e a imposição de formas de exploração e dominação; (b) a associação com elites locais e a imposição de formas de exploração e dominação; e (c) as transformações das colônias em semicolônias e países dependentes.

ao longo dos ciclos desenvolvimentistas, mas muitas vezes resultaram em uma periferização da região em relação ao "progresso" capitalista, levando a uma exploração intensiva da classe trabalhadora local e, em alguns casos, ao trabalho escravo.

Compreendemos o território nesta pesquisa a partir dos conceitos apresentados por Milton Santos, que oferecem uma base teórica robusta e multifacetada para analisar as transformações espaciais, sociais e econômicas decorrentes de grandes projetos de infraestrutura, como a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no município de Altamira. A noção de território proposta por Santos é relevante para este estudo, pois vai além da simples delimitação geográfica ou política, incorporando dimensões sociais, culturais e econômicas que são essenciais para entender as trajetórias ocupacionais e de vida dos pescadores e trabalhadores das olarias atingidos pelo empreendimento.

A utilização dessa noção de território justifica-se por várias razões. Em primeiro lugar, o conceito de "território usado", desenvolvido por Santos, permite analisar não apenas o espaço delimitado pela construção da hidrelétrica, mas também o espaço ocupado e vivido pelas comunidades locais. Esse conceito é fundamental para entender como as transformações impostas pelo projeto afetam o cotidiano, as práticas econômicas e as relações sociais dos pescadores e trabalhadores das olarias. Enquanto o território concebido pode ser alterado por tratados e acordos, o território usado reflete a materialidade do espaço e as dinâmicas reais de ocupação e uso, que são impactadas pela construção da hidrelétrica.

Além disso, a dimensão política do território, destacada por Santos, é crucial para analisar como o Estado e os agentes econômicos envolvidos no projeto de Belo Monte interferem nas dinâmicas locais. A hidrelétrica não apenas altera a paisagem física, mas também redefine as relações de poder e as formas de organização social e econômica na região. O território, nesse sentido, torna-se um espaço de resistência e adaptação, onde os atingidos buscam manter suas práticas tradicionais e reconstruir suas trajetórias ocupacionais em um contexto transformações estruturais significativas.

Outro aspecto relevante é a dimensão simbólica e cultural do território, que também é abordada por Santos. Para os pescadores e trabalhadores das olarias, o território não é apenas um espaço de produção, mas também um lugar de identidade, memória e pertencimento. A construção da hidrelétrica não apenas desloca essas comunidades, mas também afeta suas conexões culturais e simbólicas com o espaço, o que tem implicações profundas em suas trajetórias de vida.

A abordagem eclética e crítica de Milton Santos, que rejeita ortodoxias metodológicas e incorpora múltiplas influências teóricas, permite uma análise mais flexível e abrangente das

transformações territoriais em Altamira. Essa perspectiva é essencial para captar a complexidade das mudanças impostas pela hidrelétrica de Belo Monte, que envolvem não apenas aspectos econômicos e políticos, mas também sociais, culturais e ambientais. No entanto, para compreender as dinâmicas territoriais da região, é necessário considerar os processos históricos que moldaram a formação da sua força de trabalho e as sucessivas ondas de ocupação da Amazônia.

A constituição da mão de obra amazônica teve um marco significativo apenas no século XIX, por volta de 1850, com o auge do ciclo da borracha, que perdurou até 1920. Após esse período, um novo ciclo de ocupação e exploração apenas se consolidaria na década de 1970, impulsionado pelos Grandes Projetos dos governos militares. Esses projetos alteraram de forma significativa a dinâmica regional, promovendo a expansão da infraestrutura e a exploração econômica, mas sem garantir políticas públicas capazes de integrar de forma sustentável as populações atingidas. A ausência de medidas eficazes para mitigar os impactos sociais e ambientais reforçou processos históricos de marginalização e exclusão.

Ao analisar a rapidez das transformações e a centralização da informação e da tomada de decisões durante o regime militar no Brasil (1964–1985), Becker (1990, p.7) argumenta que esses fatores dificultaram uma compreensão objetiva dos fatos, favorecendo visões simplificadas sobre a Amazônia. O ufanismo do discurso oficial e as críticas ao saque praticado por grandes grupos econômicos obscureceram a atuação de milhares de pequenos produtores e trabalhadores, que, longe de serem meros espectadores ou vítimas, desempenharam um papel ativo na configuração da região. Essa perspectiva desafia interpretações reducionistas e reforça a importância de abordagens que contemplem tanto a imposição de grandes projetos quanto as resistências e estratégias locais de adaptação.

Essa visão sobre a Amazônia reflete um modelo de desenvolvimento historicamente predominante na região, baseado em uma perspectiva exógena que privilegia as relações com metrópoles estrangeiras. Além disso, os projetos de integração na Amazônia não traduzem, na prática, as promessas de modernização e oportunidades promovidas pelo "novo espírito" do capitalismo. Como observa Brito (2001), a modernidade na Amazônia opera apenas na superfície, criando um contexto de conflitos constantes para as populações locais, cujas necessidades e realidades são ignoradas em favor de interesses externos.

Um novo ciclo desenvolvimentista teve início com a construção da UHBM no governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. Essa hidrelétrica tornou-se um ícone do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC)², mas também gerou controvérsias em relação aos impactos sociais e ambientais. Iniciada em junho de 2011, nas cidades de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, no estado do Pará, a hidrelétrica estava prevista para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo, com potência para gerar mais de 11000 MW/hora, foi a maior obra do programa de impulso ao desenvolvimento dos governos Lula/Dilma.

Com a criação do PAC, Belo Monte se tornou uma prioridade do governo federal durante as gestões dos Presidentes Lula, Dilma e continuou sendo ativo na gestão do Presidente Bolsonaro³. O programa foi usado como uma espécie de símbolo da modernização, destacando o compromisso com o progresso do país. Embora o nome do programa contenha a palavra "crescimento", ele é usado como sinônimo de "desenvolvimento", como indicado nas primeiras linhas do discurso introdutório sobre o PAC no site governamental. Além disso, o presidente Lula usou o programa para apoiar a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência, chamando-a de "Mãe do PAC"⁴.

O discurso oficial do Estado expresso no PAC reforçava a necessidade de construção de hidrelétricas no país alegando que havia escassez de energia. Este discurso ganhou esses contornos a partir dos anos 1990, quando o setor elétrico passou por uma reestruturação e nos anos 2000 quando a demanda pela expansão das usinas hidrelétricas se intensificou e culminou na construção da UHBM. Além do alto custo – conforme apontam dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram gastos 31 bilhões de reais, maior volume de dinheiro público já emprestado para um único empreendimento, cerca de 25 bilhões de reais (BNDES, 2012) – chama mais atenção a violação dos direitos sociais e ambientais, comunidades inteiras foram desagregadas e se tirou o sustento de centenas de famílias. (ARAÚJO, 2015).

A construção da UHBM pelo Consórcio Norte Energia (NESA) enfrentou e ainda enfrenta forte oposição de várias organizações governamentais e não governamentais, assim

² O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – é um Programa do então governo federal lançado em 2007. De sua criação até o presente, o objetivo do Programa, inalterado, visa a estimular o crescimento do país por meio de obras de infraestrutura nas áreas logística, urbana, administração pública e geração de energia (PAC, 2020).

³ O programa que já vinha sofrendo sucessivos cortes na execução das obras, passando de 1% do PIB no seu auge em 2014 para 0,4% em 2018, a partir de agosto de 2019 o Ministério da Economia decidiu que o PAC não iria mais receber projetos ficando apenas com aquelas que já estavam em andamento. A última medida publicada para obras do PAC foi uma portaria no dia 5 de julho de 2019, permitindo a retomada das obras com valor inferior a R\$10 milhões que estavam paradas em razão do bloqueio de recursos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/marco-de-gestoes-petistas-pac-deixara-de-receber-novos-projetos.shtml>. Acesso em: 03 nov. 2022.

⁴ Para Castro (2014), um “pacto satânico” marcaria a política econômica dos governos petistas, voltado à busca do crescimento, concedendo renda aos pobres, porém sem mexer com a riqueza dos abonados. Em outras palavras, a política de compromisso dos governos do PT, combinava crescimento econômico e alguma distribuição de renda, sem o enfrentamento dos grandes interesses econômico-financeiros e abrindo mão de reformas estruturais.

como de movimentos sociais, ribeirinhos e indígenas. O projeto teve graves consequências para as comunidades locais em termos sociais, econômicos e ambientais. Além disso, não houve políticas públicas adequadas para lidar com o grande número de trabalhadores vindos de outras regiões, incentivados pelo governo, que se mudaram para Altamira. Isso resultou em problemas como o aumento rápido e significativo da população na região, o desemprego e o aumento da violência, conforme destacado no Dossiê do Instituto Socioambiental (ISA) de 2015. Altamira, que tinha cerca de 99.075 habitantes em 2010, chegou a ter 140 mil em 2015, após a conclusão da hidrelétrica. No entanto, segundo o censo de 2022, a população atual do município é de 126.279 pessoas⁵.

A redução das atividades ligadas a hidrelétrica a partir de 2016⁶ trouxe consigo, a geração de uma massa de desempregados ou de trabalhadores subempregados que nos dias atuais engrossam as fileiras do “exército de reserva” no município. No que se refere à violência⁷, o Atlas do IPEA demonstra que a cidade de Altamira esteve entre as primeiras colocações no Brasil nos últimos anos. Em 2017, esse índice atingiu 133,7 mortes a cada cem habitantes, deixando a cidade na segunda colocação, perdendo apenas para Maracanaú no Estado do Ceará.

Outro ponto que devemos destacar é que o projeto de Belo Monte é a oposição ao empreendimento, liderada por movimentos sociais, como o Xingu Vivo, que inclui pessoas de diferentes grupos, como mulheres, estudantes, movimentos negros, entre outros. Além das manifestações locais, houve também o envolvimento de organizações nacionais e internacionais que se opuseram ao projeto. Grupos como o ISA, a Amazon Watch e a International Rivers, além da Prelazia do Xingu da Igreja Católica e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), compartilharam a visão de se opor a Belo Monte. Apesar de terem influência limitada em termos de apoio institucional e representação política oficial, esses grupos enfrentaram grandes desafios para impedir a construção da usina. Além disso, muitas vezes os grupos associados ao Xingu Vivo tentaram mostrar que os movimentos de resistência não estavam contra o progresso econômico local, uma mensagem que ressoava entre a população empobrecida que enfrentava dificuldades (FLEURY e ALMEIDA, 2013).

⁵ IBGE. Censo 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>. Acesso em: 03 ago. 2023.

⁶ Altamira foi o campeão do desemprego no estado do Pará em 2016. É o que apontou o estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos no Pará (DIEESE/PA). O dado fez parte do Mapa do Emprego e Desemprego divulgado pela entidade. Segundo o levantamento, em uma lista de 15 municípios – incluindo a capital Belém –, Altamira liderou o ranking do desemprego com os seguintes números: 9.081 trabalhadores foram admitidos; 16.540 foram demitidos; resultando em saldo negativo de 7.459. Disponível em: <https://www.folhadoprogresso.com.br/tags/monte/?print=print-search>. Acesso em: 01 abr. 2024.

⁷ Entre 2011 e 2014, o número de assassinatos por ano em Altamira saltou de 48 para 86 casos, um aumento de quase 80%, segundo o dossiê Belo Monte do Instituto Socioambiental (ISA, 2015).

O projeto da UHBM na Amazônia é um exemplo da visão do Estado e o setor privado sobre um novo desenvolvimentismo⁸ da região. Essa concepção, porém, tem causado problemas, como danos ao meio ambiente e mudanças prejudiciais na vida das comunidades locais. Quando olhamos para as ações do Estado na Amazônia, surge a dúvida: será que o objetivo de modernizar a área e acabar com o isolamento das cidades, das comunidades indígenas e ribeirinhas é de fato para ajudá-las? Ou será que, no fundo, o que se busca é atrair mais negócios interessados em aumentar seus lucros, usando o que se chama de desenvolvimento como justificativa?

A remoção das comunidades locais, como consequência direta da implantação da usina, é outra questão central nas lutas dos atingidos pela UHBM. O reassentamento não representou uma escolha, mas sim uma imposição decorrente da conjunção de fatores que exerciam pressão sobre o mercado habitacional de Altamira (MIRANDA NETO, 2016). De início, a Norte Energia empreendeu a construção de cinco loteamentos destinados a abrigar as seis mil famílias atingidas nos RUC. O processo de reassentamento, que ocorreu entre os anos de 2014 e 2015, resultou na mudança de milhares de famílias de seus locais de origem para novas residências nos RUC. Muitos dos habitantes manifestaram descontentamento, pois acabaram distantes de seus vizinhos, alguns até realocados em loteamentos distintos, o que desarticulou as relações de sociabilidade que antes existiam em suas áreas de origem.

Além das transformações sociais decorrentes da alteração na residência, as famílias realocadas nos RUC também enfrentaram o desafio de lidar com um aumento no custo de vida. Embora as novas habitações oferecessem condições de moradia melhoradas, os rendimentos familiares diminuíram devido à necessidade de ajustar as condições de trabalho e emprego. Isso levou muitos deles a buscar alternativas de renda e oportunidades de emprego adicionais. Além disso, os custos mais altos associados à moradia, como contas de energia, água e impostos, ampliando ainda mais o fardo financeiro.

Com a construção da UHBM, os pescadores artesanais e de subsistência enfrentaram uma profunda transformação tanto no ambiente de trabalho quanto em suas redes de convivência social, devido ao deslocamento compulsório de suas famílias para bairros afastados do rio

⁸ Com as políticas desenvolvimentistas criou-se um ambiente de expectativas de que o país superasse sua condição de subdesenvolvimento, lida por muitos, como atraso frente aos países centrais e hegemônicos. A literatura citada no corpo do texto esforça-se justamente numa crítica a essa tese do desenvolvimento como um processo linear de etapas ou fases. Segundo Fernandes (1972) e Cardoso e Faletto (2004), o capitalismo dependente brasileiro é constituído para operar estrutural e funcionalmente como entidade especializada, subsidiária e subordinada às economias capitalistas hegemônicas. Assim, o país exportava, a baixos custos, produtos minerais, agrícolas e manufaturados de pouca tecnologia e importava dos países centrais hegemônicos produtos industrializados de altos preços, de que não dispunham em seu mercado interno, assim como, capitais produtivos, através da entrada de empréstimos estrangeiros e da entrada de empresas multinacionais.

Xingu, planejados pelo consórcio da hidrelétrica. De forma semelhante, os trabalhadores das olarias, que viviam da fabricação de tijolos de tabatinga às margens dos igarapés de Altamira, viram sua atividade desaparecer por completo. Esse cenário de mudanças no contexto social, econômico e político levanta a questão central que norteia esta pesquisa: como a construção da UHBM impactou as relações de trabalho e emprego na cidade de Altamira, em especial para os trabalhadores que viviam da pesca artesanal e subsistência e para os trabalhadores das olarias?

Além disso, no processo de reprodução de suas vidas, essas famílias atingidas enfrentam a difícil decisão de aceitar uma nova moradia nos RUC ou optar pela indenização para adquirir terrenos — com frequência em áreas irregulares —, usando os recursos remanescentes para custear, ainda que de forma temporária, suas despesas diárias. Esse dilema reforça a questão principal desta tese: como essas mudanças afetam as trajetórias ocupacionais desses trabalhadores? Como eles se adaptam, percebem e reinterpretam essas transformações? Em quais espaços atuam e quais são suas expectativas, posições, oposições e disposições diante dessas mudanças? E, por fim, como suas percepções da nova realidade influenciam suas estratégias de ação?

Esses questionamentos ganham ainda mais relevância quando inseridos no contexto histórico e político do projeto da UHBM, concebido em 1975 durante os estudos iniciais do inventário hidrelétrico na bacia do rio Xingu, em plena vigência dos governos militares. A justificativa para sua construção permaneceu inalterada ao longo das décadas, atravessando diferentes regimes políticos, inclusive nos governos considerados mais progressistas, como os de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). O desenvolvimento na Amazônia e no Brasil, de modo geral, reflete características singulares dentro do sistema capitalista, marcadas pela posição periférica e dependente que o país ocupa desde o período colonial. Essa dinâmica, agora intensificada pelo imperialismo do capital monopolista e financeiro (Furtado, 2007b), forma o pano de fundo sobre o qual as vidas desses trabalhadores são transformadas.

Nossa pesquisa parte da hipótese de que as políticas desenvolvimentistas na Amazônia se estabeleceram por meio de processos de exploração e dominação, influenciando sobremaneira as transformações nas relações de trabalho e emprego. Como resultado, a construção da UHBM reconfigurou as dinâmicas de dominação simbólica vivenciadas por grupos específicos de trabalhadores, como pescadores artesanais e de subsistência, e oleiros. Isso fez com que esses grupos reavaliassem suas trajetórias diante das inaptações (fracassos) e adaptações (sucesso) enfrentadas nas novas relações de trabalho, sejam elas formais ou informais, que surgiram após a conclusão da hidrelétrica.

PROCEDIMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

Dada a complexidade inerente à nossa pesquisa, na qual investigamos a constituição de subjetividades e ações de indivíduos em um ambiente em constante e acelerada transformação, deliberamos pela adoção de uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa. Essa escolha não foi feita ao acaso, mas sim com uma profunda intenção. O "objeto" de nossa investigação são pessoas, dotadas da capacidade de ajustar sua conduta na presença de observadores, seja para retenciar informações, seja para moldá-las de acordo com sua visão, em resumo, são agentes que geram interações com o contexto social, atuando como intérpretes de suas próprias ações e da situação social na qual estão inseridos, a fim de agir de forma significativa. Desse modo, ao adotarmos a abordagem qualitativa, nos engajamos no que Giddens (1991) denomina por "dupla hermenêutica", onde o cientista social interpreta as interpretações que os sujeitos fazem de suas próprias práticas.

A adoção do enfoque metodológico qualitativo está articulada à coleta de dados estatísticos provenientes de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Norte Energia, tendo em vista apreender a estrutura socioeconômica da região em questão e sustentar uma análise de perspectiva macrossociológica. A coleta desses dados desempenha um papel fundamental na identificação e interpretação das nuances do mercado de trabalho na região, no qual podemos discernir as forças estruturais que afetam as opções disponíveis para esses indivíduos, destacando a importância das variáveis econômicas e sociais na compreensão das trajetórias e oportunidades no contexto sociológico mais amplo.

Essa abordagem, aliada à revisão bibliográfica, representou a etapa inicial da pesquisa, visando uma apreensão do contexto quantitativo do campo em análise. Nesse sentido, exploramos as categorias relevantes à região da Amazônia, relacionadas ao mercado de trabalho, em especial, aos índices de desemprego, informalidade⁹, níveis salariais, renda e habitação que permitam apreender condições objetivas que atuam sobre o campo de possibilidades às trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras selecionados.

⁹ O debate sobre a informalidade pode ser pensado como fruto do novo contexto de desemprego estrutural, que vem assolando os países centrais e ainda mais os que se encontram na sua periferia. A nova informalidade envolve tanto novas configurações do trabalho precarizado e flexível, como a reedição de formas de trabalho consideradas superadas, que reaparecem, não como resquícios de atividades pretéritas, mas como formas resignificadas, incorporadas como estratégias fundamentais à nova dinâmica capitalista (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011).

Em uma segunda etapa, conduzimos uma observação de campo com o intuito de compreender a dinâmica das interações sociais que permeiam a vida cotidiana dos trabalhadores da pesca e das antigas olarias. Durante esta fase, dedicamo-nos a observar de perto as pessoas, investigando os seus hábitos e promovendo conversas informais. Coletamos depoimentos e de forma meticulosa registramos nossas observações e descobertas. O propósito primordial dessa imersão inicial no campo era estabelecer empatia e conquistar a confiança desses trabalhadores, preparando o terreno para a seleção dos indivíduos que seriam objeto de nossa pesquisa. Nossa escolha recaiu sobre aqueles que apresentavam as seguintes características: a) envolvimento prévio, ou atual, na pesca artesanal ou de subsistência antes da construção da UHBM; b) estavam vinculados às olarias situadas nas proximidades dos Igarapés. Optamos por focalizar essas duas categorias de trabalhadores devido aos impactos ambientais e econômicos desencadeados pela UHBM, que afetaram de forma significativa esses grupos. Os pescadores, que dependiam da pesca para subsistência ou comércio, foram testemunhas do declínio drástico das populações de peixes no rio e, como consequência, viram-se obrigados a abandonar suas áreas de atuação. Por outro lado, os trabalhadores das olarias viram seus pequenos empreendimentos familiares desaparecerem da noite para o dia.

No mês de março de 2023, realizamos duas entrevistas com Elisa e Jackson, lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que desempenharam um papel central na seleção dos trabalhadores das olarias e pescadores – foco principal desta pesquisa. Foram selecionados com cuidado 15 indivíduos, enquadrando-se em duas categorias primordiais: pescadores artesanais e de subsistência, e trabalhadores das olarias. A escolha dessas categorias se justifica pelas profundas transformações que impactaram de forma substancial a vida e as trajetórias profissionais dessas comunidades após a construção da UHBM. Esses indivíduos foram selecionados e perfilados como exemplos representativos, o que embasou a análise de suas trajetórias laborais. O processo de seleção ocorreu em uma imersão de campo realizada entre janeiro e março de 2023. Essa etapa envolveu observação direta e conversas informais com pescadores, trabalhadores das olarias, lideranças locais e representantes de movimentos sociais. Em uma fase posterior, entre março de 2023 e maio de 2024, foram conduzidas 15 entrevistas semiestruturadas para acessar as experiências, valores, atitudes e percepções dos entrevistados.

A análise dessas trajetórias laborais possibilitou compreender como as mudanças introduzidas pela UHBM afetaram não apenas suas atividades profissionais, mas também suas vidas pessoais. A abordagem de análise de trajetórias que apresentamos guarda semelhanças com a prosopografia e biografias coletivas, métodos voltados para a identificação de fatores

sociais, geracionais e culturais por meio da narrativa de vidas representativas ou exemplares. Isso permite lançar luz sobre as estruturas e processos que permeiam a sociedade na qual os sujeitos estudados estão inseridos, revelando, por conseguinte, as motivações, emoções e escolhas individuais desses indivíduos sob escrutínio. Essa abordagem metodológica tem raízes na tradição sociológica de Pierre Bourdieu que se distancia da concepção tradicional de biografia, desafiando as explicações subjetivas que interpretam a ação como a manifestação de intenções conscientes. O sociólogo francês contesta as perspectivas que encaram a vida de um indivíduo como uma série coesa e propositada de eventos que podem ser decifrados como a expressão de uma vontade última ou um significado original. A narrativa de uma vida como uma sequência lógica de eventos, de acordo com o autor, é considerada uma ilusão, uma construção artificial de sentido.

Nessa ideia, entendemos as trajetórias de vida como o caminho que uma pessoa ou grupo percorre, ocupando diferentes posições em um mundo que está sempre mudando. Bourdieu (1986, 1994) fala que esses caminhos são influenciados por muitos fatores, incluindo de onde a pessoa vem e a história da família dela. Ele quer dizer que a vida de alguém é moldada pelas relações e pela sociedade, não apenas por eventos individuais. O autor também destaca que é importante considerar como a sociedade permite ou influencia as experiências comuns da vida, mostrando que nossa individualidade é criada dentro e através das nossas interações sociais.

Os roteiros elaborados para a realização de entrevistas semiestruturadas para a análise das trajetórias individuais e os mecanismos sociais subjacentes foram construídos de forma coletiva no marco do projeto “Desigualdade e relações de trabalho no Brasil: trajetórias sociais e precariedade na região Nordeste do país” (Chamada CNPq N° 09/2022) coordenado pelo professor Maurício Rombaldi, do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). Essa metodologia colaborativa assegurou que diversas perspectivas e especializações contribuíssem para a elaboração dos instrumentos de pesquisa, enriquecendo o processo de coleta de dados e a análise subsequente. A decisão de dividir os questionários em blocos temáticos em torno de temas como família, escola/formação escolar, lazer, trajetória ocupacional, religião e política foi estratégica, visaram concentrar-se nos processos de socialização relevantes à constituição de disposições sociais específicas.

Nesse quadro, a socialização primária ganha destaque, dado que é o período em que os indivíduos são de forma mais intensa influenciados e durante o qual as disposições sociais começam a se formar. A família, como primeira instituição social com a qual entramos em contato, desempenha um papel fundamental na inculcação de valores e normas. A escola amplia esses horizontes, introduzindo novos conjuntos de regras, disciplinamento, conhecimento e

interações sociais. O lazer revela preferências pessoais, mas também é uma arena para a socialização e a expressão de identidades grupais. As trajetórias ocupacionais refletem não apenas escolhas individuais, mas também compreendem um processo formativo, sujeito a oportunidades e restrições estruturais. A religião e a política, por sua vez, são domínios em que crenças, valores e atitudes são formados e expressos, influenciando e sendo influenciados por disposições sociais. Com isso, a abordagem proposta reconhece a complexidade das trajetórias de vida, considerando não apenas os aspectos conscientes e intencionais das escolhas e ações dos indivíduos, mas também como eles são orientados por subjetividades moldadas, muitas vezes de maneira imperceptível, pelas estruturas sociais nas quais estão imersos.

Para analisar as trajetórias dos trabalhadores atingidos pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte e compreender as intrincadas dinâmicas econômicas, sociais e territoriais que têm moldado o desenvolvimento regional e nacional ao longo do tempo, recorreremos também às contribuições de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Raúl Prebisch, Francisco de Oliveira, Jean Hebette (2002, 2004), Violeta R. Loureiro (2004), Bertha K. Becker (1990, 2005, 2007) e José Queiroz Miranda Neto (2016), entre outros. As obras de Furtado (2007a; 2007b), Cardoso (1962), Cardoso e Faletto (2004), Prebisch (1950, 1982) e Oliveira (2013) oferecem preciosas observações sobre as dinâmicas da dependência e do desenvolvimentismo no contexto brasileiro e latino-americano. As contribuições de Hebette, Loureiro, Becker e Miranda Neto enriqueceram nossa compreensão dessas dinâmicas, considerando a ação do Estado e do capital como agentes moldadores das diversas dimensões do processo de ocupação da Amazônia e nos complexos desdobramentos do movimento de expansão da fronteira, exacerbando assim a problemática habitacional, social e ambiental enfrentada pelas comunidades tradicionais da região.

Compreendemos a fronteira aqui a partir dos conceitos desenvolvidos por José de Souza Martins (2009). Contrastando com a teoria de Frederick Jackson Turner, que concebe a fronteira como um espaço de formação do caráter nacional e de progresso linear nos Estados Unidos, Martins argumenta que essa abordagem não se aplica ao caso brasileiro. No Brasil, a fronteira é marcada por conflitos sociais, étnicos e históricos, sendo um espaço onde diferentes temporalidades e modos de vida coexistem e colidem. Essa concepção nos permite compreender a expansão do capitalismo e a retomada do desenvolvimentismo na Amazônia não como um processo homogêneo e linear, mas como uma reconfiguração territorial e social permeada por tensões e disputas de poder.

Para Martins, a fronteira brasileira se estrutura em duas dinâmicas principais: a frente de expansão e a frente pioneira. A frente de expansão refere-se ao movimento de ocupação de

terras por populações indígenas, camponeses e grupos marginalizados, muitas vezes em resistência à dominação do capital. Esse processo é caracterizado por relações sociais não capitalistas e pela luta por permanência nos espaços ocupados. Já a frente pioneira representa a ocupação promovida por agentes capitalistas, como fazendeiros e empresas, que visam transformar a terra em mercadoria e integrá-la ao mercado capitalista, promovendo sua modernização. Essas dinâmicas ajudam a explicar a inserção da Amazônia no projeto desenvolvimentista brasileiro e o papel do Estado na viabilização dessa integração.

A construção da hidrelétrica de Belo Monte exemplifica essa lógica de fronteira ao materializar a parceria entre Estado e capital para reconfigurar o espaço amazônico. Nesse contexto, a usina não se trata apenas de um empreendimento energético, mas de um dispositivo que impõe uma nova ordem territorial e econômica, deslocando populações tradicionais e alterando formas de vida historicamente estabelecidas. A justificativa para sua construção se ancora na retórica do desenvolvimento, que ignora as complexidades locais e trata a região como um espaço vazio a ser ocupado e disciplinado pelo progresso. No entanto, conforme argumenta Martins, a fronteira não é um vácuo, mas um espaço de alteridade, onde grupos sociais distintos entram em contato e conflito.

A imposição desse modelo desenvolvimentista na Amazônia evidencia a violência estrutural do processo de incorporação da região ao capitalismo global. A fronteira amazônica, enquanto última grande fronteira brasileira, permanece um espaço de destruição ambiental e cultural, mas também de resistência. Martins destaca como os conflitos entre indígenas, camponeses e grandes empreendimentos revelam a persistência da fronteira como um espaço de disputa, onde o embate entre temporalidades distintas se manifesta de forma dramática. A luta dos povos da região contra os impactos de Belo Monte insere-se nesse contexto, revelando como a fronteira se mantém enquanto houver resistência e contestação à imposição do capital.

Além disso, a perspectiva de Martins sobre os movimentos milenaristas e messiânicos na fronteira também pode ser mobilizada para entender a resposta das populações afetadas. Esses movimentos, com frequência liderados por camponeses e comunidades expulsas de seus territórios – entendidos aqui não apenas como espaços geográficos delimitados, mas como espaços vividos, carregados de significados sociais, culturais e simbólicos, conforme proposto por Milton Santos –, refletem a busca por um "lugar prometido" e a resistência à dominação capitalista. Em Altamira e arredores, a mobilização contra Belo Monte não foi apenas uma resistência material, mas também simbólica, na medida em que representou a defesa de modos de vida e valores que colidem com a lógica imposta pelo Estado e pelo capital.

Portanto, a utilização do conceito de fronteira de Martins nos permite interpretar Belo Monte não apenas como um projeto de infraestrutura, mas como um fenômeno que sintetiza a lógica da expansão capitalista e a reatualização do desenvolvimentismo na Amazônia. Ao conceber a fronteira como um espaço de tensão, conflito e transformação, compreendemos que a integração da Amazônia ao capitalismo não se dá de maneira pacífica, mas por meio da imposição violenta de uma nova ordem social e territorial, que encontra resistência naqueles que habitam essa região.

Para coletar dados, conduzimos entrevistas que visavam estimular a livre associação de ideias por parte dos participantes, permitindo que eles elaborassem conexões entre suas diversas experiências de vida. Privilegiamos a análise das dimensões objetivas que moldam as biografias individuais, examinando como as categorias sociais são internalizadas ao longo da vida por meio da socialização familiar, educacional, profissional, cultural e política.

ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

A presente tese se organiza em cinco capítulos, complementados por uma introdução e conclusões finais. No capítulo inicial, intitulado "Belo Monte: Construindo um Futuro - desenvolvimento, trajetórias e trabalho precarizado", concentramos nossa atenção na fundamentação teórica que servirá como guia para a análise dos dados coletados nas entrevistas. É fundamental destacar, conforme Kant (2015) nos ensina, que o conhecimento não emerge de ideias autônomas e desvinculadas, mas sim a partir de ações subjetivas enraizadas na realidade concreta. Nesse contexto, estabelecemos uma conexão entre os conceitos de desenvolvimento, trabalho, classes sociais, trajetórias e disposições sociais, explorando essas ideias neste capítulo inicial e sua relação com a estrutura objetiva do campo de pesquisa.

O primeiro capítulo desta tese estabelece a base teórica, adotando uma abordagem multidimensional para compreender de maneira mais ampla as complexas dinâmicas sociais e individuais envolvidas no contexto da construção da hidrelétrica. Em particular, buscamos fundamentar a análise dos dados coletados nas entrevistas realizadas com trabalhadores das olarias e pescadores após a construção da UHBM, ancorando-nos nos conceitos de desenvolvimentismo, classes sociais, trajetórias e estruturas sociais.

Em relação ao desenvolvimentismo, tendo em vista que nossa pesquisa objetiva examinar o contexto econômico e social das políticas de desenvolvimento representados pela UHBM e seus efeitos nas dinâmicas das relações de trabalho em Altamira, conduzimos uma análise do debate sobre esse tema, tanto no Brasil quanto na América Latina, traçando um panorama dos

diferentes momentos e perspectivas que moldaram esse modelo ao longo do tempo. Revisitamos os argumentos de autores clássicos do desenvolvimentismo e da dependência, como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira. Além disso, examinamos a ressurgência dessas ideias e suas continuidades e rupturas em autores contemporâneos, como Bresser-Pereira. Quando se trata das classes sociais, usamos a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (2012, 2017) sobre a estruturação do espaço social, o que nos auxiliou na compreensão das dinâmicas de poder, na distribuição de recursos e nas implicações do desenvolvimento em um contexto tão específico como o da UHBM.

No segundo capítulo, intitulado "Dinâmicas de ocupação e desenvolvimento: os ciclos de transformação na Amazônia", exploramos a influência do Estado e do Capital na expansão da fronteira amazônica. Analisamos como esse modelo, ao invés de atenuar a pobreza, fomentar a inclusão social e promover a utilização responsável dos recursos naturais, tem perpetuado a dinâmica hegemônica de acumulação capitalista. Isso se manifesta na intensificação dos desafios enfrentados pelas populações tradicionais, que veem seus modos de vida transformados em prol de uma agenda produtivista, muitas vezes conduzida por grandes projetos que têm como objetivo primordial fortalecer e ampliar a presença da lógica capitalista na região. Esse processo evidencia a natureza contraditória e conflitiva da colonialidade capitalista. Para essa análise, nossa pesquisa primeiro se debruçou sobre os diversos ciclos de desenvolvimento que marcaram a história da Amazônia, revelando que, na maioria dos casos, esses ciclos estiveram alinhados com a necessidade do Estado, no início o Português e, depois, o Brasileiro, de manter o controle sobre uma região que hoje abrange quase metade (49,29%) do território nacional (BRASIL, 2009, p. 08).

As mudanças desencadeadas pela UHBM demandam uma reflexão sociológica clara sobre o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, assim como sobre as dimensões mais amplas e universalistas das políticas sociais. Isso envolve questionar a quem de fato se destinam os benefícios dessas políticas e quem suporta os ônus desse modelo. Com essa perspectiva, no terceiro capítulo, intitulado "O Conto Amargo de Belo Monte: Promessas quebradas e vidas transformadas", exploraremos a dinâmica demográfica e econômica que se desenrolou em Altamira devido à intensa migração ocorrida durante a construção da UHBM. Analisaremos também as estratégias de sobrevivência e o mercado de trabalho adotado por esses migrantes. Além disso, abordaremos o processo de reassentamento das comunidades atingidas por Belo Monte nos RUC, bem como os conflitos e lutas que eclodiram entre a Norte Energia, os atingidos e os movimentos sociais envolvidos. Este capítulo revela a complexa

tapeçaria de mudanças sociais e econômicas que se desdobraram em decorrência do projeto, bem como os desafios enfrentados pelas comunidades locais.

A análise das trajetórias dos trabalhadores atingidos pela UHBM está organizada em duas partes. No capítulo quatro, intitulado "Barragens de barro: resistência, identidade e os impactos do desenvolvimento na vida dos trabalhadores das olarias de Altamira", abordamos as mudanças nas condições de vida e nas estratégias de sobrevivência dos trabalhadores que dependiam das olarias situadas nos arredores de Altamira antes da construção da usina. Por meio de entrevistas, diálogos e observações de campo, buscamos compreender as repercussões sociais e econômicas desse processo, enfatizando a adaptabilidade — ou resistência — desses trabalhadores diante do encerramento de suas atividades. Essa abordagem permite uma análise detalhada das disposições e transformações que marcam as trajetórias desses indivíduos, destacando a diversidade de respostas às alterações impostas pelo empreendimento.

No quinto e último capítulo, com o título sugestivo "Barragens de água: resistência, identidade, e os impactos do desenvolvimento na vida dos pescadores do Xingu", exploramos as mudanças nos cenários e estratégias de sobrevivência adotadas pelos pescadores artesanais afetados pela UHBM. Este capítulo investiga as implicações sociais e econômicas da construção da barragem nas trajetórias das famílias que dependiam da pesca artesanal e de subsistência no rio Xingu. Analisamos os percursos sociais, em especial em relação ao trabalho, após a conclusão da hidrelétrica. Por fim, examinamos as perspectivas futuras desses trabalhadores e trabalhadoras diante das transformações radicais que reconfiguraram as dinâmicas de emprego e trabalho na era pós-Belo Monte. A reflexão conduzida nestes capítulos, e na tese como um todo, busca desvendar as complexas tramas de disposições, resistências e adaptabilidades que permeiam essas vidas em constante reinvenção no coração da Amazônia.

CAPÍTULO 1 – BELO MONTE CONSTRUINDO UM FUTURO: DESENVOLVIMENTO, TRAJETÓRIAS E TRABALHO PRECARIZADO

Neste primeiro capítulo, vamos explorar como o UHBM se encaixa no complexo processo de integração e expansão capitalista na Amazônia. Vamos analisar como essa usina hidrelétrica se tornou um símbolo desse movimento, transformando a floresta e os rios em produtos comerciais, enquanto marginaliza comunidades locais, como indígenas, ribeirinhos e moradores das cidades afetadas. Vamos entender como isso afeta bastante suas vidas e relações culturais com o rio.

Conforme exploramos mais sobre esse assunto, vamos descobrir as mudanças, os conflitos de interesse e os desafios enfrentados pelas pessoas que vivem perto desse grande projeto de engenharia. Vamos tentar entender como esse empreendimento afeta bastante não apenas a construção física, mas também as vidas, histórias e futuros daqueles que consideram a Amazônia como seu lar. Ao terminar este capítulo, esperamos esclarecer as complexidades do desenvolvimento, das histórias de vida das pessoas e das formas instáveis de trabalho que se apresentam após o UHBM.

1.1 TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM: BELO MONTE E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

A UHBM é um projeto colossal situado na região amazônica do Brasil. Sua concepção e construção representam diferentes etapas de um empreendimento que ecoa o avanço do capitalismo na Amazônia, uma área que tem sido alvo de investimentos e exploração econômica nas últimas décadas. Em 1979, durante o governo de João Batista Figueiredo, o último dos governantes militares antes da redemocratização, a Eletronorte elaborou o inventário técnico da bacia do rio Xingu, no qual o projeto hidrelétrico foi estimado como detentor de 10% do potencial energético de todo o Brasil.

De início, considerou-se a construção de sete barragens nos rios Xingu e Iriri. Porém, depois de avaliações técnicas, esse plano foi alterado para criar um grande complexo hidrelétrico que incluiria as barragens de Babaquara (em Altamira) e Kararaô (mais tarde chamada de Belo Monte). O principal enfoque era a região conhecida como "Volta Grande do Xingu", onde o rio faz uma curva de cerca de 100 quilômetros entre as cidades de Altamira e Vitória do Xingu.

Nos anos 1980, debates acalorados e pressões de movimentos sociais, como o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em Altamira, impediram o avanço desses projetos. A barragem de Kararaô, que significa "Grito de Guerra" na língua Kayapó, foi por um tempo deixada de lado. Apenas nos anos 2000, o projeto foi retomado com o nome de Belo Monte. Esse interesse renovado na barragem mostra que além das agendas políticas e econômicas persistentes, o capitalismo continua influenciando, sendo um sistema baseado na propriedade privada, busca de lucro pelas empresas e competição entre países. A construção de Belo Monte foi justificada por promessas de criar empregos e atrair investimentos para estimular a economia local. No entanto, os efeitos da expansão do capitalismo ligados a Belo Monte também estão conectados à exploração dos recursos naturais e aos impactos no meio ambiente e na sociedade (MIRANDA NETO e MENDES, 2022).

Belo Monte representou um exemplo emblemático de como a construção de hidrelétricas na Amazônia com frequência resulta em deslocamento de comunidades tradicionais, destruição de habitats e perturbação dos ecossistemas, volta e meia agravando as desigualdades sociais e a concentração de renda. É imperativo ressaltar que essa influência do capitalismo e sua concepção de integração para a Amazônia não se restringe apenas à construção de hidrelétricas. Há outras formas de investimento e exploração econômica na região, como a mineração, o agronegócio e o turismo, todas com impactos significativos, seja em termos de degradação ambiental, violações de direitos humanos ou exclusão de comunidades tradicionais.

No Brasil, a partir da década de 1990, assistimos ao abandono de um projeto de desenvolvimento nacional em favor de um liberalismo econômico associado ao capitalismo financeiro global, o que acentuou a histórica dependência colonial (BRESSER-PEREIRA, 2018). Nessa mesma linha, o capitalismo pressionou pela flexibilização de leis e regulamentações que restringiam a exploração dos recursos naturais, promovendo um crescimento econômico baseado em endividamento externo e resultando em déficits em conta corrente, além de manter altas taxas de juros e desregular o mercado de trabalho. Nos dias atuais, a precariedade se tornou uma característica marcante, e as palavras que melhor definem a era contemporânea do capitalismo podem ser resumidas como: falta de segurança, incerteza e ausência de garantias.

A ideia tradicional de desenvolvimento sofreu rachaduras no contexto do capitalismo atual, mas não desapareceu. O capitalismo contemporâneo adota parâmetros distintos, tornando-se mais individualizado, desregulado e privatizado. Nas palavras de Bauman (2001), a atual fase do capitalismo, que ele denomina de "modernidade líquida", representa a derrocada da razão pura em favor de uma racionalidade fluida e nômade. Nesse mundo fluído, o trabalho

é fragmentado em episódios desconexos, assim como outras facetas da vida humana. Ele foi retirado do âmbito da construção da ordem e do controle do futuro, sendo lançado no reino da incerteza e do jogo. Para sociólogo polonês, no desenvolvimento capitalista atual, o trabalho perdeu sua missão universalmente compartilhada, não mais proporcionando um alicerce seguro para identidades e projetos de vida. Em vez disso, tornou-se uma atividade estética, voltada não tanto para a ética do criador e produtor, mas para as necessidades e desejos do consumidor.

Se a construção da UHBM está relacionada à expansão do capitalismo na Amazônia, torna-se notável o fato de que os recursos naturais e as subjetividades das populações tradicionais são remodelados por uma perspectiva instrumental, onde tudo deve ser integrado ao processo produtivo e possuir um valor monetário. A questão que se coloca é que elementos como força de trabalho e terra "não são meros objetos, mas sim seres humanos em contextos sociais, juntamente com as condições ambientais naturais que fazem parte de sua existência" (POLANYI, 2021, p. 214). Dentro desse raciocínio, a vida e a natureza formam uma totalidade intrincada, uma "natureza social", como descrito por Santos (2004). Assim, torna-se impossível conceber a humanidade sem seus meios de subsistência, como o solo, a vegetação, os rios e outros elementos naturais. Qualquer tentativa, mesmo que superficial, de separar essa organicidade representa uma violência desmedida.

Segundo Polanyi (Idem), o capitalismo é um sistema controlado e dirigido pelos preços de mercado. Nesse contexto, recursos naturais, relações sociais e tudo se transformam em mercadorias sob a égide do sistema capitalista. Isso desencadeia o que Marx (2004) chamou de processo de "objetivação" ou "estranhamento", no qual as relações sociais e de produção se tornam estranhas aos indivíduos. Primeiro, há o estranhamento em relação ao produto do trabalho, depois o estranhamento se estende ao próprio ato de trabalhar, culminando no "estranhamento de si", onde a alienação dos trabalhadores se torna tão intensa quanto a alienação dos produtos do seu trabalho (MARX, 2004, p. 83).

Polanyi (2021) argumenta que o desenvolvimento da economia de mercado está ligado ao Estado moderno, e que essa transição envolve a transformação de economias pré-modernas, onde as transações de mercado eram moldadas por relações sociais, para economias de mercado onde o "racional" e o "descontextualizado" passaram a dominar. Isso reflete o que ocorreu na região de Belo Monte, onde o mercado se sobrepôs às práticas tradicionais de subsistência dos pescadores e oleiros, impondo lógicas externas de "desenvolvimento" e monetização, que distorceram as redes sociais pré-existent.

Maurer (2006), por outro lado, desafia essa narrativa de que o dinheiro e o mercado achatam as relações sociais. Ele sugere que, em vez de descontextualizar todas as trocas, o

dinheiro moderno pode criar novas formas de sociabilidade, mesmo dentro de esferas vistas como imunes a essas influências. Para os trabalhadores tradicionais da região de Belo Monte, por exemplo, a introdução do dinheiro e a monetização da compensação financeira após o deslocamento não eliminam suas redes sociais, mas as reconfiguram, criando novas formas de negociação e pertencimento que coexistem com a economia monetária.

Maurer observa que, em muitos contextos, o dinheiro moderno foi aceito sem grandes resistências, sendo com frequência percebido como um símbolo de modernidade. Ele argumenta que, de forma diferente das teorias de Marx, Simmel e Weber, o dinheiro não achatou as relações sociais, mas criou novas e igualmente complexas formas de interação. Maurer critica a repetição da "Grande Transformação", proposta por Polanyi (2021), em que formas econômicas enraizadas se tornam abstratas e desvinculadas das relações sociais locais. Em vez de enxergar o dinheiro apenas como um mecanismo de homogeneização e quantificação, ele sugere que devemos analisar como ele é integrado às relações sociais e práticas culturais, revelando que sua inserção pode não apenas transformar, mas também reforçar dinâmicas sociais já existentes.

A crítica de Maurer à noção de que o dinheiro homogeneiza as interações sociais é essencial para entender o caso de Belo Monte. Embora o dinheiro tenha sido introduzido como uma forma de compensação pelos impactos da hidrelétrica, ele não uniformizou as respostas dos trabalhadores tradicionais. Pelo contrário, os pescadores e oleiros desenvolveram novas estratégias e identidades à medida que navegaram entre suas práticas tradicionais e o mundo monetizado imposto pelo projeto de desenvolvimento. As "fronteiras difusas" entre o dinheiro tradicional e o moderno (como Maurer aponta) podem ser vistas na forma como essas populações ainda se envolvem com suas práticas de subsistência, mas agora de maneira informada e mediada pelas realidades de uma economia de mercado.

Assim, na sua tese, o alinhamento com Maurer pode ser usado para argumentar que as políticas desenvolvimentistas na Amazônia não apenas rompem as redes sociais tradicionais, mas também criam novas dinâmicas. Isso se opõe à visão de Polanyi de que o desenvolvimento do mercado sempre destrói formas sociais pré-existentes, evidenciando que a relação entre mercado, dinheiro e sociabilidade é mais fluida do que Polanyi sugeriu. Dessa forma, a análise deve enfatizar que o dinheiro, no contexto de Belo Monte, reconfigura relações sociais sem achatá-las, introduzindo novas formas de pertencimento, de negociação e de resistência ao desenvolvimento imposto.

Essa compreensão é central na minha tese, que examina como a lógica quantitativa imposta pela vida moderna — expressa através de números e cálculos — molda as vidas,

relações e aspirações humanas, em especial na Amazônia. Esse referencial, alinhado ao pensamento de Maurer, ajuda a entender como o desenvolvimento capitalista, representado por projetos como a UHBM, reconfigura as trajetórias laborais dos trabalhadores tradicionais, como pescadores e oleiros. Ao aplicar essa lógica quantitativa, o dinheiro redefine suas relações sociais, introduzindo uma nova racionalidade que substitui as trocas simbólicas por um cálculo monetário, mas sem "achata-las", como propôs Polanyi. Maurer nos mostra que o dinheiro pode, ao mesmo tempo, transformar e ser integrado a essas redes sociais, criando novas formas de interação. Assim, minha análise das políticas desenvolvimentistas implementadas pelo Estado busca questionar se elas promovem a superação das desigualdades ou se, ao contrário, reforçam a dominação simbólica sobre esses trabalhadores, que agora precisam redefinir suas identidades e relações diante de uma nova economia imposta.

1.1.1 Origens do Desenvolvimentismo

O debate sobre o desenvolvimento em suas diferentes abordagens teórico-metodológicas, tem se constituído em um relevante aspecto para o entendimento da realidade brasileira. Autores já considerados clássicos, como Cardoso e Faletto (2004), Furtado (2009), Marini (2008) e Oliveira (2013), partem de uma perspectiva de expansão do capitalismo para compreensão histórica e social brasileira. Conforme afirmam, esse dependentismo configura um capitalismo cujo desenvolvimento não é autônomo e nem autossustentado e isso tem impactos na geração de emprego e renda e nas políticas públicas para as populações atingidas pelos projetos desenvolvimentistas. A partir disso, fazemos uma revisão, ainda que de forma resumida, do estado da arte relativa a estudos sobre esse crescimento econômico dirigido no Brasil.

A noção de desenvolvimento surge no contexto do Pós-Segunda Guerra e, entre os anos 1930 e 1970, o Brasil e os demais países da América Latina cresceram a taxas elevadas, aproveitando o enfraquecimento do centro para formular estratégias nacionais que implicavam a proteção à indústria nacional nascente e a promoção de poupança forçada por meio do Estado. O desenvolvimentismo foi o nome da estratégia nacional que os países da América Latina – em particular o Brasil – adotaram no período compreendido entre os anos 1930 e 1980. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 6).

A partir dos anos 1930 ou, ao menos, após os anos 1950 até a década de 1970, teremos nos debates acadêmicos e nas entrelinhas das políticas econômicas de países latino americanos, um desenvolvimentismo que tinha a intenção de reduzir as relações de dependência dos produtos manufaturados provenientes dos países mais desenvolvidos, através da substituição

de importações, como também atenuar as fontes de “atraso social” com o predomínio do grande latifúndio, a pobreza e a grande concentração de renda no campo e nas metrópoles, sob a égide de um Estado que deveria fazer investimentos diretos em infraestrutura e em algumas indústrias. Tal modelo de gestão da economia política atravessou vários governos, tanto democráticos, quanto autoritários (MOTA, 2015, p. 3).

O desenvolvimentismo é definido nas ciências sociais como um conjunto de ideias políticas e estratégias econômicas que promoveram a rápida industrialização do Brasil e apoiaram a coalizão de classes sociais para o desenvolvimento nacional. Para Bresser-Pereira (2019) o desenvolvimentismo ocorre quando:

(a) considera o crescimento econômico como seu principal objetivo; (b) intervém de forma moderada no mercado, planejando o setor não competitivo da economia e adotando políticas industriais estratégicas; (c) adota uma política macroeconômica ativa, limitando os déficits orçamentários e em conta corrente e assegurando que os cinco preços macroeconômicos atinjam o nível “certo”, em particular a taxa de câmbio; e (d) possui o apoio político de uma coalizão de classes para o desenvolvimento, formada por empresários, trabalhadores, funcionários da burocracia pública e setores da antiga classe dominante que exercem poder político e apoiam uma estratégia nacional de desenvolvimento, coalizão que, assim, se opõe a uma coalizão liberal-conservadora composta por capitalistas rentistas, financistas e os interesses estrangeiros (p. 6)

Esse modelo acabou se tornando uma espécie de “mito fundador”, como argumenta Ivo (2012). Ou seja, uma história que representa uma solução imaginária para os problemas e conflitos enfrentados pela sociedade brasileira em relação aos desafios da modernização econômica, política e institucional. De acordo com essa ideia, o desenvolvimentismo na América Latina tinha como principais conceitos a industrialização para combater a pobreza e o subdesenvolvimento, além da intervenção do Estado por meio de planejamento para impulsionar os setores econômicos e captar recursos onde o investimento privado fosse insuficiente (PEREIRA, 2011).

Segundo Ivo (Idem), esse primeiro momento do projeto desenvolvimentista via industrialização e urbanização capitalista, tinha um projeto nacional de substituição de importações¹⁰ com base no progresso técnico, e na revolução nacionalista brasileira. Para os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹¹, a noção do desenvolvimento

¹⁰ De acordo com Ivo (2012), o modelo de substituição de importações é uma estratégia econômica proposta pela CEPAL e adotada por países como Brasil, México e Argentina. Esse modelo foca na industrialização voltada para atender o mercado interno, contando com apoio do governo através de medidas protecionistas para as indústrias locais. Essa abordagem resultou numa mudança importante na economia brasileira, com um impulso na produção de manufaturados. A CEPAL acreditava que essa estratégia ajudaria na formação de uma base de capital interno, promovendo um desenvolvimento sustentável e de longo prazo.

¹¹ Criado em 1955, o ISEB era uma entidade com autonomia administrativa ligada ao Ministério de Educação e Cultura, focada no ensino e pesquisa em ciências sociais. O ISEB se destacou por promover o desenvolvimentismo e apoiar as políticas do governo Juscelino Kubitschek, orientando a burguesia sobre seu papel nas mudanças econômicas, sociais e culturais do Brasil. O grupo reuniu vários intelectuais renomados de diferentes áreas, como

referia-se a um regime de acumulação capitalista baseado em industrialização, crescimento econômico e progresso técnico, modernização das relações produtivas, com base no trabalho assalariado e na elevação do padrão de vida da população, sob a liderança do empresariado nacional. Em termos político-institucionais, a perspectiva desenvolvimentista visualizava o Estado nacional como aquele que daria suporte e impulsionaria as transformações da base técnica e econômica, bem como as transformações das instituições políticas e jurídicas. (Idem, p. 191). Esse desenvolvimentismo manifestou-se sob diversas formas, conforme argumentam Draibe e Riesco (2011):

Em alguns casos, a estratégia não foi implementada, senão dos anos 1960 em diante. Em muitos países, teve início com golpes militares, enquanto em outros foi conduzida por governos democráticos ou quase-democráticos. Alguns alcançaram seu apogeu sob regimes militares, como foi o caso do Brasil, ou sob governos de esquerda, como o Chile de Allende, ou mesmo revolucionários, como Cuba. Mas, em geral, o bloco no poder tendeu a ser conduzido pelas novas burocracias, de extração média, com apoio das emergentes camadas burguesas e de trabalhadores, dos pobres urbanos e, ainda, em muitos casos, do campesinato. (p. 241)

De acordo com Draibe e Risco (2011, p. 239), o Estado desenvolvimentista na América Latina desempenhou papéis semelhantes aos dos Estados desenvolvimentistas no leste asiático, como Japão, Tailândia e Coreia do Sul, ao promover o desenvolvimento do capitalismo em muitos países da região. Os autores argumentam que os resultados foram notáveis, tanto econômico quanto social. Esses Estados estabeleceram instituições básicas para regular a economia, desenvolveram infraestrutura e promoveram a industrialização, abandonando o passado de dependência exclusiva das exportações. Além disso, foram fundamentais na transformação das estruturas sociais e econômicas das regiões onde suas políticas foram implementadas. Sob sua influência, tanto empresários quanto trabalhadores urbanos e novas classes médias emergiram, desempenhando papéis importantes no desenvolvimento. As populações rurais foram atraídas para as cidades, educadas e experimentaram melhorias na saúde.

No Brasil, o Estado desenvolvimentista logrou construir uma das mais típicas e notáveis estruturas de proteção social, destacando-se o inédito ativismo com que presidiu as primeiras e decisivas etapas da transição à modernidade. Em paralelo a esse processo e não por acaso, gerou-se também aqui um original corpo conceitual explicativo do processo de industrialização, expresso na produção da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)¹².

Miguel Reale, Sérgio Buarque de Holanda e Hélio Jaguaribe, entre outros. Influenciado pelas ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e contando com colaboradores como Celso Furtado e Heitor Villa Lobos, o ISEB foi fechado após o golpe militar de 1964 (BRESSER-PEREIRA, 2004).

¹² A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) foi fundada em 1948, por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas um ano antes. Nasceu devido à insatisfação dos países latino-americanos

Esse processo criará o que os autores chamam de Estado Latino Americano Desenvolvimentista de Bem-Estar (ELADBES), um tipo peculiar de Estado de Bem-Estar Desenvolvimentista que moldou, em bom número de países da região, a emergência dos seus modernos sistemas nacionais de proteção social, no período 1930-1980 (DRAIBE e RIESCO, 2011, p. 235 -236).

Ao caracterizar várias manifestações concretas do assim chamado “desenvolvimentismo”, Fonseca (2004, p. 2) aponta que as ideias que se associaram a este movimento, na segunda metade do século XX, são: a) da industrialização; b) do intervencionismo pró-crescimento; c) do nacionalismo; e d) os positivistas. Este último, em sua vertente política, aconselhava regras para a boa administração das finanças e da política entendendo que o Estado deve ajudar a sociedade a rumar para o progresso, visão esta que está na gênese do desenvolvimentismo. O autor afirma ainda que a origem dessas ideias no Brasil, as quais chama de “núcleo duro”, existem, embora de forma fragmentária, desde a época do Império – e algumas, como as nacionalistas, remontam ao período colonial.

Fonseca (2004) observa, contudo, que nem sempre os três elementos do “núcleo duro” aparecem associados:

Ao contrário, demorou bastante tempo até os mesmos conjugarem-se, com certa coerência, em um ideário comum. Assim, *gratia argumentandi*, nem sempre a defesa da industrialização associou-se a políticas conscientes e amplas de intervenção estatal; da mesma forma, como se mostrará adiante, o intervencionismo nem sempre foi pró-industrial nem mesmo teve como objetivo central o crescimento (ou o desenvolvimento) da economia. (p. 3)

Em função disso, o desenvolvimentismo vai além de um simples ideário e, tal como se difundiu no Brasil e em grande parte da América Latina, nasce como uma ação voltada a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes. Contudo, não se limita a um simples fenômeno histórico, ou mesmo a medidas de expansão da demanda agregada a manifestações nacionalistas ou a reivindicações corporativistas em defesa da indústria, o desenvolvimentismo vai além da união dos três elementos do “núcleo duro” e se torna hegemônico quando há a defesa explícita de que a principal tarefa do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que esta é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser (FURTADO, 2007a, p.3).

Furtado (Idem, p. 26) argumenta que as quatro vertentes formadoras do desenvolvimentismo apareceriam associadas pela primeira vez no governo de Getúlio Vargas, ao assumir a presidência do Rio Grande do Sul, em 1928. Neste o desenvolvimentismo irá se

por não terem recebido ajuda do Plano Marshall para a Europa e por estarem com suas indústrias desgastadas devido à falta de dólares para importar, resultado da crise nas exportações. Com sede em Santiago, no Chile, a Cepal não foi apenas mais uma agência internacional entre muitas, mas se tornou um centro de pensamento econômico original da América Latina. Criticava o liberalismo e influenciou toda uma geração de economistas. (Pereira, 2011)

expressar de forma mais acabada não só como propostas, mas como medidas que o governo começa a implementar, configurando o embrião de nova relação entre Estado, economia e sociedade, ao sugerir que o primeiro deveria estar à frente das duas últimas, como forma de estimular o progresso.

Ao ressaltar o surgimento de um Estado relativamente autônomo em relação aos interesses das classes dominantes, Godoy (2007) identifica as raízes históricas do desenvolvimentismo nas políticas econômicas da primeira República, bem como de um setor industrial desconectado do complexo cafeeiro, colocando, portanto, o governo de Getúlio Vargas como uma continuidade da complexificação econômica e construção do Estado Nacional. Portanto, para o autor, antes de 1930, já estava em curso uma mudança estrutural que iria alterar a política econômica nacional. Godoy reconhece, no entanto, que as estratégias autônomas de desenvolvimento na América Latina, só tomaram impulso na década de 1950 e 1960, tanto com os estudos de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, quanto com Celso Furtado e os da CEPAL.

Ao delimitar as origens do desenvolvimentismo, José L. Fiori (2012) demarca um campo diverso e conflitivo de posições teóricas e políticas entre o “desenvolvimentismo militar e conservador” e o “desenvolvimentismo de esquerda”. Para ele, o primeiro era originário da década 1930, foi retomado com a ditadura militar iniciada em 1964 e perdurou até 1985, já o segundo se constituiu num campo de contribuição das ideias e teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do ISEB e da CEPAL, tendo tido força nos anos 50 e início dos anos 60 do século XX.

1.1.2 O Modelo Cepalino e Nacional Desenvolvimentista

A criação da CEPAL, em 1948, significou uma nova instrumentalização teórica para o desenvolvimentismo. A CEPAL originou-se num contexto de insatisfação dos países latino-americanos por terem sido excluídos da ajuda do Plano Marshall à Europa e pelo sucateamento de seus equipamentos industriais, fruto da falta de dólares para importar causada pelos anos de crise das exportações. Sediada em Santiago, no Chile, ao invés de ser apenas mais uma agência internacional inexpressiva como muitas já criadas, a CEPAL se constituiria na matriz de um original pensamento econômico latino-americano, crítico do liberalismo, que influenciaria toda uma geração de economistas.

As principais teses da CEPAL para explicar as razões do atraso das economias latino-americanas em relação aos países desenvolvidos podem ser resumidas da seguinte forma: a)

Centro versus Periferia: A divisão internacional do trabalho produzia efeitos diferenciados entre países ricos (centro) e pobres (periferia); b) Deterioração dos termos de troca a tese é uma contestação à teoria das vantagens comparativa¹³, de Ricardo. Ao invés de os ganhos de produtividade do centro serem transferidos para a periferia, ocorria o contrário; c) Inflação como um problema estrutural: chocando-se com a visão liberal que via a inflação como um fenômeno conjuntural decorrente do aumento da quantidade de moeda na economia (monetarismo), que provocava um excesso de demanda diante de uma oferta que não poderia ser aumentada no curto prazo (hipótese de pleno emprego de fatores), para a CEPAL, a moeda era passiva; d) Planejamento e protecionismo: em face da escassez de poupança interna, a Cepal apostava no planejamento como forma de melhor aproveitamento dos recursos das economias subdesenvolvidas; e) Tendência ao desemprego: o progresso técnico do centro desenvolvido está associado às condições de oferta de trabalho e disponibilidade de capital, enquanto na periferia ele independe de ambos; f) Tendência ao desequilíbrio externo: o desequilíbrio externo tendia a ser recorrente nas economias da América Latina, tanto em razão da inelasticidade de suas exportações quanto da necessidade de importar bens de capital e insumos intermediários não disponíveis internamente; g) A substituição de importações: tendo como parâmetro que a industrialização é o caminho do desenvolvimento, a CEPAL propunha a substituição do padrão de crescimento “para fora” (voltado para o mercado externo) pelo padrão “para dentro” (baseado no mercado interno).

Sobre as críticas a esse modelo Cepalino, Pereira (2011) argumenta que embora contivesse elementos da teoria keynesiana, as teses da CEPAL sofriam das mesmas limitações da teoria econômica tradicional (neoclássica) por não analisar a natureza das relações de classe do modo de produção capitalista (visão marxista). Como decorrência, faltava à CEPAL um estudo sobre a distribuição da renda, como se imaginasse que a industrialização, por si só, resolveria esse problema. Por último, imaginava uma espécie de Estado onipotente que, “acima e à frente” das classes sociais, sabia o caminho que levava ao desenvolvimento.

Sobre a tese defendida pelos intelectuais ligados à CEPAL, Ivo (Op. cit.) observa que esta apoiava-se no conceito de “subdesenvolvimento” entendido como uma formação histórica singular que opunha um setor “atrasado” a um setor “moderno”, uma forma específica de as

¹³ Construída por David Ricardo (1772-1823), a teoria das vantagens comparativas, ilustra as vantagens do livre-comércio entre as nações. Através de um exemplo de duas mercadorias (vinhos portugueses e tecidos ingleses), Ricardo demonstra que não é preciso que uma nação tenha vantagem absoluta (menor custo na produção de duas mercadorias), basta que tenha uma vantagem relativa (menor custo na produção de uma delas). Supondo que o comércio entre as nações fosse feito pela razão de preços vigente em cada uma, seria mais vantajoso para uma nação especializar-se em produzir apenas a mercadoria que tivesse vantagem relativa e importar a outra (GONTIJO, 2007).

economias pré-industriais, penetradas pelo capitalismo, passarem para formas mais avançadas. Oliveira (Op. cit.) faz uma dura crítica a esse conceito do modo de produção subdesenvolvido, que em teoria, representaria “uma formação histórico econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor, atrasado e um setor moderno” (p. 12). Para o autor, essa singularidade não se sustenta, uma vez que “esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos” (p. 12).

Assim, o debate sobre o modelo Cepalino e os limites da modernização no Brasil, colocará duas perspectivas que irão orientar as análises no século XX e na atualidade. De um lado a teoria tributária de reflexões de caráter histórico-estrutural dual, voltada para entender a natureza da dominação sobre os países periféricos, o caráter da dependência e a natureza da burguesia nacional em relação aos centros de produção do capitalismo (modelo Cepalino), tendo como um de seus representantes José Nun (1969), do outro lado a tese que parte das contradições fundamentais” inerentes às condições de classe, de exploração da força de trabalho e a concentração da renda na formação da população excedente, como exército industrial de reserva, e o entendimento da dinâmica de estruturação do mercado de trabalho nos países de capitalismo periférico, como categoria crítica do processo de modernização brasileiro (Cardoso e Faletto 2004; Oliveira, 2013).

Para além das críticas que o modelo Cepalino tenha sofrido, Pereira (2011) argumenta que a Entidade de pesquisa econômica para a América Latina e o Caribe representou um grande avanço em direção à elaboração de um pensamento econômico independente das correntes teóricas hegemônicas que, a partir do cenário vigente nos países desenvolvidos, eram transpostas, quase sem nenhuma mediação, para a realidade dos países desenvolvidos. Contudo, no decorrer dos anos 1960, quando grande parte da América Latina passa a ser governada por ditaduras militares, a Cepal se desarticula e vai, de forma gradativa, perdendo importância. Seu legado foi lançar as sementes de um autêntico pensamento econômico latino-americano e, por extensão, também brasileiro.

Furtado, em seu livro *Formação Econômica do Brasil*, escrito entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, analisa a história econômica do Brasil desde os tempos da economia baseada no açúcar até a transição para um modelo industrial. Ele foi um dos primeiros a aplicar as ideias de Keynes ao contexto brasileiro. O livro segue uma ordem cronológica, começando desde os primeiros tempos da ocupação do espaço brasileiro e como a produção de açúcar no Nordeste financiou a ocupação inicial das terras que formariam o Brasil. Essa foi a primeira grande fase econômica do país, que durou séculos e moldou o perfil da região nordestina. O autor paraibano

preocupava-se com o desenvolvimento do Nordeste, sendo responsável pela criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Furtado quase não adota o termo desenvolvimentista em sua obra. Em carta a Riccardo Campa, datada de 22 de junho de 1970, o autor esclarece suas razões:

O “desenvolvimentismo” é uma forma de conservadorismo, pois parte da premissa de que as estruturas econômicas e sociais que se formaram na Europa a partir da Revolução Industrial e que estão indissoluvelmente ligadas ao capitalismo podem ser transplantadas para a América Latina. Se não se considera o estruturalismo,¹¹ a classificação que me parece corresponder ao meu pensamento é a de “nacionalismo reformista”, embora meu reformismo esteja ligado à ideia de sociedade aberta e que meu ponto de vista seja de que a sociedade brasileira jamais foi aberta em seu setor rural. Esse ponto de vista o expus em minha Pré-revolução brasileira (FURTADO, 2021)

Quando discutimos o desenvolvimentismo por trás de grandes projetos como o da UHBM em Altamira e região, é crucial destacar que isso geralmente está ligado ao nacionalismo. De acordo com Bresser-Pereira (2019), o nacionalismo econômico é uma ideologia que surgiu com a formação dos Estados-nação no século XIX. Ele pressupõe que uma nação seja capaz de formar uma coalizão de classes nacionalista e desenvolvimentista, e definir um projeto nacional de desenvolvimento. Para esse autor, o nacionalismo implica que os cidadãos de uma sociedade compartilhem a crença de que o Estado e o governo devem proteger os interesses do trabalho e do capital nacional, buscando o progresso econômico do país por meios próprios. Como o nacionalismo é a ideologia do Estado-nação, desenvolvimentismo e nacionalismo são considerados a mesma coisa - o primeiro pode ser definido como uma ideologia que promove o desenvolvimento, em especial a industrialização, com o Estado intervindo de forma moderada na economia e defendendo os interesses nacionais em um mundo onde a competição entre nações é mais forte que a cooperação.

Portanto, a ideia central do desenvolvimentismo econômico era também fortalecer a identidade nacional (JAGUARIBE, 1962). No entanto, a partir do final dos anos 1970, com o surgimento do neoliberalismo, a palavra “desenvolvimentismo” passou a ter uma conotação negativa, sendo associada à irresponsabilidade fiscal ou ao populismo. Com a ascensão do neoliberalismo e do conservadorismo, a teoria econômica keynesiana, que sustentava o desenvolvimento, foi desafiada pelos economistas neoclássicos, que adotaram em sua maioria uma postura neoliberal. Na década de 1980, durante a grande crise da dívida externa que fortaleceu os países ricos, esses economistas conseguiram impor uma abordagem neoliberal aos

países em desenvolvimento. O neoliberalismo tornou-se hegemônico nessas nações, refletido no que ficou conhecido como o consenso de Washington¹⁴. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 7)

No lugar da política econômica desenvolvimentista, propõe-se políticas econômicas ortodoxas e reformas institucionais neoliberais que resolveriam todos os problemas. Para Ivo (Op. cit.), essa ruptura com o Nacional Desenvolvimentismo em prol de um modelo de Estado gerencial, assentado em critérios institucionais de eficiência e competitividade representa na realidade:

Um rearranjo interno de atores e instâncias de decisão e interesse, sob a hegemonia de políticas monetaristas, e envolveu aplicação rigorosa do ajuste fiscal, sobretudo nos governos dos países latino-americanos. Tal orientação aprofundou a ruptura do pacto nacional-desenvolvimentista (entre Estado, elites empresariais e trabalhadores assalariados urbanos), que vigorou até os anos 70, e neutraliza o papel do Estado nacional como processador de conflitos, esvaziando parte das lutas encaminhadas na década de oitenta por atores da sociedade civil organizada e expandindo a pauta de políticas sociais orientadas também para o reconhecimento de direitos civis. O Estado nacional reformado, que se reestrutura na década de 90, reforça a função coercitiva do Executivo como gestor do ajuste fiscal e reconverte os princípios universalistas da Constituição de 88, relativo às políticas de seguridade de direitos básicos universais, em ações de combate à pobreza pela via de programas estratégicos de assistência social focalizada. (p. 198)

Dardot e Laval (2016) argumentam que o neoliberalismo transcende as meras políticas econômicas e permeia todos os aspectos da vida. Os autores enfatizam que essa nova fase do sistema capitalista requer a presença de um Estado forte para manter a ordem no mercado, e neste cenário, o Estado desempenha um papel importante na promoção de projetos de infraestrutura, como estradas e hidrelétricas. Muitas vezes, isso ocorre às custas das comunidades locais e do meio ambiente, tudo em nome do crescimento econômico. O neoliberalismo reformulou tanto as empresas quanto o Estado, orientando-os em direção a uma mentalidade competitiva e eficiente. Esta mentalidade se reflete nas políticas de integração na Amazônia, onde as empresas priorizam a maximização dos lucros, negligenciando as comunidades locais e o meio ambiente.

Autores como Santos (2004) e Canclini (2014), também foram críticos à expressão da globalização que acompanha as políticas neoliberais. Uma vez que, no lugar de conectar os

¹⁴ Bresser-Pereira (Idem) considera que “o Consenso de Washington, que não pode ser entendido como uma simples lista de dez reformas ou ajustes arrolados por John Williamson no paper que deu origem à expressão. Nessa lista havia, inclusive, reformas e ajustes que são necessários. O Consenso de Washington é, na verdade, a forma que a ideologia neoliberal e globalista assumiu, efetivamente, no plano das políticas econômicas recomendadas aos países em desenvolvimento. Em alguns trabalhos, distingui o primeiro do segundo Consenso de Washington, para salientar que no primeiro, a preocupação fundamental expressa naquela lista é com o ajuste macroeconômico que se tornou necessário devido à grande crise da dívida externa dos anos 1980, enquanto que o segundo, dominante a partir da década de 1990, pretende ser também uma estratégia de desenvolvimento baseada na abertura da conta capital e no crescimento com poupança externa. Contudo, os dois formam um único consenso – o consenso dos países ricos em relação a seus concorrentes, de desenvolvimento médio” (p. 17).

povos e tornar a vida melhor para todos, jogou populações inteiras na miséria e não mudou as características desiguais da Divisão Internacional do Trabalho. Ou seja, países que eram periféricos e semi-periféricos desde o século XVI continuaram mantendo sua condição de produtores de commodities e matérias-primas. Além disso, a imposição da cartilha econômica neoliberal em todo o mundo reduziu a possibilidade de os Estados nacionais investirem em políticas públicas de industrialização e assistência social para seus povos.

Diante dessas críticas ao neoliberalismo e suas consequências, surge a necessidade de explorar alternativas que possam promover o desenvolvimento econômico de forma mais equitativa e sustentável. Nesse contexto, as teses sobre um novo desenvolvimentismo emergem como uma abordagem promissora, uma visão que busca conciliar o papel ativo do Estado na promoção do desenvolvimento com a necessidade de uma economia competitiva e eficiente.

1.1.3 O Novo Desenvolvimentismo

A partir da década de 1990, o debate sobre um novo desenvolvimentismo¹⁵ ganha contornos mais definidos em relação às suas implicações para as relações de trabalho. Enquanto o modelo neoliberal predominante promove medidas governamentais direcionadas aos interesses das empresas transnacionais e dos organismos multilaterais, o novo desenvolvimentismo propõe uma abordagem alternativa. Esse paradigma defende a intervenção ativa do Estado na economia, visando não apenas ao crescimento econômico, mas também à garantia de direitos trabalhistas e sociais.

O novo desenvolvimentismo aparece como uma alternativa às políticas que promoveram a flexibilização e diminuição do mercado interno, políticas essas baseadas na redução de regulamentações e na abertura da economia para investimentos estrangeiros, que começaram com o Governo Collor e foram ampliadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, segundo Pochmann (2008). Diferente da abordagem neoliberal, o novo desenvolvimentismo sugere adotar políticas de apoio à indústria e investimentos em infraestrutura para estimular a produção

¹⁵ Bresser-Pereira (Op. cit.) foi um dos primeiros a empregar o termo novo desenvolvimentismo. Outros estudiosos no campo da economia, e da sociologia, vêm nos últimos anos produzindo reflexões e desenhando uma agenda de pesquisa, dentre os quais merecem destaque: Kugelman (2007), Ivo (2012), Draibe e Riesco (2011), Ramalho e Vêras de Oliveira (2013). De acordo com Boito Jr (2012), o "Neo" desenvolvimentismo dos anos 2000 é bastante diferente do desenvolvimentismo dos anos 1930-1980. Ele tem taxas de crescimento muito menores do que as observadas no período anterior. Além disso, ele favorece setores de baixo valor agregado, como o processamento de produtos agrícolas e a indústria de transformação. Ele também se concentra mais nas exportações, visando o mercado externo. É importante destacar o papel do Estado brasileiro em promover a expansão da grande burguesia nacional para o exterior, especialmente para o hemisfério sul, utilizando recursos financiados pelo BNDES. (BOITO Jr., 2012, p. 71-73).

do país e reforçar o mercado interno, buscando um crescimento econômico que seja socialmente justo. Bresser-Pereira (2006) descreve o novo desenvolvimentismo como:

O novo desenvolvimentismo é, ao mesmo tempo, um “terceiro discurso”, entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional, e o conjunto de diagnósticos e ideias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-Nação, da sua estratégia nacional de desenvolvimento. É um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Como o antigo desenvolvimentismo, não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento. (p. 12).

Bresser-Pereira (Idem) defende ainda que esse novo desenvolvimentismo para países como o Brasil, deve expressar um novo acordo entre as classes sociais e um Estado forte, voltado para a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento (p.10-11), que contemple a manutenção da estabilidade macroeconômica, o fortalecimento do mercado e do Estado, com ênfase numa política industrial, e a promoção de poupança interna e inovação.

Tabela 1 - Comparativo entre Desenvolvimentismo e Novo Desenvolvimentismo

Antigo desenvolvimentismo	Novo desenvolvimentismo
1. A industrialização é baseada na substituição de importações.	1. Crescimento baseado na exportação combinada com um mercado interno forte.
2. O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos.	2. O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas.
3. A política industrial é central.	3. A política industrial é subsidiária.
4. Atitude mista em relação aos déficits orçamentários.	4. Rejeição dos déficits fiscais.
5. Relativa complacência com a inflação.	5. Sem complacência com a inflação.

--	--

Fonte: Bresser-pereira (2014)

No cenário de debate entre o antigo e novo desenvolvimentismo, Boschi e Gaitán (2008) considera que as mudanças operadas no capitalismo, em âmbito global, impedem o retorno a modelos desenvolvimentistas clássicos. Para Dowbor (2008), a potencialidade dos programas de transferência de renda e do microcrédito como dinamizadores de um “círculo virtuoso” da microeconomia e da inserção social, estímulo ao mercado interno, o que pode impactar de forma positiva sobre a mobilidade social mais ampla. Asseburg e Gaiger (2007) advertem sobre os alcances limitados em relação às condições estruturais da distribuição, à qualidade das políticas públicas e à natureza precarizada das relações de trabalho. Mota (2015), considera que:

[...] embora este novo modelo de desenvolvimento, em sua retórica, defenda o rompimento com o neoliberalismo e o retorno à intervenção do Estado na economia anunciando um horizonte de desenvolvimento econômico com justiça social, ele aprofunda a intensidade e exploração do trabalho, a mercantilização dos recursos naturais e minerais, a cooptação dos movimentos sociais, a financeirização da economia e o consentimento das massas despolitizadas por intermédio de políticas compensatórias de transferência de renda, fatores que tornam inviável um desenvolvimento baseado na ampliação dos direitos sociais universais, na politização das classes subalternas e preservação do meio ambiente (p. 2)

Para Amaral (2014), embora utilize um discurso anti-imperialista e pós-neoliberal para angariar apoio eleitoral, o novo desenvolvimentismo não rompeu com a lógica do capital transnacional:

[...] está em curso um processo de repolitização regressiva da política que se faz com os argumentos anti-imperialistas, porém, em defesa do nacional-capitalismo, cuja principal mediação não são reformas sociais com impacto na redistribuição de renda. A intervenção social dos governos progressistas, vale dizer, nesses países em que a ideia de progresso se vincula a processos de modernização, sem que se alterem os pilares das relações sociais capitalistas, se dá nas políticas compensatórias de enfrentamento da pobreza, feitas com o uso de novas pedagogias de concertação de classe (p. 172).

Ridenti (*apud* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013) questiona a importância de um retorno ao desenvolvimentismo que fora tão criticado no passado e lembra que no antigo desenvolvimentismo omitiram-se as contradições de classes, ao priorizarem-se as contradições entre nações. Assim, é fundamental que se pergunte: a quem serve o desenvolvimento? Sob pena de serem reeditados os mesmos problemas do passado.

Apesar das discussões sobre o impacto do novo desenvolvimentismo no Brasil e na América Latina, muitos estudiosos veem um papel crescente do governo na economia. No Brasil, essa maior participação do governo é vista como uma resposta ao liberalismo econômico, marcando uma fase histórica durante os governos de Lula e Dilma. Eles buscaram melhorar a distribuição de renda, mas não focaram muito nas condições de trabalho ou na

qualidade de vida dos trabalhadores, segundo Mota (2015). A ideia era combinar o crescimento econômico com políticas que promovessem a distribuição de renda e a inclusão social. Medeiros e Lira (2020) destacam que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) tentaram criar um acordo entre diferentes grupos sociais e políticos no Brasil:

[...] de um lado, mantinham os aliados tradicionais vinculados ao partido, como sindicatos urbanos, parte da burocracia pública, movimentos e associações sociais. Por outro lado, cediam às pressões de setores da elite brasileira e mundial, como banqueiros, agroexportadores e empresários, adotando uma agenda de políticas conservadoras dando primazia ao crescimento econômico e ao livre-mercado (p. 268).

Para Vêras de Oliveira (Op. cit.), o problema maior do novo discurso desenvolvimentista do Governo Federal tem sido o PAC, lançado em 2007. Para o autor:

O Governo Lula passou a incorporar o referencial do papel indutor do Estado com vistas ao crescimento econômico, realçando, ao mesmo tempo, o seu compromisso com a geração de emprego e renda e a estabilidade macroeconômica (Pêgo; Campos Neto, 2008). Objetivou-se, por meio de investimentos, principalmente em infraestrutura, aumentar a produtividade das empresas, estimular investimentos privados, gerar emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais. Até 2010, segundo dados oficiais, foram investidos mais de R\$ 600 bilhões, oriundos do Governo Federal, de empresas estatais e do setor privado, com destaque para os setores de energia, transporte, habitação, saneamento, recursos hídricos, além de programas de impacto social, como o “Minha Casa Minha Vida” (habitação) e o “Luz para Todos” (distribuição de energia elétrica). A participação do investimento total no PIB passou de 16,4%, em 2006, para 18,4%, em 2010 (Brasil, 2010). Em 2010, foi lançado o PAC 2, redefinindo, mas, sobretudo, confirmando, os eixos estruturantes da sua primeira edição (Brasil, 2012). Para Batista Jr. (2007), não obstante as críticas, ocorreu “uma mudança na orientação da política econômica”, onde essa “pode ser excessivamente cautelosa ou lenta, mas ela é significativa”. O governo Lula está migrando, aos poucos, para o desenvolvimentismo, talvez um desenvolvimentismo ‘light’”. (p. 237)

Resumindo, o novo desenvolvimentismo busca crescer economicamente e promover justiça social por meio de igualdade de oportunidades. Porém, apenas aumentar o número de empregos não garante a felicidade dos trabalhadores, em especial considerando a competição com países como China e Índia, onde há muita mão de obra aceitando trabalhar em condições precárias por baixos salários, como aponta Mota (2015, p. 9).

Diante dessas questões, é importante analisar como o desenvolvimento e as condições de trabalho mudaram no Brasil, em especial em Altamira após a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Esta análise ajudará a entender os efeitos econômicos e sociais dessa grande obra e o que isso significa para os trabalhadores locais. É crucial ter políticas que protejam os direitos dos trabalhadores e promovam uma inclusão social mais equitativa. A questão que permanece em aberto é se os trabalhadores possuem a capacidade de impactar uma transformação rumo a condições laborais aprimoradas e um modelo de desenvolvimento que preze tanto pela equidade social quanto pela preservação ambiental, aspectos tão fundamentais quanto a eficiência econômica, como coloca em questão Vêras de Oliveira. (Op. cit., p. 250).

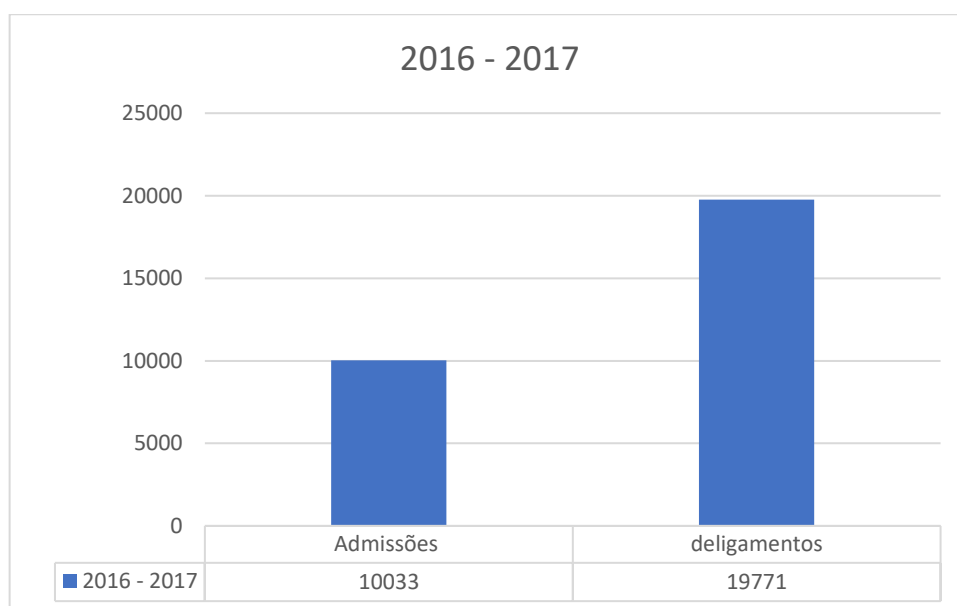
1. 2 O COMPLEXO DE BELO MONTE: ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

As transformações estruturais no sistema capitalista e a flexibilização das relações de trabalho estão ligadas ao fenômeno da precarização laboral. No contexto da UHBM, essas mudanças não passaram despercebidas, afetando tanto os trabalhadores tradicionais, que antes subsistiam da pesca ou da produção de tijolos nas olarias às margens dos igarapés, quanto os migrantes que buscavam emprego na região. Em maior ou menor medida, esses indivíduos acabaram vivenciando uma crescente dependência econômica em relação à hidrelétrica.

O expressivo número de empregos temporários gerados durante a construção de Belo Monte desaparece após a conclusão do projeto. Enquanto alguns trabalhadores tiveram a opção de retornar às suas cidades de origem, para muitos dos trabalhadores tradicionais, essa alternativa não se mostrou viável. As olarias, que antes eram fonte de sustento, deixaram de existir, e o reassentamento para onde foram realocados fica distante das margens do rio.

Dessa forma, esses trabalhadores tiveram que enfrentar um futuro incerto no mercado de trabalho, o que levou alguns deles a recorrerem à informalidade ou a aceitarem empregos precários como única opção disponível. Essa realidade reflete não apenas a transformação nas condições de trabalho após Belo Monte, mas também a precarização que muitos indivíduos enfrentam em suas trajetórias laborais.

Figura 1 - Conjunto atualizado de obras da Hidrelétrica de Belo Monte



O cenário de desequilíbrio no mercado de trabalho de Altamira, entre os anos de 2016 e 2017, após o término da construção da hidrelétrica de Belo Monte, evidenciado pelo gráfico acima, revela uma significativa disparidade entre as taxas de desligamentos e admissões. Com um saldo negativo de 9.738 postos de trabalho, representando um aumento próximo de 194,2% no número de demissões em relação às admissões, essa diferença pode ser atribuída, em grande parte, ao encerramento de contratos temporários e à diminuição da demanda por mão de obra na região. Esse desequilíbrio reflete não apenas uma transição econômica, mas também implicações profundas nas relações de trabalho e na estrutura social do município.

Nesse contexto, o termo "trabalho informal" assume uma nova relevância, como destacado por Oliveira (Op. cit.). O trabalho informal, que antes poderia ser considerado uma situação temporária em direção à formalização completa das relações de trabalho, transformou-se em uma forma que combina acumulação insuficiente com o privilegiamento da acumulação propriamente industrial das sociedades modernas. Essa mudança de paradigma desafia as concepções tradicionais de formalidade e informalidade, refletindo a complexidade e heterogeneidade do mercado de trabalho em transformação.

Essas transformações estruturais em curso na sociedade e na economia têm um impacto significativo na redefinição das relações de produção, nas formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e nas instituições de trabalho. O processo de informalidade, como denominado por Cacciari (2000), emerge como um fenômeno fundamental que influencia essas mudanças. Desse processo, surgem pelo menos dois fenômenos merecedores de atenção como objetos de estudo, destacando a necessidade de compreender não apenas o mercado de trabalho em si, mas também as dinâmicas sociais e econômicas mais amplas que o permeiam.

O primeiro fenômeno refere-se à reorganização do trabalho assalariado, abrangendo as relações laborais que são estabelecidas, expandidas ou reconfiguradas nesse contexto. Isso implica uma profunda reformulação das relações de trabalho nas diversas formas de organização da produção e do mercado de trabalho, em especial no setor formal da economia. Essas transformações ocorrem em territórios e espaços que precisam ser identificados e delimitados, mas que vão além de uma simples dimensão geográfica ou política. Eles são compreendidos como espaços socialmente construídos, onde as relações de trabalho e produção se materializam e se reproduzem, refletindo dinâmicas de poder, resistência e adaptação que caracterizam a ocupação e o uso do espaço.

Essa perspectiva permite compreender que as mudanças no mundo do trabalho não se limitam a locais físicos, mas se desdobram em espaços impregnados de significados sociais, econômicos e culturais. Esses espaços são redefinidos pelas interações humanas e pelas

estruturas de dominação, evidenciando como o trabalho e a produção estão ligados às dinâmicas sociais e políticas que moldam a vida nas comunidades. Assim, a análise desses territórios e espaços revela não apenas as transformações econômicas, mas também as lutas e estratégias de sobrevivência que emergem em resposta às pressões do capital e do Estado.

O segundo fenômeno envolve o autoemprego e outras estratégias de sobrevivência adotadas por trabalhadores que enfrentam dificuldades para se reintegrar no mercado de trabalho formal ou para ingressar nele. Esse aspecto deve ser analisado considerando o espaço econômico passível de ser explorado por essas iniciativas, ou seja, o espaço econômico não ocupado por empresas capitalistas, definindo assim a categoria analítica conhecida como "setor informal" (CACCIAMALI, 1982). Essas estratégias de sobrevivência, embora muitas vezes precárias, representam uma resposta criativa e adaptativa às transformações estruturais no mercado de trabalho em contextos de desemprego e exclusão.

Esses dois fenômenos – a reorganização do trabalho assalariado e o crescimento do autoemprego e do setor informal – são relevantes quando aplicados ao contexto dos trabalhadores atingidos pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM). Após a conclusão do projeto, as transformações no mercado de trabalho local levaram muitos desses trabalhadores a adotar estratégias de sobrevivência, incluindo o trabalho informal e o autoemprego, como resposta às mudanças estruturais e à precarização do trabalho na região. Essas estratégias não apenas refletem a capacidade de adaptação desses indivíduos, mas também evidenciam as limitações do modelo de desenvolvimento implementado, que marginaliza as comunidades locais em favor dos interesses do capital.

Dessa forma, a análise desses fenômenos permite compreender não apenas as transformações econômicas e sociais decorrentes de grandes projetos como a UHBM, mas também as formas de resistência e adaptação que emergem diante das novas configurações do poder e da dominação. Esses processos destacam a complexidade das dinâmicas territoriais e a necessidade de abordagens que considerem tanto as dimensões materiais quanto simbólicas do espaço, em um contexto de profundas transformações socioeconômicas.

A expansão da informalidade e, como consequência, a precarização do trabalho não se limitam apenas à esfera econômica, mas também têm ramificações profundas na qualidade de vida dos trabalhadores. Essas ramificações abrangem uma série de desafios, incluindo problemas de saúde mental devido ao estresse relacionado ao trabalho, obstáculos no acesso à educação e dificuldades em prover suas famílias de forma adequada.

É importante ressaltar que a mudança forçada de emprego e de local de residência para as famílias reassentadas nos RUC de Altamira acarretou na perda das redes de apoio social e

comunitário que os trabalhadores tinham em suas áreas de origem. Essa perda de vínculos sociais e comunitários ampliou ainda mais a sua situação de vulnerabilidade, tornando essas famílias mais suscetíveis aos impactos adversos das mudanças econômicas e sociais.

Essa vulnerabilidade também se reflete nos indicadores relacionados ao trabalho e à renda. No que se refere ao trabalho formal e aos rendimentos, os dados do IBGE para o ano de 2017 revelam uma média salarial equivalente a 2,5 salários para a população em questão, com uma taxa de emprego formal correspondente a 17,1% da população. É digno de nota o percentual de pessoas com ocupações que auferem rendimentos de até meio salário mínimo, que atinge a marca de 41,5%. Esse dado pode estar correlacionado ao aumento do número de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família.

As transformações na ocupação e no emprego são aspectos importantes a serem considerados. A construção de Belo Monte ocasionou a realocação compulsória de muitos trabalhadores de suas ocupações tradicionais, como a agricultura ou a pesca, para empregos temporários ou informais associados à construção da usina. Essa transição pode resultar em empregos precários, caracterizados pela baixa segurança no emprego e condições de trabalho inadequadas. Essa mudança significativa na dinâmica ocupacional desses trabalhadores tem implicações profundas em suas vidas e em suas estratégias de subsistência.

O cenário de desequilíbrio no mercado de trabalho de Altamira, após o término da construção da hidrelétrica de Belo Monte, evidenciado pelo aumento significativo do número de desligamentos em relação às admissões, lança luz sobre as complexas implicações econômicas, sociais e individuais dessa realocação forçada. A emergência do fenômeno da informalidade e da precarização do trabalho nas trajetórias de trabalhadores das antigas olarias e pescadores artesanais nos instiga a identificar os impactos negativos que recaem sobre esses trabalhadores e suas comunidades. O aumento do trabalho informal emerge como uma reação ao desemprego provocado pelas transformações no ambiente econômico local, revelando os desafios e interrupções nas trajetórias de vida, assim como a adaptação do conjunto de práticas dessas comunidades. Essas reflexões nos conduzem à busca por uma abordagem analítica capaz de esclarecer como a implementação de grandes projetos, como Belo Monte, pode moldar sobremaneira as estruturas sociais e econômicas, exercendo um impacto significativo nas vidas das populações atingidas.

A UHBM, entre outros aspectos, representou uma mudança significativa nas trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente aqueles que viviam de atividades tradicionais, impactando suas vidas e comunidades. A sociologia do desenvolvimento nos leva

a refletir sobre como essas transformações afetaram e continuam a afetar o *habitus*¹⁶ dessas pessoas. Portanto, ao analisar a interseção entre desenvolvimentismo, hidrelétricas e as disposições, podemos compreender melhor as complexas dinâmicas sociais que surgem em torno de uma sociedade que passou por profundas transformações e, a partir disso, entender como esses mesmos indivíduos respondem às novas circunstâncias socioeconômicas que impactam nas dinâmicas de trabalho. A seguir, aprofundaremos nossa investigação nas trajetórias e inclinações dos trabalhadores atingidos por Belo Monte, visando elucidar essas dinâmicas complexas e multifacetadas.

1.3 BELO MONTE: O DESENVOLVIMENTO REDEFININDO TRAJETÓRIAS SOCIAIS

A construção de megaprojetos como Belo Monte traz consigo uma intrincada distribuição de poder, na qual empresas, governos e elites locais exercem influência significativa. Durante nossas observações, conversas e entrevistas com os trabalhadores atingidos, nosso principal objetivo foi identificar como essas estruturas de poder impactam as posturas desses indivíduos. Além disso, ao analisar as atitudes dos trabalhadores, tornou-se crucial considerar como seu capital simbólico e cultural, sua identidade étnica, tradições culturais, acesso à educação, experiências de vida, bem como sua exposição a diversos campos de atividade, moldaram suas práticas cotidianas, reações, perspectivas e respostas ao processo de construção da hidrelétrica. Nesse sentido, nossa pesquisa busca lançar luz sobre as complexas interações entre poder, cultura e identidade que permeiam as vidas dos trabalhadores atingidos por Belo Monte.

Diante dessa realidade, nossa pesquisa buscou investigar em que medida os trabalhadores atingidos por essas transformações se engajaram em resistências, mobilizações ou estratégias de adaptação como resposta às mudanças em suas vidas. Buscamos, dessa forma, adotar uma abordagem reflexiva e contextual acerca das condições desses trabalhadores, com o intuito de compreender como desenvolveram uma análise crítica de sua situação e das forças que influenciaram e transformaram suas vidas.

¹⁶ Segundo Bourdieu, *habitus* são como princípios que orientam as práticas de diferentes grupos sociais de forma única. Em seu livro "Razões Práticas", Bourdieu exemplifica esse conceito comparando o operário ao empresário industrial. Ele explica que o que o operário come, como pratica esportes e suas opiniões políticas são diferentes do empresário industrial, tanto no que consome quanto na forma como o faz. Essas diferenças não são apenas nas ações, mas também nos valores, nas visões de mundo e nos gostos. O *habitus* estabelece o que é considerado bom ou mau, distinto ou vulgar. Por exemplo, um mesmo comportamento pode ser visto como elegante por um grupo, pretensioso por outro e vulgar por um terceiro. (BOURDIEU, 1996, p. 22)

Para alguns, Belo Monte representa uma oportunidade de progresso econômico e industrial, enquanto outros enxergam-na como uma ameaça aos ecossistemas e às populações indígenas e tradicionais que habitam a região. O que parece evidente é que o projeto trouxe à tona questões cruciais sobre classes sociais, uma vez que este atraiu uma grande quantidade de trabalhadores migrantes, muitos dos quais viviam em condições precárias nos canteiros de obras. Isso gerou uma dicotomia entre a classe trabalhadora que executava o projeto e os tomadores de decisão e empresários envolvidos. A desigualdade de renda e oportunidades na região se agravou, criando tensões sociais evidentes.

A construção de Belo Monte causou mudanças significativas na vida das comunidades locais, evidenciando como o capital social, ou a falta dele, influencia quem participa das decisões e quem enfrenta as consequências. A teoria sociológica de Bourdieu, que considera não apenas fatores econômicos, mas também o capital cultural, econômico e social na estruturação das classes sociais, nos ajuda a entender como diferentes grupos são atingidos por esses projetos. O sociólogo francês destaca que a disputa por recursos e representação está intrinsecamente ligada à dinâmica das classes sociais, e projetos como Belo Monte ilustram essas interações complexas.

Com Belo Monte, ficou evidente que as disparidades de poder e acesso aos recursos são ampliadas não apenas pela renda, mas também pela educação, redes de contatos e capital simbólico. Sobre esse ponto, a análise de Pierre Bourdieu oferece uma perspectiva rica e detalhada para compreender essas dinâmicas. Em seu artigo "Espaço social e gênese das classes" (2012), Bourdieu expande a compreensão de poder e desigualdade ao introduzir os conceitos de capital cultural, social e simbólico. Ele argumenta que as posições e inclinações correspondentes no espaço social não são suficientes, por si só, para constituir uma classe no sentido genuíno: ou seja, uma classe como uma força que exerce efeitos sociais e históricos concretos.

Bourdieu propõe que os indivíduos que compartilham uma posição no espaço social são apenas isso: indivíduos. Para que se configurem como uma classe, é necessário que desenvolvam uma identidade coletiva, atuem em conjunto e se reconheçam mutuamente como integrantes de uma classe. Essa abordagem enfatiza que a mera existência de condições objetivas comuns não basta para formar uma classe. Em vez disso, Bourdieu destaca a importância da ação coletiva e do reconhecimento mútuo entre os indivíduos, elementos fundamentais para que uma classe se torne uma força social e histórica ativa. Ao utilizar a noção de classe apresentada por Bourdieu, pretendo destacar como as desigualdades observadas no contexto de Belo Monte não se limitam a fatores econômicos, mas envolvem também dinâmicas

simbólicas, culturais e sociais que influenciam a formação de identidades coletivas e a distribuição de poder.

Essa perspectiva permite compreender como a proximidade entre indivíduos em posições sociais similares favorece a formação de comunidades que compartilham estilos de vida, perspectivas e atitudes semelhantes. Segundo Bourdieu, essa convivência cotidiana pode gerar uma consciência implícita sobre o papel desses indivíduos no mundo, caracterizando algo próximo a uma mentalidade de classe. No entanto, essa afinidade não se traduz em uma classe no sentido político e histórico. Para isso, é necessário que ocorra organização e mobilização coletiva, transformando experiências compartilhadas em ação social efetiva.

Isso nos leva a refletir sobre como os trabalhadores atingidos pela construção da Hidrelétrica de Belo Monte, apesar de compartilharem circunstâncias semelhantes em termos de realocação forçada e mudanças nas condições de trabalho, não necessariamente se identificam ou agem de forma coletiva como uma classe. Suas experiências individuais e históricas, bem como suas inclinações e perspectivas, podem variar bastante. Portanto, entender a dinâmica das classes sociais nesse contexto requer uma análise mais complexa e sensível às nuances das trajetórias individuais e coletivas desses trabalhadores.

Pierre Bourdieu diz que apenas as posições sociais não são o suficiente para definir classes sociais reais. Embora essas posições expliquem algumas diferenças em valores e estilos de vida, ele reconhece que grupos específicos, como família, vizinhos e amigos, têm um papel importante na formação de identidades e relações sociais. As pessoas também desenvolvem um senso de pertencimento e ideias sobre o que é apropriado para o grupo ao qual pertencem (CROSSLEY, 2018, p. 131).

Para o autor de "A Distinção", a formação de uma classe social real vai além das posições no espaço social; ela exige um senso prático compartilhado por aqueles que ocupam essas posições. Esse senso prático é crucial para unir as pessoas em grupos coesos. No contexto da classe trabalhadora, partidos trabalhistas e sindicatos desempenham um papel fundamental na organização e na construção da identidade de classe. Eles persuadem os membros a se verem como parte da classe, contribuindo para a formação e consolidação da classe como uma unidade social coesa. Isso é essencial para entender como as trajetórias e disposições dos trabalhadores afetados por Belo Monte podem ser moldadas ao longo do tempo.

Na teoria bourdieusiana, a ideia de classe é relacional, ligada aos conceitos de *habitus* e *campo*. Os valores são moldados pelas interações em redes sociais específicas. O sociólogo francês destaca uma conexão direta entre a posição social e a disposição das pessoas. Argumenta que as posições no espaço social e as condições sociais associadas explicam as

diferenças nas disposições sociais, sem depender muito da mistura social diferencial. Em outras palavras, as interações sociais são explicadas pelas semelhanças nos estilos de vida, e não o contrário.

Para entender como Belo Monte afetou comunidades locais, usamos o conceito de *habitus*, central na teoria de Bourdieu. Esse termo se refere a padrões mentais e inclinações internalizados ao longo da vida, moldados pelo ambiente social, econômico e cultural. Esse conjunto de valores é uma característica dos atores e possui uma estrutura que molda e é moldada por eles (BOURDIEU, 2017, p. 164). A personalidade cultural das pessoas é uma estrutura organizada de maneira sistemática, não aleatória, e composta por disposições que influenciam percepções, apreciações e práticas. Assim, esse sistema de valores movimenta as disposições sociais, o termo este, que é crucial para juntar as ideias de estrutura e tendência:

Disposição exprime, em primeiro lugar, o resultado de uma ação organizadora, apresentando então um sentido muito próximo ao de palavras tais como estrutura; designa, por outro lado, uma maneira de ser, um estado habitual (em particular do corpo) e, em particular, uma predisposição, uma tendência, uma propensão ou uma inclinação (BOURDIEU, Pierre. Sociologia. Org. de Renato Ortiz. São Paulo: Ática 1983, p. 61)

No contexto de Belo Monte, o sistema de valores dos moradores da região amazônica desempenha um papel importante, uma vez que muitos habitantes dessa área têm uma profunda conexão com a natureza, dependendo dela para sua subsistência e identidade cultural. A construção de uma grande hidrelétrica, como a de Belo Monte, exerce uma influência direta sobre o ambiente natural, desafiando assim as características e práticas cotidianas das comunidades afetadas. Esse fenômeno resulta em alterações significativas, demandando ajustes, adaptações e resistências por parte dessas populações. Além disso, o deslocamento forçado das comunidades locais para os RUC induz transformações nas dinâmicas sociais e econômicas da região, acarretando uma série de impactos ambientais, tais como a modificação dos cursos dos rios e a destruição de habitats naturais. Essas mudanças têm o potencial de instaurar novos sistemas de valores entre os moradores atingidos, que se veem compelidos a se adaptar a uma nova realidade imposta pelo projeto.

A teoria de Bourdieu enfatiza a relação entre as tendências individuais e os recursos acumulados, os quais interagem com o ambiente social. Essa interação pode ser resumida em uma equação simples: nossas ações são influenciadas tanto pelas nossas características pessoais quanto pela nossa posição no contexto social atual. Essa abordagem destaca a interdependência de três conceitos principais - *habitus*, *campo* e *capital*. Além disso, essa relação implica em uma cumplicidade ontológica, onde o campo estrutura o sistema de valores dos indivíduos, enquanto

esses valores, por sua vez, moldam a compreensão que os atores têm de suas vidas e do próprio campo (BOURDIEU e WACQUANT, 2005).

Podemos entender que cada momento de nossa vida é resultado de uma série de eventos passados que influenciaram nosso caminho. Em qualquer momento, enfrentamos várias possibilidades de escolha, baseadas em nossas ações e crenças. Essas escolhas são influenciadas pelo contexto em que estamos inseridos - nossa posição em um determinado ambiente social. No entanto, as opções disponíveis para nós, tanto as que percebemos quanto as que não percebemos, são moldadas por nossas experiências passadas, que moldam nossa visão de mundo. Assim, as escolhas que fazemos são uma combinação das opções disponíveis no momento presente, influenciadas pelo nosso contexto atual, e de nossas tendências pessoais, o que chamamos de *habitus* (BOURDIEU, 2009, p. 86 - 107).

É fundamental ressaltarmos que as estruturas das disposições não são nem fixas nem estão em fluxo constante. Pelo contrário, nossas inclinações evoluem; são duradouras e passíveis de serem ajustadas, mas não são imutáveis. De forma simultânea, a própria realidade social ao nosso redor, os contextos em que estamos inseridos, transformam-se de acordo com suas lógicas, nas quais também desempenhamos um papel contributivo. Por conseguinte, para compreendermos as práticas sociais dos agentes, é essencial compreender tanto as mudanças nos campos em que os atores estão inseridos quanto o sistema de valores em constante evolução que esses agentes trazem para suas atividades nos campos sociais (Op. cit.).

Na nossa análise, buscamos conectar passado, presente e futuro, além de unir o contexto social em transformação com o indivíduo. Ou seja, queremos entender a relação entre o que é objetivo e subjetivo, entre a estrutura e a ação. Nesse sentido, as disposições representam uma forma de subjetividade socializada, mostrando como a pessoa assume um papel na sociedade, já que as inclinações do sistema de valores influenciam nossas ações e contribuem para as estruturas sociais. Além disso, a interação entre a cultura que absorvemos do mundo exterior e como expressamos nossas experiências pessoais envolve tanto a estrutura social quanto as vivências pessoais (BOURDIEU, 1983, p. 60).

Analisar Belo Monte pela ótica das trajetórias dos atingidos nos ajuda a entender a complexidade das relações entre o projeto e as comunidades locais. A resistência e as lutas sociais contra a usina podem ser vistas como uma maneira das pessoas protegerem sua identidade cultural e manterem seus estilos de vida, mesmo com as mudanças trazidas pelo projeto. A análise das trajetórias foi crucial nesse contexto, pois nossa pesquisa explorou como as práticas específicas mudaram após Belo Monte em comparação com as estruturas anteriores relacionadas a essas práticas.

A incorporação das disposições sociais como uma ferramenta metodológica é fundamental na tradição da sociologia da prática. Antes, porém de assumir a existência de um processo sociocognitivo de transferência de disposições, é essencial investigar como as experiências de socialização podem coexistir dentro de um mesmo indivíduo, a profundidade com que essas experiências se enraízam e como elas afetam diferentes momentos da vida social e da trajetória de um sujeito. Mas o que exatamente são disposições ou sistemas de disposições? Como elas se transformam em um conjunto de diretrizes que impulsionam as ações de um indivíduo? E, de maneira fundamental, como essas disposições nos foram benéficas durante a condução desta pesquisa?

Embora nossa pesquisa tenha se concentrado principalmente no momento presente, é importante reconhecer que a construção de Belo Monte foi um processo que se estendeu por muitos anos. O que nos levou a realizar uma análise longitudinal das mudanças nas disposições e estratégias desses indivíduos, incorporando suas histórias pessoais e suas trajetórias ao longo do tempo.

Destarte, é essencial explorar essas questões por meio de uma pesquisa empírica que busque analisar de forma sistemática as disposições sociais em jogo, levando em consideração o contexto da ação, que inclui o domínio das práticas, a esfera de atuação, o microcontexto e as interações específicas. Nesse sentido, ao aplicar essa abordagem à análise dos trabalhadores atingidos por Belo Monte, é possível investigar como as experiências de socialização moldam suas disposições individuais e coletivas, considerando o contexto complexo e dinâmico em que estão inseridos. Tese corroborada por Lahire:

Devemos, então, nos perguntar sobre como se formam as disposições (ou esquemas). Será que essas disposições podem se estender progressivamente e mesmo desaparecer completamente devido à falta de sua atualização (Bourdieu dizia que as disposições podem se cansar)? Será que elas podem ser destruídas por um trabalho sistemático de contrassocialização (por exemplo todas as vontades missionárias, sectárias, totalitárias ou escolares dos hábitos existentes, hábitos considerados como maus e que devem ser erradicados)? Será que podemos avaliar os graus de constituição e de reforço das disposições segundo, particularmente, a frequência e a intensidade de sua incorporação, distinguindo assim disposições fracas (crenças passageiras, friáveis e hábitos efêmeros) e disposições fortes? Como as múltiplas disposições incorporadas, que não formam necessariamente um sistema coerente e harmonioso, se organizam ou se articulam? (2017, p. 40)

Na pesquisa, quando fazemos entrevistas para entender como as pessoas pensam e agem, é importante saber que o que as pessoas dizem nem sempre mostra como agirão. A complexidade está no fato de que temos diferentes formas de agir dentro de nós e várias ideias que não conseguimos expressar em palavras. Algumas dessas ideias estão ligadas às regras da sociedade, que aprendemos em lugares como família, escola e mídia. Essas regras têm mais ou

menos influência dependendo de quanto aprendemos e aceitamos. Assim, na psicologia humana, é complicado saber se o que as pessoas dizem sobre si mesmas se traduz em suas ações.

Ao aplicarmos essas considerações à situação dos trabalhadores tradicionais atingidos por Belo Monte, torna-se ainda mais relevante examinar como suas crenças e disposições individuais são moldadas não apenas por sua experiência direta, mas também por um complexo conjunto de influências sociais. Isso nos permite compreender melhor as nuances das suas ações e reações diante das transformações em suas vidas causadas por esse empreendimento.

Falar sobre a disposição de alguém envolve interpretar o que motiva suas ações, crenças e atitudes. É um esforço para entender os princípios subjacentes que influenciam a diversidade de práticas dessas pessoas. Nas entrevistas, assumimos que o passado desses indivíduos deixou marcas duradouras em suas características disposicionais, como propensões, inclinações, hábitos e tendências. Essas características moldam suas visões de mundo, emoções e comportamentos de maneira persistente. Assim, estamos buscando descobrir o que impulsiona as ações e atitudes, considerando que as disposições são construções interpretativas que não podem ser observadas diretamente.

As disposições, contudo, impõem percalços àqueles que o utilizam. Lahire (2004) enumera as limitações empíricas e que correlatos metodológicos e teóricos deve ter o pesquisador ao utilizá-lo:

1) toda disposição tem uma gênese que devemos nos esforçar para situar; 2) A noção de disposição supõe que seja possível observar uma série de comportamentos, atitudes e práticas que seja coerente; 3) como uma disposição é o produto incorporado de uma socialização (explícita ou implícita) passada, ela só se constitui através da duração, isto é, mediante a repetição de experiências relativamente semelhantes. A força de uma disposição só diminui quando ela não é utilizada; 4) embora a noção de disposição implique uma operação cognitiva que evidencia a coerência de comportamentos, opiniões, práticas diversas e muitas vezes dispersas, não se deve pensar que, obrigatoriamente, a disposição deve ser geral, transcontextual e ativa em todos os momentos da vida dos atores; 5) uma disposição não é uma resposta simples e mecânica a um estímulo, mas uma maneira de ver, sentir ou agir que se ajusta com flexibilidade às diferentes situações encontradas [...] No entanto, nem sempre a disposição consegue se ajustar ou se adaptar, e o processo de ajuste não é o único possível na vida de uma disposição [...] Dessa forma, ela pode ser inibida (estado de vigília) ou transformada, devida a sucessivos reajustes congruentes (p. 27 – 30)

Isso significa perceber que existem disposições que podem ser categorizadas como fortes ou fracas, sendo que a intensidade relativa destas é, em parte, determinada pela frequência de suas atualizações. Não se pode adquirir uma disposição sólida em questão de horas; em vez disso, a formação de disposições duradouras demanda tempo. Algumas disposições já estabelecidas podem enfraquecer ao longo do tempo ou ganhar força, dependendo das

circunstâncias de sua renovação, enquanto outras podem encontrar obstáculos para sua atualização e, por vezes, se deparam com disposições repressivas.

Portanto, é possível que os indivíduos que foram socializados em determinado contexto tenham internalizado hábitos que não necessariamente desejam cumprir. Eles podem executá-los por inércia, seguindo um padrão automático, por força do hábito, ou, em situações menos desejáveis, por obrigação, como quando dizem: "Não quero fazer isso, mas me sinto compelido" ou "Estou fazendo isso apenas porque sou obrigado". Nesses casos, a ação é desprovida de paixão ou entusiasmo. Isso ressalta a importância de compreender como as disposições dos trabalhadores atingidos por Belo Monte são moldadas e como essas disposições influenciam seu comportamento e atitudes no local de trabalho.

As pesquisas empíricas permitem precisar as diferentes formas pelas quais os diferentes hábitos e suas atualizações são vividos. O “mais forte que eu” que caracteriza as disposições (quanto a propensões e inclinações). Segundo Lahire (2017) as entrevistas sobre as práticas culturais permitem ainda, seccionar duas dimensões distintas.

Por exemplo, a descoberta de grandes leitores ou de amantes da leitura entre alunos que possuem fracas competências em língua francesa e, inversamente, pessoas que leem pouco e pouco interessadas pela cultura livresca entre alunos bastante competentes na escola permite dissociar competência de apetência. Ou seja, a competência cultural é uma condição à apropriação de uma prática assídua e apaixonada pela leitura, mas não é o bastante para criar o grande leitor ou o leitor inflamado (p. 47).

As entrevistas permitem ainda observar as diferenças de comportamento entre contextos distintos, possibilitando a análise de se essas diferenças não seriam o resultado da refração de um mesmo conjunto de disposições (de um mesmo sistema de valores) em diferentes contextos. Lahire, se pergunta:

Se em lugar de generalizar as disposições, estas fossem, por vezes, simplesmente inibidas ou desativadas para ceder à formação ou à ativação de outras disposições? E se elas fossem disposições sociais de caráter específico, circunscritas em um domínio particular, podendo o mesmo indivíduo desenvolver disposições diferentes em contextos sociais diversos? E se, ao invés de um simples mecanismo de vigilância ou inibição/ativação de disposições supondo evidentemente que cada indivíduo singular seja portador de uma pluralidade de disposições que atravessa igualmente uma pluralidade de contextos sociais? (Idem, p. 51)

Como mencionado antes, nossa abordagem busca entender o fenômeno social de uma maneira mais flexível e individualizada. Em outras palavras, queremos entender o que torna cada situação única, analisando os processos gerais que formam essas situações complexas. Nossa visão sociológica se concentra nas diferenças entre pessoas e até mesmo dentro de cada pessoa, baseada em uma teoria de ação fundamentada em uma sociologia das diversas disposições. Isso significa que as experiências passadas de socialização podem ser muito

diferentes, levando a ações e crenças variadas e, por vezes, conflitantes. Além disso, reconhecemos que o contexto atual desempenha um papel crucial na manifestação dessas disposições, e esse contexto pode variar de forma significativa.

Dessa forma, ao analisarmos as transformações nas trajetórias de trabalhadores atingidos por Belo Monte, estávamos analisando uma situação de crise que, como outras, foi desencadeada por várias ocasiões de desajuste, de desconexão entre o que havíamos incorporado e o que as situações exigiam daqueles indivíduos. Tratava-se, em última análise, de uma crise na harmonia ou cumplicidade ontológica entre o passado incorporado e a nova situação, uma condição que pôde ser compreendida como uma resistência à mudança, conforme mencionado antes. As noções de mudança de geração, deslocamento das disposições, crise social e reestruturação do campo eram termos intimamente relacionados na discussão da evolução dos fenômenos sociais ao longo do tempo, todos se relacionam a esse efeito de resistência à mudança. As disposições, como produto do condicionamento social e, portanto, resultado de uma história individual (diferente do caráter), estavam em constante transformação (BOURDIEU, 1994, p. 116). Essas disposições em constante evolução, por sua vez, continuavam a moldar a estrutura do próprio campo em um processo contínuo e duradouro de mudança. Assim, à medida que o capital se transformava, as disposições o acompanhavam.

O debate científico sobre a sensação de deslocamento no tempo e no espaço pode ser identificado em praticamente todas as Ciências Sociais. Por exemplo, Marx, ao longo de sua obra, mas de forma específica em "Manuscritos Econômicos e Filosóficos" (2004), "A Ideologia Alemã" (2007) e "O Capital" (2008), utiliza o termo alienação para descrever a desconexão do indivíduo, no contexto do modo de produção capitalista, em relação ao produto de seu trabalho e à sociedade ao seu redor. Da mesma forma, Durkheim, em "As Regras do Método Sociológico" (2002) e "O Suicídio" (2000), emprega o conceito de anomia para descrever a relação perturbada de um indivíduo com uma sociedade carente de normas que orientem o comportamento, ou seja, uma sociedade onde falta um conjunto de regras que regulamentem as relações sociais. Ambos os conceitos, alienação e anomia, sugerem que, quando ocorre uma mudança na sociedade, há uma força moral subjacente que influencia a direção dessa mudança (HARDY, 2022, p. 171).

O fenômeno de resistência à mudança está ligado à formação das disposições, em que as práticas enfrentam o risco de sanções negativas quando o ambiente em que estão inseridas se distancia daquele ao qual foram adaptadas em sua origem. Essa mesma lógica pode ser aplicada para analisar as transformações na vida dos trabalhadores afetados por Belo Monte.

A histerese dos habitus, que é inerente às condições sociais da reprodução das estruturas no habitus, é sem dúvida um dos fundamentos do desacordo estrutural entre as ocasiões e as disposições para aproveitá-las que gera as ocasiões perdidas e, em particular, a impotência, frequentemente observada, para pensar as crises históricas segundo categorias de percepção e do pensamento que não sejam as do passado. (BOURDIEU, 1983b, p. 77)

Um exemplo claro de resistência à mudança, no qual as disposições, baseadas em um contexto histórico, não se alinham com as demandas contemporâneas do campo, pode ser visto nos trabalhadores atingidos por Belo Monte, que enfrentam uma situação semelhante à descrita por Marx em relação a Dom Quixote. O pensador alemão, ao referir-se ao personagem de Miguel de Cervantes escreveu sobre como Dom Quixote pagou o preço por acreditar que a cavalaria andante era compatível com todas as formas de sociedade (MARX, 2003, p. 156). Em outras palavras, “Fidalgo de la Mancha” estava errado ao pensar que sua mentalidade antiquada era duradoura e infalível, em vez de uma estratégia que depende do contexto e só funciona em certas situações específicas. Isso se relaciona com a experiência dos trabalhadores de Belo Monte, cujas experiências passadas podem não se encaixar com as novas realidades trazidas pela construção da hidrelétrica.

Essa analogia ressalta que as disposições enraizadas em contextos históricos podem não se alinhar com as demandas contemporâneas do campo. Nesse sentido, a compreensão da relação entre disposição e campo é fundamental. As pessoas em geral são atraídas por ambientes sociais que refletem seus valores e evitam aqueles que entram em conflito com seus padrões habituais. Mesmo após as condições originais que moldaram esses valores desaparecerem, as tendências persistem devido à internalização desses valores. Bourdieu destaca a influência significativa da família em nossa socialização inicial. Esse processo ocorre de forma gradual e inconsciente, e nossas inclinações não se adaptam com facilidade às mudanças nos ambientes sociais. Isso pode resultar em práticas que parecem deslocadas no tempo, persistentemente resistentes ou desinformadas - Bourdieu chamou isso de "efeito de histerese" (BOURDIEU, 2007, p. 142).

A noção de histerese é fundamental em nossa pesquisa, uma vez que a abordagem aqui adotada se debruça sobre as estruturas de um campo local que foram modificadas por um grande empreendimento estatal que, por conseguinte abriu uma fratura entre as disposições duráveis de trabalhadores tradicionais (pescadores artesanais e de subsistência e oleiros) e as novas estruturas de campo. Assim, costumes locais estabelecidos, com base em disposições tradicionais de longa data, não mais funcionam. Com a transformação no campo e o consequente deslocamento das disposições, torna-se cada vez mais desafiador preservar os padrões sociais de uma família estendida e amigos cujos processos de socialização estavam

vinculados ao trabalho nas margens do rio e dos igarapés, em um novo ambiente distante desses locais, como é o caso de alguns moradores dos RUC entrevistados.

No livro "A Miséria do Mundo" (1997), Pierre Bourdieu apresenta uma série de exemplos que ilustram a batalha enfrentada por indivíduos sob o impacto do efeito da histerese, um fenômeno que se manifesta no dilema de uma família de imigrantes argelinos que há muito se estabeleceram em um novo país. Os membros mais idosos desta família encontram-se numa encruzilhada entre as expectativas e as disposições que trouxeram consigo da Argélia e um ambiente novo e desconhecido no país adotado (o campo). A vizinha francesa, Madame Meunier, oferece, de sua perspectiva pessoal, uma descrição tocante da incompreensão que constitui o cerne do sentimento experimentado tanto por ela quanto pelos seus vizinhos argelinos:

“Não nos entendemos. Não temos os mesmos gostos, os mesmos hábitos. Não vivemos do mesmo modo. Não vemos as mesmas coisas do mesmo modo. Então, não se pode estar de acordo, não se está de acordo... em nada” (BOURDIEU, 1997, p. 48).

Quando o Estado intervém por meio de projetos como a UHBM, não apenas transforma o ambiente geográfico, mas também influencia o tecido social e os valores subjacentes aos diferentes tipos de capital simbólico. É relevante ressaltar que a perturbação entre as disposições e o campo pode criar oportunidades de melhoria nas posições dentro desse campo. Por exemplo, uma família que antes dependia da pesca de subsistência ou trabalhava em condições precárias em olarias antes da construção de Belo Monte pode, hoje, estar envolvida em atividades comerciais e desfrutar de uma situação econômica e financeira mais favorável. No entanto, o que se verifica é que aqueles que ocupam posições subalternas na sociedade têm a tendência de permanecer em uma posição de desvantagem econômica e cultural, independente das estratégias que empreguem ou das lutas que empreendem para melhorar sua situação.

Como consequência, as mudanças no campo resultam na deterioração das posições dessas pessoas, empurrando-as ainda mais para a profundidade da pobreza, seja em termos econômicos, sociais ou culturais. Em resumo, a histerese se revela uma valiosa ferramenta para compreender as complexas interações entre a transformação do campo, como ocorreu no caso de Belo Monte, e a adaptação dos trabalhadores atingidos por essa mudança em seus modos de vida. Ao aplicar esse conceito, somos capazes de estabelecer conexões explícitas entre a natureza objetiva das mudanças sistêmicas, como a transformação do ambiente de trabalho devido ao projeto de Belo Monte, e a dimensão subjetiva das respostas individuais a essas mudanças, manifestadas através das transformações nos hábitos e comportamentos dos trabalhadores. Isso nos permite apreciar tanto a natureza das mudanças experimentadas a nível pessoal quanto as consequências mais amplas dessas mudanças no contexto social em que estão

inseridos. Além disso, destaca-se a importância de considerar os trabalhadores atingidos por Belo Monte como um grupo que teve que se adaptar de maneira significativa, ilustrando a aplicabilidade da histerese no estudo de tais contextos.

Nesse contexto, as disposições revelam-se suscetíveis não apenas à transformação prática mediante as trajetórias sociais que conduzem a novas condições de vida em relação às iniciais, mas também à influência controladora da conscientização e da socioanálise, conforme argumentado por Bourdieu (1994, p. 116). Dessa forma, ao analisar as trajetórias sociais desses indivíduos em diversos cenários, é possível compreender as complexas nuances de suas experiências, assim como derivar insights a partir das práticas específicas que abarcam os âmbitos familiar, educacional, profissional e cultural, além das disposições, atitudes e relações gerais com o mundo que, em princípio, foram transferidos de um contexto social para outro.

Em outras palavras, essa análise permite uma avaliação das predisposições à ação presentes em pescadores artesanais e trabalhadores das antigas olarias, encontrando-se diante de uma nova realidade social e econômica em virtude do empreendimento. Além disso, possibilita uma compreensão mais profunda do conjunto de normas, ideias e valores morais que se tornaram parte integrante de suas identidades, bem como do sutil universo dos mecanismos de dominação simbólica que funcionam como matrizes externas e objetivas ao longo de seu processo de socialização, transformando-se em estruturas mentais duradouras (BOURDIEU, 1989).

Além disso, nossa pesquisa sobre as trajetórias desses trabalhadores nos possibilitou explorar as condições de adaptação ou falta dela diante de um contexto estrutural diferente daquele em que foram originalmente treinados. Isso se manifesta em situações como a transição de trabalhadores tradicionais que, após o projeto Belo Monte, buscam emprego formal nas empresas estabelecidas na cidade, ou no caso das mulheres que abandonam o cotidiano das comunidades tradicionais e se veem compelidas a procurar trabalho como domésticas nas residências localizadas no centro de Altamira. Essa tensão persistente entre as disposições subjetivas internalizadas pelos indivíduos e as estruturas objetivas do ambiente em que atuam gera situações de desigualdade e dominação. Curiosamente, essas situações são muitas vezes percebidas como naturais e óbvias, tanto para aqueles que ocupam posições dominantes quanto para os que estão subjugados por elas.

Muitos trabalhadores que se deslocaram para Altamira e optaram por ficar após a conclusão da obra enfrentaram desafios significativos ao tentar reintegrar-se ao mercado de trabalho formal. Essa dificuldade levou não apenas esses indivíduos, mas também moradores de comunidades rurais e municípios vizinhos, a buscar alternativas em atividades informais. É

importante compreender que o empreendimento não apenas impactou as dinâmicas de emprego, mas também teve implicações profundas nas condições de vida da população local, como argumenta Jackson Dias, coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Altamira.

[...] diferente do que era aquele projeto dos anos 70 que se chamava Kararaô, esse projeto de agora não alagaria mais as terras indígenas, no entanto causaria muitas rupturas e impactos na área urbana da cidade. Então, aqui Altamira, pelo nosso cálculo do movimento são cerca de 40 mil pessoas atingidas a maioria na cidade, uma parte Ribeirinha, mas a maioria da cidade e aqui Altamira (JACKSON DIAS, 2023)

Frente ao crescimento alarmante das taxas de desemprego¹⁷ e à expansão da informalidade, notadamente o trabalho não registrado e o trabalho por conta própria, após a conclusão do projeto Belo Monte, nossa pesquisa se dedicou ainda à análise dos mecanismos de dominação simbólica¹⁸. Estes mecanismos operam de maneira a legitimar, suprimir e desqualificar a subjetividade daqueles que não detêm o poder, relegando-os a uma posição subalterna na sociedade. Para essa investigação, utilizamos o conceito de "trajetórias" com o propósito de rastrear as sucessivas transformações nas posições e disposições dos agentes sociais. Isso implica acompanhar não apenas os deslocamentos, mas também a interligação dos significados subjetivos e objetivos presentes nas narrativas de cada indivíduo. Simultaneamente, ao reconstruir essas trajetórias, somos capazes de compreender a sedimentação das experiências de socialização dos trabalhadores, o que nos possibilita analisar a origem e o funcionamento social de seus esquemas gerais de percepção, avaliação, pensamento e ação.

Conforme discutido ao longo desta tese, a construção de Belo Monte provocou transformações no ambiente natural, no tecido sociocultural e na trajetória dos trabalhadores impactados pela barragem, em especial aqueles que passaram pelo processo de reassentamento. Diante desse cenário, ao empregarmos o conceito de trajetórias laborais, almejamos lançar luz sobre eventos e processos que, em algumas circunstâncias, podem escapar à compreensão ou elucidação por outros meios. É imperativo que esse tipo de pesquisa leve em consideração que

¹⁷ No censo de 2010 do IBGE, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava a posição 22 de 144. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 41.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 131 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 2547 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>. Acessado em: 11/10/2022.

¹⁸ A dominação simbólica é aquela que se constrói a partir do desejo de domínio da supressão da subjetividade de uns por outros, sempre dotados de saberes mais estruturados e aparentemente, por isso, mais legítimos. Bourdieu argumenta em *A economia das trocas simbólicas* (1974) que a dominação simbólica se constitui em uma realidade plasmada em dominantes e dominados, em saberes e práticas que, por serem muito estruturados, se auto perpetuam através do poder simbólico. Esse poder, ao mesmo tempo em que legitima os seus detentores, também coloca os que não o detêm em posição subalterna e, perversamente, os desqualifica, e isso acontece também com seus saberes sobre si próprios. (BOURDIEU, 1974)

a "história de vida" desses agentes, compreendida como a sucessão longitudinal de eventos que moldam a vida, deve ser vista como parte integrante de uma narrativa mais ampla, conectada ao espaço social no qual se desenrola. Em última análise, a análise das trajetórias laborais visa proporcionar uma visão mais profunda e abrangente das complexas dinâmicas resultantes da construção de Belo Monte.

Ela conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é se não aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 2000, p. 189 – 190)

Destarte, o estudo que parte da análise de trajetórias deve ir além do relato biográfico que se refira a uma vida como constituindo um todo, um conjunto coerente e orientado que pode e deve ser apreendido, ao mesmo tempo, em retrospectiva e prospectiva. Para além dessa auto-representação pública ou privada da vida que os sujeitos fazem de si mesmos, as narrativas biográficas são construções realizadas a posteriori. Antes de serem ordenadas ou lineares são descontínuas, heterogêneas, ambivalentes, trazem em si, lapsos, fissuras, contradições.

A trajetória social que [a biografia] visa reconstituir define-se como a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos [...] É com relação aos estados correspondentes da estrutura do campo que se determinam em cada momento o sentido e o valor social dos acontecimentos biográficos, entendidos como colocações e deslocamentos nesse espaço ou, mais precisamente, nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo [...] Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do habitus (BOURDIEU, 1996, p.292).

Em outras palavras, no estudo de trajetórias não buscamos um todo harmônico e coerente para as histórias de vida individuais, uma vez que é impossível dar sentido a um todo que escapa ao próprio sujeito, que se encontra imerso em um universo social fora de seu controle. O que podemos realizar é a objetivação do sistema de disposições, do processo de socialização, que é resultado estável, mas não imutável desse da interiorização do social e de incorporação de nossa identidade. A história de vida leva à construção, segundo Bourdieu (2000), da noção de trajetória

[...] como uma série de posições, sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço por ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um "sujeito" cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. (p. 81)

Ao contrário das biografias comuns, o estudo de trajetória descreve as diferentes posições que uma pessoa ocupa ao longo do tempo em um determinado campo. O sentido dessas posições é definido pela estrutura relacional desse campo. O estudo de trajetórias requer que o pesquisador saiba antecipadamente se as histórias de vida demonstram adaptação ou falta de adaptação em certos contextos sociais. Para Bourdieu (1999), isso envolve a ideia de que indivíduos ou grupos podem ter uma orientação política (esquerda ou direita), condições para alcançar certas posições sociais e a necessidade de analisar o sucesso ou fracasso nesse percurso.

A análise de trajetórias refere-se à busca por compreender o entrelaçamento de experiências particulares na sua relação com a estrutura social. Segundo o autor, deve haver uma descrição rigorosa da personalidade a começar pelo nome próprio do indivíduo, este já estaria presente o conjunto de posições simultaneamente ocupadas, em um momento dado do tempo, por uma individualidade biológica socialmente instituída, que age como suporte de um conjunto de características e de atribuições que lhe permitiriam a intervenção nos diferentes campos. O estudo de trajetórias pressupõe, assim, uma análise multiescalar, ou seja, várias escalas das trajetórias de um indivíduo e/ou grupo em uma época.

O estudo de trajetórias envolve observar as relações entre as pessoas e as forças em um determinado campo. Isso resulta em uma trajetória, que, ao contrário das biografias comuns, descreve as diferentes posições ocupadas por uma pessoa ao longo do tempo no campo literário, por exemplo. Para Bourdieu (1996), a trajetória social é o movimento dentro de um campo que está sempre mudando. O sentido das ações de uma pessoa ou grupo social é compreensível quando relacionado aos diferentes estados pelos quais passaram. Assim, a trajetória social é vista como uma maneira de navegar pelo espaço social, onde as interações sociais são experimentadas, e recria a série de posições ocupadas pelas pessoas ao longo do tempo.

A busca por uma narrativa biográfica completa e coesa revela-se uma quimera inatingível. O que sobressai na análise das trajetórias individuais não é uma linearidade absoluta, mas sim um intrincado entrelaçamento de influências sociais que moldam identidades e posições dentro da estrutura social. Ao examinar essas trajetórias em profundidade, torna-se possível identificar as múltiplas metamorfoses pelas quais um agente social passa ao longo de sua jornada. Essas transformações não apenas reconfiguram sua experiência individual, mas também contribuem para a consolidação de formas específicas de sociabilidade, enraizadas em histórias singulares e coletivas. A análise das trajetórias permite, assim, rastrear os desdobramentos históricos de indivíduos e grupos sociais inseridos em um contexto dinâmico, no qual disputam

reconhecimento e legitimidade. Esse cenário, longe de ser estático, é marcado por tensões e disputas que moldam tanto os sujeitos quanto as estruturas sociais em que estão imersos.

No próximo capítulo, aprofundaremos essa discussão ao examinar as dinâmicas de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, que se manifestaram em sucessivos ciclos de exploração e reconfiguração regional. Daremos especial atenção à formação histórica e social de Altamira, bem como ao impacto dos grandes projetos implementados pelos governos militares na região. Nesse contexto, analisaremos como as trajetórias individuais e coletivas são atravessadas por transformações econômicas e sociais que reconfiguram continuamente a Amazônia.

CAPÍTULO 2 – DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: OS CICLOS DE TRANSFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA

Este capítulo investiga as complexas dinâmicas de ocupação e desenvolvimento que moldaram a região amazônica, com foco nas interações entre políticas desenvolvimentistas e os ciclos históricos de ocupação. O objetivo é analisar como essas forças influenciam as redes de relações sociais entre as populações tradicionais e os habitantes urbanos da região, explorando as intervenções políticas que impulsionaram processos de colonização e desenvolvimento. A partir disso, busca-se compreender como essas políticas têm reconfigurado as estruturas sociais, econômicas e culturais na Amazônia, trazendo impactos profundos e contraditórios.

Para alcançar essa compreensão, é fundamental contextualizar as políticas públicas e os ciclos de desenvolvimento dentro do histórico local. Esses esforços, que em teoria visam a inclusão social e o uso responsável dos recursos naturais, muitas vezes têm o efeito contrário, alterando de maneira irreversível os modos de vida das populações tradicionais. Projetos colossais, alinhados a uma agenda produtivista voltada à expansão da fronteira capitalista, deixam marcas indelévels no território, gerando contradições e conflitos persistentes que dificultam a construção de um futuro sustentável.

Essa dinâmica de transformação é intensificada pela presença contínua da colonialidade, conforme discutido por autores como Aníbal Quijano (2007) e Ramón Grosfoguel (2007). A colonialidade estabeleceu uma hierarquia global que marginaliza e subordina culturas e modos de vida não europeus, reproduzindo desigualdades históricas. Na Amazônia, essa lógica se manifesta na imposição de um modelo de desenvolvimento que privilegia a acumulação capitalista em detrimento da preservação ambiental e da inclusão social, criando uma tensão permanente entre progresso e destruição.

Para aprofundar essa análise, voltamos nosso olhar para o passado, examinando os ciclos desenvolvimentistas que moldaram a região ao longo do tempo. Esses ciclos refletem a relação complexa entre o Estado – de início o português e depois o brasileiro – e a necessidade de controlar essa vasta área do território nacional. Nesse contexto, destacamos a história de ocupação e a formação do município de Altamira, que serve como eixo central de nossa pesquisa.

A trajetória de Altamira ilustra de forma paradigmática os impactos das políticas desenvolvimentistas na Amazônia. A análise se concentra no cenário das décadas de 1960 e 1970, quando o progresso era associado à entrada de capitais estrangeiros e à esperança de

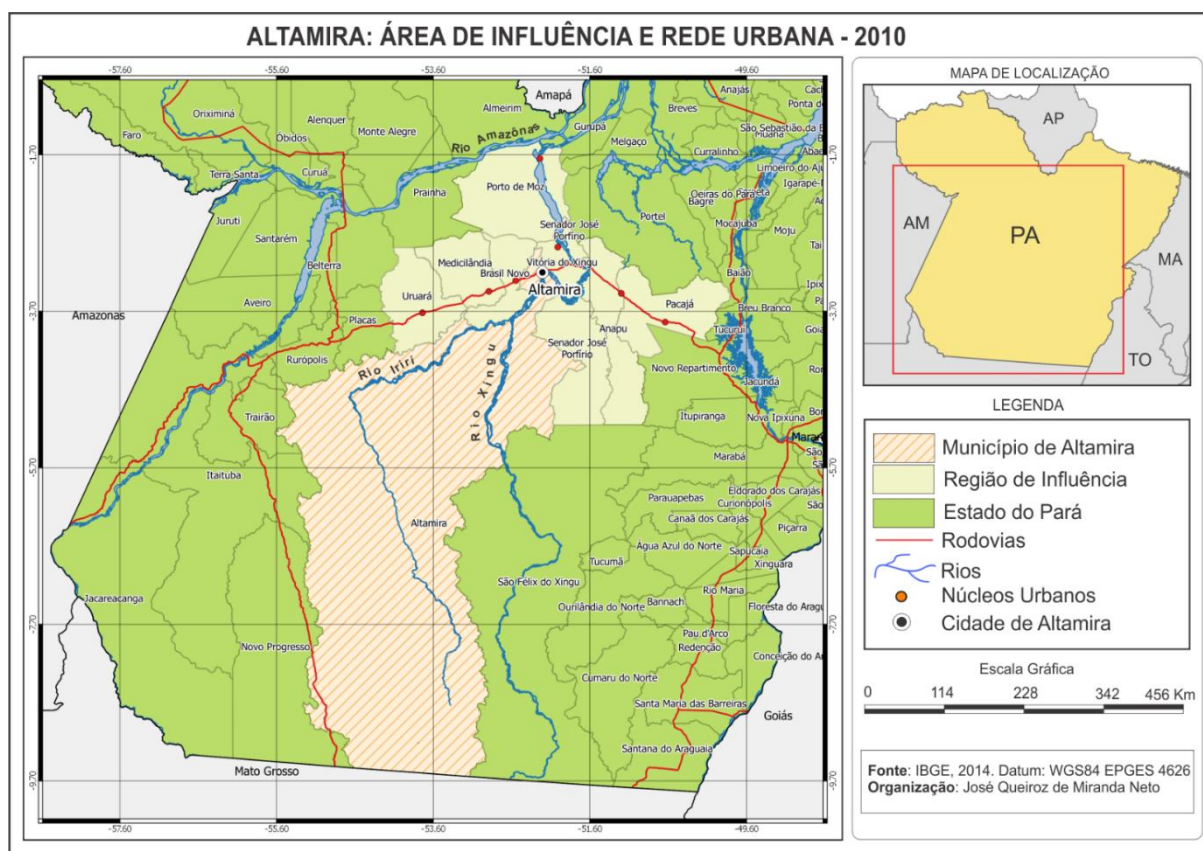
industrialização dos países em desenvolvimento. Esses períodos marcaram o início de profundas mudanças que, até hoje, reverberam nas estruturas sociais e culturais da região.

2.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO: A CIDADE DE ALTAMIRA

O município de Altamira, situado na Região de Integração do Xingu, é parte das divisões geográficas intermediária e imediata estabelecidas pelo IBGE. Suas coordenadas geográficas são 3°12'00" de latitude sul e 52°13'45" de longitude oeste. Com uma impressionante área territorial de 159.533,328 km², Altamira representa 12,8% do estado do Pará e 63,6% da Região de Integração do Xingu. Apesar de sua vasta extensão, a densidade demográfica é de apenas 0,74 habitantes por km². Altamira faz divisa com diversos municípios: ao norte, limita-se com Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas e Rurópolis; a nordeste, com Senador José Porfírio; a leste, com São Félix do Xingu; ao sul, com o estado do Mato Grosso; e a oeste, com Itaituba, Novo Progresso e Trairão. Além de seu papel estratégico na integração regional, Altamira exerce influência direta sobre uma vasta área composta por centros urbanos interligados por rodovias e vias fluviais.

Dentre os centros urbanos situados em sua área de influência, destacam-se cinco municípios conectados à sede de Altamira pela BR-230, a Rodovia Transamazônica: Pacajá, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará. Essa rodovia, construída durante os governos militares no Brasil como parte do projeto de integração e colonização da Amazônia, desempenha um papel estratégico na conexão regional, facilitando o fluxo de pessoas, bens e serviços entre esses municípios e o polo de Altamira. Vitória do Xingu também conta com acesso rodoviário direto a Altamira, via PA-415, reforçando sua integração ao centro urbano regional, como ilustrado na Figura 02.

Figura 2 - Área de Influência e Conectividade Urbana de Altamira



Fonte: IBGE, 2014

A extensão territorial de Altamira, que até 2009 foi o maior município do mundo em área, impõe desafios únicos em termos de infraestrutura, acesso a serviços públicos e governança. Administrar um espaço tão vasto exige esforços significativos para assegurar que sua população de 126.279 habitantes – embora superior à média do Pará (61.192) – tenha suas necessidades básicas atendidas. Essa combinação de imensidão territorial e baixa densidade populacional reflete peculiaridades históricas que moldaram não apenas a ocupação da região, mas também a identidade cultural e a estrutura social do município. No próximo item, exploraremos as raízes históricas que ajudaram a configurar essas características tão marcantes de Altamira.

2.1.1 A Formação Histórica e Social de Altamira: Das Missões Jesuíticas ao Polo Urbano

Neste item, exploramos as raízes que moldaram a identidade e a estrutura social do município de Altamira, desde os primeiros esforços dos missionários jesuítas no século XVIII até sua consolidação como um polo urbano. A trajetória de Altamira revela as interações culturais e sociais que marcaram a região, influenciada tanto pela presença de tribos indígenas

quanto pela atuação de líderes locais, culminando na elevação do povoado à categoria de município em 1911.

Segundo Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012), a origem de Altamira remonta aos missionários da Companhia de Jesus, que, antes de 1750, cruzaram a Volta Grande do Xingu e estabeleceram uma missão religiosa às margens do rio. Esse período inicial lançou as bases de uma ocupação civilizatória na região. Uma estrada rudimentar conectava a missão ao rio Tucuruí, sendo fundamental para a comunicação e o comércio locais. Com a expulsão dos jesuítas, a estrada foi abandonada. No entanto, em 1868, frades e tribos indígenas, como os Tacuúba, Penes e Jurunas, restauraram a via, revitalizando a antiga missão e contribuindo para a formação do povoado de Altamira.

A colonização jesuítica do final do século XVII impulsionou a ocupação inicial da região do médio Xingu. Conforme aponta Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012), as barreiras naturais, como as cachoeiras da Volta Grande, dificultavam o acesso, mas o apoio das populações indígenas possibilitou aos missionários fundar um núcleo habitacional que evoluiu para a Vila de Altamira. Com o crescimento da missão, impulsionado pelos Capuchinhos e pela colaboração de indígenas de várias tribos, Altamira começou a se consolidar como vila. Embora a data exata de sua fundação seja incerta, a tradição aponta para figuras locais, como o major Leocádio de Souza, que buscaram estruturar uma rota entre o rio Tucuruí e Altamira.

Em 1880, o coronel Gaiôso retomou o projeto de construção da estrada, mas a abolição da escravidão, em 1888, interrompeu a obra. Depois, Agrário Cavalcante e seu sobrinho, José Porfírio de Miranda Júnior, finalizaram o caminho, impulsionando o desenvolvimento da região. Com a criação do município de Souzel em 1874, Altamira foi integrada a essa unidade administrativa, que depois passou por sucessivas divisões.

Em 1911, o Decreto Legislativo nº 1.234 formalizou o município de Altamira, cuja instalação ocorreu em 1º de janeiro do ano seguinte. Em 1917, Altamira foi elevada à categoria de cidade, firmando-se como sede da comarca do Xingu. Nas décadas subsequentes, Altamira consolidou sua importância regional. Durante o ciclo da borracha, entre o final do século XIX e meados do século XX, a economia da região foi impulsionada pela produção de caucho, embora o isolamento natural limitasse seu desenvolvimento. Em 1950, a cidade contava com uma população urbana de apenas 1.809 habitantes, enquanto a população rural era três vezes maior (IBGE, 2010).

Houve tentativas de desmembramento de Altamira em 1955, mas o Supremo Tribunal Federal anulou a ação. Em 1961, entretanto, o município foi parcialmente desmembrado, dando

origem aos municípios de Senador José Porfírio e São Félix do Xingu. Em 1991, novas divisões territoriais resultaram na criação de Brasil Novo e Vitória do Xingu.

Somente com a integração da Amazônia por meio de rodovias, Altamira experimentou um crescimento expressivo e se consolidou como polo urbano. Como observam Neto e Herrera (2017), essa integração atraiu novos habitantes e impulsionou a urbanização, transformando Altamira no município que conhecemos hoje. a seguir, analisamos a interseção entre grandes projetos de infraestrutura e o desenvolvimento da Amazônia durante os governos militares, um período caracterizado pela implementação de políticas de modernização e integração regional.

2.2 OS GRANDES PROJETOS E O DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA NOS GOVERNOS MILITARES

Com a ascensão do regime militar na década de 1960, a Amazônia tornou-se uma prioridade estratégica no planejamento governamental, refletindo uma visão que buscava não apenas a exploração dos recursos naturais, mas também a promoção de um desenvolvimento acelerado que conectasse a região ao restante do Brasil. Por meio de iniciativas como a construção de rodovias, a criação de áreas de colonização e a instalação de grandes usinas hidrelétricas, o governo militar visava transformar a Amazônia em um polo de crescimento econômico. Contudo, essa dinâmica suscitou questões complexas relacionadas à sustentabilidade ambiental, aos direitos das comunidades locais e às consequências sociais das intervenções estatais.

Nesse contexto, Mantega (1995) destaca que o período da ditadura militar no Brasil marcou o início de uma nova fase do desenvolvimentismo, que ele denomina de "desenvolvimentismo autoritário". Este modelo, adotado pelos governos militares, destacou-se pela intensificação do planejamento como ferramenta central de governo, em especial a partir do golpe de 1964. A Amazônia passou a ocupar um papel cada vez mais proeminente nesse cenário. Os dois Grandes Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) subsequentes — o primeiro de 1972 a 1974 e o segundo de 1975 a 1979 — tinham como um de seus principais objetivos a integração da Amazônia com o restante do país. Durante esse período, a visão de desenvolvimento se consolidou por meio da implementação de grandes vetores regionais de crescimento econômico e modernização, representando uma expansão da abordagem adotada pelos governos anteriores, que focavam na colonização como um meio de modernizar e preencher os "espaços vazios" na região amazônica.

Neste momento, emergem os Grandes Projetos, definidos por Castro (1994, p. 2) como "empreendimentos ou complexos produtivos de grande porte, caracterizados por investimentos massivos", que podem estar vinculados ao Estado de forma direta ou indireta. Essa nova abordagem reflete uma estratégia mais ambiciosa e estruturada para promover o desenvolvimento da Amazônia, contrastando com as iniciativas de colonização anteriores e marcando uma etapa crucial na história da região. No entanto, essa esperança de desenvolvimento estava intrinsecamente ligada à transferência de capitais internacionais para as periferias do mundo. Cardoso e Faletto (2004), em "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", elucidam que a conexão das economias periféricas com o mercado internacional não se restringia mais apenas ao sistema tradicional de importações e exportações. Em vez disso, sob o novo modelo, as economias centrais estabeleceram vínculos mais profundos com as periferias através de investimentos industriais diretos, direcionando recursos e tecnologias para os novos mercados nacionais. Essa integração econômica visava expandir a influência das economias desenvolvidas enquanto moldava as economias periféricas de acordo com suas necessidades e interesses (p. 162).

Essa dinâmica é essencial para entender a implementação dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia durante os governos militares. O desenvolvimento da região não apenas visava a integração nacional, mas também estava sobremaneira conectado aos interesses das economias centrais, que buscavam expandir seus mercados e investimentos na periferia. A estratégia de colonização e os grandes projetos não eram apenas empreendimentos nacionais, mas parte de uma rede mais ampla de dependência econômica que reconfigurava a Amazônia como um campo de exploração e desenvolvimento moldado por forças externas. Cardoso e Faletto (2004) alertavam ainda para o fato de que, apesar de promover a acumulação do capital e de ampliar a estrutura produtiva, a industrialização dos países dependentes, quando feita à custa dos recursos externos, propiciava a formação de sistemas sociais excludentes das massas de trabalhadores, aumentando as desigualdades sociais. Dessa forma, os estudiosos da dependência apontam as limitações para a incorporação desses segmentos como consumidores reais, ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos, onde as classes dominantes não os alijaram.

Esse tipo de desenvolvimento dependente começava a revelar uma economia controlada por grupos econômicos oligopolizados. Nesse cenário, a Amazônia não poderia permanecer como uma ilha isolada da economia nacional. Em parte, pela sua extensão territorial (mais da metade do território nacional) e, em parte, pela abundância de recursos naturais que, sem dúvida, atraíram novos e promissores investimentos de capitais estrangeiros e nacionais,

solidários e em cadeia. Assim, a integração da Amazônia ao resto do Brasil começaria com a abertura da rodovia Belém-Brasília¹⁹, em 1961 e se estenderia após o golpe militar de 1964. Acentuou-se nos 18 anos em que ela durou e permaneceu durante a fase de espasmo político conhecido como a transição para a democracia. Foram, ao todo, 21 anos (de 1964 a 1985). Além disso, os mecanismos arbitrários para a concessão de terras para os grandes grupos econômicos da elite no poder e muitos outros, estenderam-se até os dias atuais, com poucas variações, revelando o caráter permanentemente autoritário e excludente do Estado brasileiro mesmo nos períodos ditos democráticos. Segundo Loureiro (2004, p. 71 – 72), as razões para integração da Amazônia foram:

a) A necessidade de abrir novos mercados consumidores para os produtos industrializados do Centro-Sul do país, incorporando a Amazônia como parte do mercado nacional; b) A necessidade de expandir os mercados de trabalho, de forma a poder empregar os excedentes assalariados e peões nos grandes projetos amazônicos, seja na condição de pequenos produtores rurais do Sul para a região; c) A necessidade de aproveitar o potencial mineral, madeireiro e pesqueiro da Amazônia, com vista à exportação; e assim garantir, pelas novas atividades criadas, um papel importante no equilíbrio do balanço de pagamento do país; (é importante notar que o país se encontrava endividado por causa dos esforços para a industrialização pesada da década de 50; d) A procura de novas terras por investidores do Sul, para preservarem seus capitais da elevada inflação que assolava o país; e por investidores internacionais que queriam garantir para os seus negócios uma fatia considerável das terras amazônicas (tanto do solo quanto do subsolo), terras que no futuro seriam divididas entre as diversas fatias do capital nacional e internacional

Assim, a ocupação da Amazônia sempre foi impulsionada por dois principais vetores: o econômico, caracterizado pela aliança entre o Estado e o capital na exploração dos recursos naturais, e o geopolítico, voltado à defesa territorial e à ocupação de áreas consideradas vazias. Esse processo atraiu migrantes de diversas regiões do país, direcionando-os para os limites da expansão econômica e para o interior da Amazônia, onde diferentes formas de organização social e modos de vida entraram em choque.

A abertura da rodovia Belém-Brasília, em conjunto com as políticas econômicas implementadas pelos governos militares, destinadas a favorecer o grande capital nacional e internacional, com os quais o governo havia se aliado para realizar o golpe de 1964, provocou uma reorganização da frágil economia regional. Podemos inferir uma preferência do Estado por um modelo de desenvolvimento que priorizava a rápida acumulação de riqueza pelas classes empresariais, em detrimento de outros setores de atividade econômica e das populações de baixa renda, desviando recursos que poderiam ser direcionados para ações mais abrangentes.

¹⁹ Construída entre 1958 e 1960, a estrada recebeu críticas e elogios da imprensa nacional, revelando as relações entre o presidente, os meios de comunicação e os grandes projetos da época. A história da rodovia reflete o papel da Amazônia no projeto nacional desenvolvimentista liderado por Juscelino Kubitschek (ANDRADE, 2019).

O golpe de 1964 e o governo militar aceleraram e intensificaram a implementação de um programa governamental voltado para a Amazônia. Esse programa incluía uma série de políticas públicas que favoreciam atividades econômicas específicas, promovendo a acumulação de capital e excluindo as classes subalternas da sociedade brasileira. Esse conjunto de iniciativas, conhecido como Operação Amazônia (1966), marcou o início do processo de ocupação da Amazônia pela burguesia nacional e pelo capital internacional.

A primeira Reunião de Investidores da Amazônia (RIDA), realizada em dezembro de 1966 em Manaus e Belém, representou um passo crucial na política brasileira de atrair o grande capital, tanto nacional quanto estrangeiro, para a Amazônia. Conforme destacado por Loureiro (2004, p. 77), esse encontro foi carregado de simbolismo e significado.

De uma forma simplista, dir-se-ia tratar-se do primeiro esforço concreto do Estado autoritário no sentido de apresentar aos grandes investidores as riquezas da região. E também garantir-lhes recursos, subsídios e facilidades de várias ordens, no que concerne às matérias-primas e infraestruturas, à apropriação privada da terra (ainda que com sua gente dentro, como a história em breve começaria a registrar).

O discurso de Castelo Branco, primeiro presidente dos governos militares, em 3 de dezembro de 1966, no Teatro Amazonas de Manaus, ao instalar a 1ª RIDA é representativo desse momento da história da visão desenvolvimentista para Amazônia:

A partir de amanhã, ireis, por quase uma semana, descer o Grande Rio. Não para uma excursão turística, pois aproveitareis o tempo no exame de planos e projetos. Governadores, especialistas dos organismos federais e delegações técnicas dos estados e territórios submeterão à vossa apreciação projetos acabados, ou perfis industriais ou agrícolas, como os pormenores reclamados por cada caso. São projetos reais, relativos a uma gama variada de oportunidades, que vão do fertilizante químico, fibras e óleos vegetais, serralheria, estaleiro, mineração, material de construção, em relação à indústria. Do outro lado, temos a pecuária de corte, arroz e frutas, conservas de carne, criação de búfalos e a fundação de mercados frigoríficos. (MINTER/SUDAM. Operação Amazônia (discursos). Belém, 1968, p. 40)

A Operação Amazônia representou um conjunto de instrumentos legais, sendo a Lei 5174 de 27 de outubro de 1966 uma peça central. Esta lei não apenas modifica e expande os incentivos fiscais para abranger diversas situações, mas também cria uma série de facilidades com o propósito de atrair investimentos para a região. Ela estabelece os pilares e a filosofia subjacente à nova política para a Amazônia, que visa principalmente assentar populações estáveis nas fronteiras, a fim de evitar a entrada de estrangeiros e interromper a expansão das terras e culturas indígenas nas regiões fronteiriças. Além disso, busca prevenir a internacionalização da Amazônia.

Em paralelo a essas medidas, foram concebidas outras estratégias de integração regional, como os pólos de desenvolvimento, que abrigariam projetos industriais para reduzir a dependência de importações, seguindo o modelo já implementado no Nordeste do Brasil. Isso

visava a alcançar a autossuficiência regional. Também foram realizados levantamentos para identificar o potencial dos recursos naturais e investimentos em infraestrutura, especialmente projetos integradores. Além disso, foram oferecidos incentivos ao capital privado para atrair investimentos para a região.

A fase da Operação Amazônica não se limita à 1ª RIDA, mas continua nos anos seguintes, mantendo a mesma narrativa que enfatiza a integração por meio da migração e do investimento do grande capital. Essa nova política também se baseia na ideia de usar os novos espaços abertos na região para aliviar as tensões sociais que persistem em outras partes do país, como o desemprego, a disputa pela terra e a falta de oportunidades de investimento. O governo concedeu vantagens significativas aos empresários, superestimando nominalmente os ativos das empresas como contrapartida aos incentivos fiscais. (LOUREIRO, 2004)

Nesse sentido, Oliveira, em seu livro "A Economia da Dependência Imperfeita" (1984), argumenta que a saída da recessão econômica poderia ser alcançada por meio de investimentos públicos ou privados em diferentes setores da economia, criando novas unidades produtivas em várias regiões. Ele observa que, em um contexto de recessão, apenas altas taxas de lucro podem estimular a economia. Portanto, os incentivos fiscais se tornaram um componente fundamental para impulsionar o progresso econômico na região, promovendo um tipo de desenvolvimento baseado no valor de troca e, assim, submetendo-os ao capital como mercadorias.

Nesse contexto, o Estado reestruturou o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) para dar origem ao Banco da Amazônia (BASA) por meio da Lei nº 5172/66. Além disso, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) pela Lei nº 5.173/66, com o objetivo de fornecer o apoio necessário aos novos investidores. Em 1968, dois anos após sua criação, o Coronel João Walter de Andrade, Superintendente da SUDAM, durante a cerimônia de instalação do Conselho Deliberativo, expressou sua visão sobre a modernização e progresso da região:

A SUDAM, com o prestígio patriótico que está recebendo, promoverá o desenvolvimento dessas áreas, principalmente nas regiões de fronteira, aparelhando sua economia, fazendo desaparecer gradativamente a fase extrativista que identifica a atividade do homem no interior. Um dos setores embrionários da Amazônia, mas que poderá apresentar um potencial capaz de surpreender o Brasil é o de recursos naturais. Para conhecimento pleno desse importante campo de atividades, a SUDAM dirigiu os seus trabalhos no sentido de reunir os elementos básicos para uma programação racional, compreendendo pesquisas bibliográficas, mapas com indicação das áreas fotografadas, organização dos levantamentos topo-geológicos, mapas de ocorrências minerais e atualização do potencial mineral da Amazônia Legal (Operação Amazônia. Discursos. Belém, 1968, p. 120)

E prossegue seu discurso, comentando sobre a migração de mão-de-obra nordestina para a Amazônia e a abertura da região para o capital estrangeiro:

O primeiro passo para que aceitemos de bom grado a colaboração estrangeira na Amazônia será dar a ela uma infraestrutura necessária e suficiente e, vê-la habitada por nossos irmãos do Nordeste e de outras regiões do país que queiram vir colaborar com o esforço do governo para desenvolver esta região [...] Nós que conhecemos e lidamos com os problemas da Amazônia, sabemos que toda a sua perspectiva de desenvolvimento se choca numa barreira até hoje praticamente insolúvel: a ausência de capitais [...] Compete-nos, abrir as portas ao capital estrangeiro, de maneira inteligente [...] (Ibid.)

Sobre o papel da SUDAM, o presidente Castelo Branco assim se expressou em Boa Vista, no dia 20 de setembro de 1966:

Deverá ter a seu cargo o planejamento e a coordenação do desenvolvimento que, após mais de um decênio de tentativas em torno da chamada valorização amazônica, podemos ter quase com inexistente. Fracasso que bem sabemos ser a consequência de erros de origem ou de funcionamento, e nunca da inexistência de condições globais capazes de levarem ao progresso. Por certo tem a Amazônia aspectos bastante particulares que deveremos considerar, por vezes, com extremo cuidado. Inicialmente, não deixaremos de lembrar o imenso vazio demográfico que, numa época de explosão populacional, está a merecer especial atenção do Governo. Vazio no qual se reúnem extensas fronteiras, virtualmente desabilitadas e que marcam nossas linhas divisórias com seis países amigos e um território colonial. E somando-se a tudo isso o extrativismo vegetal como a forma principal de atividades econômica. Traços que tornam a Amazônia, como já se tem dito, inconfundível entre as regiões brasileiras, também mostram quanto é premente realizarmos um esforço no sentido de mudar-lhe a fisionomia econômica e social. Eis o que, com o auxílio das medidas agora pleiteadas para completa integração da Amazônia, irá realizar a SUDAM. Planejada e organizada dentro de objetivos e possibilidades reais, será ela o instrumento da redenção da Amazônia, cuja riqueza deverá deixar de ser uma fábula para se tornar alguma coisa palpável a serviço dos brasileiros, há séculos empenhados numa terrível luta pela sobrevivência (MINTER/SUDAM. Operação Amazônia. Discursos. Belém, 1968, p. 22)

No dia 11 de setembro de 1977, através do decreto 6.1330, nasceu o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia, conhecido como GTINAM. Este grupo tinha como missão, de acordo com o Ministério, elaborar um plano para colonizar a Amazônia e integrá-la ao restante do Brasil. Esse plano foi chamado de 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967/71) da SUDAM. No mesmo ano, o governo federal expandiu a área da Amazônia Legal, incluindo parte do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de atender aos interesses de empresários em busca de incentivos fiscais e outros benefícios.

Nesse primeiro plano quinquenal de desenvolvimento, os objetivos da operação Amazônica foram detalhados, mantendo o mesmo modelo geopolítico de ocupação e crescimento. Além dos assentamentos de ocupação previstos na operação Amazônia, foram adicionadas áreas de desenvolvimento ao longo das rodovias federais existentes ou planejadas. O decreto identificou as rodovias cujas margens seriam destinadas a projetos federais, como Belém-Brasília, Santarém-Cuiabá, Manaus-Boa Vista, Brasília-Acre, Cuiabá-Porto Velho e outras, todas projetadas para promover a integração da Amazônia ao restante do Brasil.

Conforme observa Loureiro (2004), o plano também destacou a pecuária, a agricultura e a indústria como setores-chave do progresso econômico.

No entanto, vários problemas minaram a eficácia do 1º Plano e da SUDAM. A abordagem desenvolvimentista regional, que buscava replicar regionalmente o processo nacional de substituição de importações, não se concretizou na prática e entrou em conflito com a própria Lei nº 5.173, que criou a SUDAM. O artigo 3º desta lei estabelecia que o objetivo principal do plano de valorização da Amazônia era promover o desenvolvimento autossustentável da economia e o bem-estar social da região, em harmonia com a economia nacional. No entanto, a maioria dos projetos propostos na região eram de natureza industrial e, na verdade, muitos deles eram ampliações de empreendimentos já existentes, embora em uma escala maior do que a planejada inicialmente, e estavam centrados no beneficiamento de produtos regionais.

A ideia de um desenvolvimentismo regional para a Amazônia, apoiada pelo Estado e pela elite local, tinha expectativas fundamentais, como a revitalização das atividades econômicas tradicionais, a atração de investimentos externos direcionados para essas atividades e, secundariamente, para os setores que atraíam o grande capital, como a pecuária, que envolvia a substituição da floresta nativa, e a exploração de madeira e minérios. Além disso, o plano previa investimentos substanciais do governo nas áreas de energia e infraestrutura rodoviária.

Na teoria, o projeto desenvolvimentista regional pressupunha que a transferência de capitais privados, apoiada pela infraestrutura estatal, impulsionaria a economia de forma abrangente, resultando em benefícios como o aumento do emprego, o aumento do padrão de vida e o aumento do consumo nas comunidades locais. No entanto, à medida que a região se integrou mais à economia nacional, a indústria regional começou a se desestruturar, levando à primazia do setor agropecuário. Isso resultou na substituição do projeto desenvolvimentista regional inicialmente proposto por um modelo estranho à natureza e à economia da Amazônia.

O projeto de integração para a Amazônia foi concebido e executado pelo Estado por meio de decretos-leis, visando aos interesses de acumulação de capital e dos grupos no poder. Nesse processo, as dimensões humanas, culturais e políticas das comunidades amazônicas foram subjugadas pelo raciocínio econômico. A dominação política substituiu o diálogo em um planejamento excessivamente centralizado, que se concentrou na criação de estruturas legais e institucionais que favorecessem a acumulação de capital intensiva. O desenvolvimento nacional tornou-se a chave que permitiu ao governo militar abrir as portas da Amazônia para o grande capital, excluindo a possibilidade de ocupação territorial por pequenos produtores.

Oliveira (Op. cit., p. 63), em sua crítica ao artigo 18 do Decreto-lei nº 1376, que trata da aplicação do imposto de renda em investimentos, referiu-se ao Nordeste, mas suas palavras poderiam igualmente aplicar-se à Amazônia:

Em primeiro lugar, por definição, sendo as pessoas jurídicas dedutores e aplicadores (do instrumento criado – os incentivos fiscais), conduz, inevitavelmente, as pessoas jurídicas monopolísticas ao ápice da pirâmide de aplicadores. Essas pessoas jurídicas podem aplicar diretamente em projetos próprios ou indiretamente, em projetos de terceiros. Num caso como noutro, o resultado mais importante é a formação ou a expansão de conglomerados econômicos.

Outro marco significativo no processo de ocupação da região Amazônica ocorreu nos primeiros anos da década de 1970, conforme documentado nas páginas do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/74). Este plano tinha como principais objetivos para a região: Estabelecer uma integração física, inicialmente por meio da construção de duas grandes rodovias, a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá. Essas vias serviriam como corredores para a chegada de migrantes das áreas áridas e deprimidas do Nordeste, bem como para aqueles deslocados do campo devido à modernização da agricultura no Sul do Brasil. Promover a ocupação humana das vastas áreas desabitadas por meio de projetos de colonização oficiais e privados, que se concentrariam inicialmente ao longo dessas estradas. Estimular o desenvolvimento econômico, delegando essa responsabilidade ao setor privado. Esse, por sua vez, seria apoiado por incentivos fiscais da SUDAM para toda a região amazônica, além dos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para a Amazônia Oriental.

Os principais instrumentos de implementação do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento foram a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), encarregado das rodovias integradoras, e o Programa de Distribuição de Terras (PROTERRA). A respeito deste último programa, as palavras do presidente Médici em uma reportagem do Jornal O Globo de 7 de julho de 1971 fornecem uma compreensão esclarecedora:

Ao anunciar formalmente o Proterra, o presidente Médici criticou diretamente o sistema de incentivos fiscais e sua excessiva concentração no setor industrial. Afirmou que as vantagens desse sistema se haviam confinado quase inteiramente a áreas urbanas, ignorando, assim, mais da metade da população da Amazônia e do Nordeste. O PROTERRA corrigiria o problema ao atacar as principais fontes da pobreza rural nessas regiões: a desigual distribuição da propriedade da terra e sua ineficiente utilização” (O Globo, 07 de julho de 1971)

O 2º PND (1975/79)²⁰ irá aprofundar a noção de Amazônia como fronteira de recurso, uma vez que, enfatizará a contribuição que a região deverá dar no futuro para melhorar a balança comercial do país e, assim, mais que nunca, o Estado argumenta pela necessidade de integrar a região ao resto do Brasil. O elemento mais importante para a Amazônia, contido no 2º PND, é

²⁰ BRASIL, 2º Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.

o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA)²¹, que tem por objetivo promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agro-industriais, florestais e minerais, em áreas produtoras da Amazônia. O programa funda-se na teoria dos pólos de desenvolvimento descontínuos que, ao longo do tempo, se irradiariam para um espaço maior, envolvendo todo o conjunto.

Desde o princípio, para o Estado e o capital, a prioridade sempre foi a apropriação da natureza, em vez do progresso econômico mencionado nos planos elaborados pelos órgãos e agências de desenvolvimento. O que fica evidente ao analisarmos os eventos até aqui relatados é que o desenvolvimento da Amazônia não esteve no centro das preocupações do governo central, que valorizou a ocupação da região. Essa mudança de enfoque coincidiu, não por acaso, com a desaceleração do setor agropecuário, uma vez que a ocupação da terra já estava consolidada pelo capital. De forma gradual, novos órgãos responsáveis por investimentos no setor mineral e hidrelétrico passaram a assumir maior importância do que a SUDAM, que historicamente havia liderado o desenvolvimento regional.

O projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro para a Amazônia foi estruturado para viabilizar a ocupação e exploração da região, ao mesmo tempo em que promovia a transferência de recursos naturais das populações locais para novos blocos de capital que se instalavam no espaço amazônico. Esse processo não apenas facilitava a apropriação privada, mas também consolidava o controle do capital sobre os recursos naturais da Amazônia. Os novos investidores, amparados por políticas públicas e incentivos governamentais, enxergaram na região uma oportunidade estratégica, especialmente devido à limitada capacidade tecnológica e organizacional da força de trabalho local, o que possibilitava uma exploração intensiva do trabalho.

No próximo item, exploraremos o papel simbólico e prático da rodovia Transamazônica nesse processo. Mais do que uma obra de infraestrutura, ela representou um marco do movimento espacial do desenvolvimentismo, tanto por seu traçado – idealizado para ligar o litoral nordestino ao litoral do Pacífico, no Peru – quanto pelo fluxo de capitais e de migrações que ela estimulou, reconfigurando sobremodo a dinâmica territorial, social e econômica da Amazônia.

2.2.2. Transamazônica: a Rodovia e os desafios da integração nacional

²¹ Criado pelo Decreto nº 74067 de 29 de setembro de 1974

Durante a ditadura militar no Brasil, a integração da Amazônia tornou-se um dos principais objetivos estratégicos do governo, sendo vista como essencial para assegurar o controle nacional sobre um território considerado vulnerável e subutilizado. Com esse propósito, foram implementados o PIN e os PND I e II, que buscavam incorporar a Amazônia à economia nacional e incentivar a ocupação de áreas definidas como "espaços vazios". A construção da Rodovia Transamazônica, uma das maiores obras de infraestrutura da época, simbolizou esse esforço de integração e o projeto de expansão econômica para a região. No entanto, apesar das promessas de progresso e modernização, essas políticas também trouxeram sérias consequências sociais e ambientais, gerando conflitos, o deslocamento de comunidades e a degradação do meio ambiente. Nesse item da tese, examinaremos o contexto e os objetivos da construção da Transamazônica e a complexa realidade de sua implementação, marcada pela violência simbólica e material, que transformou para sempre a dinâmica da Amazônia e suas populações.

O primeiro PND, elaborado sob o governo do General Emílio Garrastazu Médici, abrangeu o período de 1972 a 1974. Seus objetivos principais incluíam: 1) elevar o Brasil ao status de nação desenvolvida dentro de uma geração; 2) duplicar a renda per capita até 1980; 3) expandir o Produto Interno Bruto (PIB) nacional; 4) realizar investimentos em setores como siderurgia, petroquímica, transporte, construção naval, energia elétrica e mineração; 5) ampliar o mercado consumidor e a poupança interna, utilizando recursos do Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); 6) aumentar a taxa de investimento bruto de 17% para 19% em 1974; e 7) investir em áreas sociais como educação, agricultura, saneamento básico, saúde, ciência e tecnologia (MATOS, 2002). A elaboração e implementação desse plano coincidiram com o auge do "milagre econômico brasileiro".

O I PND foi fundamental para fortalecer a estrutura empresarial do Brasil, uma vez que o empresariado passou a participar de setores estratégicos de desenvolvimento com o apoio governamental. Essa relação foi viabilizada por um programa que promovia grandes empreendimentos, utilizando recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e de outras instituições financeiras federais (FGV, 2016).

Para a Amazônia, o PND foi detalhado no Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Esse plano visava promover o progresso em novas áreas por meio da ocupação dos chamados "espaços vazios". Ele reforçava a conexão direta entre as condições econômicas e naturais do Nordeste e a ocupação econômica da Amazônia, reafirmando uma estratégia que colocava a

Amazônia em uma posição colonial em relação ao sul e sudeste do Brasil. Como afirmava a SUDAM em 1971, "[...] o crescimento do polo de desenvolvimento do país (eixo Rio-São Paulo) tenderia, em determinado tempo, a estacionar e/ou mesmo estagnar, se não estivesse diretamente ligado a uma região fornecedora de matérias-primas". A ocupação dos "espaços vazios" era vista como uma oportunidade para expandir o mercado interno, integrando de forma coordenada o Nordeste, a Amazônia e as demais regiões do Brasil.

O PIN visava enfrentar dois problemas regionais considerados centrais pelos governos militares: a grande seca no Nordeste e o "vazio" demográfico da Amazônia, que era percebido como uma ameaça à soberania nacional. Com um orçamento de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), o PIN tinha como objetivo principal implementar ações de infraestrutura nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, acelerando sua integração à economia nacional.

O plano foi executado em duas etapas principais: a primeira focava na construção da Rodovia Transamazônica (BR-230) e da Cuiabá-Santarém (BR-163); a segunda etapa envolvia ações de colonização e reforma agrária ao longo dessas rodovias, com o objetivo de promover a "ocupação adequada de terra" e a "exploração econômica produtiva". Além dessas iniciativas na Amazônia, o plano incluía a implementação da primeira fase do programa de irrigação do Nordeste (Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970).

A construção da Transamazônica foi vista como um grande avanço na ocupação racional de parte da "área vazia" da Amazônia. A propaganda oficial chegou a comparar o "vazio demográfico" da Amazônia com as "desoladas" regiões polares. Citando as palavras de Médici, afirmava-se que o governo estava empenhado em "fazer andar o relógio amazônico que muito se atrasou ou ficou parado no passado" (AGÊNCIA NACIONAL, 1970). Segundo Médici, a Transamazônica oferecia uma solução nacionalista para um problema nacional, resumido na ideia de "homens sem terras no Nordeste para terras sem homens na Amazônia". Para o governo, esse problema era nacional, uma vez que as condições do Nordeste e da Amazônia impactavam negativamente o desenvolvimento do restante do Brasil.

Além disso, essa solução nacionalista reforçava o domínio político da ditadura sobre a Amazônia, refletindo a preocupação com a segurança nacional e o controle do Brasil sobre o território amazônico – entendido aqui não apenas como uma extensão geográfica, mas como um espaço socialmente construído, onde se materializam relações de poder, resistência e dominação. O lema "integrar para não entregar" expressava o temor de invasões estrangeiras na Amazônia, devido à sua baixa densidade populacional e ao uso limitado de seus espaços fronteiriços, que, mais do que simples limites geopolíticos, representam zonas de tensão e

interação entre diferentes lógicas de ocupação e exploração. A construção de uma estrada ligando o Nordeste à região do Xingu, na Amazônia, junto com outras ações econômicas, sustentava a ideia de "Brasil Grande" que marcou a primeira fase dos governos militares no Brasil, onde a segurança nacional se tornava um paradigma de governo.

Os principais veículos de comunicação da época divulgaram a construção da Transamazônica com entusiasmo, alinhados ao discurso oficial do regime militar. Era o "Brasil Grande", o gigante que despertava para ocupar as terras amazônicas, até então consideradas inexploradas. A estrada que seria a solução para os "homens sem terra", rapidamente ganhou um significado maior no discurso midiático. Como a maior obra do regime militar até então, a rodovia tornou-se símbolo do otimismo associado ao chamado "milagre econômico". Em 1970, com um crescimento de 10,4% no PIB, o Brasil era retratado como uma nação em ascensão, caminhando para se tornar uma potência mundial. Esse otimismo, no entanto, contrastava com o auge da repressão da ditadura, que silenciava vozes contrárias ao regime.

Esse entusiasmo da imprensa encontrou expressão vibrante em revistas como *Cruzeiro*, *Manchete* e *Realidade*, que publicaram dezenas de fotografias coloridas em páginas inteiras, destacando o contraste impressionante entre a mata densa e a terra nua, rasgada em longas retas pela Transamazônica. As reportagens exaltavam o espírito de aventura e pioneirismo associado ao empreendimento. *Manchete*, por exemplo, descreveu os trabalhadores da estrada como “Os heróis da Transamazônica”, enquanto os títulos das matérias mantinham um tom grandiloquente: “Transamazônica: compromisso com o futuro”, “A epopeia das estradas” e “O 13º trabalho de Hércules”.

Figura 3 - Propaganda da Revista Realidade de 1971



Fonte: Macedo (2022, p. 7)

Nesse anúncio emblemático da Revista Realidade, a Esso utilizava o título provocativo “Tem um tigre neste mato” para destacar seu papel no fornecimento de combustível à empreitada. A mensagem simbolizava energia e força na luta pela integração da floresta ao restante do país, reforçando a narrativa de modernização promovida pela ditadura militar. Essa relação entre a rodovia, o discurso do progresso e os produtos consumidos evidenciava como a Transamazônica se tornou não apenas um eixo físico, mas também um marco simbólico da ideia de desenvolvimento nacional.

Conforme observa Macedo (2022, p. 8), as reportagens eram acompanhadas por propagandas que consolidavam o imaginário de avanço e conquista. Produtos variados buscavam se associar diretamente à estrada e ao que ela representava: caminhões Mercedes-Benz prometiam “somar as vantagens das boas estradas do novo Brasil com a evolução tecnológica”; congeladores Prosdócimo garantiam que “no calor da luta contra a selva, Prosdócimo garante o frio”; e até mesmo palitos de fósforo levavam a marca Transamazônica, fabricados pela Fosnor, que utilizava madeira nativa e projetos de reflorestamento para reforçar a ideia de sustentabilidade.

Além de exaltar a estrada, a publicidade transcendia a infraestrutura rodoviária, estendendo-se a serviços e produtos conectados ao imaginário do progresso. Um exemplo é a LLoydbras, que promovia seus navios com o slogan: “Nós fazemos no mar o caminho do progresso”, acompanhado de imagens de máquinas sendo transportadas para a Transamazônica. Essa abordagem ampliava a percepção de desenvolvimento, conectando diferentes setores ao grande projeto nacional de integração (MACEDO, 2022).

O desenvolvimento, assim como as viagens da Caravana Rolidei em Bye Bye Brasil (1979), é uma travessia que percorre diferentes registros da linguagem e do pensamento modernos. Em certos momentos, apresenta-se como um signo glorioso, exaltando uma civilização confiante e orgulhosa de seus avanços; em outros, emerge como um objeto problemático, refletindo os efeitos destrutivos e as contradições inerentes a esse mesmo progresso. Ao transitar por essas diferentes perspectivas, torna-se possível compreender a multiplicidade de escalas que interagem nesse tema: um discurso essencialmente grandioso, que engloba as dinâmicas globais, nacionais e regionais do desenvolvimento social, mas que também atravessa a percepção subjetiva, capturando as transformações cotidianas que moldam a vida das pessoas.

No filme de Cacá Diegues, o personagem Lorde Cigano encontra um caminhoneiro que descreve Altamira como “o centro da Transamazônica”, um lugar de oportunidades e riquezas sem igual: árvores do tamanho de arranha-céus, abacaxis gigantes e uma terra repleta de

minérios e pedras preciosas. Quando questionado se havia índios na região, o caminhoneiro responde com naturalidade: “Tinha, mas a maioria o pessoal já acabou com eles... Depois que fizeram a estrada, aquilo lá virou lugar de branco. Dinheiro pra todo mundo, todo mundo é rico”.

Mais adiante, após uma desventura econômica da Caravana Rolidei, Lorde Cigano recorda essa conversa e, em tom profético, imagina Altamira como um lugar de abundância e utopia:

[...] As árvores são muito compridas e os rios são grandes feito mar. Tem tanta riqueza lá, que ninguém precisa trabalhar. Os velhos não morrem nunca e os jovens não perdem sua força. É uma terra tão verde: Altamira.” (Bye Bye Brasil, 1979)

Nesse ponto, Altamira torna-se o próximo destino da caravana, e, como observa Macedo (2022), essa fala carrega um duplo significado. Não apenas antecipa o futuro da jornada, mas também mergulha no domínio do sonho e do mito, fabulando Altamira como uma Amazônia edênica, uma inversão simbólica do Nordeste árido. De fato, a propaganda oficial que cercava a construção da Transamazônica evocava uma nova imagem da Amazônia como Eldorado. O governo Médici promovia a estrada como a solução definitiva para os problemas da seca nordestina, conforme discurso do ministro dos Transportes, Mário Andreazza, em 1970. A colonização amazônica era apresentada como capaz de gerar rapidamente riqueza e solucionar dois problemas: o do homem sem-terra no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia, garantindo soberania sobre a região frente à cobiça internacional, resumida no slogan “integrar para não entregar”. O plano previa a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. A Transamazônica, com 5.296 quilômetros planejados, deveria ligar João Pessoa, no litoral nordestino, até Pucalpa, no Peru, conectando o Atlântico ao Pacífico. Contudo, o traçado nunca foi completamente realizado; o último trecho construído, até Lábrea (AM), soma hoje 4.223 quilômetros. A estrada simbolizava o progresso técnico e geopolítico, mas também encarnava tensões entre civilização e natureza, crescimento e destruição.

Como aponta Macedo (2022), a Transamazônica, com seu traçado épico, reproduzia movimentos espaciais e migratórios que a Caravana Rolidei dramatiza em Bye Bye Brasil. A estrada prometia remediar a escassez de terras no Sul e mitigar o sofrimento causado pela seca no Nordeste. Contudo, desde seu início, o desmatamento e os impactos sociais colocavam em xeque as promessas de progresso e prosperidade. Quando a Caravana Rolidei finalmente chega a Altamira, a cidade não corresponde ao sonho edênico. As “antenas espinhas de peixe” são visíveis à distância, e o movimento frenético contrasta com a ideia de um paraíso intocado onde “todo mundo é rico”. Antes da Transamazônica, Altamira vivia da exportação de produtos

florestais, com uma economia modesta e pouca circulação de dinheiro. A chegada da estrada intensificou desigualdades e trouxe novos desafios, desmentindo a utopia imaginada.

A construção da Transamazônica teve, portanto, seu início logo após o lançamento do Plano de Integração Nacional, em outubro de 1970. O presidente Emílio Garrastazu Médici esteve presente em Altamira para oficializar o início das obras do primeiro trecho da estrada, simbolizado pela derrubada de uma imensa castanheira. O evento foi relatado pela imprensa como um marco no processo de ocupação e integração da Amazônia.

Em 1972, o presidente Médici retornou a Altamira para inaugurar o primeiro trecho da Rodovia Transamazônica, que se estendia de Estreito (MA) até Itaituba (PA). Dois anos depois, em 1974, foi entregue o trecho final, ligando Itaituba a Humaitá (AM). A placa de inauguração da rodovia ostentava os seguintes dizeres:

“Quarenta meses após anunciar a construção da Transamazônica nas margens distantes do Xingu, o presidente Médici retorna à Amazônia para, em Jacareacanga, nas barrancas do Tapajós, entregar ao tráfego essa grande via de integração nacional, demonstração do povo brasileiro de conquistar a imensa área verde e construir um grande e vigoroso país.”

No entanto, a inauguração da rodovia não significou sua conclusão plena, mas sim a abertura de um traçado monumental que partia do Nordeste em direção à Amazônia. Nos trechos que atravessavam a floresta densa, as obras não avançaram além da fase inicial de abertura, e, até hoje, grande parte da rodovia permanece sem pavimentação e em estado precário. Durante boa parte do ano, a Transamazônica enfrenta inúmeros problemas de segurança, desafiando os milhares de motoristas que dependem dela diariamente.

Figura 4 - Trecho entre os municípios de Uruará e Placas em 2017



Fonte: Reprodução do Youtube, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FPfVue6cyUI>

Apesar das ambições grandiosas, o planejamento inicial da rodovia ficou longe de ser cumprido. Com a transição para a democracia, após o governo Médici, as dificuldades enfrentadas pela Transamazônica se tornaram amplamente conhecidas, simbolizando o contraste entre o otimismo do projeto e sua execução falha. Reportagens da época e obras culturais, como o filme *Iracema: Uma Transa Amazônica* (1975), de Jorge Bodanzky, evidenciaram a precariedade da estrada e o abandono de cidades como Altamira. No filme, a personagem Iracema representa a degradação física e moral associada ao fracasso do projeto, um retrato contundente da distância entre a euforia inicial das obras e a realidade de uma estrada marcada pela falta de asfalto, sinalização e tráfego consistente.

2.3 A URBANIZAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DE ALTAMIRA: COLONIZAÇÃO DIRIGIDA E CRESCIMENTO URBANO AO LONGO DA TRANSAMAZÔNICA

A segunda etapa do Programa de Integração Nacional (PIN), que visava a colonização da Amazônia por meio de seus eixos rodoviários, foi coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 1970 após a extinção de órgãos como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Em 1971, o INCRA recebeu jurisdição sobre vastas áreas de terras desapropriadas pelo governo federal no Pará, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.164, que transferia à União todas as terras devolutas situadas numa faixa de 100 km de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas.

Com isso, o projeto de colonização ao longo de rodovias como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém previu o assentamento de 100.000 famílias. Até 1974, a meta era assentar 64.000 dessas famílias, com uma composição planejada: 75% de migrantes nordestinos e 25% de colonos provenientes do Sul. Esses projetos poderiam ser implementados tanto pelo INCRA quanto pela iniciativa privada, que, por meio de empresas rurais, recebiam incentivos fiscais administrados pela SUDAM para desenvolver e executar seus próprios programas de colonização.

Os projetos de colonização justificavam-se pelo fortalecimento dos setores extrativista e agropecuário da Amazônia Legal e pela possibilidade de impulsionar a industrialização da região. No entanto, o desconhecimento sobre as condições ambientais e a ocupação anterior da área se revelou um obstáculo. Hamelin (1991) descreve o projeto de colonização do governo como uma "construção intelectual desconectada da realidade local". O exemplo do zoneamento

para criação dos lotes em Altamira, que resultou em vicinais que passavam por rios, pântanos e encostas, ilustra esse desconhecimento.

Além dos desafios ambientais e de planejamento, a colonização dirigida encontrou resistência na forma da "colonização espontânea", que se manifestou como um movimento migratório desordenado, inspirado pelas promessas de terra e desenvolvimento. O governo considerava esses colonos espontâneos como um obstáculo, devido à falta de "capacidade técnica" e capital para realizar os objetivos do Estado. No entanto, essa migração descontrolada já era uma característica evidente desde a abertura da rodovia Belém-Brasília e representava uma consequência direta da política de ocupação imposta pelo governo.

Outros fatores que comprometeram o sucesso da colonização incluíram as condições precárias das rodovias e vicinais, que dificultaram o escoamento da produção e o acesso a bens e serviços, e o desconhecimento das características ambientais da Amazônia, como clima e solo, que inviabilizaram a adaptação de culturas agrícolas, como o arroz. Esses problemas agravaram a concentração fundiária ao longo da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, promovendo a expansão da pecuária, setor amplamente fortalecido pelos governos militares na Amazônia.

Com o fracasso inicial, o governo federal passou a focar em novas estratégias de colonização e desenvolvimento econômico para a Amazônia, privilegiando a empresa privada como vetor principal, especialmente através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Programas como o POLAMAZÔNIA buscaram criar polos de crescimento econômico em áreas com potencial mineral, florestal, agropecuário e agroindustrial. Esses polos foram localizados em regiões específicas, como Rondônia, Carajás e Amapá, que se destacavam pelo potencial de exploração mineral e produção agropecuária.

Os projetos de colonização e infraestrutura na Amazônia não apenas avançaram da agricultura e pecuária, mas também foram essenciais para a expansão da fronteira capitalista na região, impondo uma cultura de integração socioeconômica que transformou a vida das populações locais e intensificou os conflitos sociais. As rodovias, como a Transamazônica, foram construídas para atender às necessidades de novos mercados e facilitar a exploração dos recursos naturais, especialmente minério, madeira e água. O projeto Radar da Amazônia (RADAM), com seus levantamentos aerofotogramétricos e pesquisas de campo, foi fundamental para mapear as riquezas minerais da Amazônia, que se tornaram pilares dos grandes projetos de desenvolvimento e definiram a política energética da região.

A Transamazônica, por exemplo, foi crucial para os estudos iniciais do potencial hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu, que mais tarde se tornaria estratégico para projetos como a usina de Belo Monte. Assim, a integração de projetos de energia e mineração na Amazônia não

foi um acaso, mas parte de um plano maior de exploração econômica que continua a moldar a região até os dias atuais.

A história de Altamira exemplifica as rápidas transformações decorrentes do processo de ocupação territorial na Amazônia, marcado pela colonização dirigida e pela construção da rodovia Transamazônica. Essas iniciativas, impulsionadas pelas políticas do INCRA a partir dos anos 1970, promoveram o assentamento de colonos na região, expandindo a população urbana e criando novos bairros. No entanto, esse crescimento acelerado não foi acompanhado pela infraestrutura necessária, gerando desafios significativos para a gestão pública e para os migrantes que ali se estabeleceram.

Esse contraste entre a promessa de desenvolvimento e as realidades vivenciadas localmente ilustra a complexa dinâmica da frente de ocupação na Amazônia, onde a urbanização foi moldada pelas pressões migratórias, dificuldades econômicas e pela expansão dos serviços urbanos. Altamira tornou-se um exemplo emblemático dessa dinâmica. Até a década de 1980, a cidade concentrava a maior área ocupada (3.759.500 hectares) e o maior número de famílias assentadas (6 mil) no programa de colonização dirigido, conforme Becker (1997). Esse incentivo resultou em um rápido crescimento populacional: entre 1950 e 1970, a população urbana de Altamira triplicou, passando de 1.809 para 5.734 habitantes. Na década seguinte, esse número quintuplicou, alcançando 29.911 habitantes, enquanto a população rural duplicou no mesmo período. A rápida transformação urbana, aliada à intensificação das desigualdades, exemplifica o impacto de políticas de ocupação que moldaram a trajetória de Altamira, transformando-a em um marco da expansão agrícola amazônica e um símbolo das contradições do projeto desenvolvimentista na região.

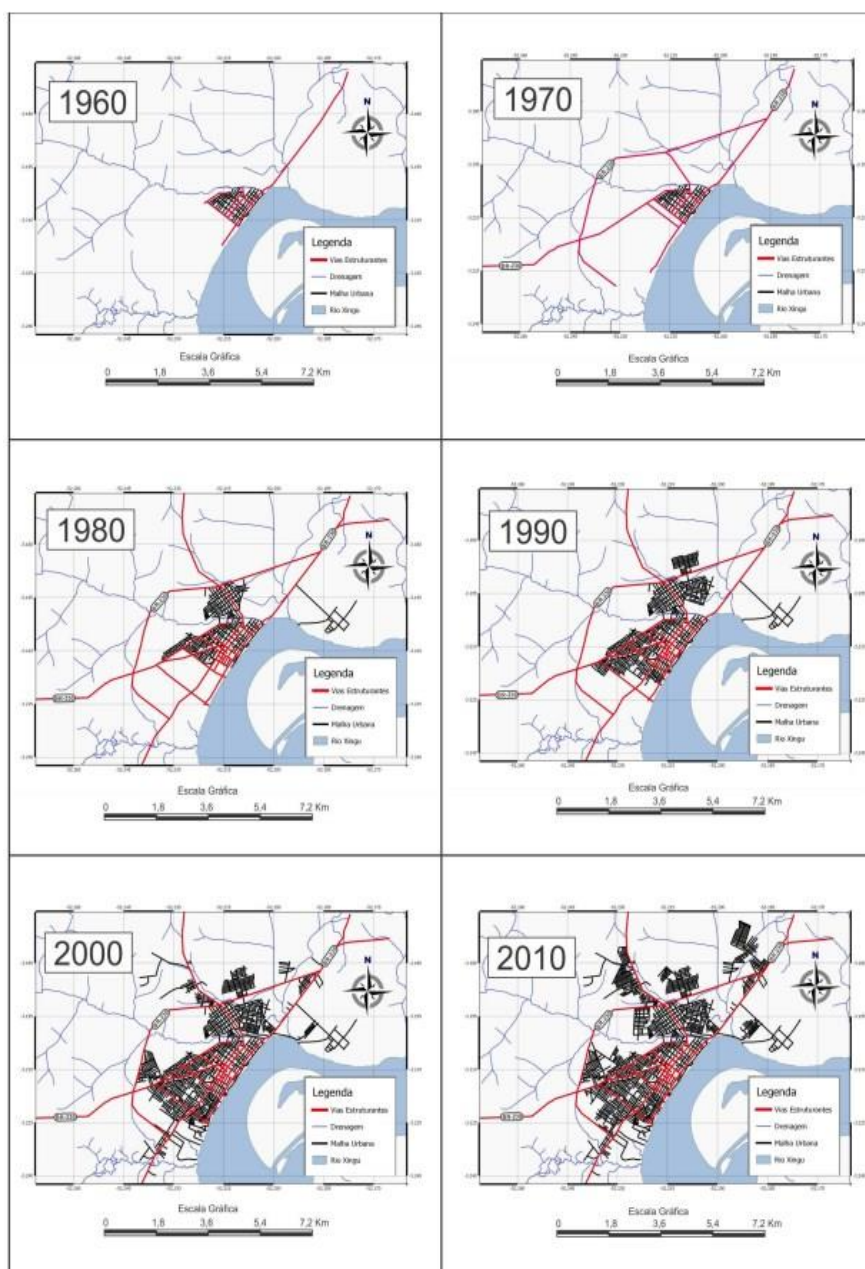
Esses números ilustram o impacto profundo das políticas de ocupação na transformação de Altamira, que deixou de ser um espaço predominantemente rural para se tornar um centro urbano emergente na Amazônia. Contudo, esse crescimento acelerado não ocorreu sem custos. O crescimento desordenado e a falta de infraestrutura adequada deixaram marcas duradouras, evidenciando as contradições entre as promessas de desenvolvimento e as realidades enfrentadas pela população local. Becker (1997) observa que esse fenômeno de expansão urbana acelerada é característico da fronteira amazônica, onde o desenvolvimento das áreas urbanas precede e sustenta a abertura de novas frentes de trabalho, impulsionadas pela migração constante. Nesse contexto, Altamira consolidou-se como um dos polos dessa frente de expansão agrícola, destacando-se como centro financeiro e comercial e sede das atividades de gestão estatal.

O modelo de colonização promovido pelo INCRA previa a concessão de 100 hectares por colono, com a criação de agrovilas a cada 10 km e agrópoles a cada 50 km, estabelecendo uma estrutura inicial para o desenvolvimento ordenado da região (PANDOLFO, 1994). No entanto, a crise do petróleo em 1973 e as mudanças nas políticas governamentais para a Amazônia interromperam esse modelo de colonização planejada. Esse contexto agravou o crescimento urbano desordenado em Altamira, alimentado por um fluxo crescente de migrantes expropriados do campo que enfrentavam dificuldades para obter acesso à terra. Assim, a cidade viu sua estrutura urbana sobrecarregada, intensificando problemas de infraestrutura e gerando novos desafios sociais.

Essa trajetória conecta-se às discussões mais amplas sobre os paradoxos do desenvolvimento na Amazônia, já exploradas anteriormente. O caso de Altamira exemplifica como as promessas de progresso se desdobram em dinâmicas de exclusão e desigualdade. Ao mesmo tempo, reforça a ideia de que, na fronteira amazônica, os projetos de colonização e infraestrutura não apenas transformaram o território, mas também reconfiguraram bastante as relações sociais e econômicas, expondo as tensões entre o imaginário do desenvolvimento e suas consequências concretas para as populações locais.

Esse cenário de êxodo rural tornou-se ainda mais evidente a partir da década de 1980, como mostra a Figura 5, com o crescimento acelerado da população urbana e uma desaceleração no aumento da população rural. Segundo Alonso e Castro (2006), a década foi marcada pelo abandono dos lotes na Transamazônica, consolidando Altamira como principal destino para os migrantes. Nesse período, novos bairros surgiram na cidade, mas a infraestrutura urbana não acompanhou a expansão, gerando uma série de problemas sociais e econômicos. Em bairros periféricos, ocupados por migrantes sem terra e ex-colonos empregados no setor terciário (Becker, 1985), muitas famílias se estabeleceram em áreas de risco, próximas aos igarapés Altamira e Ambé, onde enfrentavam a precariedade dos serviços essenciais e buscavam meios de subsistência em atividades informais.

Figura 5 - Evolução da população do município de Altamira entre 1950 e 2010

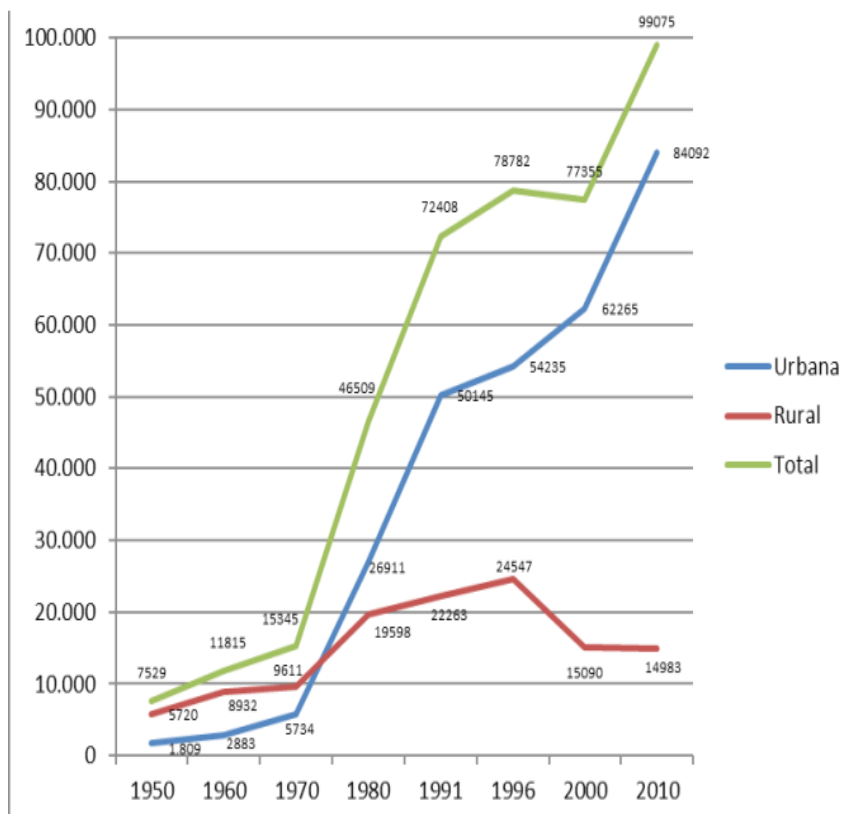


Fonte: IBGE (2010)

A figura 6 ilustra a expansão da malha urbana de Altamira e evidencia os diferentes períodos de crescimento da cidade, de 1960 a 2010, até o licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte. Neto e Herrera (2017) identificam três fases distintas de expansão urbana em Altamira, cada uma marcada por mudanças na estrutura social e econômica da cidade. O primeiro período, entre 1960 e 1979, é caracterizado pela crise na produção extrativista e pela integração da cidade à Transamazônica, momento em que a expansão ainda era limitada e direcionada para o norte e o sudoeste. As novas áreas se conectavam ao centro histórico, enquanto assentamentos, como

o Nossa Senhora de Aparecida I, foram organizados pela Prelazia do Xingu para controlar a ocupação desordenada, apesar dos riscos de alagamento nas margens dos igarapés.

Figura 6 - Expansão Urbana da Cidade de Altamira: 1960 – 2010



Fonte: GEDTAM (2014a)

Para Neto e Herrera (2017), desde a construção da rodovia Transamazônica, que prometia integração e progresso, Altamira foi consolidando-se como um epicentro de transformações contraditórias. No segundo período, de 1980 a 1990, a urbanização superou a população rural, resultado de uma nova orientação política e do aumento da taxa de urbanização. Altamira absorveu um grande contingente de migrantes rurais, expandindo-se ao longo dos eixos da BR-230 e dos igarapés, embora muitas dessas áreas sofressem com alagamentos sazonais. Segundo os autores, a cidade consolidou-se como subcentro regional, oferecendo serviços e infraestrutura administrativa, mas com sistemas de energia elétrica, água e saneamento ainda precários nos novos bairros. A expansão das funções administrativas também atraiu famílias de classe média, incentivando a formação de áreas residenciais específicas.

O terceiro período, de 2000 a 2010, conforme destacado por Neto e Herrera (2017), foi caracterizado pela consolidação do povoamento da região e pela redução significativa do fluxo

migratório inter-regional. Nesse cenário, a população rural diminuiu bastante, enquanto a população urbana continuou a crescer, impulsionando a criação de novos bairros de expansão, como Ibiza, Independente I e II, e Bela Vista. Localizados ao longo dos eixos viários e a cerca de três quilômetros do centro histórico, esses bairros surgiram de maneira acelerada, mas sem infraestrutura básica ou planejamento urbanístico adequado. Essas áreas passaram a abrigar uma combinação de residências de padrão médio e populações em situação de vulnerabilidade, especialmente migrantes rurais deslocados. Muitos desses migrantes se estabeleceram em zonas de risco, como a região da olaria no Igarapé Ambé, onde o alagamento permanente tornou necessária a construção de pontes improvisadas e palafitas para acesso. Essa dinâmica não apenas agravou as desigualdades sociais, mas também evidenciou os desafios de infraestrutura e planejamento que acompanham o crescimento desordenado de Altamira.

A trajetória de urbanização evidencia o impacto das grandes intervenções públicas na Amazônia, moldando o espaço urbano, social e político da cidade. Apesar das promessas de desenvolvimento, Altamira tornou-se palco de desigualdades profundas, precariedade urbana e desafios sociais complexos. Esses aspectos foram amplificados ao longo das décadas, expondo a disparidade entre as narrativas oficiais e as vivências cotidianas da população local.

Para Escobar (1995) de compreender o “desenvolvimento” como uma extensão das práticas colonialistas é particularmente pertinente às discussões deste artigo. Segundo o autor, assim como o colonialismo moldou perfis psicológicos e sociológicos das coletividades a serem colonizadas, as práticas de desenvolvimento visam transformar o espaço e as subjetividades das pessoas envolvidas, utilizando argumentos considerados científicos e racionais para justificar essas mudanças. Sigo as perspectivas apresentadas por Escobar, especialmente no que diz respeito à compreensão das representações que hierarquizam ações e percepções de desenvolvidos e subdesenvolvidos (ESCOBAR, 1995, p. 7), em situações de interação que serão detalhadas a seguir.

A associação de grandes projetos, como a construção de hidrelétricas e estradas, à perspectiva de desenvolvimento de regiões classificadas como subdesenvolvidas, distantes e isoladas, é um elemento crucial para a legitimação dessas intervenções. No Brasil, estudos de Sigaud (1986) reagem à ideia de que os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento são mensuráveis e efêmeros, sugerindo que há uma “acomodação” ao final das intervenções. Ao contrário, propomos uma análise que considera os “efeitos sociais” desses projetos, reconhecendo que são formas políticas por meio das quais se exerce controle sobre as populações, visando liberar suas terras para o mercado. Essa perspectiva é particularmente pertinente ao contexto da cidade de Altamira.

No final da primeira década dos anos 2000, Altamira voltou a ser pauta no noticiário nacional e internacional, desta vez por conta da UHE que passou a ser conhecida como Belo Monte. Diferentemente da década de 1970, quando a estrada simbolizava progresso e desenvolvimento, agora era o fluxo do rio e a energia dele extraída que representavam tais conceitos. A grandiosidade continua a ser uma dimensão estruturante das narrativas em torno do projeto: enquanto a Transamazônica era anunciada como “a maior estrada do mundo”, Belo Monte era descrita como “a maior obra do PAC” e “a maior hidrelétrica 100% brasileira”. Tanto a Transamazônica quanto Belo Monte tiveram Altamira como epicentro, o “maior município do Brasil”, situado na Amazônia, “a maior floresta do mundo”.

Décadas depois, a construção de Belo Monte reviveu o debate sobre progresso e destruição. Assim como a Transamazônica, a usina foi apresentada como símbolo de desenvolvimento e modernidade, mas seus impactos socioambientais e humanos expuseram uma realidade de desestruturação, violência e violações de direitos. Comunidades indígenas e ribeirinhas sofreram transformações estruturais significativas, ecossistemas destruídos, e os projetos de mitigação e compensação mostraram-se ineficazes (DE FRANCESCO et al., 2021).

Durante o período mais intenso das obras, entre 2012 e 2016, a cidade enfrentou desafios severos, como a falta de energia, o desabastecimento nos bancos e a escassez de alimentos básicos. Até mesmo aqueles que não viviam em áreas alagadiças foram pressionados a se mudar para zonas precárias e afastadas, devido ao aumento dos aluguéis, que chegaram a subir até 300%. Além disso, Altamira enfrentou um crescimento alarmante da violência, tornando-se a cidade mais violenta do Brasil, com uma taxa de homicídios três vezes superior à média nacional (CERQUEIRA et al., 2017), e um aumento significativo da violência sexual contra crianças e adolescentes, que subiu de 29 casos em 2009 para 177 em 2012 (PINHO e OLIVEIRA, 2013), entre outras adversidades.

Considerando as especificidades dos processos políticos em Altamira, entendemos que as formas de governo se concretizam através da gestão das desigualdades, conforme discutido por Souza Lima (2002). Esse autor argumenta que a formação do Estado é intrinsecamente ligada à instauração de desigualdades e hierarquias. Ao enfatizar a gestão de populações, tanto por meio de políticas públicas quanto por ações observáveis nas relações sociais cotidianas, reconhecemos que essas práticas têm um impacto direto nas vidas dos trabalhadores que estudamos.

Ao recuperar os eventos históricos acima, percebemos que Altamira se tornou um microcosmo de disputas históricas e sociais envolvendo políticas de desenvolvimento, conflitos ambientais e reorganização urbana. No próximo capítulo, exploraremos como a construção da

Usina Hidrelétrica de Belo Monte não apenas reorganizou o espaço urbano de Altamira, mas também transformou as vidas das pessoas dessa região, cujas existências foram extremamente afetadas pelas mudanças estruturais impostas pelo projeto.

CAPÍTULO 3 – O CONTO AMARGO DE BELO MONTE: PROMESSAS QUEBRADAS E VIDAS TRANSFORMADAS

No terceiro capítulo desta tese, adentramos no cenário que envolveu a concretização de um dos mais ambiciosos projetos de desenvolvimento do Estado brasileiro na Amazônia: a hidrelétrica de Belo Monte. A construção de usinas hidrelétricas geralmente evoca na sociedade a ideia de progresso, associada à criação de empregos e à geração de energia sustentável. No entanto, no outro lado dessa visão de desenvolvimento, há uma série de impactos socioambientais e culturais, caracterizados por mudanças irreversíveis, como a perda do território habitado, a transformação dos costumes, do modo de vida e da biodiversidade, entre outros aspectos.

Silva e Silva (2012) destacam que os projetos hidrelétricos são empreendimentos orientados por uma lógica lucrativa, baseada na apropriação e reprodução intensiva do espaço e na exploração dos recursos naturais. Essa dinâmica ignora as populações locais, cujos vínculos imateriais com os territórios impactados – espaços socialmente construídos, carregados de significados culturais, históricos e identitários – são desconsiderados. Um dos impactos sociais mais significativos dessas iniciativas é o deslocamento compulsório de um grande número de pessoas para áreas distantes de seus locais de origem, uma medida justificada pela lógica econômica e operacional que sustenta tais empreendimentos. Esses projetos, ao promoverem transformações radicais no espaço – incluindo alagamentos e alterações significativas na paisagem –, consideram o deslocamento das comunidades afetadas como um "custo necessário", subordinado a objetivos mais amplos de "desenvolvimento" e "modernização". Contudo, essa justificativa negligencia os profundos impactos humanos e sociais gerados. O deslocamento compulsório rompe as relações de pertencimento dos atingidos com seus territórios, desestruturando os alicerces de seus modos de vida e promovendo alterações significativas nas dinâmicas sociais e culturais dessas comunidades. Esses impactos revelam as contradições entre os discursos de progresso e as vivências concretas das populações locais marginalizadas nos processos de tomada de decisão.

No segmento seguinte, serão examinados os antecedentes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com ênfase no reordenamento urbano de Altamira, provocado pelo reassentamento compulsório das populações atingidas. A análise focará nas transformações nas estruturas sociais decorrentes desse processo e nos impactos específicos sobre dois grupos emblemáticos: os pescadores artesanais e de subsistência, cuja relação com o rio foi bastante alterada, e os trabalhadores das olarias, que vivenciaram diferentes desdobramentos. Enquanto

alguns foram realocados para os novos bairros criados pela Norte Energia, outros receberam indenizações para deixar suas antigas residências, resultando na desarticulação de seus sistemas produtivos e na ruptura de laços comunitários.

A investigação será conduzida por meio de uma reconstrução histórica desse processo, enriquecida com depoimentos de lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Busca-se compreender como essas mudanças reconfiguraram as práticas, os modos de vida e as identidades desses grupos, situados em um contexto marcado pelas pressões de um modelo de desenvolvimento que prioriza a expansão econômica em detrimento da justiça social e da preservação das dinâmicas culturais e comunitárias locais.

3.1 DE KARARAÔ À BELO MONTE: O SETOR HIDRELÉTRICO BRASILEIRO E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS

A partir da discussão desenvolvida no capítulo anterior, que analisou o papel do Estado na promoção da industrialização e na criação de infraestrutura, com destaque para a Rodovia Transamazônica como símbolo das políticas de integração territorial e exploração econômica da Amazônia durante os governos militares, avançamos agora para compreender os fundamentos históricos e econômicos que sustentaram a retomada de grandes projetos na região. Essa análise enfatiza como tais iniciativas refletem uma continuidade da lógica de exploração intensiva dos recursos naturais, marcada por incentivos estatais à expansão econômica que desconsideram ou negligenciam os custos ambientais e sociais impostos às populações locais.

Esse movimento de desenvolvimento está enraizado em uma trajetória que se consolidou no pós-Segunda Guerra Mundial, quando a economia brasileira passou a ser moldada por influências externas. Nesse contexto, o país adotou políticas pautadas pelo modelo de substituição de importações, no qual o Estado assumiu um papel central na promoção da industrialização. Segundo Sousa (1999), tal modelo demandou o desenvolvimento de uma infraestrutura robusta, especialmente nos setores de transporte, energia e telecomunicações, criando as bases para projetos de grande escala que transformaram o território e as dinâmicas econômicas nacionais.

A partir dos anos 1970, especialmente no governo Geisel, houve uma maior ênfase na abertura para o capital estrangeiro e um movimento gradual em direção à redução da intervenção direta do Estado no setor produtivo. O papel estatal passou a se concentrar mais na regulação econômica e na criação de um ambiente favorável ao mercado, defendendo e

promovendo a concorrência capitalista. Essa transição se aprofundou nos anos 1990, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, com a implementação de um modelo de desenvolvimento alinhado ao neoliberalismo e ao "Consenso de Washington". Segundo Mattei (2012), para alcançar a estabilidade macroeconômica, era essencial uma maior coordenação das políticas econômicas. Nesse contexto, o novo modelo de desenvolvimento proposto pelo Presidente Cardoso concebia uma agenda que centralizou o foco no controle da inflação, na administração das taxas de juros e câmbio, e no equilíbrio fiscal, por meio de um rigoroso controle da dívida pública.

Essas reformas refletiram a mudança do papel do Estado brasileiro, que deixou de atuar diretamente no setor produtivo, priorizando políticas de estabilização econômica e ajustamento estrutural. A agenda centrada no controle macroeconômico buscava atrair investimentos estrangeiros e consolidar a estabilidade monetária, acreditando que esses fatores seriam suficientes para garantir o crescimento sustentável.

As políticas ambientais globais, entretanto, passaram a adotar estratégias de desenvolvimento que priorizam o equilíbrio ecológico, social e econômico, buscando mitigar os impactos ambientais e sociais dos grandes projetos de infraestrutura. Esse contexto de crescente preocupação ambiental acabou por influenciar, ainda que de forma gradual e muitas vezes limitada, o modelo de desenvolvimento brasileiro. A busca por uma matriz energética "limpa" baseada em hidrelétricas, vista inicialmente como uma solução sustentável, começou a ser questionada devido aos impactos socioambientais significativos que esses projetos causavam, especialmente na Amazônia e em regiões de alta biodiversidade.

Foi nesse cenário que, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), a política governamental buscou incorporar padrões de política ambiental para sustentar a expansão econômica. Durante esse período, o país procurou equilibrar o crescimento com medidas de sustentabilidade, especialmente por meio do PAC, que priorizava grandes obras de infraestrutura, como a construção de Belo Monte. Essas políticas promoviam a expansão do setor energético, considerada essencial para suportar o crescimento industrial e atender à demanda do mercado.

No entanto, enquanto o Brasil ampliava sua capacidade energética, essa expansão gerava também desequilíbrios sociais profundos. Atualmente, o país possui 194 usinas hidrelétricas em operação, com uma potência instalada total de 80.731,224 kW, conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2013). Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2012), mais de um milhão de pessoas já perderam suas casas em consequência da construção dessas usinas, evidenciando os impactos sociais das políticas

energéticas baseadas em hidrelétricas e os desafios de equilibrar crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental.

Para definir e implementar políticas, o Estado brasileiro passou a seguir, em grande medida, uma lógica de mercado, onde, sob certas condições, mercados perfeitamente competitivos levam a resultados ótimos ou eficientes. Esse enfoque tornou-se especialmente proeminente com as reformas econômicas neoliberais dos anos 1990 e se refletiu em políticas que priorizavam a eficiência econômica. Nesse contexto, o Estado aplicou, implicitamente, o critério de eficiência de Pareto, que descreve uma situação na qual nenhuma das partes envolvidas — seja comprador ou vendedor — pode melhorar sua posição sem prejudicar outra pessoa. Esse critério sugere que, ao buscar políticas que promovam crescimento econômico e estabilidade monetária, é praticamente inevitável que algumas iniciativas causem prejuízo a certos grupos, mesmo que se busque um "equilíbrio" no resultado final.

Complementando essa análise, as propostas de Kaldor (1939) e Hicks (1939) indicam que uma situação socialmente mais desejável ocorre quando os vencedores podem compensar os perdedores por suas perdas, mantendo ainda um excedente positivo (VARIAN, 2000). Essa visão justifica a adoção de políticas compensatórias, especialmente em projetos de infraestrutura, onde os beneficiários (como empresas e o próprio Estado) poderiam, em tese, compensar os grupos que são diretamente atingidos. No Brasil, essas ideias influenciaram políticas de compensação aos atingidos por grandes obras, como barragens, embora muitas vezes de maneira insuficiente. Jackson Dias, liderança do MAB em Altamira, resgata parte desse processo, destacando como projetos como Belo Monte são apresentados à população e as justificativas empregadas pelo Estado para legitimar sua implementação:

O que a gente entende é que o governo federal utilizou Belo Monte para garantir políticas públicas que já são constitucionais, né? Utilizou a promessa de construir a hidrelétrica como alternativa para implementar programas que já são constitucionais. Por exemplo, o programa Luz para Todos. Uma das grandes pressões do governo federal para trazer Belo Monte foi, inclusive, pressionar os movimentos sindicais, como os sindicatos dos trabalhadores rurais (STTRs). A pressão sobre esses sindicatos foi justamente para que aprovassem ou defendessem Belo Monte, permitindo que o governo pudesse também implementar o programa Luz para Todos. Não há relação entre o programa Luz para Todos e Belo Monte, ou não deveria haver, teoricamente, porque esse programa foi implementado em todo o Brasil, né? Então, não faz sentido. A gente só receberia o Luz para Todos, por exemplo, se tivesse a barragem de Belo Monte. Assim, o governo federal utilizou Belo Monte para garantir políticas que são mínimas, como saúde e educação. Além disso, questões como o monitoramento de terras indígenas e a criação de terras indígenas, que já são obrigações constitucionais, foram repassadas à Norte Energia como condicionantes. Por exemplo, a demarcação de terras indígenas, que já é uma obrigação do governo federal, foi colocada como uma condicionante. O mesmo aconteceu com a criação de unidades de conservação, que também é uma política pública de conservação ambiental, mas foi transferida para a Norte Energia como condicionante. Outras responsabilidades, como a construção de unidades básicas de saúde e escolas, também ficaram sob responsabilidade da Norte Energia. Assim, boa parte das políticas públicas que deveriam ser implementadas pelo

governo federal foi colocada como condicionantes para a construção de Belo Monte. Isso pressionou a sociedade a aceitar Belo Monte, com o discurso de que só com a barragem essas políticas públicas seriam implementadas. Essa é uma das grandes contradições desses grandes projetos, como Belo Monte, aqui na região. Além disso, há o pagamento de royalties pelas empresas responsáveis, que são obrigadas a pagar compensações financeiras pelos recursos hídricos. Esses recursos são repassados ao Tesouro da União, que os encaminha para a Aneel. A Aneel, por sua vez, redistribui o dinheiro aos municípios, estados e alguns ministérios da União. Os repasses desses royalties foram uma grande propaganda para os prefeitos e vereadores da época, que pressionaram a cidade a aceitar Belo Monte. Por exemplo, era dito que Altamira receberia 60 milhões de reais por ano em royalties, o que aumentou a pressão para que a barragem fosse aprovada, a fim de viabilizar recursos para políticas públicas. Outra estratégia utilizada para convencer a sociedade, especialmente os movimentos sociais, foi a criação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS). Esse plano, basicamente, constituiu um fundo de 500 milhões de reais para ser investido em 10 municípios ao longo de 20 anos. O acesso a esse recurso seria possível por meio de projetos apresentados pela sociedade civil, prefeituras, governo estadual ou governo federal. Contudo, o PDRS foi condicionado à construção de Belo Monte, pois os 500 milhões seriam disponibilizados pela Norte Energia. Sem Belo Monte, esse fundo não existiria. Assim, houve uma pressão direta do governo federal para a construção da hidrelétrica, que foi apresentada como uma solução para a implementação de políticas públicas que já deveriam ser responsabilidade do governo federal. A responsabilidade do governo federal ficou apenas na fiscalização, junto aos governos estadual e municipal, mas essa fiscalização não aconteceu de forma efetiva. Somente quando movimentos sociais se manifestavam ou cobravam, ou quando havia representantes do governo federal na região, ações eram tomadas. O IBAMA também só agia mediante pressão popular. Resumindo, o governo utilizou um grande projeto, como Belo Monte, para promover políticas públicas que já são obrigação do governo federal, prática que também se repete em outras regiões do país.

O relato de Jackson Dias expõe as contradições na condução de grandes projetos como Belo Monte, ressaltando como o Estado utilizou o discurso de desenvolvimento econômico para legitimar políticas que já eram suas obrigações constitucionais. Isso evidencia um modelo de desenvolvimento que, apesar das promessas de progresso, aprofundou desigualdades e gerou tensões socioambientais. Conforme observado nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a tentativa de equilibrar crescimento econômico e justiça social permaneceu insuficiente. Projetos como a construção de hidrelétricas ilustram a prevalência de um paradigma centrado na eficiência econômica, onde compensações, como o PDRS e os royalties, não foram capazes de mitigar plenamente os impactos sociais e ambientais. Desse modo, mesmo sob políticas que buscavam um crescimento “sustentável”, o desenvolvimento brasileiro seguiu reproduzindo conflitos entre a busca por eficiência e a garantia de direitos, deixando milhares de famílias desamparadas em nome do chamado “interesse público”.

Ao tomar decisões sobre qualquer política, especialmente ambiental, é crucial considerar não apenas o grau de sucesso em alcançar os objetivos definidos, mas também os custos envolvidos, incluindo as consequências em diferentes níveis. No caso de questões ambientais, o desenvolvimento de um projeto depende do contexto institucional e político em que a decisão está inserida. A esse respeito, Fagundes (2003) argumenta que as decisões que guiam a

execução de projetos são moldadas por instrumentos de mercado, visando à eficiência econômica. Entretanto, ao adotar esses instrumentos, os governos, muitas vezes, não priorizam a eficiência distributiva, que está relacionada aos benefícios sociais.

As decisões sobre a exploração dos recursos hídricos como alternativa energética estão condicionadas ao preço da energia e à capacidade de mitigar os impactos ambientais das infraestruturas hidrelétricas. Países em desenvolvimento com frequência optam pela construção de barragens como alternativa energética por uma série de razões ligadas ao custo, à infraestrutura e às necessidades de desenvolvimento econômico. A energia hidrelétrica é considerada uma fonte relativamente barata e confiável de eletricidade, além de ser uma solução localmente disponível, o que reduz a dependência de combustíveis fósseis importados e gera uma capacidade estável de energia em grande escala. Nos países em desenvolvimento, onde o acesso à energia é crucial para impulsionar a industrialização, melhorar a infraestrutura e atrair investimentos, o aproveitamento do potencial hidrelétrico se torna uma estratégia atraente para estimular o crescimento econômico.

Por outro lado, países desenvolvidos que ainda têm potencial hidrelétrico não utilizado tendem a evitar a construção de novas barragens devido à alta sensibilidade ambiental e às pressões por alternativas de energia menos impactantes. Como esses países já possuem uma base energética diversificada e estão em transição para tecnologias mais limpas, como eólica, solar e nuclear, há menos necessidade de recorrer a hidrelétricas. Além disso, muitos desses países têm normas ambientais rigorosas e maior capacidade financeira para investir em tecnologias de mitigação de impacto, o que desestimula a adoção de projetos com grandes repercussões ambientais e sociais.

Conforme observa Vegara et. al. (2004), o custo ambiental das barragens, incluindo o deslocamento de comunidades, a destruição de ecossistemas e a alteração de cursos d'água, também pesa nas decisões de países desenvolvidos, onde há uma valorização crescente da conservação ambiental. Já em países em desenvolvimento, as pressões por crescimento e segurança energética costumam sobrepor-se às preocupações ambientais, levando a um compromisso com as barragens, mesmo reconhecendo os impactos negativos em áreas como água, solo, flora, fauna e paisagens.

Para Pearce & Turner (1995) e Romero (1997), o setor elétrico, consciente dos impactos das barragens, busca internalizar nos seus custos operacionais as perdas ambientais, adotando metodologias de valoração ambiental. Esse processo de valoração vai além do valor de uso do recurso, incorporando também outros valores, como o valor de opção e o valor de existência. O valor de opção está associado a um recurso que o indivíduo não utiliza no presente, mas que

pode desejar utilizar no futuro. Já o valor de existência refere-se ao valor que o indivíduo atribui ao recurso ambiental sem intenção de usá-lo, mas pelo significado intrínseco de sua preservação.

No caso da realocação de populações afetadas pela construção de barragens, os custos de relocação e compensação dessas comunidades foram formalmente incorporados com a criação do Referencial para Orçamentação dos Programas Socioambientais, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia em 1997. Esse documento estabelece a inclusão dos custos socioambientais como parte integrante da implementação de um empreendimento hidrelétrico, contemplando projetos setoriais de controle, mitigação, compensação, monitoramento e gestão institucional dos impactos.

As diretrizes seguidas pelos agentes do setor elétrico brasileiro refletem uma abordagem objetiva e pragmática ao lidar com os obstáculos inerentes à construção de hidrelétricas. Esse enfoque busca garantir a viabilidade dos projetos, minimizando o impacto social e ambiental através de uma análise financeira que incorpora esses custos como componentes necessários do orçamento. Entretanto, essa abordagem objetiva também pode revelar limitações ao tratar aspectos simbólicos e culturais que compõem o modo de vida das comunidades ribeirinhas e que, muitas vezes, são dificilmente quantificáveis em termos econômicos. Assim, os empreendedores se concentram em soluções práticas para garantir a realização dos projetos, mas podem não abarcar integralmente as complexidades sociais e culturais envolvidas.

Para os responsáveis pelo setor elétrico, as casas e terras das populações afetadas são tratadas como bens negociáveis, passíveis de compensação financeira — uma perspectiva que se alinha à dos economistas neoclássicos, que buscam atribuir valor monetário a recursos físico-naturais atingidos por atividades econômicas. Contudo, ao destacar a negligência em relação às dimensões simbólicas e culturais das relações dos indivíduos atingidos pela construção de Belo Monte — para os pescadores artesanais, o rio é um elemento central de sua identidade cultural e de suas tradições, enquanto, para os trabalhadores das olarias, o barro representa pertencimento e saber comunitário. A destruição dessas relações evidencia que os impactos das hidrelétricas ultrapassam o material, transformando formas de vida e vínculos com o território —, não se propõe que sentimentos e conexões com o meio ambiente possam ser precificados. O ponto central é reconhecer que esses danos imateriais são reais e devem ser considerados seriamente nos estudos de viabilidade de projetos, como é o caso das usinas hidrelétricas.

Tabela 2 - Gastos dos custos ambientais da implantação de uma usina hidrelétrica

Tipo de custo	Conceito	Exemplo para Hidrelétrica
Controle	São os custos incorridos para evitar a ocorrência total ou parcial dos impactos socioambientais de um empreendimento.	Custos adicionais de instalação da tomada d'água especial para melhorar a qualidade da água à jusante.
Mitigação	São os custos incorridos nas ações para redução das consequências dos impactos socioambientais provocados por um empreendimento.	Custos incorridos na abertura de poços para fornecer água potável à população ribeirinha à jusante.
Compensação	São os custos incorridos nas ações que compensam os impactos socioambientais provocados por um empreendimento nas situações em que a reparação é impossível.	Custos incorridos na construção de um clube para a população ribeirinha à jusante.
Degradação	São os custos externos provocados pelos impactos socioambientais de um empreendimento quando não há controle, ou pelos impactos ambientais residuais quando da existência de controle, de mitigação e de compensação.	Custos correspondentes à alteração da estrutura das comunidades aquáticas do rio à jusante da barragem.
Monitoramento	São os custos incorridos nas ações de acompanhamento e avaliação dos impactos e programas socioambientais.	Custo de medição periódica do teor de oxigênio na água do reservatório e à jusante da barragem.
Institucionais	São os custos incorridos nas seguintes situações: a) Na elaboração dos estudos socioambientais referentes às etapas de planejamento (estudos de inventário, viabilidade e projeto básico); b) Na elaboração dos estudos requeridos pelos órgãos ambientais-EIA/RIMA; c) Na obtenção das licenças ambientais (LI, LO e LP) e na realização de audiências públicas.	

Fonte: MME, 1994.

A proposta de alguns setores sociais e organizações de estabelecer uma base de entendimento entre as populações atingidas e os consórcios responsáveis insere-se em um contexto de crescente conscientização sobre os impactos socioambientais de grandes projetos. Essa abordagem busca garantir compensações que transcendam os bens tangíveis, como casas, benfeitorias e atividades produtivas, e incluam também aspectos simbólicos e culturais associados ao território e ao modo de vida das comunidades impactadas. Trata-se de um esforço para superar as abordagens exclusivamente mercadológicas e promover um processo de negociação mais justo e equilibrado, que reconheça e valorize os danos imateriais e a importância desses elementos na vida dos atingidos.

Esse movimento de valorização dos impactos imateriais e do direito ao território ganhou força especialmente após o fim da ditadura militar no Brasil, período em que as políticas de desenvolvimento passaram a ser questionadas devido aos profundos danos socioambientais causados por grandes projetos de colonização e infraestrutura. Essa revisão política ocorreu em paralelo a um movimento global, que, desde a década de 1970, vinha alertando para os limites do planeta e promovendo debates sobre os efeitos do desenvolvimento nas reservas naturais.

No âmbito local, especialmente na Amazônia, o debate encontrou terreno fértil, onde as questões ambientais tornaram-se centrais nas lutas sociais. Esse protagonismo regional deve-se, em grande parte, à degradação ambiental e social gerada por intervenções de grande escala, que afetaram diretamente os modos de vida tradicionais. Assim, o surgimento de um discurso ambiental nos movimentos sociais amazônicos vai além da proteção dos recursos naturais, abrangendo também a luta pela garantia de territórios historicamente ocupados e o reconhecimento das formas tradicionais de uso da terra e organização social. Essa visão entra em conflito com as perspectivas de mercado e do Estado, ambos focados na expansão das fronteiras do capital, evidenciando um embate entre diferentes visões de desenvolvimento e sustentabilidade. Essa preocupação também está no relato de Jackson Dias, do MAB:

É que Altamira, desde que entrei no movimento, a nossa briga, nossa luta, sempre foi para garantir o direito dos atingidos, principalmente à moradia. Belo Monte, diferente do projeto dos anos 70, chamado Kararaô, não alagaria mais as terras indígenas. No entanto, causaria muitas rupturas e impactos na área urbana da cidade. Aqui em Altamira, pelo nosso cálculo no movimento, são cerca de 40.000 pessoas atingidas. A maioria está na cidade, com uma parte ribeirinha, mas a maior parte na área urbana. A urbanização da cidade se deu muito em torno dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas, principalmente Altamira e Ambé. A ocupação do solo urbano de Altamira envolveu justamente essas famílias, que foram realocadas pela Norte Energia. Boa parte dessas famílias teve que lutar para ser cadastrada e reassentada. Assim, nossa luta sempre foi pela efetivação do direito à moradia dessas famílias, mas também pelo saneamento básico. A partir de 2002 e, especialmente, de 2013, o movimento começou a ganhar muita força em Altamira, organizando os atingidos em grupos de base, que são a forma como estruturamos as comunidades. Cada comunidade que organizamos era um grupo de base; hoje, chamamos esses grupos de “grupos de atingidos”. A partir de 2013, intensificamos esse processo de luta na cidade. Em 2014, a Norte Energia começou a reassentar as famílias nos novos bairros, mas não foi um processo fácil. O Jatobá, por exemplo, enfrentou desafios. Naquele ano, Altamira sofreu um dos piores invernos, e as famílias foram levadas para o parque de exposições. Então, decidimos reunir essas famílias e ocupar o reassentamento do Jatobá, que já estava pronto, mas a Norte Energia ainda não queria utilizá-lo para reassentar as famílias. Assim, em março de 2014, ocupamos o Jatobá para pressionar e iniciar a realocação. Situações semelhantes ocorreram em outros reassentamentos, em que as famílias tiveram que lutar para que fossem atendidas, enquanto estavam em condições provisórias no parque de exposições. A partir de 2015, com o início das realocações, descobrimos que muitas famílias não haviam sido cadastradas pela Norte Energia e continuariam vivendo nos baixões. Foi necessário organizar um novo processo de mobilização para que essas famílias fossem cadastradas. Cerca de 700 famílias que não haviam sido registradas entre 2011 e 2013 precisaram lutar por seus direitos. Esse novo esforço envolveu moradores de bairros como Colinas, Brasília, Aparecida, São Domingos e Nova Altamira, todos atingidos, mas ignorados no cadastro inicial. Em 2015, também começamos a organizar as famílias da Volta

Grande do Xingu, promovendo reuniões e mobilizações com aquelas que seriam afetadas tanto por Belo Monte quanto pela mineradora Belo Sun, na Vila da Ressaca, no Garimpo do Galo e na Ilha da Fazenda. Essa região foi diretamente impactada pela redução de 80% do fluxo do rio, desviando suas águas para a usina principal. Conseguimos mobilizar esse grupo da Volta Grande para denunciar os efeitos de Belo Monte na cidade e lutar por moradia, incluindo a construção do RUC Tavaquara, conhecido como RUC do Pedral. Em 2016, o movimento ampliou sua atuação, abrangendo tanto as áreas urbanas quanto ribeirinhas. Organizamos também uma comunidade chamada Independente 2, que não havia sido cadastrada pela Norte Energia. Por meio de um processo de luta, conseguimos cadastrar e reassentar 546 famílias dessa comunidade no final de 2016.

Nesse contexto, a implementação de megaprojetos, como Belo Monte, insere-se em um modelo de desenvolvimento que não apenas prioriza a eficiência econômica em detrimento da justiça social, mas também reflete pressões externas associadas a agendas globais. Governos nacionais são compelidos a seguir compromissos assumidos em grandes acordos internacionais, que muitas vezes ocultam os intensos conflitos sociais e ambientais decorrentes da exploração de recursos naturais. Ao mesmo tempo, o mercado apropria-se do discurso ambiental, promovendo programas que, supostamente, oferecem compensações para os impactos causados. Essa dinâmica também impulsiona uma crescente profissionalização na gestão desses conflitos, com a criação de empresas especializadas na execução de planos de educação ambiental e patrimonial, entre outras iniciativas, que muitas vezes acabam por legitimar, em vez de mitigar, os danos causados por esses empreendimentos.

Apesar do discurso predominante de que os projetos de desenvolvimento na Amazônia são agora ambientalmente responsáveis, o que se observa é uma retomada agressiva desses grandes empreendimentos. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, o asfaltamento da BR-319 e a concessão de áreas para exploração mineral, muitas vezes em territórios indígenas e unidades de conservação, exemplificam essa abordagem. Embora acompanhadas de promessas de compensações socioambientais, essas iniciativas avançam sem a devida consulta às populações locais e com impactos profundos sobre o meio ambiente e as comunidades tradicionais, sugerindo uma continuidade da lógica extrativista e desenvolvimentista que historicamente marca a região.

A partir da década de 2000, a Amazônia assume um papel ainda mais central, consolidando-se como eixo estratégico na nova fase de integração continental. Segundo Castro (2009), essa relevância decorre do vasto potencial mineral e hídrico da região, reconhecido pelo Estado como "um espaço estratégico na integração sul-americana dentro de uma economia globalizada". O aumento do interesse e dos investimentos de empresas na área impulsiona novas dinâmicas de mercado e transforma as realidades econômicas e sociais locais, reforçando a centralidade da Amazônia na agenda de desenvolvimento regional (CASTRO, 2009, p. 107).

Nesse contexto, destacam-se iniciativas como o PAC, no Brasil, e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que envolve 12 países da América do Sul. Ambos os programas têm como base o incentivo ao investimento em infraestrutura, incorporando o discurso de integração da Amazônia em uma escala ampliada, que abrange tanto os mercados locais quanto internacionais. A infraestrutura, nesses projetos, é posicionada como o principal vetor para viabilizar essa integração, reafirmando a lógica de expansão econômica e exploração de recursos naturais que continua a moldar o desenvolvimento da região.

A Iniciativa IIRSA foi lançada em agosto de 2000 durante o Primeiro Encontro dos Presidentes da América do Sul, em Brasília, por convite do presidente do Brasil, como parte das comemorações dos 500 anos do país. O evento reuniu os doze líderes sul-americanos e resultou na Declaração de Brasília²², que tratou de temas como democracia, comércio e, principalmente, infraestrutura de integração. A principal conquista do encontro foi o acordo para expandir e modernizar a infraestrutura física da América do Sul, com foco em transporte, energia e comunicações, buscando fortalecer o espaço econômico, consolidar a identidade regional e aumentar a cooperação e influência da região no cenário global. (IIRSA, 2011, p. 7)

Nos três anos seguintes, a gestão da IIRSA priorizou a estruturação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) e dos Processos Setoriais de Integração (PSI), pilares da iniciativa, além de identificar projetos prioritários. Em 2003, uma nova fase de planejamento territorial indicativo envolveu especialistas na definição das prioridades regionais, culminando, em 2004, com a Agenda de Implementação Consensual 2005-2010 (AIC), que destacava 31 projetos prioritários para a integração física regional. Em 2005, a IIRSA passou por mais um momento de inovação institucional com a definição de objetivos estratégicos para o período de 2005-2010. Nessa etapa, a iniciativa buscou alinhar a infraestrutura a outros aspectos do desenvolvimento territorial, como integração produtiva, logística e avaliação ambiental e social. Foram aprimorados os sistemas de informações geográficas e padronizados os dados dos projetos, com o intuito de facilitar o financiamento e a gestão de infraestrutura transnacional. (IIRSA, 2011, p. 8)

Tabela 3 - Previsão de investimentos da IIRSA, entre 2005 e 2010

²² A IIRSA, formalizada na I Reunião de Presidentes da América do Sul em 2000, surgiu de iniciativas da década de 1990 para integrar fisicamente a região. Seu objetivo era criar uma infraestrutura básica em transporte, comunicações e energia, promovendo a integração comercial e social do subcontinente. Nesse primeiro encontro em Brasília, foi definido que num prazo de 10 anos seria implementada uma base estratégica para o desenvolvimento regional. (ALMEIDA, A. W.; CARVALHO, J. G. Org., 2009)

Eixos de Integração e Desenvolvimento	Objetivos	Nº de projetos	Investimento estimado (US\$ milhões)	Financiamento prioritário (US\$ milhões)
Amazonas	Pavimentação de rodovias para escoamento da produção de regiões centrais do continente.	91	8.027	1.215
Peru-Brasil-Bolívia	Construção de hidrelétricas, linhas de transmissão, redes rodoviárias e fluviais para escoamento de produtos amazônicos e minerais via Oceano Pacífico.	21	12.000	1.067
Escudo das Guianas	Aproveitamento de recursos naturais (minério de ferro, bauxita, ouro e produtos florestas) e potencial hidrelétrico.	44	1.072	121
Andino	Interligação das malhas rodoviárias, principais portos e aeroportos, linhas de transmissão e rede de telecomunicações de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.	92	8.400	117
TOTAL			29.499	2.520

Fonte: ISA (2009).

Rodrigues (2012) explica que o portfólio de projetos de infraestrutura da IIRSA é organizado em 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento, abrangendo grande parte da América do Sul. Até 2010, estima-se que a iniciativa tenha atraído investimentos de aproximadamente 96,1 milhões de dólares, com 524 projetos voltados para transporte, energia e comunicações. Os resultados da IIRSA dividem-se em tangíveis e intangíveis. Entre os resultados tangíveis, destacam-se o Portfólio de Projetos de 2010, composto por 524 projetos organizados em 47 grupos, distribuídos por 9 eixos, além das prioridades regionais estabelecidas na AIC. Nos intangíveis, incluem-se o conhecimento acumulado sobre restrições e oportunidades da região, obtido por meio de estudos e diagnósticos nos EID e PSI; o fortalecimento da cooperação entre os países sul-americanos; o desenvolvimento de metodologias para planejamento territorial e capacitação de funcionários públicos; o capital institucional formado nos governos e órgãos regionais; e a mobilização de recursos da cooperação técnica regional das três Instituições que compõem o Comitê de Coordenação Técnica (CCT). (IIRSA, 2011, p. 9)

A IIRSA é vista por alguns como um projeto visionário devido ao pioneirismo da participação conjunta dos doze chefes de Estado das nações independentes da América do Sul. A Declaração de Brasília, que lançou a iniciativa, abordou temas amplos, incluindo a infraestrutura de integração, democracia, comércio, combate a drogas ilícitas, crimes conexos e tecnologia. No entanto, movimentos sociais criticam suas diretrizes, alegando que podem

intensificar as desigualdades regionais, beneficiando apenas territórios de interesse do grande capital e negligenciando outras áreas (ALMEIDA; CARVALHO, 2009). Garzon (2009) vai além e considera a IIRSA uma ferramenta de imperialismo que, ao promover grandes projetos, reforça a subordinação da América do Sul:

Os grandes projetos viários, energéticos e de comunicações, associados a medidas de “convergência regulatória”, viabilizam a consolidação dos oligopólios privados na região e o estabelecimento de conectividades que irão nos subalternizar (país e região) de forma irreversível. Os eixos e projetos da IIRSA são voltados para competitividade externa dos conglomerados econômicos situados na região, não para gerar dinamismo econômico equalizador entre os povos sul-americanos. (p. 8)

No mesmo sentido, o PAC, iniciado no segundo governo Lula, adota uma orientação semelhante ao estimular o investimento do grande capital brasileiro e ampliar sua influência na América Latina. Embora seja um programa de âmbito nacional, o PAC compartilha metas com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), incluindo a construção de infraestrutura voltada para facilitar o acesso a recursos naturais e o fornecimento de energia para atividades eletrointensivas (CARVALHO, 2010). As hidrelétricas do Rio Madeira, como Santo Antônio e Jirau, são exemplos emblemáticos dessa nova fase de grandes obras na Amazônia, reforçando a continuidade da orientação desenvolvimentista presente em ambos os projetos.

Nesse contexto, os estudos para a construção de hidrelétricas no Rio Xingu ilustram como essa lógica se materializa, evidenciando a convergência entre os interesses de integração nacional e a exploração intensiva dos recursos naturais. O inventário do Xingu identificou 47 locais potenciais para barramentos, dos quais 14 foram considerados mais adequados para a produção de energia. Entre as propostas, o projeto previa o alagamento de uma extensa área de 18 mil km², impactando ilhas, florestas e áreas urbanas, incluindo Altamira. Todos os arranjos estudados priorizavam a Volta Grande do Xingu (VGX), onde a configuração natural do rio apresentava um grande potencial para geração de energia, a depender do modelo de engenharia adotado. Esse planejamento inicial estabeleceu as bases para projetos mais ambiciosos, que foram sendo ajustados para atender às demandas políticas e econômicas contemporâneas.

A proposta de um maior aproveitamento da bacia do Xingu, remonta ao primeiro grande estudo sobre o potencial hidrelétrico da bacia do Xingu, realizado entre 1975 e 1979 pela Eletrobrás e Eletronorte em parceria com o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC). Esse trabalho resultou no Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu, integrado ao II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979), durante o governo de Ernesto Geisel. A iniciativa, parte de um projeto mais amplo que incluía também as bacias dos rios Madeira e Tapajós, visava mapear o vasto potencial energético da Amazônia, estimado em

cerca de 62.000 MW. Hidrelétricas como Tucuruí, construída às margens do rio Tocantins entre 1974 e 1984, e Cachoeira Porteira, jamais construída, exemplificam a ambição de atender à crescente demanda do setor industrial. Naquele período, o desenvolvimento econômico enfrentava desafios devido à limitada oferta de energia, majoritariamente dependente de termoeletricas, reforçando a relevância estratégica desses projetos para o Estado.

Tabela 4 - Bacias localizadas na Amazônia e seus respectivos potenciais, segundo a Eletrobrás

Bacia	Potencial
Tocantins-Araguaia	10.000 MW
Xingu	18.000 MW
Tapajós	13.000 MW
Madeira	5.000 MW
Rio Negro, Branco, Trombretas e Jari	16.000 MW
	TOTAL: 62.000MW

Fonte: SUDAM (1976).

A proposta de maior aproveitamento da bacia do Xingu, concebida como parte de um modelo que visava otimizar a geração de energia constante (energia firme) e criar vastas áreas de reservatório para armazenamento de água, enfrentou intensas controvérsias devido aos seus potenciais impactos sociais e ambientais. Entre os principais problemas estavam o deslocamento de comunidades, alterações profundas no ecossistema local e a perda significativa de biodiversidade. Essas preocupações levaram a diversas reformulações do projeto ao longo das décadas, culminando no atual empreendimento de Belo Monte, que tentou adaptar-se às críticas sem, contudo, abandonar os objetivos desenvolvimentistas. Segundo o CNEC (1980), o aproveitamento integral do Xingu previa a construção de seis barragens ao longo do rio, entre as altitudes de 281 metros (no norte do Mato Grosso, no Parque Indígena do Xingu) e 6 metros (próximo a Belo Monte, no Pará). Essas barragens formariam uma sucessão de reservatórios cobrindo mais de 18.000 km², ou 1.800.000 hectares, com uma potência firme estimada de até 9.500 MW. Esse projeto, conhecido como Complexo de Altamira, incluía dois grandes barramentos — Kararaô e Babaquara — que juntos somariam uma potência instalada de cerca de 17.600 MW, sendo 11.000 MW concentrados em Kararaô.

A exploração do potencial de Kararaô dependia diretamente da construção da barragem de regularização em Babaquara. Sem Babaquara, a Eletrobrás/Eletronorte precisaria interligar a usina a outros sistemas elétricos do país para compensar a baixa produção durante os períodos

de estiagem, tornando Babaquara essencial para garantir a autonomia energética e manter a média anual de produção.

O Complexo de Altamira propunha um ousado projeto de engenharia para a época, com características inovadoras que estavam apenas sendo testadas em Tucuruí. A construção envolveria paredões e diques com um volume de aterros e enrocamentos superior a 200 milhões de metros cúbicos, comparável apenas ao projeto de Tucuruí. Além das barragens, o Complexo de Altamira exigiria intervenções técnicas significativas, como a construção de novas estradas, linhas de transmissão, canteiros de obras e vilas para trabalhadores. Em 1980, durante o governo de João Figueiredo, foram iniciados os estudos de viabilidade do complexo, com novos trabalhos de campo e avaliações socioeconômicas que culminaram no documento "Usina Hidrelétrica de Kararaô: Efeitos e Programas Ambientais", publicado em 1988.

Esses estudos surgiram em um contexto de intensificação dos debates sobre questões ambientais, impulsionados por movimentos sociais, especialistas e universidades, influenciando as políticas públicas da época. Como resultado, foram estabelecidos mecanismos como a Política Nacional de Meio Ambiente (1981) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que introduziram instrumentos como o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais. A partir desse ponto, qualquer projeto hidrelétrico no Xingu, ou outros grandes empreendimentos, precisaria seguir as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente e ser regulado pelos órgãos do SISNAMA. No entanto, mesmo com esses novos mecanismos, o Complexo de Altamira gerou um intenso embate com movimentos sociais, culminando nas lutas que antecederam a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

A Eletronorte alegava que a falta de divulgação do projeto se devia à ausência de uma decisão oficial sobre sua construção. Porém, enquanto no sul e sudeste do Brasil a Eletrobrás já fazia campanhas promovendo os projetos do Xingu, no Pará, a falta de informações claras sobre o Complexo Hidrelétrico de Altamira, junto com os problemas causados por obras como a hidrelétrica de Tucuruí, gerou muitas dúvidas sobre os impactos das barragens no Xingu, especialmente nos povos indígenas, que foram deixados de lado no planejamento. Em 1987, uma grande mobilização popular em Altamira se posicionou contra o Complexo, pedindo a suspensão das barragens no rio Xingu, o que deu início a protestos que conquistaram o apoio de diferentes grupos da sociedade. Nesse cenário, os povos indígenas do Xingu, com o apoio de entidades de defesa de seus direitos e de universidades brasileiras, começaram a criticar o projeto, ampliando o debate e marcando a história da resistência a grandes obras na Amazônia. A partir daí, polêmicas, conflitos, manifestações e análises técnicas se tornaram frequentes, mantendo a hidrelétrica Kararaô-Belo Monte como um projeto sempre presente: para uns, um

símbolo de progresso, e para outros, um "pesadelo" a ser evitado. Um momento importante desse processo foi o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira, em fevereiro de 1989. Conforme destaca Elisa Estronioli, liderança do MAB:

O ano de 1989 foi um marco em Altamira pela intensa polarização em torno da construção da hidrelétrica. De um lado, indígenas, setores da igreja, sindicalistas, pequenos agricultores e trabalhadores rurais reuniram-se no 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu para expressar oposição ao projeto. De outro, setores empresariais e agropecuários, liderados pela União Democrática Ruralista (UDR), organizaram uma grande manifestação nas ruas da cidade em apoio à hidrelétrica, defendendo um discurso nacionalista, "pró-ecologia" e de promoção do progresso iniciado com a abertura da Transamazônica. Um dos momentos mais emblemáticos desse período foi registrado no encontro indígena: a foto da guerreira kayapó Tuíra encostando seu terçado no rosto do engenheiro José Antônio Muniz Lopes, diretor da Eletronorte. A repercussão internacional dessa imagem e da mobilização indígena contribuiu para que o projeto de barramento do rio Xingu fosse suspenso e entrasse em um período de hibernação. Além disso, o cenário econômico do Brasil, reduziu a capacidade do Estado de investir em projetos de grande magnitude, como Belo Monte, que dependia de financiamento externo. Assim, fatores econômicos, ambientais e políticos convergiram para impedir a execução da hidrelétrica de Kararaô naquele momento. (ELISA, 2023)

Nesse contexto de debate, em 1988, foi publicada a obra "As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas", que buscava oferecer uma visão crítica e alternativa sobre os impactos das hidrelétricas na região. A publicação denunciava a forma como o setor elétrico se apropriava do discurso ambiental na formulação de seus projetos de expansão. Naquela época, os movimentos sociais defendiam uma reavaliação da dependência do setor em relação às hidrelétricas. Contudo, em vez de reconsiderar essa dependência, as respostas às questões ambientais limitaram-se a estratégias de mitigação e compensação dos impactos causados pelos grandes projetos.

Ainda em 1988, a Eletrobrás/Eletronorte publicou um dos primeiros relatórios de impacto ambiental do Brasil, conforme as diretrizes do recém-criado SISNAMA. Esse estudo focava no Complexo de Altamira, especialmente na usina de Kararaô, apontada como potencial indutor do desenvolvimento regional, e oferecia um panorama socioeconômico da área. Em relação aos povos indígenas, o relatório descrevia as áreas afetadas como possuidoras de características "atípicas" em relação aos "padrões clássicos do indigenismo". Afirmava ainda que os indígenas da Volta Grande do Xingu já não viviam conforme os costumes tradicionais, apresentando características mais próximas às das populações ribeirinhas. Segundo a Eletronorte, o principal fator que os definia como indígenas era o autorreconhecimento e o reconhecimento social na região (ELETRONORTE, 1988). Com a promulgação da Convenção 169, o direito à autodeterminação tornou-se central para os povos indígenas e tribais, garantindo que nenhum Estado ou grupo social pudesse negar-lhes essa identidade.

O relatório da Eletronorte também destacava que o "fracasso" das políticas de desenvolvimento na Amazônia se devia ao fato de que as decisões sobre a região eram tomadas externamente, excluindo os poderes públicos e a população local do processo político. Entretanto, o próprio estudo de Kararaô demonstrava que esse padrão de exclusão continuava a ser reproduzido, pois, mais de uma década após o início dos estudos sobre o potencial energético do Xingu, a população local ainda sabia muito pouco sobre os projetos e seus impactos.

Dessa articulação nasceu o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em 1989, um marco significativo na mobilização contra as hidrelétricas na região. O gesto da índia Tuíra, ao confrontar o diretor da Eletronorte Muniz Lopes, tornou-se um símbolo das lutas indígenas contra os projetos de barragens no Xingu. Esse evento marcou o início de uma das mais longas disputas entre a sociedade civil e os governos brasileiros que se sucederam à ditadura, em torno dos grandes projetos na Amazônia.

Figura 7 - Tuíra ameaça com facão o então presidente da Eletronorte,



Foto: Protássio Nêne/Estadão Conteúdo-1989

Apesar das expectativas geradas após o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em 1989, os governos brasileiros não abandonaram os projetos hidrelétricos na região do Xingu. Mesmo após intensas mobilizações contrárias, o governo Sarney, ao lançar o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (PND-NR), atribuiu as principais dificuldades do setor elétrico aos choques do petróleo de 1973 e 1979. Durante esse período, a participação da energia

hidráulica na matriz energética nacional aumentou de 19% para 28,8%, de acordo com dados do PND-NR. Assim, o plano enfatizava a necessidade de investimentos no sistema de transmissão, a revisão dos estudos existentes sobre a matriz hidráulica e a realização de novas pesquisas.

Kararaô foi apresentada como um projeto de grande potencial hidrelétrico, com uma capacidade estimada de 11.000 MW. O Plano 2010 previa o início das operações de Kararaô em 1999, com a previsão de atingir seu potencial total em 2004, caso seguisse um ritmo de motorização de quatro unidades por ano. A Eletrobrás destacou que, conforme a demanda superasse a oferta gerada por Kararaô, seria necessário planejar outras hidrelétricas na bacia do Xingu, sempre a montante da barragem principal, o que poderia ter impactos significativos.

No entanto, as intensas mobilizações contra a construção da usina na região comprometeram seu planejamento. Para demonstrar que o projeto não havia sido abandonado, em 15 de janeiro de 1990, a Eletronorte enviou ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Kararaô, solicitando sua aprovação e a concessão para o aproveitamento (ELETROBRÁS, 2007, p. 2). Nesse documento, a Eletrobrás mencionou a grande mobilização indígena que resultou no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, mas sem retirar o projeto da pauta do setor elétrico.

Anos depois, em 1993, o DNAEE e a Eletrobrás retomaram o debate em torno do projeto, revisando os estudos anteriores. Segundo a Eletrobrás, essa revisão buscava viabilizar o empreendimento política e socioambientalmente, já considerando o alinhamento com as novas exigências ambientais em desenvolvimento. Em 1994, o projeto foi renomeado como Belo Monte. Por meio da Portaria DNAEE nº 769, de 25 de novembro de 1994, foi criado um grupo de trabalho composto pela Eletronorte, Eletrobrás e DNAEE, com o objetivo de reavaliar o potencial energético da Volta Grande do Xingu, no sítio Belo Monte. O grupo também se propôs a atualizar os estudos ambientais, hidrológicos e orçamentários, além de analisar e propor ações para a viabilização política e social do empreendimento (ELETROBRÁS, 2007, p. 3).

Após o encontro de 1989, o projeto de Kararaô foi temporariamente suspenso e passou por revisões nos anos seguintes. Novas estratégias foram traçadas para viabilizar sua construção, culminando no ressurgimento do projeto sob o nome de Belo Monte, incorporado aos planos de expansão do setor energético. Isso evidenciou que a pressão social foi decisiva para forçar uma reorganização do setor elétrico, que teve de repensar a implantação de grandes

projetos hidrelétricos na Amazônia. É sobre esse processo de reorganização que trataremos a seguir.

3.1.1 Belo Monte e a persistência dos grandes projetos

No contexto do planejamento estratégico dos governos pós-ditadura, a construção de grandes barragens na Amazônia continuou a ser considerada a melhor opção para garantir o fornecimento de energia elétrica ao crescimento econômico do Brasil. Essa continuidade revela que essa "opção" não era exclusiva dos governos militares, mas uma diretriz do Estado brasileiro para o desenvolvimento nacional. Embora o setor elétrico tenha incorporado o "espírito da sustentabilidade" e os governos pós-ditadura tenham passado por um processo de ambientalização, a persistência em determinados modelos sugere a fragilidade das políticas ambientais diante dos grandes projetos. Essas políticas acabam se revelando obstáculos a serem superados, e a associação entre a construção de hidrelétricas e o crescimento econômico levanta questões críticas ao longo da história desses projetos.

Os governos que sucederam José Sarney – incluindo Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff – mantiveram a política energética centrada na predominância das hidrelétricas como principal fonte da matriz energética. Durante esse período, houve pouco avanço nas pesquisas sobre outras fontes de energia, e a diversificação da matriz energética brasileira permaneceu como um tema secundário no debate político. Somente a partir do primeiro governo Lula, especialmente com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em 2004, começaram a surgir iniciativas voltadas para mudanças no setor. No entanto, a energia hidrelétrica continuou, e ainda permanece, como a principal fonte nos planos de expansão do setor, sendo amplamente priorizada nos Planos Plurianuais (PPA), que consistentemente favorecem a exploração de recursos hídricos.

No Plano Plurianual (PPA) 1996-1999, intitulado Brasil em Ação, do governo Fernando Henrique Cardoso, destacaram-se como prioridades na área de energia: a atualização da legislação, a reestruturação do aparato institucional público do setor, a expansão do parque gerador e dos sistemas de transmissão, a conclusão de obras paralisadas, o estímulo à participação privada e a garantia do abastecimento de energia para a Região Norte. Apesar de a Usina Hidrelétrica de Belo Monte não constar nesse PPA, em 1998 a Eletrobrás solicitou à ANEEL autorização para realizar novos estudos de viabilidade, considerando mudanças no projeto original de Kararaô. A aprovação do pedido pela ANEEL revelou uma desconexão entre

a política nacional de desenvolvimento e a política setorial de energia no que se refere a Belo Monte. Embora o projeto não fosse contemplado em nenhum plano nacional, ele permanecia como uma prioridade na agenda da Eletrobrás.

No Plano Plurianual (PPA) 2000-2003, denominado Avança Brasil, a usina de Belo Monte voltou a figurar no planejamento orçamentário nacional, no contexto da crise energética de 2001. O plano destacava diversos projetos estratégicos do setor elétrico, como a ampliação da UHE Tucuruí, além da UHE Serra Quebrada e da UHE Santa Isabel. Foi nesse período que o projeto de Belo Monte foi definitivamente retomado pelo setor, com a ANEEL autorizando a continuidade do processo. A partir dessa decisão, a Eletrobrás, a Eletronorte e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) da Universidade Federal do Pará (UFPA) firmaram um Acordo de Cooperação Técnica. O objetivo era conduzir a "2ª Etapa dos Estudos de Viabilidade da Hidrelétrica de Belo Monte" e elaborar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), passos fundamentais para viabilizar o empreendimento.

Essa retomada do projeto de Belo Monte consolidou-se como uma prioridade estratégica no primeiro PPA do governo Lula (2004-2007), denominado Brasil de Todos, que destacou o setor energético como área crucial para investimentos. O plano enfatizava explicitamente a necessidade de “[...] garantir o abastecimento sem risco de crises, aproveitar as vantagens competitivas da geração hidrelétrica na matriz energética nacional e alcançar e manter a autossuficiência em petróleo” (Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004). A crise energética de 2001, conhecida como o "apagão", ocorrida durante o governo Fernando Henrique Cardoso, reforçou a percepção da urgência em expandir e diversificar o setor elétrico, posicionando a hidreletricidade como pilar central dessa estratégia.

No contexto do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, diversos projetos de grande porte foram priorizados, reafirmando o compromisso com a expansão do setor elétrico. Entre eles, destacaram-se as hidrelétricas de Peixe Angical, a ampliação de Tucuruí e Belo Monte, além de várias linhas de transmissão essenciais para o escoamento de energia. Essa priorização refletia não apenas a estratégia de garantir a segurança energética do país, mas também a visão de longo prazo que conectava a geração hidrelétrica ao desenvolvimento econômico. Em 2007, essa abordagem foi ampliada com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma iniciativa do governo federal que articulava medidas fiscais e tributárias para estimular investimentos públicos e privados em infraestrutura. Concebido como um motor de crescimento econômico, o PAC destinou investimentos iniciais de R\$ 503 bilhões no período de 2007-2010, abrangendo áreas como transporte, energia, saneamento, habitação e recursos

hídricos. O setor energético foi uma das prioridades centrais, recebendo aportes crescentes: R\$ 55,0 bilhões em 2007, que aumentaram para R\$ 219,8 bilhões em 2008, impulsionados por projetos estratégicos como Belo Monte. Essa escalada de investimentos reafirmava a centralidade da geração hidrelétrica na matriz energética brasileira e consolidava a infraestrutura como vetor de crescimento e desenvolvimento sustentável.

Para sustentar o planejamento energético, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) foi encarregada de elaborar os Planos Decenais de Expansão, que consolidaram o planejamento do setor elétrico a partir de 2015. Esses planos, alinhados ao PAC, reforçaram a posição central da energia hidrelétrica na matriz energética nacional. Contudo, a própria EPE reconheceu desafios significativos, como a "falta de informações sobre o potencial a explorar" e a necessidade de atualizar os inventários devido às novas exigências ambientais (EPE, 2006, p. 68). Na Amazônia, bacias como as dos rios Madeira e Xingu foram destacadas como prioritárias para novos estudos e projetos.

O lançamento do PAC 2, em 2010, reafirmou o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, com investimentos ainda mais robustos. Durante os governos Lula e Dilma Rousseff, obras associadas ao PAC adicionaram milhares de megawatts ao parque gerador brasileiro. Por exemplo, em 2011, as UHEs Estreito (1.087 MW) e Dardanelos (261 MW) entraram em operação, junto com um número crescente de usinas eólicas, diversificando parcialmente a matriz energética. No entanto, o foco predominante nas hidrelétricas reforçou um padrão de impactos socioambientais negligenciados no planejamento oficial.

O contexto mais amplo revela que a expansão hidrelétrica foi tratada como a solução principal para atender à crescente demanda energética do país, mas com impactos desproporcionais sobre as comunidades e o meio ambiente da Amazônia. Apesar da retórica oficial sobre sustentabilidade, a lógica desenvolvimentista prevaleceu, reforçando desigualdades regionais e impondo transformações profundas nos territórios e modos de vida locais.

A partir de dezembro de 2000, a Eletrobrás e a Eletronorte iniciaram os Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte, buscando alternativas que minimizassem os impactos socioambientais associados ao empreendimento. Entretanto, em setembro de 2001, os estudos de impacto ambiental foram paralisados em decorrência de um embargo judicial obtido pelo Ministério Público Federal do Pará. O embargo apontava questões relevantes, como:

- A competência exclusiva do IBAMA para acompanhar e elaborar o EIA/RIMA;

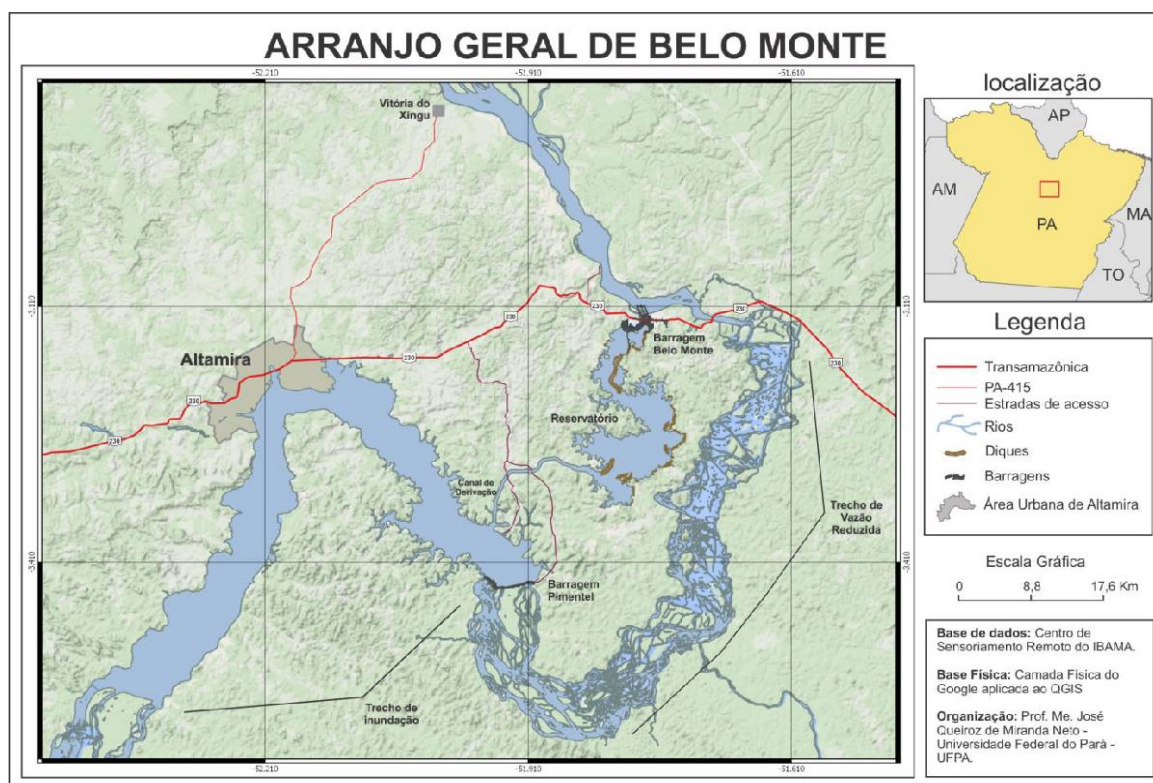
- A ausência da participação do IPHAN nos Termos de Referência relacionados aos estudos arqueológicos;
- O descumprimento do Artigo 231, § 6º da Constituição Federal, devido à inexistência de aprovação do Congresso Nacional para a obra, que envolvia terras indígenas.

Como consequência, em fevereiro de 2002, a Eletrobrás e a Eletronorte enviaram à ANEEL o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade da UHE Belo Monte, mas sem incluir o capítulo referente aos Estudos Ambientais, devido à restrição judicial. A situação avançou em julho de 2005, quando o Congresso Nacional promulgou o Decreto Legislativo nº 788/2005, autorizando o Poder Executivo a implantar o AHE Belo Monte, condicionado à conclusão de estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e outros necessários. Em agosto do mesmo ano, a Eletrobrás firmou um Acordo de Cooperação Técnica com as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht, com o objetivo de finalizar os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental do empreendimento, incluindo a revisão do inventário do trecho principal do rio Xingu.

Em 31 de janeiro de 2006, a Eletrobrás solicitou formalmente ao IBAMA a abertura do processo de licenciamento ambiental (Protocolo DILIQ/IBAMA nº 1.156). Logo após, em março de 2006, foram iniciadas as vistorias do IBAMA e da FUNAI na região do projeto, bem como a organização de consultas públicas nos municípios da área de influência. Essas ações tinham como objetivo consolidar o Termo de Referência necessário para a elaboração do EIA/RIMA, avançando no processo de licenciamento e na tentativa de atender às exigências legais e socioambientais do empreendimento.

Dando sequência aos esforços de viabilização do AHE Belo Monte, o relatório técnico apresentou uma proposta de alteração no arranjo delineado pelos Estudos de Viabilidade de 1988. Essa revisão contemplava o deslocamento da barragem e do vertedouro para montante, além da criação de dois canais de adução. A mudança no projeto tinha como objetivo principal reduzir a área do reservatório de 1.225 km² para aproximadamente 400 km², garantindo menor impacto ambiental e social, especialmente em relação às terras indígenas. Com essa nova configuração, seria possível manter a potência instalada de 11.000 MW, preservando as características energéticas do empreendimento. De acordo com a Eletrobrás, essa modificação mitigaria um dos principais problemas associados à usina: o alagamento de terras indígenas, como a Terra Indígena Paquiçamba e outras áreas vulneráveis da região. Essa solução buscava equilibrar as demandas por geração de energia com a necessidade de minimizar os impactos socioambientais, respondendo a críticas históricas relacionadas ao projeto.

Figura 8 - Arranjo geral de Belo Monte



Fonte: Dados do IBAMA sobre base física do Google; organizado por José Q. Miranda Neto

Desde o início, a Eletrobrás evitou reconhecer que os impactos sobre as terras indígenas continuariam, mesmo após as alterações feitas no projeto de Belo Monte. Esses impactos não apenas persistem, mas são igualmente graves em comparação ao alagamento das áreas, pois o desvio do rio Xingu para criar o reservatório dos canais resultaria em secas constantes na Volta Grande do Xingu. Essa mudança comprometeria enormemente o equilíbrio sazonal dos ecossistemas, dos quais depende a sobrevivência dos povos indígenas na região. A alteração drástica poderia inviabilizar a vida dessas comunidades, que têm suas tradições e modos de subsistência estreitamente ligadas ao rio e seus ciclos naturais.

Apesar dessas preocupações, a Eletrobrás assegurou que o novo arranjo não afetaria a capacidade de produção de energia da usina, mesmo com a eliminação do grande reservatório previsto no projeto original. Além disso, a reformulação resultou em uma redução significativa do custo total de construção da usina, estimado em US\$ 6,5 bilhões (equivalente a 19 bilhões de reais na época), uma diminuição substancial em relação ao orçamento original de US\$ 11 bilhões. Lúcio Flávio Pinto (2002) observou que, se o valor original tivesse sido mantido, Belo Monte teria o menor custo por quilowatt instalado entre os projetos de grande porte de hidrelétricas.

Com as mudanças, Belo Monte foi projetada como uma usina hidrelétrica a fio d'água, o que significa que não necessita de um grande reservatório para gerar energia. A potência instalada permaneceu em 11.181 MW, com uma energia firme média de 4.719 MW. No entanto, é importante destacar que usinas a fio d'água, como Belo Monte, têm sua produção reduzida durante períodos de estiagem. Pinto (2002) explicou que, para operar a plena carga, Belo Monte necessitaria de um fluxo de 14.000 m³ de água por segundo, mas, durante a estação seca, a vazão do Xingu pode cair para menos de 500 m³/s. Sem o reservatório, as turbinas da usina não terão a força necessária para produzir energia, o que significa que nenhuma turbina funcionará durante pelo menos dois meses no ano, e em outros dois meses, apenas algumas máquinas poderão operar. Assim, a usina só funcionaria em plena capacidade por cerca de metade do ano.

As estruturas desse novo arranjo abrangem os municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo, com um reservatório operando a partir de um desvio por canal artificial que conduz as águas desviadas para a Casa de Força Principal (Reservatório dos Canais). Vale ressaltar que o projeto apresentado pela Eletrobrás em 2009 incluía dois canais de derivação, mas um deles foi removido do projeto após sua aprovação pelo IBAMA, o que constitui uma irregularidade segundo as normas de licenciamento ambiental no Brasil.

Essas alterações estruturais em grandes usinas, como o caso de Belo Monte, refletem uma tendência do setor elétrico de tentar mitigar os impactos socioambientais catastróficos associados à formação de grandes lagos, como observado em projetos anteriores na Amazônia, como Tucuruí e Balbina. No entanto, a experiência com Belo Monte mostra que a formação de reservatórios é apenas um dos problemas enfrentados por essas mega-hidrelétricas.

A situação atual na Volta Grande do Xingu evidencia que o desastre, em um sentido mais amplo, é inerente à implantação dessas usinas, independentemente dos arranjos técnicos adotados para minimizar seus efeitos. Apesar das irregularidades, como o início do licenciamento ambiental a nível estadual e a tentativa de desconsiderar os impactos sobre terras indígenas, Belo Monte se tornou um marco das disputas em torno de grandes projetos na Amazônia. O Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA) moveu a primeira Ação Civil Pública contra a hidrelétrica em 2001, questionando o licenciamento por órgão não-competente e a ausência de licitação para a realização dos estudos de impacto ambiental. A justiça deferiu o pedido, suspendendo os estudos e o processo de licenciamento até a correção dos problemas.

Essa primeira ação marcou o início de uma série de litígios envolvendo Belo Monte, destacando o papel das lutas sociais contra barragens no Xingu, que se intensificaram durante os governos do PT. A contestação social forçou o governo a se engajar em uma disputa

discursiva sobre a usina, promovendo uma ampla campanha publicitária e debates públicos com o objetivo de legitimar a importância da obra para o Brasil.

Figura 9 - Manifestação contra a liberação de Licença de Operação de Belo Monte 07/05/2015



Fonte: Arquivo MAB

A narrativa de que as hidrelétricas são fontes de energia limpa e renovável foi amplamente difundida, acompanhada pela noção de que o projeto de Belo Monte foi amplamente debatido e estudado. Esse discurso visava criar a impressão de que a decisão sobre a construção da usina era "democrática" e "social e ambientalmente responsável", servindo para legitimar um empreendimento que enfrentava críticas substanciais de diversos setores da sociedade. No entanto, como já foi discutido, o histórico do projeto, as irregularidades no processo de licenciamento e os impactos socioambientais negligenciados desmentem essa narrativa oficial. Essa visão é também endossada por Elisa Estronioli, liderança do MAB:

Assim, nessa região, né? Historicamente, para a Amazônia, tem sido pensado assim, né? O desenvolvimento como... e acho que mais do que o desenvolvimento, mas assim, o acesso a políticas públicas como uma contrapartida por você ter que aceitar esse tipo de projeto no território, né? Como se não fosse um direito já de antemão, assim como: "Ah, vocês querem saneamento, vocês querem moradia? Então têm que aceitar os impactos de uma grande hidrelétrica." E aí é muito complicado, né? Porque de fato é. Acho que aberta... A Becker dizia isso, e eu concordo muito, né? São surtos de desenvolvimento, não é um processo realmente sustentado de desenvolvimento, né? Então você tem surtos de urbanização, de industrialização, que acompanham essas obras, né? Primeiro aqui com a Transamazônica e depois com Belo Monte, mas que de fato não são coisas sustentáveis, não são negócios que são voltados para um período específico; é que junto com o emprego, com o acesso a uma série de serviços, você

tem também os efeitos colaterais, né? Em termos de violência, esse caos urbano, né, por conta da migração. E não é um processo que é sustentado, né? Tanto que hoje aqui em Altamira a gente vive o período, o pessoal chama de "ressaca da barragem" (ELISA, 2023)

Belo Monte, assim como várias outras hidrelétricas espalhadas pelo Brasil, tornou-se um dos principais símbolos dos governos Lula, que consistentemente destacaram a energia hidrelétrica como a principal fonte energética do país, em detrimento de alternativas renováveis menos impactantes. Para Lula, os rios brasileiros representavam a solução prática para o desafio energético nacional. Em suas palavras, "não existe milagre" na produção de energia, enfatizando a importância da exploração do potencial hídrico (SILVA, 2007). No entanto, essa visão do desenvolvimento, centrada na exploração de grandes projetos hidrelétricos, não leva em consideração os impactos socioambientais e as condições de vida das populações afetadas. Como destacado no relato acima, a lógica dos governos, que vêem o acesso a políticas públicas como uma contrapartida à aceitação de projetos como Belo Monte, ignora os direitos das comunidades. Esse tipo de abordagem coloca as pessoas em uma posição de subordinação, como se o direito à moradia, ao saneamento e aos serviços básicos dependesse da aprovação de projetos que impõem graves consequências para os territórios e as vidas das pessoas.

Tabela 5 - Usinas construídas na Amazônia no âmbito do PAC

UHEs	Localização	Potência Instalada
UHE Ferreira Gomes	Bacia do Rio Araguari, em Ferreira Gomes (AP).	252 MW
UHE Jirau	Ilha do Padre, a 120 quilômetros medidos ao longo do Rio Madeira, da cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia.	3.750 MW
UHE Santo Antônio	Rio Madeira, na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia.	3.568 MW
UHE Teles Pires	Rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós. Localizada no limite dos estados do Pará e Mato Grosso, nos municípios de Jacareacanga (PA) e Paranaíta (MT), respectivamente.	1.820 MW
UHE Belo Monte	Volta Grande do Xingu	11.233 MW
Total da Potência Instalada		20.623 MW

Fonte: PAC (2014)

Em todas as usinas mencionadas, houve uma intensa disputa em torno dos processos de licenciamento e das obras subsequentes. Apesar da imposição de medidas de proteção ambiental como condicionantes para essas construções, desde 2003, os governos adotaram novas estratégias que enfraqueceram tais medidas diante do poder dos grandes projetos. A possibilidade de cancelamentos de projetos como Belo Monte gerou a criação de um quadro de exceção, onde o “fato consumado” se tornou viável, amplamente respaldado pela narrativa de segurança nacional. A prática de ilegalidades no controle socioambiental e a suspensão das normas se tornaram características marcantes dessa nova fase dos projetos hidrelétricos na Amazônia, sendo Belo Monte um exemplo paradigmático nesse contexto.

Figura 10 - - Manifestação contra Belo Monte na sede das empresas donas das turbinas de Belo Monte, em São Paulo, setembro de 2013



Fonte: Arquivo MAB

A figura 10 retrata uma manifestação significativa que ocorreu em frente à sede das empresas responsáveis pelas turbinas da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em São Paulo, no ano de 2013. O protesto reflete a crítica às implicações econômicas, sociais e ambientais do projeto Belo Monte. Na época, havia ampla contestação sobre os impactos da usina, especialmente em relação ao deslocamento de comunidades indígenas, à degradação ambiental e ao favorecimento de grandes empresas estrangeiras no fornecimento de tecnologia e equipamentos. Essas críticas expunham um debate mais amplo sobre a política energética

brasileira e a sua dependência de interesses corporativos em detrimento de populações locais e do meio ambiente.

As consequências da implantação de Belo Monte não se limitam aos impactos ambientais, mas também desestruturaram bastante a atividade produtiva e a força de trabalho mobilizada para viabilizar o empreendimento. Englobando uma ampla gama de atividades – desde trabalhos relacionados às obras (trabalho físico, operadores de máquinas, supervisão) até funções administrativas e cargos executivos –, o contingente de trabalhadores recrutados para Belo Monte alcançou 46% da população residente em Altamira em 2010 (CCBM, 2014). Esse fenômeno migratório em direção às zonas de grandes empreendimentos hidrelétricos está intrinsecamente relacionado às disparidades econômicas do Brasil e à existência de uma superpopulação relativa. Segundo Marx (2013, p. 705), trata-se de "uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, ou seja, uma força de trabalho excedente em relação às necessidades médias de valorização do capital e, portanto, considerada supérflua".

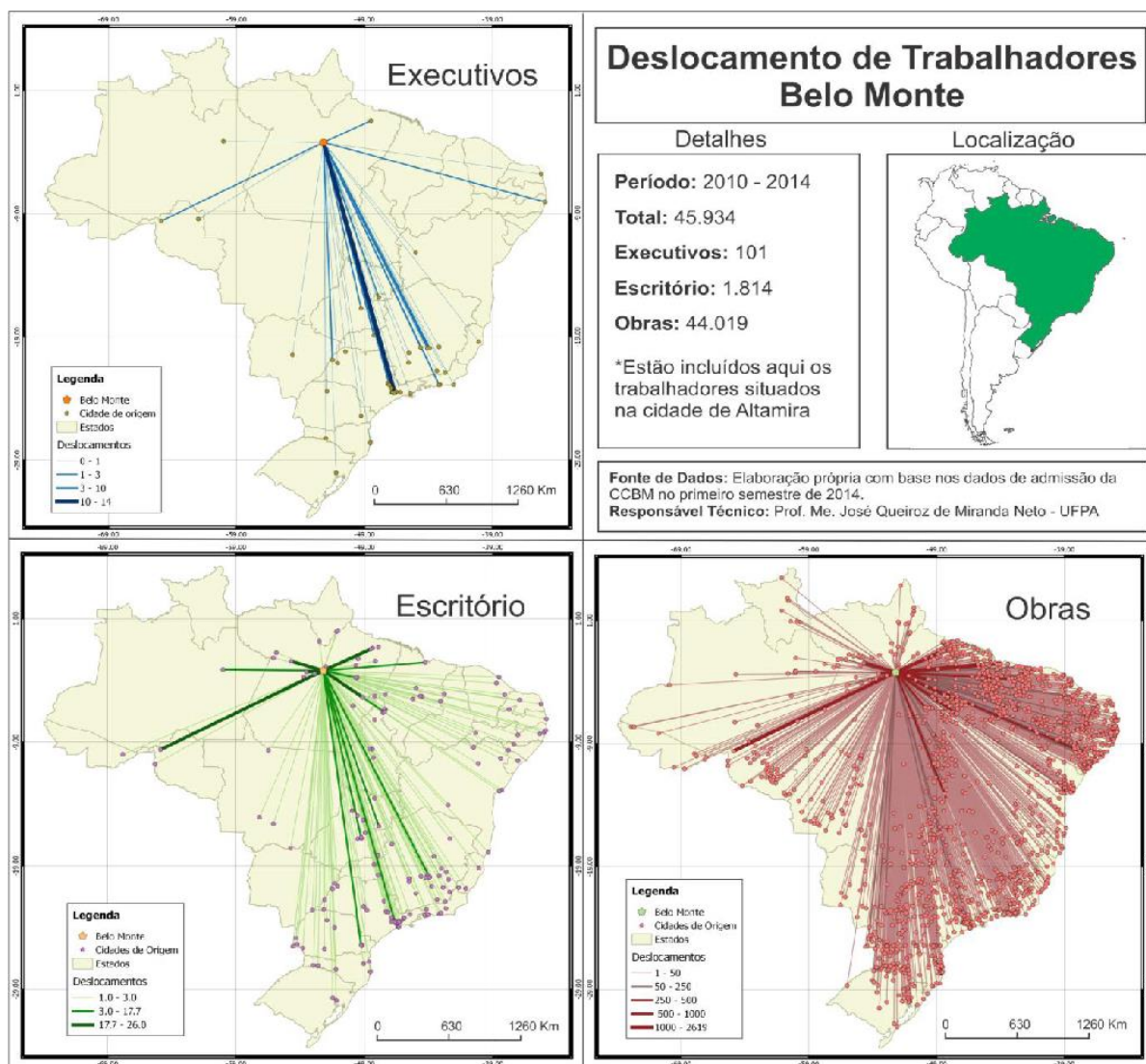
A divisão geográfica do trabalho desempenha um papel crucial ao mobilizar fluxos de trabalhadores dispensados de outras regiões, revitalizando o chamado "ciclo das hidrelétricas". Na Amazônia, esse processo migratório se intensifica, como argumenta Becker (1997, p. 334): "o capital pode escolher a localização e a forma de utilização da força de trabalho que melhor lhe convier e que seja mais rentável, já que os estoques de população excedente crescem de maneira alarmante". Miranda Neto (2016) complementa essa análise ao observar que:

Uma grande quantidade de trabalhadores começa a chegar aos locais de obras em 2011, a maioria pelo sistema de recrutamento da Norte Energia, que criou bases em várias cidades para arregimentar os trabalhadores necessários. Alguns foram alocados em Altamira, localizada a 54 km de Belo Monte, através do serviço de 28 hotéis que, por algum tempo, se tornaram exclusivos do projeto hidrelétrico. Outros trabalhadores, entretanto, migraram de forma espontânea, sem alojamentos e outras garantias por parte da empresa responsável. Em frente à rodoviária de Altamira, um acampamento improvisado foi instalado por um grupo de migrantes espontâneos. O "hotel calango", como foi denominado, representava o quadro de degradação humana no primeiro mês de obras de Belo Monte, cuja paisagem pode ser descrita por dezenas de redes fixadas nas árvores do local, onde os migrantes se abrigavam juntamente a seus pertences. A expectativa era, justamente, a absorção por algum posto de trabalho formal ou informal. (MIRANDA NETO, 2016, p. 166)

Ainda de acordo com Miranda Neto (op. cit.) e a análise dos dados de admissões de trabalhadores no Brasil entre 2011 e 2014, disponibilizados pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM, 2014), é evidente, conforme apresentado no mapa a seguir, que os principais fluxos de migração associados à Belo Monte ocorrem predominantemente no Nordeste do país. Enquanto isso, observa-se que profissionais altamente qualificados, como executivos, têm sua

origem nas regiões mais economicamente desenvolvidas e concentradas nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Figura 11 - Deslocamentos de trabalhadores para Belo Monte



Fonte: Miranda Neto (2016)

O maior recrutamento é aquele relacionado aos trabalhadores dos canteiros de obras que se originam de mais de 1.500 cidades do Brasil (MIRANDA NETO, op. cit.). Tendo em vista que os estudos de impacto ambientais e sociais realizados para obtenção da licença de construção de Belo Monte²³ previam que de 60% a 70% seriam trabalhadores locais, a cidade

²³ A licença ambiental para construção de Belo Monte foi publicada em 1º de fevereiro de 2010 e, em abril do mesmo ano, é realizado o leilão que decide qual grupo de empresas é responsável pela construção da usina e venda da energia, onde se decide pela vitória do Consórcio Norte Energia (NORTE ENERGIA, 2015a)

de Altamira se destacou, com 12.141 trabalhadores (Norte Energia, 2015). Somando um total de mais de 44 mil admissões que se destinaram aos sítios Pimental, Belo Monte (locais de instalação das barragens) e à construção dos canais, diques e demais obras envolvidas. Embora Altamira tenha sido a que mais forneceu trabalhadores para obra, isto não acontece com as demais cidades de sua rede urbana, uma vez que apenas Brasil Novo (município a 46 Km de Altamira) está entre as 15 primeiras a fornecerem operários para hidrelétrica, o que nos permite inferir que a proximidade dos locais de obras não constitui um critério preponderante para o recrutamento.

Outro fator a ser considerado é a concentração de grande parte desses primeiros migrantes na cidade de Altamira devido à ausência de áreas específicas para abrigar a população nas proximidades de Belo Monte, o que gerou algumas consequências na dinâmica local.

Entre 2011 e 2014, um total 45.934 trabalhadores diretos foi admitido pelo empreendimento (CCBM, 2014), incluindo atividades ligadas às obras (atividade braçal, operadores de máquinas, supervisores de obra etc.), aos escritórios (funções intermediárias de administração) e às funções executivas (direção e supervisão). Se comparado com a população do município de Altamira medida em 2010, esse contingente chega a 46% dos residentes, o que evidencia a ampla capacidade de recrutamento do grande projeto. (MIRANDA NETO, Idem)

Em 2014, por exemplo, foram registradas impressionantes 31.631 admissões nesse setor em Altamira, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) de 2015. Isso ilustra o impacto significativo que a construção da usina teve na economia local e no mercado de trabalho. Em resumo, os dados demográficos e econômicos indicam uma rápida transformação na cidade de Altamira, impulsionada principalmente pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e pelo consequente fluxo de migrantes e empregos associados a esse empreendimento. Essas mudanças têm desafiado as estimativas populacionais convencionais e tiveram um impacto substancial na vida urbana e na economia da região.

A remoção compulsória imposta pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte representou outra ruptura profunda e irreversível na vida social das famílias atingidas. A perda de seus territórios não apenas as deslocou fisicamente, mas também destruiu os alicerces que sustentavam seus modos de vida. As relações comunitárias, fundamentais para a organização social e econômica dessas populações, e a vivência em áreas de uso compartilhado, essenciais para sua identidade cultural, tornaram-se inviáveis diante do processo de deslocamento e reassentamento. Essas alterações podem ser observadas não apenas na reestruturação urbana e demográfica de Altamira, mas também nas atitudes e experiências dos trabalhadores diante de uma realidade em constante transformação. A construção da hidrelétrica acelerou mudanças na

estrutura social, gerando desafios para a adaptação de comunidades e trabalhadores que enfrentaram condições sociais e econômicas fortemente modificadas.

A seguir, analisaremos os impactos da construção da UHE Belo Monte sobre as famílias que foram forçadas a se realocar. Essas pessoas enfrentaram perdas simbólicas profundas, resultantes do afastamento do rio, dos parentes, de suas antigas moradias e dos laços culturais e identitários compartilhados com a comunidade local. Esse contexto revela, de maneira contundente, os desafios enfrentados no reassentamento das famílias atingidas em Altamira, especialmente com a criação dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC). O processo e suas implicações serão explorados a seguir.

3.2 UHE DE BELO MONTE E O PROCESSO DE REASSENTAMENTO DOS ATINGIDOS

Neste item, analisaremos as dinâmicas provocadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, abordando o aumento populacional e a sobrecarga nos serviços públicos, bem como os desafios enfrentados pelas populações diretamente impactadas. Destacaremos o papel do Estado, as responsabilidades do consórcio construtor e as falhas no cumprimento das condicionantes socioambientais previstas nos processos de licenciamento. Especial atenção será dada ao reordenamento urbano em Altamira, com o reassentamento das famílias atingidas e a criação dos RUC. Além disso, examinaremos as transformações nas relações de trabalho dos pescadores artesanais e de subsistência, cujos territórios e modos de vida alterados, e dos trabalhadores das antigas olarias, que enfrentaram o desaparecimento de suas atividades tradicionais. Esses processos evidenciam como grandes empreendimentos reconfiguram não apenas o espaço urbano, mas também as formas de sustento e as disposições sociais dos trabalhadores, tema central desta tese.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte reforçou a centralidade da cidade de Altamira em relação às localidades circunvizinhas. Isso ocorreu devido à concentração dos impactos da expansão do emprego formal na área urbana, que se beneficiou de sua proximidade com os canteiros de obras e de uma infraestrutura mais desenvolvida (NETO; HERRERA, 2016). Além disso, Altamira se tornou um polo receptor de um grande fluxo populacional, o que provocou significativas transformações no território (LETURCQ, 2016).

Ainda segundo Leturcq (op. cit.) — que realizou uma pesquisa comparativa sobre os impactos das usinas hidrelétricas nas populações e em seus territórios, tomando como referência as experiências em Belo Monte, em Altamira, e nas barragens de Foz do Chapecó e Machadinho, no Sul do Brasil —, a região de Altamira é historicamente marcada pela imigração

externa desde o final do século XIX. Esse fluxo migratório esteve relacionado a diferentes ciclos de desenvolvimento, como o auge da borracha e a implementação da Rodovia Transamazônica. Entre 1970 e 1990, populações oriundas do Nordeste e do Sul do Brasil migraram para a região, atraídas pela oferta de lotes de terra disponibilizados pelo INCRA (Moran, 1975). Essas populações se organizaram de duas maneiras ao longo da Transamazônica: enquanto algumas famílias optaram por residir nos lotes agrícolas, outras se estabeleceram em agrovilas, onde concentraram atividades e convívio comunitário. Como consequência, na área destinada à construção da Usina de Belo Monte, formaram-se diversos núcleos populacionais, como a agrovila do quilômetro 60 e o Núcleo Santo Antônio, próximo ao Travessão 50, além de pequenos agricultores dispersos pelos lotes. Essa dinâmica reflete as transformações sócio espaciais provocadas pelos grandes projetos de infraestrutura, que reconfiguraram a ocupação territorial na região.

Uma população presente na região de Altamira de forma significativa é composta por pescadores e pequenos agricultores ribeirinhos que vivem às margens do rio Xingu. Esses grupos estão dispersos de forma isolada ao longo das margens, estabelecendo uma conexão estreita — econômica, social, cultural e comercial — com a cidade de Altamira, para onde se deslocam de forma regular. As únicas comunidades rurais próximas, localizadas no rio Xingu, encontram-se em ilhas, como a Ilha da Fazenda, situada na Volta Grande, a aproximadamente 40 quilômetros de Altamira. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de 2009, cerca de 350 ribeirinhos vivem na ilha, que seria impactada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Esse cenário começou a mudar em 2005, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em meio a intensas disputas entre diversos atores sociais, assinou o Decreto Legislativo nº 1.785/05, autorizando a construção da hidrelétrica, o que desencadeou uma transformação profunda nas dinâmicas territoriais, sociais e ambientais da região do Xingu. A instalação da usina alterou o uso e a ocupação do solo, desestruturando comunidades tradicionais e incentivando a urbanização em algumas áreas. Também provocou o deslocamento compulsório de populações, mudanças nas formas de sustento, como a pesca e a agricultura, e gerou conflitos sociais com comunidades indígenas e ribeirinhas. Além disso, os impactos ambientais foram severos, incluindo alterações no fluxo do rio Xingu, a degradação de habitats naturais e a perda significativa de biodiversidade. O planejamento inicial previa a conclusão das obras até 2019, com algumas turbinas em operação já em 2015. No entanto, os primeiros anos de execução do empreendimento foram marcados por atrasos devido a paralisações frequentes dos trabalhadores e protestos liderados por grupos indígenas nos locais de construção. Nesse

contexto, o custo inicial estimado de 19,6 bilhões de reais foi revisado para a expressiva cifra de 28,8 bilhões de reais, refletindo os desafios financeiros, sociais e ambientais associados ao projeto.

Em 2010, segundo o Censo, Altamira possuía uma população de 99.075 habitantes. Este número não considerava o aumento populacional decorrente da contratação de trabalhadores para a construção de Belo Monte. De acordo com o relatório apresentado ao IBAMA pela Empresa Norte Energia (NESA), divulgado em fevereiro de 2015, o pico de trabalhadores na obra foi de 33.115, atingido em junho de 2014 (OLIVEIRA, 2017).

[a] projeção aponta que, em Altamira, se verificaria uma estabilidade populacional em torno de 140 mil habitantes. No cenário esperado, o pico ocorreu em junho de 2014, com 140.190 moradores, seguido de 139.885 em dezembro de 2014 e 139.455 em junho de 2015. No cenário de alto fluxo, a estabilidade gira em torno de 143 mil habitantes, com pico de 143.515 em junho de 2014, seguido de 143.104 em dezembro e 142.556 em junho de 2015 (OLIVEIRA, 2017).

Herrera e Moreira (2016) relataram que a Secretaria de Planejamento do Município de Altamira (SEPLAN) identificou mudanças significativas no acesso a bens e serviços em decorrência do fluxo migratório provocado pela construção da Usina de Belo Monte. Segundo eles, os dados do Censo Demográfico de 2010, baseados na amostra de domicílios, não previam o aumento populacional resultante do grande deslocamento de trabalhadores ligados direta e indiretamente à obra. Em 2012, a SEPLAN estimou que a população de Altamira havia chegado a 148.224 habitantes, baseando-se no volume de lixo produzido e no número de atendimentos hospitalares.

O crescimento populacional, em grande parte devido à chegada de trabalhadores migrantes que dependiam do sistema público de saúde, sobrecarregou os serviços de saúde locais. Esperava-se que as condicionantes exigidas para a licença de instalação da usina — como a expansão da infraestrutura hospitalar e de outros serviços de saúde — fossem implementadas para mitigar esses impactos. No entanto, a ampliação dos serviços de saúde, incluindo a construção de novas unidades hospitalares, enfrentou obstáculos devido a divergências políticas locais. Nem o Estado nem o município se responsabilizaram pela execução dessas medidas, o que resultou em atrasos. O Hospital do Mutirão, por exemplo, permaneceu fechado por um ano e só foi inaugurado após a Recomendação nº 03/2016/PRM-ATM/GAB1 do Ministério Público Federal, que determinou sua imediata abertura. Esse aumento populacional também gerou uma pressão inflacionária sobre as demandas sociais em diversas áreas, como alimentação, habitação, saúde, educação, assistência social e segurança pública (OLIVEIRA, 2017).

Giongo et al. (2015) destacam os desafios enfrentados pelas populações afetadas pelas hidrelétricas, que são deslocadas de seus territórios, bem como os impactos na saúde dos trabalhadores migrantes envolvidos nos projetos e das comunidades que permanecem à margem das grandes obras. Essas populações, que vivem nas "franjas" do planejamento, muitas vezes ficam fora do alcance das políticas compensatórias do empreendimento, sendo excluídas dos benefícios diretos.

A reorganização urbana decorrente da construção de Belo Monte incluiu a criação dos RUC, o que resultou na necessidade de expandir a cobertura territorial dos serviços de saúde. Novas unidades básicas de saúde foram construídas nesses espaços, mas, até que estivessem plenamente operacionais, os atendimentos de saúde eram realizados por equipes vinculadas às unidades existentes. Essas equipes prestavam serviços em locais provisórios, muitas vezes adaptados em residências, e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenhavam um papel fundamental, visitando e cadastrando os novos usuários, atuando como ponte entre a comunidade e as unidades básicas de saúde.

A possibilidade de sobrecarga nos serviços de saúde do município de Altamira já havia sido prevista no Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). O relatório sugeria que essa sobrecarga seria mitigada pela implantação de um plano de saúde, oferecido pelo empreendedor, para os trabalhadores da obra e seus dependentes. Tal medida visava "desenvolver a medicina complementar nos municípios e tornar os planos de saúde mais atrativos, contribuindo, inclusive, para diminuir o número de usuários do Sistema Único de Saúde" (EIA, 2009, volume 29, p. 97).

No PBA de 2010, referente à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, foi destacado que o EIA-RIMA incluiu um diagnóstico sobre as condições de saúde da população que seria afetada pelo empreendimento. O estudo evidenciou uma situação epidemiológica característica de regiões pobres, marcada pela falta de equipamentos e infraestrutura adequada nos serviços de saúde pública. O documento sublinha que, como parte da parceria firmada com o empreendedor, a Norte Energia assumiu o compromisso de:

[...] construir e equipar unidades de saúde, fornecer transporte para equipes de saúde, contratar médicos e financiar capacitações dos profissionais para comporem as equipes de Saúde dos municípios da AID, necessárias para cobrir 100% da população atraída pelo empreendimento, conforme os compromissos estabelecidos no PBA. (PBA, 2010, volume III, tomo 2-8, p. 159).

Apesar das previsões do EIA-RIMA, as medidas de infraestrutura necessárias para absorver e mitigar o aumento populacional decorrente da construção de Belo Monte não foram implementadas nos prazos exigidos, tanto para a licença de instalação quanto para a licença de

operação. Diversos documentos indicam a insuficiência dos estudos de impacto e o colapso do sistema de saúde durante as obras. Entre eles, destacam-se a análise do Painel de Especialistas (COUTO; SILVA, 2009) e as recomendações do Ministério Público Federal (MPF, 2016).

Em 2009, um painel de especialistas, composto por pesquisadores de diversas áreas acadêmicas, realizou uma análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento. O painel apontou que o EIA-RIMA não incluía um diagnóstico situacional adequado da saúde da população local afetada pelo projeto. De acordo com o grupo, "há uma referência a dados secundários, não confiáveis, por não representarem a realidade, o que poderia ser resolvido se o diagnóstico tivesse como metodologia o inquérito epidemiológico da área de influência com a participação da comunidade" (COUTO; SILVA, 2009, p. 88). Uma das conclusões do painel foi que os impactos ambientais da usina hidrelétrica de Belo Monte seriam mais severos do que os previstos no EIA-RIMA (GRISOTTI, 2016).

O parecer do MPF (2016), fundamentado em visitas locais e análises documentais, destacou três pontos principais: 1) as condições desfavoráveis para a instalação da hidrelétrica, considerando a histórica omissão do Estado e a precariedade dos serviços públicos locais (Parecer TCU/2008); 2) a falta de infraestrutura na região, incluindo um déficit de 31% nos leitos hospitalares e de 55% no número de médicos necessários, de acordo com os critérios do Ministério da Saúde. Além disso, os gastos com saúde eram insuficientes para manter as condições mínimas dos serviços públicos (Análise Técnica do Estudo de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte – Parecer 114/2009/IBAMA); 3) a dificuldade de custear a infraestrutura de saúde ampliada a partir das condicionantes do empreendimento, especialmente devido ao aumento do fluxo populacional. Esse desafio se manteve mesmo após a conclusão das obras, tornando-se um problema "invisível". O documento também mencionou a morte de crianças indígenas devido a um surto de gripe influenza H1N1 nas aldeias da região, o que evidenciou a ineficácia das condicionantes de saúde. Relatos indicam que essas mortes ocorreram em um contexto de colapso dos serviços de saúde de Altamira, exacerbado pela instalação da UHE Belo Monte, sem que as condicionantes territoriais e de saúde específicas para as populações indígenas fossem implementadas.

Nos deslocamentos compulsórios realizados em Belo Monte, a Norte Energia estabeleceu modalidades de atendimento que, segundo Nascimento (2017), desconsideraram a diversidade sociocultural do Rio Xingu e ignoraram as particularidades de cada grupo social afetado. Tanto nos deslocamentos urbanos quanto nos ribeirinhos, a

empresa seguiu um mesmo padrão de medidas que falhou em atender às especificidades das comunidades atingidas.

Todo o processo de remoção compulsória foi conduzido pela Norte Energia e por empresas terceirizadas, sob frágil supervisão do Estado. Aos moradores cadastrados foi apresentada uma “Carta de opção e aceite” que oferecia três alternativas principais: indenização, carta de crédito ou relocação assistida, e reassentamento urbano coletivo (RUC). A escolha por uma dessas opções dependia do caso de cada família ou de sua “preferência,” levando em conta o uso do imóvel (residencial, comercial ou ambos). Apesar disso, essas modalidades de atendimento se mostraram insuficientes para garantir a continuidade do modo de vida das populações atingidas, contrariando as condicionantes previstas no Plano Básico Ambiental, que deveriam assegurar a manutenção ou a melhoria de sua qualidade de vida.

a) Indenização

O pagamento da indenização era realizado em dinheiro, com valores baseados no Caderno de Preços – uma tabela que atribuía valores a cada item e benfeitoria de uma propriedade, como terrenos, plantações e eletrodomésticos. Contudo, essa tabela não estava disponível ao público, gerando desconfiança e insatisfação entre os moradores. Além disso, os valores atribuídos desconsideravam o uso multifuncional das propriedades, como o aproveitamento anual de frutas e outras produções agrícolas. Segundo relatos, como o da filha de Sebastião Pereira Militão, muitos moradores preferiam que as indenizações considerassem o tempo de vida produtiva das áreas, pois os benefícios gerados por essas atividades eram usufruídos ao longo de anos. Os problemas não se restringiram às áreas rurais; algumas lideranças urbanas temiam que as mesmas inadequações se repetissem nas áreas urbanas de Altamira.

b) Carta de Crédito Urbano ou Relocação Assistida

A carta de crédito permitia que o morador utilizasse o valor da indenização para adquirir outra propriedade, assistido por uma equipe da Norte Energia. No entanto, os imóveis disponíveis deveriam estar dentro do valor estabelecido no laudo imobiliário, o que era restritivo devido à inflação nos preços dos imóveis em Altamira, provocada pela própria chegada de Belo Monte. Muitas famílias relataram dificuldades em encontrar residências compatíveis, uma vez que os valores definidos pelo Caderno de Preços estavam desalinhados com a realidade do mercado imobiliário local.

c) Reassentamento Urbano Coletivo (RUC)

O RUC, apresentado como a solução mais estruturada, consistia em transferir as famílias para conjuntos residenciais planejados pela Norte Energia. Apesar das promessas iniciais de que os reassentamentos seriam próximos aos locais de origem – a uma distância máxima de 2 km –, essa diretriz foi abandonada em 2013, sem explicações claras nos boletins informativos da empresa. As áreas destinadas aos RUCs estavam distantes das antigas localidades, dificultando o acesso das famílias às redes de apoio social e às oportunidades econômicas previamente existentes. Isso comprometeu ainda mais a adaptação e a qualidade de vida dos reassentados.

As modalidades de atendimento implementadas pela Norte Energia agravaram a vulnerabilidade das populações atingidas, resultando em impactos irreversíveis em seus modos de vida. As figuras a seguir ilustram as transformações ocorridas nas áreas habitadas por essas comunidades, comparando o antes e o depois dos deslocamentos, bem como o modelo das novas localidades criadas para os reassentamentos.

Figura 12 - Casas alagadas no Bairro Boa Esperança em 13/03/2013



Fonte: Arquivo MAB

Figura 13 - Casas alagadas em abril de 2014



Fonte: Arquivo MAB

As Figuras 12 e 13 apresentam os antigos locais de moradia das famílias deslocadas durante a construção da UHE Belo Monte²⁴, em especial após as enchentes ocorridas nos anos de 2013 e 2014. As imagens retratam casas construídas no estilo palafita, com caminhos elevados feitos de tábuas para permitir o acesso em períodos de cheia. Essas moradias, situadas às margens do igarapé Altamira – que atravessa o município –, ficavam com frequência submersas durante o inverno amazônico. Esse alagamento era resultado do aumento do volume de chuvas e do consequente transbordamento dos três principais igarapés da cidade (Altamira, Ambé e Panelas), além do rio Xingu.

As famílias que habitavam essas áreas alagadiças foram realocadas para espaços planejados e construídos pela empresa Norte Energia S.A. (NESA). Os RUCs foram concebidos com um padrão arquitetônico uniforme, refletido nas casas que compartilham a mesma estrutura e formato. A principal diferenciação entre as unidades reside nas cores das fachadas ou em pequenas modificações realizadas pelos próprios moradores. Essas alterações, fruto de esforços individuais, representam tentativas de resgatar a identidade e a singularidade de cada família, além de adaptar as novas residências às suas necessidades específicas, dentro de suas limitações financeiras. Essa padronização, somada às restrições econômicas impostas pela realocação,

²⁴ Essas casas, antes ocupadas por populações pobres do centro da cidade — em grande parte pescadores e trabalhadores das antigas olarias situadas nos perímetros dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas — deram lugar a parques criados no âmbito do programa de "Requalificação Urbana", promovido pela Norte Energia. Sobre esse programa, Miranda Neto (2021) aponta que ele cumpre dois papéis: o oficial, relacionado à remoção de populações de áreas consideradas de risco; e o não oficial, que se insere em um processo de higienização social típico das cidades modernas, buscando expulsar os pobres do centro para, posteriormente, decidir quem ocupará esse espaço.

evidencia os desafios enfrentados pelas famílias para se apropriar e reconstruir suas vidas nesses espaços, cuja homogeneidade contrasta com a diversidade de suas experiências e modos de vida originais.

As figuras 14 e 15 ilustram os modelos selecionados para as casas construídas nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) de Altamira, conforme especificado no Plano Básico Ambiental (PBA). As unidades habitacionais foram divididas em dois tipos: Classe I e Classe II. De acordo com a Norte Energia (2011), o modelo de Classe I foi projetado para loteamentos unifamiliares, enquanto o de Classe II contempla lotes maiores, destinados a edificações multifamiliares em formato condominial. Essa divisão reflete a tentativa de atender a diferentes configurações familiares e demandas habitacionais, mas, na prática, reforça a padronização dos espaços.

Figura 14 - Tipologia da casa Classe I



Fonte: Herrera (2019)

Figura 15 - Tipologia da casa Classe II



Fonte: Herrera (2019)

O modelo de casa adotado para os reassentamentos foi o das Unidades Habitacionais – Classe I, projetado com três quartos, sendo um deles suíte, um banheiro social, sala e cozinha integradas, uma pequena área frontal e outra de serviço nos fundos. As edificações foram construídas com concreto pré-moldado, conforme especificado pela Norte Energia (2011). Apesar do padrão estabelecido, os lotes possuem 300 m², enquanto as casas ocupam apenas 63 m², o que, em muitos casos, torna o espaço insuficiente para acomodar todos os membros da família. Além disso, o modelo habitacional é completamente diferente das construções tradicionais dos ribeirinhos, que eram adaptadas às condições locais e às necessidades do cotidiano. Os lotes, pequenos e distantes do rio, inviabilizam atividades agrícolas, como o cultivo de roças, essenciais para a subsistência de muitas famílias. A situação é agravada pelo fato de que, segundo Nascimento (2017), muitos moradores precisaram vender suas canoas e equipamentos de pesca devido à falta de espaço para armazená-los. Essa inadequação dos reassentamentos evidencia a desconexão entre o planejamento habitacional e o modo de vida das populações atingidas, comprometendo sobremaneira sua capacidade de adaptação e reprodução social.

Muitas das áreas propostas para o reassentamento estavam mais distantes das regiões impactadas do que o previsto nos planos originais. Os primeiros RUCs definidos incluíram: Agroindustrial Jatobá (prolongamento da Avenida Costa Nunes Filho), Sítio Laranjeiras,

Fazenda São Joaquim (localizada entre a Rodovia Transamazônica e o Bairro Sudam I), Fazenda Água Azul e Chácara Casa Nova (situada atrás da Cerâmica Vale Fundo). No entanto, durante o processo de reassentamento, constatou-se que os bairros designados não dispunham de infraestrutura suficiente para acomodar o número de famílias que optaram por essa modalidade de atendimento. Essa inadequação gerou graves conflitos entre os moradores reassentados e a empresa Norte Energia. Diversas reuniões foram realizadas, envolvendo lideranças comunitárias, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública do Estado do Pará, com o objetivo de discutir as falhas e os impasses no reassentamento. Além disso, denúncias foram apresentadas pelo MAB e pelos próprios moradores das áreas afetadas, destacando alterações nos planos de reassentamento que não haviam sido comunicadas ou previamente acordadas. A figura a seguir ilustra um dos casos denunciados.

Figura 16 - Manifestação do MAB a sede da Norte Energia 30/04/2015



Fonte: Arquivo MAB

De maneira geral, os RUCs evidenciaram uma série de lacunas, que iam desde a escolha inadequada dos locais de destino até os problemas relacionados ao modelo de casas efetivamente construídas para abrigar as famílias deslocadas. Um dos principais fatores que tornava essa escolha inadequada era a desconexão entre os novos locais e os meios de vida das famílias reassentadas, muitas das quais dependiam do rio para trabalhar e viver, como pescadores e trabalhadores das antigas olarias. Além disso, alterações significativas no projeto

do Plano Básico Ambiental (PBA) foram realizadas pela Norte Energia sem a devida comunicação aos moradores afetados. O quadro a seguir apresenta as principais diferenças entre o projeto habitacional proposto, até o ano de 2012, e o modelo efetivamente implementado a partir de 2013, destacando as mudanças que agravaram a insatisfação e os conflitos no processo de reassentamento.

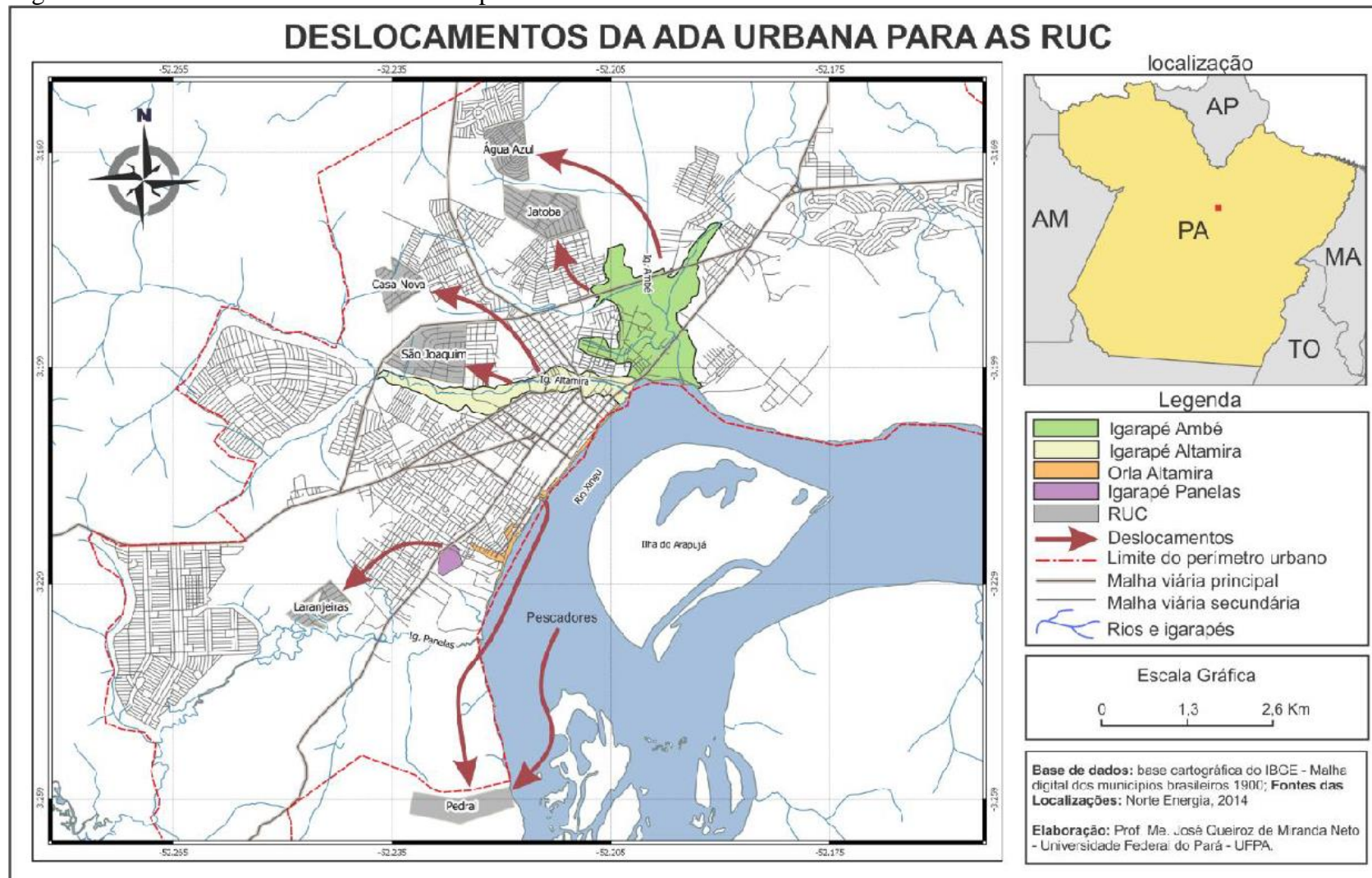
Tabela 6 - Mudanças identificadas nos padrões da casa do reassentamento urbano em Altamira

Aspectos	Modelo de casa do reassentamento urbano até agosto de 2012	Modelo de casa do reassentamento urbano a partir de abril de 2013
Tamanho das casas	De acordo com o tamanho da família, as casas teriam 60m ² , 69m ² ou 78m ² . O número de quartos também iria variar de acordo com o tamanho da família.	Todas as casas terão 63m ² e terão, impreterivelmente, três quartos, sem importar o número de indivíduos da família.
Localização das casas	As casas seriam construídas há no máximo 2 km entre o local da atual moradia da população ao local de reassentamento.	Dependendo do bairro de referência, muitos dos lotes apresentados para o reassentamento estão distantes das áreas a serem impactadas pelas obras.
Material das casas	Casas em alvenaria; Telhas de cerâmica; Terrenos com cerca.	Casas industrializadas em concreto; Laje de concreto armado; Telhado com estrutura metálica; Terrenos sem cerca ou muro

Fonte: Nascimento (2017)

Além das alterações nos projetos das casas, foram identificadas diversas irregularidades no início das obras, como construções realizadas sem autorização da prefeitura e em desacordo com o Código de Obras do município de Altamira. Segundo o Ministério Público de Altamira, em vistoria realizada nos reassentamentos urbanos em outubro de 2013, também foram constatados problemas nas instalações elétricas, tomadas mal posicionadas e pavimentação inadequada das ruas (BRASIL, 2013). A figura a seguir ilustra a localização dos RUCs em relação ao local de origem das famílias realocadas.

Figura 17 - Deslocamentos da ADA Urbana para as RUC



Fonte: Base Cartográfica do IBGE; trabalho de campo e Norte Energia (2014)

Como podemos notar na figura acima, houve uma notável migração da população na cidade de Altamira, resultando na realocação de uma parcela significativa dos residentes para áreas rurais e urbanas distantes do centro da cidade e de seus locais de residência originais. Isso se deve ao fato de que aqueles que viviam na Área de Desenvolvimento Urbano (ADA) do Igarapé Ambé foram transferidos para os RUC Jatobá e Água Azul. Da mesma forma, os que originalmente moravam na ADA do Igarapé Altamira foram reassentados nos RUC São Joaquim e Casa Nova, enquanto os habitantes da ADA do Igarapé Panelas se deslocaram para o RUC Laranjeiras.

Essas mudanças são evidenciadas na Tabela 7, que apresenta as distâncias entre cada ADA Urbana e os RUC em relação à região central da cidade.

Tabela 7 - Distância em relação à área central – ADA e RUC

ADA Origem	Distância da área central (Km)	RUC (destino)	Distância da área central (Km)	Variação (Km)
Ambé	2,7	Jatobá	3,5	0,8
		Água Azul	5,4	2,7
Igarapé Altamira	0,79	Casa Nova	3,9	3,2
		São Joaquim	2,4	1,7
Panelas	3,2	Laranjeiras	5,2	2,0
Orla	1,6	Laranjeiras	4,0	3,2
MÉDIA	2,07		4,0	2,2

Fonte: Miranda Neto (2016)

Uma observação importante que podemos destacar ao analisar os dados apresentados na Tabela a cima é a significativa distância entre as novas habitações nos RUC e as margens dos rios e igarapés, que eram a principal fonte de emprego e renda para a maioria das famílias reassentadas. Antes, essas famílias estavam envolvidas em atividades como a pesca e a fabricação de tijolos em olarias, cujos produtos eram comercializados na cidade. O processo de deslocamento e subsequente reassentamento dessas famílias resultou na sua remoção de áreas que desempenhavam um papel importante tanto no lazer quanto nas atividades econômicas.

Para aqueles trabalhadores que forma reassentados nos RUC, a análise das entrevistas revela uma situação ainda mais preocupante. Um dos principais desafios enfrentados por esses trabalhadores é a considerável distância dos RUC em relação ao centro da cidade. Essa distância, muitas vezes, impõe uma sobrecarga significativa em termos de custos de deslocamento. Os trabalhadores precisam gastar uma parte substancial de sua renda familiar para se deslocarem diariamente entre os reassentamentos e seus locais de trabalho ou outras

atividades essenciais. Isso, por sua vez, gera pressão adicional sobre a renda familiar já limitada, dificultando ainda mais as condições de vida dessas famílias.

Além disso, a distância dos RUC em relação ao centro da cidade também tem implicações sociais e econômicas mais amplas. A falta de acesso conveniente a serviços públicos, oportunidades de emprego e educação de qualidade torna-se um obstáculo significativo para essas famílias. Isso pode perpetuar o ciclo de pobreza e marginalização que muitos trabalhadores reassentados enfrentam, prejudicando suas perspectivas de melhoria de vida a longo prazo.

A Figura 18 apresenta o RUC São Joaquim, um dos cinco Reassentamentos Urbanos Coletivos criados para abrigar as famílias deslocadas em decorrência da construção da UHE Belo Monte, em Altamira. De forma diferente das casas de palafitas ilustradas nas Figuras 12 e 13, as novas moradias são feitas de concreto e localizam-se longe tanto do rio Xingu quanto dos igarapés. Vale destacar que, apesar de ser o RUC mais próximo do centro da cidade, o São Joaquim ainda representa uma ruptura significativa em relação ao ambiente anterior dessas famílias. Ao comparar as figuras, torna-se evidente a transformação no modo de vida das populações remanejadas, que foram deslocadas de um contexto diretamente conectado ao rio para um ambiente urbano padronizado e distante de seus antigos meios de subsistência e sociabilidade.

Figura 18 - Casas no RUC São Joaquim em dezembro 2024



Fonte: Pesquisa de campo 2024

O reassentamento foi uma das modalidades de atendimento mais problemáticas de todo o processo de deslocamento compulsório causado pela construção de Belo Monte. Esse processo expôs a falta de cuidado e respeito por parte da Norte Energia em relação aos moradores do Xingu, cujos direitos foram violados. De acordo com Nascimento (2017), os deslocamentos na cidade de Altamira ocorreram de forma atropelada, impulsionados pelos prazos apertados estabelecidos pela concessionária. O cronograma da Norte Energia previa o início da operação da hidrelétrica em fevereiro de 2015, mas, na época, uma parte considerável dos reassentamentos ainda não havia sido concluída.

Pressionada pelo risco de ser multada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Norte Energia justificou os atrasos alegando que as obras haviam sido prejudicadas por diversas manifestações e ocupações realizadas ao longo do período de construção da usina. Além disso, a concessionária atribuiu os atrasos à demora na emissão das licenças ambientais e às decisões judiciais desfavoráveis, que demandaram tempo para serem revertidas. Esses fatores, somados ao rígido cronograma imposto para o início das operações da hidrelétrica, contribuíram para uma série de violações aos direitos das populações atingidas, agravando ainda mais os impactos negativos do projeto.

3.2.1 PERDAS SIMBÓLICAS VIVENCIADAS PELOS ATINGIDOS PELA UHE BELO MONTE

Os grandes empreendimentos hidrelétricos, apresentados como motores de desenvolvimento econômico, acarretam impactos profundos e multidimensionais que vão além das dimensões ambiental e socioeconômica. Para além dos efeitos concretos, como a relocação de comunidades e a alteração de ecossistemas, essas iniciativas desestabilizam as conexões simbólicas entre os indivíduos e seus territórios, comprometendo identidades e práticas culturais construídas ao longo de gerações. Nesse cenário, torna-se indispensável compreender as implicações simbólicas e subjetivas desses projetos para uma análise mais abrangente de seus impactos.

Entender como o setor elétrico brasileiro aborda as perdas simbólicas enfrentadas pelas comunidades afetadas é crucial para identificar soluções que melhorem a qualidade de vida dos atingidos. De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2012), está previsto que até 2021, 34 novas usinas hidrelétricas entrem em operação no Brasil, sendo 16 delas localizadas na Região Norte. Nesse contexto, as comunidades atingidas, como as da UHE Belo

Monte, ilustram os desafios enfrentados em relação às perdas não apenas materiais, mas também simbólicas.

As famílias afetadas pela construção da UHE Belo Monte mantinham uma conexão íntima com os rios e igarapés que atravessam a cidade de Altamira. Esses corpos d'água não só forneciam alimentos, como o peixe, mas também criavam um microclima agradável e ofereciam sombra em dias quentes, contribuindo para o bem-estar. Além disso, a proximidade dos parentes ao local de moradia fortalecia laços culturais e identidades comuns entre os moradores, evidenciando como o território transcende sua dimensão física e assume um papel central na formação de valores e tradições.

As populações atingidas e seus territórios evidenciam como os grandes empreendimentos hidrelétricos impactam os valores, tradições e o sentimento de pertencimento dessas comunidades. Nesse contexto, a perspectiva de Pierre Bourdieu (1963, 2004, 2021) sobre o modo como as experiências passadas moldam percepções, julgamentos e ações dos indivíduos é essencial para compreender como a perda do território reconfigura os modos de vida e as disposições que sustentam a existência dessas populações. A realidade dos reassentados expõe perdas significativas, como a do lar, das relações sociais, da fonte de renda e dos recursos naturais, elementos que sustentavam suas identidades e práticas cotidianas. O pesar pelas perdas irreparáveis é refletido nos relatos dos atingidos, evidenciando o impacto profundo da relocação forçada em suas vidas.

Rezende (2002) destaca que os aspectos simbólicos dos indivíduos – que se referem às representações, significados e valores atribuídos a elementos culturais, sociais ou emocionais de suas vidas – muitas vezes são negligenciados em processos como o licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, que focam em especial nos danos materiais e econômicos, sem considerar os impactos mais profundos sobre o que esses elementos significam para as pessoas e seu entorno. Esses aspectos, embora intangíveis, têm grande importância na maneira como os indivíduos se percebem no mundo e se relacionam com ele, incluindo vínculos com a terra, a identidade cultural, o pertencimento a uma comunidade ou a memória coletiva de um grupo. Um exemplo disso é o vínculo profundo que uma família de agricultores ou pescadores pode ter com a terra ou o rio onde viveu por gerações, não sendo apenas um espaço físico, mas um local carregado de significado, onde suas tradições, histórias familiares e identidade estão enraizadas. Quando um grande projeto, como Belo Monte, exige a remoção dessas famílias de suas terras, não se trata apenas da perda material de uma casa ou propriedade, mas da destruição de um espaço simbólico que abriga suas memórias, sentimentos e identidade cultural.

Em um estudo conduzido por Menestrino (2010), observa-se que as comunidades afetadas pela construção de usinas hidrelétricas não são consultadas, sendo forçadas a aceitar as medidas de mitigação propostas pelos empreendedores. Dessa forma, as políticas de compensação surgem, mas negligenciam os traumas associados à reterritorialização, como a ruptura dos vínculos afetivos e simbólicos com o território, a desestruturação das redes sociais de apoio, o sentimento de desamparo frente às mudanças impostas e o impacto psicológico decorrente da perda de referências culturais e identitárias que definem o modo de vida das populações atingidas. Cruz e Silva (2010, p.4) ressaltam que:

As decisões que são tomadas referentes à construção de usinas hidrelétricas são tomadas sem considerar as populações locais, uma vez que defendem interesses nacionais e às vezes até internacionais utilizando-se dos discursos do progresso e do desenvolvimento das regiões para justificar a retirada de pessoas.

Queiroz e Motta-Veiga (2012) destacam que a desapropriação e a relocação forçada de famílias afetadas por projetos hidrelétricos comprometem suas atividades de subsistência, em especial para aqueles integrados à vida ribeirinha, que depende da agricultura, caça, pesca e extração de recursos naturais. Os autores ressaltam que esses impactos sociais e seus reflexos na saúde não são considerados na fase de planejamento dos empreendimentos. Os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) com frequência negligenciam os efeitos socioambientais, resultando em medidas mitigadoras e compensatórias tardias e insatisfatórias. Nesse contexto, inviabiliza-se, desde a concepção do projeto, a possibilidade de uma gestão sustentável para esses grandes empreendimentos hidrelétricos.

Queiroz e Motta-Veiga (2012) analisaram os impactos sociais e os efeitos à saúde das populações afetadas pelas Usinas Hidrelétricas de Tucuruí, no Brasil, e James Bay, no Canadá. O estudo aponta que falhas no planejamento desses projetos resultaram em impactos cumulativos e sinérgicos difíceis de mitigar, com ações compensatórias revelando-se insuficientes ao longo do tempo. Além disso, programas assistencialistas, ainda que necessários, enfrentam desafios de continuidade, enquanto o licenciamento de viabilidade é aprovado antes da conclusão de estudos socioambientais adequados, comprometendo a sustentabilidade dos empreendimentos. Dentre os exemplos analisados, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí apresenta um conjunto significativo de impactos sociais, detalhados a seguir na Tabela 8, que explora as principais consequências para as comunidades atingidas.

Tabela 8 - Impactos Sociais da Usina Hidrelétrica Tucuruí

Impacto	Efeitos
Formação do reservatório Previsto área inundada de 1.630 km ² ; sendo na 1ª fase 2.875km ² e na 2ª fase 2.800 km ² ; chegando a 3.513 km ²	Isolamento da população ribeirinha no enchimento do reservatório; Compensação financeira para os municípios que tiveram áreas inundadas através da Lei dos Royalties, excluindo a jusante; Migração interna, especialmente da população a jusante; Ocupação irregular e desordenada; Conflitos de uso; Ausência de infraestrutura; Praga de mosquitos; Riscos de manifestações de doenças de veiculação hídrica; Alteração da qualidade da água; Perda do sustento e renda; Alagamento de vicinais no período de chuva; Cadeia alimentar contaminada por metil-mercúrio; Dificuldades de deslocamento e acesso a outras áreas e serviços.
Qualidade da água	Comprometimento do abastecimento de água e alimentos a jusante com consequente abertura de poços; Degradação da qualidade da água a jusante; Riscos de manifestações de doenças de veiculação hídrica;
Ictiofauna	Perdas de zonas de pesca a jusante com redução do estoque pesqueiro; Adaptação à pesca artesanal em detrimento dos meios de produção tradicional;
Deslocamento compulsório populacional Inicial de 4.407 pessoas chegando a 10 mil famílias	Reassentamento em áreas impróprias (infertilidade dos solos e comprometimento para a agricultura); Instabilidade econômica; Acampamentos improvisados ou em superlotados imóveis de núcleos urbanos em implantação; Alto índice de abandono e de comercialização de lotes; Pressão na estrutura fundiária local; Desestruturação da organização econômica e social; Conflitos de interesse e mobilização comunitária; Processo de emigração para outras áreas, principalmente para as ilhas
Perfil Epidemiológico	Proliferação de mosquitos/aumento da incidência de malária; Aumento no risco de metilação do mercúrio e sua introdução na cadeia alimentar, com intoxicação dos povos ribeirinhos e indígenas da região; Aumento dos riscos de manifestação de doenças de veiculação hídrica; Aumento no risco de aparecimento de novas doenças, inclusive arboviroses; Aumento da incidência de doenças a jusante;
Infraestrutura Urbana	Demanda superior a oferta de serviços sociais básicos; Abandono dos lotes das áreas de reassentamento;
Sociedades indígenas	Remanejamento da Comunidade Parakanã; Desestruturação das relações sociais das comunidades indígenas na região de Tucuruí; Aumento da incidência de doenças;

	Pressões sobre as Terras Indígenas.
Economia	Geração de empregos; Perda na produção pesqueira; Mudança na estrutura produtiva agroextrativista; Declínio da produção tradicional e estagnação econômica, sobretudo, a jusante que teve queda da produtividade na extração do cacau nativo e do açaí das margens do rio por causa das alterações na qualidade da água; Urbanização desordenada; Pesca comercial no reservatório; Conflito entre pescador artesanal e comercial; Queda de produção nas atividades tradicionais desenvolvidas nas várzeas apontada pelos produtores locais; Conflitos de interesse em decorrência da valorização da terra; Expansão da exploração predatória da madeira; Conflito fundiário

Fonte: Queiroz e Motta-Veiga (2012)

De acordo com Queiroz e Motta-Veiga (op. cit.), novos projetos hidrelétricos deveriam incluir em seu planejamento análises sobre os efeitos à saúde humana provocados pela emissão de poluentes, de forma a subsidiar decisões mais adequadas. No entanto, a Usina de Belo Monte perpetua práticas inadequadas, ignorando essas recomendações. Erros já observados em Tucuruí, como a imprecisão na estimativa do número de famílias a serem relocadas, também se repetiram. Em Tucuruí, tais falhas resultaram na realocação para áreas inadequadas, o que gerou elevados índices de abandono, comercialização irregular de lotes e migração forçada. Além disso, o passivo social da usina de Tucuruí permanece sem solução. Irregularidades nos processos de expropriação e compensação ainda geram conflitos e são objeto de reivindicações contínuas lideradas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Segundo Menestrino e Gomes Parente (2011), a conexão entre o ser humano e o meio ambiente é mediada por universos simbólicos distintos, que ajudam a construir e manter a identidade individual. Essa identidade está intrinsecamente ligada aos recursos naturais e aos valores que os indivíduos atribuem ao seu entorno. Nesse contexto, os impactos causados por grandes empreendimentos hidrelétricos, como os relatados por Queiroz e Motta-Veiga (op. cit.), não apenas afetam a saúde e as condições socioeconômicas das populações atingidas, mas também abalam seus laços simbólicos com o território. A esse respeito, Silva Júnior (2005, p. 65) expõe que:

A situação das populações afetadas pelos empreendimentos hidrelétricos tem sido decidida com o sacrifício e a perda de seu modo de vida, independente da relação jurídica das famílias como os imóveis atingidos (proprietários, posseiros, arrendatários, trabalhadores, agregados), da sua base e estrutura econômica (subsistência, pequenos, médios e grandes produtores), dos laços familiares (relações

de parentesco, vizinhança), culturais (hábitos, crenças e tradições) ou ainda sentimentos (apego e sentimento de pertencimento ao lugar).

A desapropriação e relocação causadas por projetos hidrelétricos, como os observados em Tucuruí e Belo Monte, desestruturam não apenas o ambiente físico, mas também as relações simbólicas e práticas que as populações mantêm com o espaço que habitam. Essas mudanças geram uma crise profunda na conexão dessas comunidades com seus recursos e tradições, evidenciada pela perda dos valores simbólicos associados ao lugar e pela ruptura das relações sociais que sustentam suas práticas de subsistência. A perspectiva bourdieusiana oferece uma contribuição valiosa ao discutir como as disposições adquiridas ao longo da vida, que moldam a percepção e as reações dos indivíduos, são afetadas por transformações no espaço. Essa crise se manifesta, sobretudo, na transformação da relação dessas populações com o trabalho. Suas atividades produtivas, enraizadas ao longo do tempo no território e nos ciclos da natureza, são desarticuladas de forma brusca, impondo novos desafios que forçam muitos atingidos a buscar alternativas laborais distantes de suas habilidades e experiências anteriores. O reassentamento, ao redefinir o espaço onde vivem, aprofunda a precarização e a insegurança econômica, revelando como grandes projetos de desenvolvimento podem reconfigurar não apenas o ambiente, mas também as dinâmicas sociais e culturais que sustentam a vida das comunidades.

Os reassentamentos promovidos pela construção de hidrelétricas são apresentados como iniciativas de progresso e melhoria das condições de vida das populações atingidas, mas essa narrativa mascara os impactos negativos e as complexidades envolvidas nesse processo. Fearnside (2011) observa que o Governo, ao reassentar pessoas devido à construção de uma hidrelétrica, muitas vezes acredita estar promovendo o progresso, imaginando que está melhorando suas condições de vida. No entanto, o autor argumenta que, na prática, essas iniciativas com frequência exacerbam a pobreza e geram impactos negativos significativos tanto para as comunidades humanas quanto para o meio ambiente. Para Ferreira et al. (2014), é fundamental reconhecer que a vida dos ribeirinhos afetados não se resume à simples oferta de uma casa de alvenaria ou de uma moradia financiada por compensações. Muitos reassentamentos são planejados por pessoas com perspectivas distantes das realidades e necessidades dos atingidos, desconsiderando os aspectos culturais e sociais profundos que estruturam suas vidas.

Figura 19 - Ocupação do RUC Jatobá 04/03/2014



Fonte: Arquivo MAB

Para os trabalhadores da pesca e das olarias em Altamira, reassentados nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), o local de residência representa muito mais do que um espaço concreto de trabalho e subsistência: é o alicerce de suas identidades, onde construíram laços afetivos e desenvolveram suas práticas de vida. A mudança forçada, imposta pela construção da UHE Belo Monte, quebrou esses laços essenciais, desestruturando suas relações sociais e seu senso de pertencimento (Cruz & Silva, 2010).

Fearnside (2011) ressalta que as hidrelétricas com frequência comprometem o sustento das famílias que dependem dos rios, citando como exemplo as comunidades do delta do Mekong, no Sudeste Asiático, que sofreram graves problemas de segurança alimentar após a construção de uma barragem que restringiu a pesca, fonte vital de subsistência. Bifani (1999) complementa, afirmando que o impacto ambiental sobre grupos sociais resulta de uma interação complexa entre as condições ambientais e os modos de vida desses grupos, em especial aqueles menos integrados ao mundo "moderno". Esses grupos, ao ocupar territórios em equilíbrio com os recursos naturais, possuem uma profunda conexão com seus ambientes, e a perda desses lugares representa não apenas uma ruptura material, mas também simbólica e existencial.

Nos próximos capítulos, essas questões serão aprofundadas a partir da análise das trajetórias de dois grupos emblemáticos que sofreram os impactos de Belo Monte. No capítulo 4, serão exploradas as histórias dos trabalhadores das antigas olarias, que enfrentaram mudanças drásticas em suas condições de trabalho e vida. Em seguida, no capítulo 5, será abordada a

situação dos pescadores artesanais e de subsistência no município de Altamira, cujo modo de vida foi comprometido pela transformação do rio Xingu e de seu ecossistema.

CAPÍTULO 4 – BARRAGENS DE BARRO: RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E OS IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO NA VIDA DOS TRABALHADORES DAS OLARIAS DE ALTAMIRA

Nesta pesquisa, exploramos a complexa interseção entre políticas de desenvolvimento estatal e as dinâmicas sociais dos trabalhadores afetados pela construção da UHBM. Observamos como as inadequações entre as práticas tradicionais das comunidades locais — em especial nas formas de organização social — e a lógica moderna imposta pela usina impactaram sobremodo as dinâmicas sociais e as estruturas de poder. O processo de modernização que acompanhou a construção da hidrelétrica desencadeou mudanças significativas nos modos de vida e nas estratégias de subsistência desses trabalhadores, refletindo a crítica bourdieusiana à concepção de que os indivíduos atuariam apenas como agentes econômicos racionais que visam a maximização de interesses. Tal visão, discutida por Bourdieu (1977) por meio da crítica à noção de um *homo economicus* propagado pelo capitalismo, visou a negligência das formas sociais diversas que orientam a ação dos indivíduos.

Neste capítulo, concentramos nossa análise nas alterações das condições de vida e nas estratégias de sobrevivência dos trabalhadores que, antes da construção da UHBM, dependiam das olarias localizadas nos arredores de Altamira. Essa abordagem se insere no objetivo mais amplo da tese, que é examinar as trajetórias dos pescadores artesanais e de subsistência, bem como dos trabalhadores das antigas olarias, e suas disposições sociais para o trabalho após as transformações impostas pela hidrelétrica de Belo Monte. No entanto, neste capítulo, voltamos nossa atenção para as trajetórias de cinco trabalhadores das olarias. Por meio de entrevistas, diálogos e observações de campo, buscamos compreender as repercussões sociais e econômicas dessa mudança, com ênfase na adaptabilidade — ou na resistência — desses trabalhadores diante das novas condições impostas pelo fim de suas atividades tradicionais. Esse enfoque permite uma análise mais aprofundada das disposições e transformações em suas trajetórias, revelando a diversidade de respostas às mudanças.

O papel central dos trabalhadores das olarias em Altamira destaca uma integração dessa atividade à vida cotidiana e à identidade cultural local. As olarias preservavam técnicas tradicionais de modelagem e queima de cerâmica, sendo fundamentais para a economia e o tecido social da região. Assim, a construção da UHBM impactou não

apenas a economia, mas também as relações sociais desses indivíduos. A pesquisa foca, portanto, nas trajetórias das famílias de trabalhadores das olarias, investigando como Belo Monte transformou suas vidas e modos de subsistência. Ao explorar as perspectivas dos trabalhadores sobre passado, presente e futuro, este estudo revela os mecanismos de adaptação a um cenário em constante mudança, desencadeado pelas transformações socioeconômicas associadas à hidrelétrica. Através de uma abordagem multidimensional, o capítulo busca entender não apenas os impactos imediatos da UHBM, mas também a capacidade de adaptação dessas comunidades ao contexto amazônico em transformação.

Para organizar nossa análise da trajetória dos trabalhadores das olarias, estruturamos o capítulo em cinco partes, iniciando com o contexto histórico da organização das olarias no município de Altamira, seguido questões chave que emergiram das entrevistas. Os temas de educação, lazer, religião e política foram agrupados devido à sua forte interligação entre esses espaços de socialização e a constituição de disposições sociais que tem reflexos nas formas como os indivíduos se relacionam com o trabalho.

A primeira parte trata do contexto histórico das olarias em Altamira, estabelecendo as bases para compreender a relevância dessa atividade na vida econômica e social local. Na segunda parte, exploramos os aspectos familiares que moldaram as experiências e trajetórias desses trabalhadores. A terceira parte aborda educação e lazer, enquanto a quarta examina as relações entre religião e política. Por fim, a quinta parte é dedicada às trajetórias ocupacionais, detalhando os desafios enfrentados pelos trabalhadores no processo de adaptação às mudanças impostas pelo fim das atividades tradicionais. Essa estrutura busca oferecer uma leitura coesa e integrada, permitindo uma compreensão mais profunda e abrangente dos aspectos que moldam a vida desses trabalhadores, bem como das transformações e desafios enfrentados ao longo de suas trajetórias.

4.1 A ATIVIDADE DE OLARIA EM ALTAMIRA: CONTEXTO HISTÓRICO

A atividade oleira em Altamira remonta à formação da cidade nas primeiras décadas do século XX, desempenhando um papel central no desenvolvimento urbano da região. Os tijolos artesanais produzidos pelos oleiros se tornaram essenciais para diversas construções, sendo utilizados em baldrames, fossas sépticas, poços d'água,

churrasqueiras, paredes e outras estruturas. Sua resistência e versatilidade mantiveram sua popularidade entre os consumidores ao longo do tempo.

Como argumentam Rocha e Oliveira (2014, p. 6), os primeiros anos dessa atividade foram marcados pela produção de tijolos maciços sem queima, conhecidos como adobo. Nas décadas de 1940 e 1950, surgiram as primeiras olarias nas imediações do Rio Xingu e do Igarapé Ambé, em especial nas regiões da Prainha (ou Praia do Cleonardo) e Ambé I. Depois, em 1986, a atividade expandiu-se para a Olaria dos Padres, conhecida como Ambé II. A terceira fase de expansão ocorreu nas proximidades do Igarapé Pannels, na área chamada Olaria dos Milicos, que em 2002 passou a ser conhecida como Olaria Pannels. A ocupação mais recente localiza-se perto do Igarapé Ambé, na área denominada Olaria da Colina.

De início, as primeiras olarias na Prainha eram de acesso livre, sem proprietários ou cobrança pelo uso da terra. Contudo, com o esgotamento da argila na região, os oleiros migraram para áreas próximas ao Igarapé Ambé, cedidas pela Prelazia do Xingu sem custo pelo uso do subsolo. Muitos desses trabalhadores eram migrantes que chegaram entre as décadas de 1940 e 1960 para atuar como seringueiros ou em fazendas, trazendo consigo experiência na atividade oleira. Esse contexto revela uma forte integração entre as práticas tradicionais e o uso de recursos naturais locais.

A produção de tijolos, na época, envolvia toda a família, que residia perto da olaria durante o período seco. No início, os tijolos maciços do tipo adobo eram produzidos de forma manual, mas, com o passar do tempo, a técnica evoluiu para incluir tijolos queimados, menores e moldados em formas duplas, até chegar aos modelos com dois furos. O processo de produção era mais demorado do que o atual, com um máximo de três caieiras grandes por ano, cada uma contendo de 50 a 80 milheiros de tijolos. Relatos apontam as dificuldades técnicas enfrentadas, como variações no tempo de queima e o consumo elevado de lenha, que geravam prejuízos. (ROCHA e OLIVEIRA, 2014)

Na Olaria dos Padres (Ambé II), Rocha e Oliveira (2014, pp. 6-7) relatam que a Prelazia do Xingu doou 20 lotes de 30x50 metros para os oleiros mais antigos, que já enfrentavam escassez de barro no Ambé I. Com o tempo, a área foi ampliada para mais de 200 lotes devido à ocupação por novos trabalhadores e pessoas não estavam de forma direta ligadas à atividade. No início, a Prelazia cobrava uma taxa em tijolos, mas depois estipulou uma contribuição fixa de 1000 unidades. Além disso, desempenhou um papel ativo no financiamento da atividade, comprando tijolos para construções da Igreja Católica e influenciando os padrões de produção, ao exigir tijolos maiores e com três

furos.

Figura 20 - Localização da Olaria Panelas e da Colina



Fonte: Rocha (2014)

Com o crescimento da cidade e o aumento da demanda, a coleta de lenha, antes realizada em propriedades rurais próximas, tornou-se mais complexa durante as décadas de 1980 e 1990. Nesse período, ocorreram melhorias nas técnicas de produção, como o uso de pó de serra para aumentar a resistência ao fogo, a reorganização dos tijolos nas caieiras para otimizar o tempo de queima e a introdução de soda cáustica para limpar as formas. Essas inovações, aliadas à melhoria no transporte e na oferta de insumos, facilitaram tanto a obtenção de lenha quanto a distribuição dos tijolos ao consumidor final. Essas mudanças foram fundamentais para garantir a continuidade da atividade oleira em um contexto de transformações urbanas e econômicas, conforme observam Rocha e Oliveira (2014, p. 7):

No final da década de 1990, a descoberta de uma nova área de argila na propriedade de Umbelino Oliveira (Milico) levou ao estabelecimento de um acordo com oleiros, que pagavam 20% da produção pelo uso da área. Relatos indicam que cerca de 30 famílias trabalhavam na área até 2008, quando o acordo foi encerrado devido à dificuldade de licenciamento pelo IBAMA.

Em 2002, a Olaria Panelas foi estabelecida por meio de um acordo entre o proprietário da área, Sr. Duílio, e os oleiros locais. De início, 17 famílias trabalhavam em olarias com dimensões de 30 x 50 metros, número que cresceu para 22 em 2004. Em 2008, a área foi ampliada para incluir 58 novas olarias menores, totalizando 80 unidades. O pagamento inicial da renda era estabelecido em 3 milheiros de tijolos de três furos ou 6 milheiros de tijolos de dois furos por ano, mas foi dobrado no ano seguinte. A cobrança

foi depois renegociada devido à redução da área útil para extração de argila e à ausência de licença ambiental, que limitava a atividade dos trabalhadores. (ROCHA e OLIVEIRA, 2014)

Figura 21 - Vista da Olaria Pannels nos primeiros anos de atividade



Fonte: Rocha e Oliveira (2014)

Antes da construção da hidrelétrica de Belo Monte, os oleiros enfrentavam diversos desafios. A disponibilidade e o custo da mão de obra eram questões críticas, agravadas pela concorrência entre as olarias. A distância dificultava a participação de outros membros da família, concentrando a responsabilidade apenas no proprietário da olaria. Além disso, a falta de regularização ambiental gerava multas por crimes ambientais, enquanto a concorrência com cerâmicas de Altamira, Brasil Novo e outras regiões fazia com que o preço dos tijolos caísse durante o período de maior oferta, entre agosto e novembro.

Outra dificuldade enfrentada pelos oleiros era a baixa qualidade da argila disponível, restrita a uma camada superficial do solo. O barro tinha uma composição mais arenosa, e o lençol freático, próximo à superfície, dificultava o acesso ao material. No Ambé I e II, as áreas já utilizadas precisavam ser reaproveitadas, exigindo que o barro fosse retirado, transportado e amassado fora do barreiro devido ao acúmulo de água. Segundo o levantamento do Sindicato dos Oleiros de Altamira, a Olaria do Igarapé Pannels contava, à época, com 57 donos e 66 olarias em operação.

A expansão das atividades no Igarapé Pannels chamou a atenção da prefeitura de Altamira e da Receita Federal, o que intensificou a fiscalização. A falta de regularização

ambiental levou as lideranças dos oleiros a considerarem a criação de uma entidade jurídica que representasse a categoria junto ao poder público. Em 2002, uma reunião realizada no IBAMA/Altamira resultou em uma autorização verbal para o uso da área pelos oleiros, sob a condição de respeitar a distância do igarapé. Essa autorização, no entanto, não substituiu a necessidade de formalização, o que reforçou a ideia de criar uma associação ou sindicato.

Figura 22 - Trabalhador cortando e moldando o barro



Fonte: Rocha e Oliveira (2014)

No final de 2005, em uma reunião convocada por Antônio Silveira e Lia Silveira, foi decidido formalizar uma entidade. No entanto, a tentativa de registrar uma associação encontrou obstáculos devido à existência de uma já criada pelo Sr. Luís Ferreira na época da Olaria do Ambé II. Sem negociação entre as partes, o grupo liderado por Antônio Silveira optou por registrar a organização como sindicato, resultando na criação do Sindicato dos Oleiros de Altamira (SINDOALTA). Apesar do avanço, o formato sindical apresentou limitações para obtenção de licenças ambientais, já que o sindicato não possuía função econômica nem fins lucrativos.

Segundo Rocha e Oliveira (2014, p.11), o contrato firmado entre o proprietário da área do Igarapé Pannels e o SINDOALTA, com duração de três anos, estipulava o pagamento de três milheiros de tijolos de três furos por ano. Contudo, o proprietário não buscou viabilizar nenhuma licença ambiental, o que gerou multas por parte do IBAMA. A penalidade, de um milhão de reais, inviabilizou o pagamento da renda à herdeira da propriedade e desencadeou um processo judicial de reintegração de posse. O SINDOALTA foi multado e a área permaneceu embargada, reforçando a necessidade

de uma nova abordagem para a regularização da atividade oleira.

Diante desses desafios, a formação de uma cooperativa foi defendida como solução viável, já que as licenças ambientais só poderiam ser solicitadas por pessoas físicas ou jurídicas com fins econômicos. Em 2012, após uma série de cursos promovidos pela Norte Energia e ministrados pela Organização das Cooperativas Brasileiras do Pará (OCB/PA), foi criada a Cooperativa do Núcleo Ceramista de Altamira (COOCERAMISTA). Com a aprovação do estatuto e da diretoria, 38 cooperados formalizaram a iniciativa.

Para a Norte Energia, a criação da cooperativa atendia aos objetivos do Programa de Recomposição das Atividades Oleiras, previsto no Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Para os trabalhadores das olarias, a formalização representava uma oportunidade de legalizar a atividade junto aos órgãos ambientais e melhorar a comercialização do produto. Apesar disso, conflitos internos e a indefinição sobre uma nova área para a recomposição das olarias impediram a operacionalização da COOCERAMISTA. (ROCHA e OLIVEIRA, 2014)

A trajetória das olarias nos Igarapés nos arredores da cidade de Altamira, revela não apenas os desafios específicos enfrentados pelos trabalhadores, mas também os dilemas mais amplos do desenvolvimento na Amazônia. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a expansão de atividades produtivas na região introduziram uma lógica de modernização que entra em conflito com as práticas e saberes tradicionais dos habitantes locais. Esse processo de desenvolvimento, embora traga promessas de crescimento econômico, impõe pressões intensas sobre as comunidades que dependiam de atividades como a olaria para subsistência, deslocando modos de vida e alterando as relações com o meio ambiente.

A seguir, analisaremos as trajetórias desses trabalhadores, com o objetivo de compreender as disposições e os habitus que orientam suas práticas cotidianas, bem como identificar as estratégias de adaptação ao cenário transformado pela construção de Belo Monte. Essas trajetórias não podem ser entendidas apenas como respostas racionais a mudanças externas; elas carregam uma herança de valores, expectativas e práticas culturais que, quando forçadas a se adaptar, expõem tensões profundas entre o passado e o presente. Nesse contexto, a análise das experiências dos trabalhadores das olarias não apenas lança luz sobre os impactos concretos do desenvolvimento na Amazônia, mas também evidencia a resistência dessas comunidades na preservação de suas identidades e modos de vida. Compreender como essas identidades, construídas ao

longo de gerações e enraizadas nas práticas oleiras e nos laços comunitários, se transformam diante de uma nova lógica econômica e social é o ponto central do próximo item de nossa pesquisa.

4.2 ESTRUTURA FAMILIAR E DINÂMICAS DOMÉSTICAS: MUDANÇAS E DESAFIOS FRENTE AO DESENVOLVIMENTO

No livro *O Desencantamento do Mundo* (2021), Bourdieu explora a disputa entre lógicas tradicionais e modernas, em meio ao processo de colonização da Argélia. Ele critica a concepção do *homo economicus* – uma ideia central ao capitalismo – que considera o ser humano como um agente motivado pela maximização de seus interesses econômicos, uma lógica que ignora as diversas maneiras pelas quais as pessoas dão significado à vida, em especial nas culturas tradicionais. Para Bourdieu, essa visão é problemática porque desconsidera que outras sociedades possuem lógicas próprias de funcionamento, fundamentadas em valores culturais, sociais e simbólicos que não se orientam pelo cálculo econômico.

Essa perspectiva do *homo economicus* é criticada por Bourdieu por ser reducionista e invasiva, pois ao tentar universalizar esse modelo, o capitalismo penetra e subverte culturas com dinâmicas sociais distintas, apropriando-se de espaços e práticas que antes tinham outros significados. Embora o livro se baseie na análise da colonização na Argélia nos anos 1960, as ideias do autor permanecem relevantes para compreender processos atuais, como as políticas de desenvolvimento e integração da Amazônia. Na região, as estratégias de inserção de grandes empreendimentos, como a hidrelétrica de Belo Monte, exemplificam essa lógica economicista, que desestrutura as práticas e redes sociais dos trabalhadores tradicionais e dos povos ribeirinhos.

Esses fenômenos destacam a crítica de Bourdieu: iniciativas de desenvolvimento que ignoram o contexto cultural e social local tendem a impor uma lógica alheia às populações, afetando suas práticas, atitudes e relações. Para o autor, a imposição de sistemas importados força os indivíduos a uma adaptação econômica, mas não a uma adesão cultural ou temporal, resultando em um cenário em que diferentes sistemas ideológicos coexistem de maneira contraditória, tanto na sociedade global quanto na subjetividade de cada indivíduo.

Bourdieu argumenta que cada sistema econômico e cultural está relacionado a disposições específicas em relação ao tempo. Em suas análises sobre os Cabilas – uma sociedade argelina com uma estrutura econômica pré-capitalista –, ele observa que essa cultura possui uma percepção de tempo que difere da lógica capitalista: um tempo circular e ligado a

ritmos naturais e sociais, onde o trabalho está vinculado às necessidades cotidianas e rituais, e não ao impulso de produtividade constante. O tempo de produção, em uma economia de subsistência como a dos Cabilas, não é uma categoria abstrata, mas um ciclo repetido e previsível, o que contrasta com o tempo linear e acumulativo do capitalismo, orientado para a expansão e o lucro.

A coexistência dessas diferentes disposições temporais e ideológicas em uma sociedade globalizada reflete as tensões que surgem com a introdução de sistemas de desenvolvimento alheios à cultura local. Em contextos como o da Amazônia, o avanço de projetos de grande escala, como a hidrelétrica de Belo Monte, exemplifica essa tensão ao introduzir uma lógica de produtividade e crescimento econômico que desestabiliza as práticas culturais e sociais dos trabalhadores tradicionais e das comunidades ribeirinhas. Assim, as políticas de desenvolvimento, quando desconsideram essas diferenças, geram um confronto interno e externo entre temporalidades, valores e modos de vida, que ressoam na prática e na subjetividade dos indivíduos afetados.

Na economia capitalista, o tempo é associado ao dinheiro, um recurso que deve ser multiplicado e otimizado. Bourdieu observa que, em culturas pré-capitalistas, como a dos Cabilas, o tempo é ligado a valores como a subsistência, a celebração e a satisfação com a vida. Esse sistema opera dentro de uma lógica de produção baseada na intuição e no bem-estar coletivo, onde o trabalho é realizado em função de necessidades concretas e cíclicas, e não para acumulação de lucro.

Quando uma economia capitalista se sobrepõe a uma economia tradicional, há uma imposição de valores que altera sobremaneira a mentalidade das pessoas. Bourdieu argumenta que, para se integrar a essa nova ordem, os trabalhadores precisam reconfigurar suas relações com o trabalho, o tempo e o consumo. Eles passam de uma posição de controle sobre o processo produtivo, onde o trabalho resulta em alimentos ou recursos diretos, para uma posição de trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho e recebem uma compensação financeira.

Essa mudança leva à “desconexão temporal” descrita por Bourdieu: os trabalhadores, acostumados a um ritmo de vida orgânico e cíclico, entram em um sistema que exige adaptação à linearidade do tempo produtivo e ao consumo imediato. A tendência de gastar o salário em bens, que parece um comportamento impulsivo, na verdade reflete uma dissonância entre os valores e práticas tradicionais e as expectativas da economia capitalista, levando a um ciclo de exploração econômica e a uma perda de controle sobre as condições de vida.

Em sua análise, Bourdieu (1997) descreve a modernidade como um "estilo de vida participante", uma expressão que se refere ao modo como a modernidade exige que os indivíduos estejam envolvidos em uma economia de mercado, nas interações institucionais e na competição social. Esse estilo de vida não apenas impulsiona uma inserção prática no mercado de trabalho, mas também uma adaptação psicológica e cultural aos valores modernos, como o individualismo, o cálculo econômico e a busca por eficiência e lucro.

Esse processo leva à internalização de novas lógicas, em geral conflitantes com as normas tradicionais de solidariedade e reciprocidade, que estruturam a vida social em sociedades não capitalistas. Os conflitos gerados são de várias ordens: Conflitos de valor: A lógica tradicional, baseada na cooperação familiar e no bem-estar coletivo, é confrontada pela lógica capitalista de concorrência e individualismo. Esse choque de valores pode gerar tensões familiares e comunitárias, pois as relações que antes eram fundamentadas na ajuda mútua tornam-se cada vez mais influenciadas pelo cálculo econômico. Conflitos psicológicos: O deslocamento para um sistema que valoriza o lucro e a eficiência cria um "mal-estar" nos indivíduos que tentam conciliar disposições tradicionais com as expectativas modernas. A nova necessidade de competir e "participar" na lógica do mercado muitas vezes provoca sentimentos de alienação e perda de identidade. Conflitos sociais: Em comunidades que compartilham recursos e responsabilidades, a lógica individualista da modernidade pode desestruturar as dinâmicas sociais. Por exemplo, pessoas que se adaptam de forma mais rápida ao sistema capitalista tendem a acumular mais riqueza e status, levando a desigualdades internas que minam a coesão social.

Esse panorama mais amplo ganha contornos concretos quando observamos, por exemplo, a entrevista com Brás de Lima, realizada em 19 de dezembro de 2023 na Escola Municipal de Ensino Infantil (ABAPA), onde ele atua como vigilante noturno. O encontro revelou um histórico familiar influenciado pela trajetória autônoma de seu pai. Brás, com 49 anos à época, compartilhou memórias sobre seu pai, um migrante nordestino que iniciou sua vida profissional trabalhando em uma olaria às margens do rio, próximo à praia do Cleonardo, antes de se estabelecer na Olaria dos Padres, organizada pela Prelazia do Xingu. Minha conexão com Brás é antiga, remontando aos anos 1980, quando fomos colegas no ensino fundamental.

Natural de Altamira, Brás é divorciado e pai de três filhas. Aos 49 anos, ele divide seu tempo entre o trabalho como vigilante e atividades autônomas, como o aluguel de cadeiras. Sua vida reflete uma busca contínua por alternativas de sustento, mantendo-se fiel a uma trajetória de adaptabilidade diante das constantes transformações da região. Desde jovem, ele precisou diversificar suas atividades para sustentar a família, transitando entre diferentes ocupações,

como o trabalho na olaria e o alistamento no Exército. Ao retornar à vida civil, continuou a enfrentar a precariedade das condições de trabalho, assim como muitos outros trabalhadores amazônicos, cujas histórias são marcadas pela capacidade de resistência diante das adversidades. Em regiões como Altamira, onde grandes empreendimentos com frequência ignoram as necessidades e valores locais, Brás representa uma vida moldada pela reinvenção e pelo esforço contínuo para manter seu modo de vida, mesmo em meio a mudanças radicais.

Meu pai era nordestino e começou a trabalhar na zona rural, naquela época era muito fraco e não conseguia sustentar a família totalmente da agricultura. Então ele teve que procurar outra atividade, porque ele já tinha conhecimento da Olaria lá do Nordeste. Aí ele começou ali na beira do rio, ali, onde é a praia do Leonardo sim. Depois passou para o outro lado onde era o Igarapé Ambé e em seguida para a Olaria dos padres, chamava Olaria dos padres, né? Uma Olaria que era meio que administrada pela Prelazia do Xingu, que era responsável por organizar as divisões das Olarias, né? Meu pai trabalhou lá e depois de lá foi para a Olaria do Igarapé Panelas. Teve um período ali de meus. 16 anos, 17 anos até os quase uns 30, eu fiquei afastado de Olaria. Fui para o Exército [...] Pai e minha mãe, acho que questão de família mesmo, desde nordestino, eles eram muito rígidos, mas muito cuidadosos ao mesmo tempo com os filhos, né? Então sempre zelavam pelo cuidado com os filhos, minha família não estudou, porque não quis estudar. Eu parei um período, depois voltei a estudar depois que tinha saído de casa e que estava casado. Mas quando estávamos em casa, meu pai sempre teve esse cuidado, todo mundo fazia o possível para todo mundo estudar, para todo mundo ter algum estudo, uma carreira. E muito família, meu pai sempre foi muito família [...] com certeza é o meu pai, assim ele. Ele sempre dizia pai e mãe, ele sempre dizia, olha, você tem que estudar. Para conseguir alguma coisa melhor. Mas enquanto você não se formar, você tem que seguir algum emprego, alguma coisa. E naquela época a gente gostava de trabalhar ligado à família. Então trabalhava. Eu saí, assim, do domínio da minha família, do meu pai e da minha mãe, quando eu fui para o exército, mas ele já tinha, já tinha mais ou menos uma base da família, eu já sabia o que que era. (BRÁS, 2023)

Os valores familiares destacados no relato de Brás – como a prioridade dada ao estudo e o cuidado com os filhos – refletem uma estrutura de solidariedade que contrasta com a lógica do individualismo promovida pelo sistema capitalista. A insistência de seu pai na educação como caminho para uma vida melhor simboliza a tentativa de adaptar as disposições tradicionais às exigências do mercado e da sociedade contemporânea sem abandonar os pilares de coesão familiar. Essa orientação, entretanto, não está isenta de conflitos, sobretudo quando confrontada com as mudanças impostas pela construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Os conflitos psicológicos experimentados durante a transição revelam a intensidade do confronto entre disposições tradicionais e modernas. A nostalgia pelo ambiente familiar e a dificuldade de conciliar as expectativas impostas pela lógica capitalista com os valores herdados destacam a profundidade dessa ruptura. Ainda assim, o senso de responsabilidade e a base familiar sólida transmitida por seus pais parecem ter auxiliado Brás a articular essas disposições em um processo contínuo de adaptação. Nesse contexto, a análise de Bourdieu em *O Desencantamento do Mundo* (2021) oferece ferramentas interpretativas para compreender as

transformações sociais e culturais vividas por Brás e outros trabalhadores das olarias diante das mudanças impostas pelos empreendimentos desenvolvimentistas na Amazônia. Em Altamira, é possível observar um processo contínuo de penetração da lógica urbana e mercadológica nos modos de vida tradicionais, reconfigurando disposições individuais e coletivas, bem como os alicerces simbólicos e materiais dessas comunidades.

No caso de Brás, a transição entre o ambiente familiar das olarias e a experiência no Exército exemplifica a "histerese", termo usado por Bourdieu (2021) para descrever o descompasso entre as disposições internalizadas e as condições objetivas de um novo contexto social. Enquanto as olarias representavam um espaço de pertencimento, organizado por uma lógica comunitária e cooperativa, o Exército simbolizava a imersão na lógica moderna, marcada por hierarquias rígidas, competição e cálculo econômico. Esse deslocamento evidencia o impacto da "história feita coisa" – transformações estruturais associadas à modernidade – sobre a "história feita corpo", ou seja, os *habitus* internalizados em sua vivência anterior.

A dinâmica observada nas olarias, similar às estratégias disposicionais descritas por Bourdieu, ilustra como os valores tradicionais das comunidades são subordinados às lógicas urbanas e mercadológicas. A chegada de Belo Monte desestruturou o sistema de solidariedade comunitária que organizava o trabalho nas olarias, substituindo-o por uma lógica que privilegia a acumulação e a competição. Essa mudança reproduziu desigualdades internas e enfraqueceu os vínculos sociais, deslocando o trabalho de uma fonte de pertencimento e identidade para um espaço de alienação.

Nesse contexto, a educação surge como um elemento central, indicando seu papel na mediação entre os valores tradicionais e as exigências da modernidade. Para os trabalhadores das olarias, o acesso à educação parece configurar tanto uma oportunidade quanto um desafio. Suas trajetórias indicam os efeitos desiguais desse processo: enquanto alguns conseguem ajustar suas disposições às novas condições impostas pelo desenvolvimento urbano e econômico, outros enfrentam dificuldades significativas, sugerindo a reprodução de desigualdades em um mesmo ambiente social.

Olha, eu parei a primeira vez que eu parei de trabalhar, eu já estava com 15 anos. Eu não parei para trabalhar. Eu trabalhava e fui estudar à noite para poder conciliar o estudo e o trabalho. Só que eu não dava conta. Era o trabalho pesado. Eu saía do serviço 7 e meia. Eu saía do supermercado Alvorada 7 e meia. Eu fui estudar no Metodista, onde não era o EJA, né? Era normal como se fosse de dia, era uma série só. Eu fui para a escola Polivalente, acho que com 13 anos fui para o Poli. Quando eu saí da escola Dom Clemente, antes de eu ir para escola Metodista. Eu saí do Metodista e fui para a escola Daice Pedrosa Torres [...] eu a até nesse período de adolescente, eu sempre não só pelo trabalho, mas pela minha família. Minha mãe dizia, olha, eu sei o seu pai não trabalha, seu pai não estudou, eu não estudei aí trabalhamos assim, braçal. Então, se você continuar com essa dinâmica de não estudar, você vai mesmo rumo de seu pai. Então começava desde a infância. Ou seja, relacionava a falta de estudo ao

serviço braçal. Quando eu fui para o exército, eu não tinha terminado o ensino médio. A minha volata a estudar, foi mesmo questão familiar. A minha filha mais velha, um dia ela olhou para mim e falou assim, pai, o senhor me ajuda a fazer o trabalho de casa e quando eu.... Ela era criança, ela não entendia que quando ela tivesse, talvez tivesse já um pouco maior, ela não ia precisar tanto de mim, senão ela. Mas ela achava que ela ia continuar ensinando ela a vida toda. Então ela perguntava para mim, quando ela chegasse na minha série, onde eu parei, como é que eu ia ensinar ela? Na realidade a minha volta para sala de aula, foi em função da família. (BRÁS, 2023)

Rapaz, vou te falar assim, foi a influência da minha mãe mesmo, porque ela não pensava nem um pouco se eu virar professor, sabe? Aí acabou que eu fui fazer o meu curso, fui gostando, viu? Aí acabou que eu virei professor, passei no curso universitário até ali. (JARDEL, 2024)

Minha mãe me matriculou, porque ela se separou do meu pai. Aí minha mãe falou gente para estudar, mas como ela era muito fraca de dinheiro, tivemos que sair da escola para ir trabalhar. (CLÁUDIO, 2024)

As trajetórias educacionais dos trabalhadores das olarias de Altamira evidenciam como as disposições individuais são moldadas por circunstâncias históricas, familiares e econômicas. As entrevistas sugerem que a educação desempenha um papel central no imaginário social desses trabalhadores, sendo associada à possibilidade de romper com trajetórias de trabalho braçal e melhorar as condições de vida. Entretanto, essa crença na educação como via de ascensão social também atua como um mecanismo de legitimação da desigualdade, ao reforçar a ideia meritocrática de que o sucesso depende do esforço individual, desconsiderando as barreiras estruturais que limitam o acesso e a permanência dos mais pobres no sistema educacional. Como argumentam Bourdieu e Passeron em *A Reprodução* (2009), a escola, longe de ser um espaço neutro, tende a perpetuar as desigualdades sociais ao naturalizar diferenças de capital cultural e econômico entre os alunos. Dessa forma, ainda que a educação seja valorizada como um caminho para a mobilidade social, na prática, ela reafirma os mecanismos de dominação e exclusão já presentes na sociedade.

Brás, por exemplo, relembra como o trabalho precoce, associado à dinâmica econômica familiar, dificultou a continuidade dos estudos na adolescência. A sobrecarga física e a necessidade de conciliar escola e emprego revelam os limites enfrentados por trabalhadores em situações de precariedade. Apesar das dificuldades, a fala de sua mãe, que relacionava a falta de estudo ao trabalho braçal, parece ter marcado de forma intensa suas disposições. Esse discurso foi depois reforçado por sua experiência como pai, quando a responsabilidade de ensinar sua filha o motivou a retornar à sala de aula, sugerindo como a educação é percebida não apenas como um meio de ascensão social, mas também como um legado intergeracional.

Por outro lado, Jardel destaca a influência materna como fator determinante para sua trajetória educacional, que culminou em sua formação universitária e escolha profissional como professor. Nesse relato, emerge a importância do apoio familiar como mecanismo de incentivo

ao desenvolvimento educacional, mesmo quando o objetivo inicial não estava claro. Já Cláudio narra como a separação de seus pais e as limitações econômicas da mãe interromperam seu percurso escolar, obrigando-o a ingressar no mercado de trabalho de forma precoce. A precariedade financeira e a necessidade de sustento assumem papel central em sua narrativa, configurando obstáculos que limitam o acesso à educação.

Esses relatos sugerem que as disposições educacionais desses trabalhadores foram constituídas a partir de um conjunto de experiências e influências sociais que não se restringem à esfera individual. A relação entre o ambiente familiar, as condições materiais e as expectativas culturais revelam um processo dinâmico em que as trajetórias educacionais são negociadas e reinterpretadas ao longo do tempo. Observa-se que, enquanto alguns trabalhadores encontraram nos laços familiares a motivação para persistir ou retornar aos estudos, outros tiveram que lidar com rupturas que dificultaram a continuidade desse percurso.

A partir dessas narrativas, é possível inferir que as disposições educacionais são renovadas ou enfraquecidas, dependendo da frequência e intensidade de sua atualização em contextos concretos. As transformações nas condições de vida e trabalho, intensificadas pela construção de Belo Monte, parecem ter reconfigurado esses contextos, muitas vezes dificultando a conciliação entre estudo e sobrevivência. As desigualdades estruturais observadas na região tornam evidentes os desajustes entre as aspirações educacionais desses trabalhadores e as exigências materiais que enfrentam.

As narrativas de Brás, Jardel e Cláudio destacam um elemento central do conceito de "cumplicidade ontológica" proposto por Bourdieu: a valorização do trabalho e da educação como instrumentos de mobilidade social e manutenção de um sentido de pertencimento. A busca por equilíbrio entre disposições herdadas e as exigências impostas pela modernidade revela um esforço contínuo para articular valores tradicionais e demandas contemporâneas. No entanto, as limitações estruturais do contexto amazônico, marcadas pela desigualdade e pela falta de políticas de apoio consistentes, impõem barreiras que dificultam a superação dessas contradições.

A construção da hidrelétrica de Belo Monte, símbolo da continuidade do desenvolvimentismo na Amazônia, introduziu tensões que muitos trabalhadores não conseguiram absorver, exigindo uma adaptação às lógicas do mercado que nem sempre foi possível ou desejada. Para os oleiros, o trabalho ultrapassava sua função econômica, configurando-se como um espaço de identidade e pertencimento comunitário. A transição para atividades informais ou o retorno a práticas enraizadas nos modos de vida tradicionais evidencia

o esforço em equilibrar as pressões externas com a preservação de valores e vínculos transmitidos ao longo de gerações.

Eu comecei a trabalhar cedo. Eu comecei a vendendo Chopp²⁵, vendi picolé, vendi pão [...] gostei mais de oleiro. Ela era animada, por mais que a gente trabalha exaustivamente, mas ela era muito animada. Começávamos por volta de 5:30 horas da manhã, parava para o almoço e voltava às 14 horas e ficava até às 18 horas. Era exaustiva, mas era animado [...] se eu pudesse escolher, entre carteira assinada, escolheria informal como oleiro, pois além de ganhar mais, tinha as amizades. (PABLO, 2024)

As mudanças econômicas provocadas pela construção de Belo Monte intensificaram essas tensões, desestruturando práticas solidárias que sustentavam os trabalhadores das olarias. A introdução de dinâmicas de mercado mais competitivas fragilizou o sistema tradicional de cooperação, transformando as relações laborais e fragmentando a base de solidariedade que existia, como exemplificado na Olaria dos Padres. Nesse contexto, alguns trabalhadores conseguiram adaptar-se às novas exigências, mas outros enfrentaram maior vulnerabilidade, incapazes de abandonar as disposições mais arraigadas.

Apesar das transformações e incertezas, os valores familiares continuaram a desempenhar um papel central na vida dos oleiros entrevistados. A figura paterna, em especial, emerge como um símbolo de firmeza e continuidade, servindo de referência para enfrentar os desafios sem romper os vínculos com suas origens. Nesse contexto, os laços familiares e comunitários se revelam não apenas como um suporte emocional, mas também como um instrumento fundamental de resistência e adaptação às mudanças estruturais impostas.

Essas trajetórias mostram como, mesmo em um cenário de grandes transformações, as influências familiares e comunitárias se mantêm como pilares de apoio. A capacidade dos trabalhadores das olarias de preservar elementos de sua identidade coletiva e reafirmar os valores herdados evidencia uma resistência cultural que não se restringe a uma oposição às mudanças, mas sim a uma negociação ativa entre passado e presente. Essa preservação aponta para a importância das redes afetivas e comunitárias na mediação entre as demandas externas e as disposições internas, sustentando uma narrativa de continuidade em meio à mudança.

Brás, por exemplo, narra um histórico familiar sobremaneira marcado pelo trabalho autônomo de seu pai, que migrou do Nordeste e começou na olaria às margens do rio, em um local próximo à praia do Cleonardo, até se estabelecer na Olaria dos Padres, organizada pela Prelazia do Xingu. Esse percurso profissional do pai reflete a busca por alternativas de sobrevivência em uma região onde o trabalho era muito mais do que um meio de sustento – era

²⁵ Geladinho, sacolé em outras regiões do Brasil

também uma forma de manter a estabilidade familiar e comunitária. Para Brás, a trajetória do pai e a disciplina rígida dos pais, típicas da cultura nordestina, foram fundamentais e se traduziram numa combinação de zelo e severidade no cuidado dos filhos. Essa forte presença dos valores familiares ajudou a formar suas próprias convicções e trouxe também o incentivo necessário para que ele buscasse estudar, mesmo com as dificuldades econômicas que muitas vezes limitavam suas possibilidades.

A trajetória de Brás ilustra como o contexto de restrições econômicas e transformações sociais moldou suas escolhas de vida, ao mesmo tempo em que reforçou o papel da família como um alicerce fundamental. Ele interrompeu os estudos durante a adolescência para trabalhar e ajudar no sustento da família, mas, anos depois, retomou a formação escolar, casou-se e constituiu sua própria família. Esse percurso foi marcado por desafios, mas também por uma forte influência familiar. Brás relata que sua mãe sempre o incentivou a estudar, dizendo: "Seu pai não estudou, eu não estudei, e a gente trabalha só no braçal. Se você não estudar, vai seguir o mesmo rumo". Esse discurso materno, internalizado desde a infância, funcionou como um capital simbólico que o motivou a buscar melhores condições de vida por meio da educação.

A decisão de retomar os estudos veio após um momento de reflexão provocado por sua filha mais velha, que questionou: "Pai, o senhor me ajuda com os trabalhos de casa agora, mas quando eu chegar na sua série, como vai me ensinar?". Esse questionamento foi um ponto de virada para Brás, que percebeu a necessidade de se qualificar não apenas para si mesmo, mas também para oferecer um exemplo e um apoio concreto à filha. Ele explica: "Minha volta para a sala de aula foi em função da família". Essa fala revela como o ambiente familiar, mesmo em meio a dificuldades, funcionou como um espaço de apoio e motivação, permitindo que ele superasse barreiras e buscasse melhores oportunidades.

Ao longo de sua trajetória, Brás enfrentou pressões econômicas e transformações sociais, como o deslocamento causado pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. No entanto, ele manteve um forte senso de pertencimento e continuidade com seu passado, algo que foi possível graças ao apoio da família. Ele destaca: "A minha mãe foi quem sempre me incentivou a estudar. Ela sempre me apoiava e ajudava com as tarefas, e isso fez toda a diferença". Essa base familiar não apenas o ajudou a enfrentar adversidades, mas também a construir uma identidade sólida, mesmo em um contexto de mudanças abruptas.

A experiência de Brás, como a de tantos outros trabalhadores da região, reflete a luta entre manter suas tradições e adaptar-se a novas condições impostas pela presença de grandes empreendimentos, que trouxeram uma lógica de produtividade e crescimento econômico para uma cultura que valoriza a solidariedade e a conexão comunitária. Essa tensão constante entre

o passado e o presente, entre o que foi aprendido e o que agora é exigido, marca a vida de Brás e de seus colegas, que, mesmo em meio às mudanças, buscam preservar seus valores e a identidade que construíram ao longo de gerações.

Apesar de hoje ser divorciado, Brás valoriza a experiência de ter sido casado com uma pessoa da região, reforçando seu vínculo com Altamira. Ele menciona um “irmão de criação”, criado por seu pai em uma situação comum nas áreas rurais da Amazônia, onde o registro civil era difícil e as famílias eram reconfiguradas por laços de afinidade e solidariedade. Brás e sua família também vivenciaram dificuldades econômicas durante o período em que seu pai, autônomo, adoeceu e ficou por um tempo incapacitado para o trabalho. Na adolescência, Brás contribuiu com a renda familiar, trabalhando em um supermercado e assumindo parte da responsabilidade financeira, em um contexto no qual o trabalho infantojuvenil era frequente e muitas vezes necessário. Hoje, ele reflete que sua condição socioeconômica é melhor que a de seus pais, em parte pela estabilidade da aposentadoria rural conquistada por eles.

Jardel, que tinha 27 anos na época da entrevista, apresenta uma trajetória familiar que entrelaça o trabalho nas olarias, a herança cultural do Norte e o desejo de mobilidade social por meio da educação. Seu pai, também oleiro, veio de Belém, após sua família migrar do Maranhão. Jardel destaca que, desde criança, auxiliava o pai na olaria, onde a família funcionava como uma unidade de produção, e todas as crianças participavam das diferentes etapas do trabalho. Esse modelo de organização refletia um modo de vida no qual o ofício era transmitido entre gerações, e o cotidiano infantil combinava trabalho e lazer. Jardel enfatiza o papel central de sua mãe no incentivo aos estudos, uma influência que ele abraçou e que o levou a se formar em Letras e a se tornar professor, rompendo com a tradição familiar ligada às olarias.

A transição de Jardel para o RUC Jatobá e Paixão de Cristo, após a chegada da hidrelétrica, marca uma transformação profunda em sua relação com o bairro e com os parentes, com os quais ele convivia de maneira próxima antes das mudanças impostas pela construção de Belo Monte. A mudança para o RUC foi bem aceita em termos de infraestrutura, pois a nova casa oferecia condições superiores às de antes, como esgoto e banheiro próprio. No entanto, a nova localização trouxe o afastamento da rede de parentes e amigos, uma perda simbólica para ele e seus familiares. Jardel descreve como, nos primeiros anos após a mudança, a dificuldade de adaptação ao novo bairro impactou suas interações sociais e a relação familiar, já que o contato com os parentes, com quem ele mantinha uma rotina próxima, se tornou menos frequente. A troca de um ambiente onde “só ouvíamos parentes” para um espaço com maior isolamento trouxe uma nova experiência de moradia que foi positiva em termos materiais, mas que perdeu as raízes da sociabilidade comunitária.

Pablo, natural de Altamira e com 41 anos na época da entrevista, apresenta uma trajetória marcada pela continuidade do trabalho em olarias, embora em um contexto um pouco diferente. Seus pais migraram para Altamira vindos de Goiás e do Piauí, durante o período de abertura de terras na Amazônia — um projeto incentivado pelo governo que trouxe inúmeras famílias de agricultores para a região. Seu pai também trabalhou como garimpeiro na Serra Pelada, evidenciando um contexto em que a mobilidade não era apenas uma estratégia para buscar melhores oportunidades, mas também uma necessidade diante das condições instáveis do trabalho autônomo e sazonal na região. Na olaria, Pablo seguiu os passos do pai e destaca o papel fundamental da mãe, que sempre o incentivou a estudar e buscar melhores oportunidades. Com oito irmãos, ele descreve uma família numerosa e interdependente, onde cada um seguiu diferentes trajetórias, incluindo profissões como ensino e enfermagem, refletindo as dinâmicas de mobilidade social e as aspirações crescentes dentro de sua família.

Em termos econômicos, Pablo relata que, embora sua família nunca tenha passado dificuldades graves, a renda era limitada e dependente do trabalho sazonal da olaria. O impacto da construção de Belo Monte foi sentido pela perda da rede social familiar. A mudança para o RUC Água Azul, uma das áreas reassentadas, trouxe a quebra de laços comunitários e familiares que antes se mantinham coesos. Ele menciona, inclusive, que perdeu o contato com uma tia que se mudou para o mesmo RUC, mas que, por causa das distâncias e da dificuldade de orientação, ele nunca conseguiu encontrar. A nova realidade de viver no RUC trouxe uma experiência de isolamento que antes não fazia parte de sua vida. Embora Pablo tenha conseguido se estabelecer na nova área, as mudanças reforçaram a sensação de perda de um ambiente familiar que lhe proporcionava segurança e apoio.

Em síntese, os relatos dos cinco trabalhadores das antigas olarias de Altamira refletem não apenas as realidades econômicas e sociais enfrentadas por suas famílias, mas também a intensidade das mudanças impostas pela construção de Belo Monte. Em todos os casos, as olarias não eram apenas um espaço de trabalho, mas uma extensão da família e da vida comunitária, onde a transmissão de saberes e práticas produtivas ocorria de forma intergeracional. As entrevistas evidenciam que as disposições para o trabalho desses oleiros foram moldadas por essa estrutura, na qual a divisão das tarefas se baseava mais na cooperação familiar do que em hierarquias rígidas. O aprendizado do ofício se dava de forma prática, desde a infância, e era incorporado como parte da identidade dos trabalhadores. O reassentamento, contudo, desestruturou essa lógica ao deslocar alguns para áreas onde as olarias não existiam mais, obrigando-os a buscar novas formas de sustento. Dos cinco entrevistados, apenas dois

estavam morando em reassentamentos no momento das entrevistas: Brás, no RUC Jatobá, e Pablo, no RUC Água Azul.

Diante dessa nova realidade, cada trabalhador respondeu de maneira distinta às transformações. Para alguns, o vínculo com o trabalho manual e com a materialidade da produção de tijolos dificultou a adaptação a empregos no setor de serviços ou em ocupações formais, que exigiam habilidades e rotinas muito diferentes das que haviam internalizado ao longo da vida. Outros buscaram a escolarização como alternativa para ingressar em novas áreas, mas enfrentaram dificuldades devido às lacunas educacionais acumuladas ao longo dos anos de trabalho precoce.

A perda do território produtivo significou também o rompimento de redes de sociabilidade fundamentais, tornando a inserção em novas atividades ainda mais difícil. O trabalho nas olarias estava ligado ao espaço onde se realizava: o contato com a argila, a relação com os clientes locais, a previsibilidade dos ciclos produtivos e o senso de autonomia que essa atividade proporcionava foram interrompidos. Muitos reassentados passaram a depender de empregos instáveis e mal remunerados, enfrentando um mercado de trabalho que não absorvia suas qualificações e que os relegava a posições precárias. Assim, as entrevistas revelam que a construção da hidrelétrica de Belo Monte não apenas extinguiu um modo de produção, mas desarticulou um sistema de valores e práticas laborais sobremaneira enraizados na experiência desses trabalhadores. O reassentamento não foi apenas uma mudança espacial, mas uma ruptura que afetou suas disposições para o trabalho, suas estratégias de sobrevivência e suas perspectivas de futuro.

As histórias desses trabalhadores evidenciam as mudanças e desafios que os antigos funcionários das olarias enfrentaram diante das transformações impostas pela construção de Belo Monte. A remoção das olarias não apenas desarticulou suas formas tradicionais de trabalho, mas também impôs a necessidade de adaptação a novas ocupações e condições laborais, muitas vezes marcadas pela precariedade e pela falta de estabilidade. Brás, por exemplo, conseguiu concluir o curso de Geografia na UFPA, mas, apesar da qualificação, trabalha como vigia em uma escola municipal e complementa sua renda com o aluguel de mesas para eventos, ilustrando como a busca por formação nem sempre garante a mobilidade esperada, já que a ausência de oportunidades adequadas obriga muitos atingidos a ocuparem postos de trabalho de menor prestígio e remuneração. Jardel, por sua vez, tornou-se professor após optar pela formação acadêmica, mas sua transição para o magistério exigiu um grande esforço de adaptação, dado o contraste entre a lógica do trabalho formal na educação e a organização familiar e comunitária das olarias. Já Pablo, que também concluiu um curso universitário,

enfrentou uma inserção no mercado de trabalho marcada pela instabilidade, alternando entre funções na construção civil e pequenos empreendimentos, o que evidencia as dificuldades enfrentadas por muitos trabalhadores deslocados, que, mesmo qualificados, não encontram oportunidades compatíveis com suas novas condições de vida.

Essas trajetórias sugerem que a reconfiguração forçada das dinâmicas de trabalho impactou não apenas os espaços físicos e as relações comunitárias, mas também as formas de inserção profissional dos antigos trabalhadores das olarias. A desarticulação desse modelo produtivo, no qual as relações familiares e comunitárias desempenhavam um papel central, impôs a necessidade de reconstrução profissional em um contexto muitas vezes marcado pela precarização e pela instabilidade. A adaptação a essa nova realidade não ocorreu de maneira uniforme, revelando, em muitos casos, a inadequação do reassentamento às condições socioeconômicas e laborais dos atingidos, tornando a busca por estabilidade um desafio constante.

Francisco de 28 anos, outro ex-trabalhador das olarias relata uma perspectiva bastante detalhada sobre o impacto das mudanças em seu cotidiano, que são tanto práticas quanto subjetivas. Filho de migrantes nordestinos, ele cresceu na olaria onde o pai trabalhava e, desde criança, o ajudava nas atividades diárias. Francisco descreve a olaria como um "mundo de infância", onde, além de aprender o ofício, desenvolveu uma profunda relação com o pai e os colegas de trabalho, o que refletia uma forte interdependência entre as gerações. Ele recorda com nostalgia essa fase de sua vida, onde a produção de tijolos e telhas não era apenas uma atividade econômica, mas também uma experiência de construção de identidade, associada ao pertencimento a um grupo.

Para Francisco, a construção da hidrelétrica de Belo Monte representou uma ruptura profunda em sua vida. Reassentado com sua família no RUC Água Azul, ele descreve uma experiência marcada por um distanciamento das raízes culturais e sociais que estavam ligadas ao trabalho na olaria. Esse deslocamento não apenas alterou sua rotina, mas também desestruturou a dinâmica comunitária que sustentava seu cotidiano. No ambiente anterior, Francisco e sua família viviam imersos em um estilo de vida que valorizava a colaboração mútua e a centralidade do trabalho manual, práticas que eram reproduzidas e reforçadas no dia a dia por meio das interações com vizinhos e parentes. Esse modo de vida estava ancorado em um conjunto de hábitos, valores e relações que conferiam sentido à existência coletiva, criando uma rede de apoio social imediata e constante. No novo bairro, porém, a dispersão das famílias e a distância física de amigos e parentes romperam essa estrutura, gerando um sentimento de isolamento e uma perda de referências que antes organizavam sua vida. A ausência desse

contexto colaborativo e do reconhecimento social associado ao trabalho manual deixou Francisco e outros reassentados em uma situação de desenraizamento, onde as disposições internalizadas ao longo de anos já não encontram um espaço de expressão ou validação. Essa mudança abrupta evidencia como as transformações impostas pelo reassentamento não apenas alteraram as condições materiais de vida, mas também afetaram de forma intensa as disposições sociais e culturais que orientavam suas práticas e relações.

Em termos de trajetória de trabalho, Francisco continua tentando se adaptar às novas exigências impostas pelo contexto pós-Belo Monte. Embora ele tenha encontrado oportunidades de trabalho fora da olaria, sente que as condições e os vínculos criados em seu antigo local de trabalho nunca foram recuperados. Esse deslocamento físico e simbólico tem impacto direto em sua identidade e na maneira como ele enxerga sua própria trajetória de vida e a de seus filhos, que agora não terão a oportunidade de vivenciar o ambiente das olarias como ele vivenciou. Francisco reflete sobre a importância desse aspecto da cultura e do trabalho para a formação de valores, como a solidariedade e o respeito pelos mais velhos, que ele teme que se percam nas novas gerações.

Pra mim, a vida antes da hidrelétrica era melhor, principalmente porque era mais fácil conseguir emprego. Depois que a gente foi reassentado, as coisas não melhoraram, pelo contrário, ficou mais difícil. Quando a gente soube que ia ter que mudar pro RUC Água Azul, foi um momento complicado. A gente queria ir e não queria, entende? Por um lado, a gente ia sair de um barraco de madeira pra uma casa de alvenaria, que era melhorzinha, né? Mas, por outro, a gente tinha muito apego ao lugar onde a gente cresceu, onde a gente brincava e vivia em comunidade. No começo, até que a gente gostou da mudança, mas com o tempo as coisas foram ficando mais difíceis. Nos primeiros anos no RUC, a gente não sentiu tanto as dificuldades porque recebemos uma indenização. Esse dinheiro ajudou a gente a se manter por uns dois ou três anos. Mas, quando acabou, aí sim a situação apertou. Ficou complicado arrumar emprego, e a gente sentiu falta daquela rede de apoio que a gente tinha antes, com os vizinhos e parentes por perto. Sobre a hidrelétrica, eu soube que ia ser construída ainda na escola. Lá falavam que ia ter uma usina, mas na época eu não fazia ideia do que isso ia significar pra gente. Fiquei preocupado, mas também não dava pra imaginar tudo que ia mudar. Hoje, olhando pra trás, vejo que a gente perdeu muito daquela vida que a gente tinha, daquele jeito de viver que a gente conhecia. (JAMES, 2024)

Ao compararmos a experiência de Francisco com as de Brás, Jardel e Pablo, percebe-se que a ruptura com o ambiente das olarias é um tema central para todos. Esse ambiente representava uma extensão da família e uma rede de apoio que se estendia além do núcleo familiar imediato, incorporando vizinhos, amigos e colegas de trabalho em uma comunidade de práticas e valores compartilhados. Embora o reassentamento tenha proporcionado melhorias na infraestrutura habitacional, como o acesso a saneamento básico e melhores condições de moradia, ele também trouxe uma desconexão do território e das relações que davam sentido à vida cotidiana desses trabalhadores.

Brás menciona o papel da disciplina imposta pelo pai e da importância do apoio familiar para superar os desafios econômicos, enquanto Jardel destaca o incentivo da mãe aos estudos, que o ajudou a romper com o ofício tradicional. Já Pablo fala sobre a interdependência entre os membros de sua família e como cada um seguiu caminhos diferentes, alguns deles buscando oportunidades em áreas fora das olarias. Para Francisco, porém, o trabalho na olaria era mais do que uma escolha econômica – era uma tradição familiar que ele desejava passar adiante e que foi interrompida de maneira abrupta pelo reassentamento.

Essas narrativas revelam como as políticas de desenvolvimento, embora voltadas para a modernização e melhoria das condições de vida material, podem ignorar aspectos fundamentais das relações sociais e culturais que sustentam as comunidades tradicionais. A interrupção do trabalho nas olarias e a separação dos laços comunitários trouxeram um tipo de perda que vai além das questões materiais, gerando uma sensação de desamparo e de perda identitária que ecoa em cada entrevista. Francisco, por exemplo, relata que, após o reassentamento, sentiu-se desconectado das raízes culturais e sociais que o ligavam ao trabalho na olaria, destacando como a dispersão das famílias e a distância de amigos e parentes romperam a rede de apoio que antes era imediata e constante. Essa ruptura não apenas afetou sua rotina, mas também minou seu senso de pertencimento, deixando-o em um estado de isolamento e incerteza. Da mesma forma, Brás, Jardel e Pablo, embora tenham buscado qualificação e novas oportunidades, expressam uma nostalgia pelo modo de vida anterior, onde o trabalho manual e a colaboração comunitária conferiam sentido e identidade às suas existências. A sensação de desamparo surge, portanto, não apenas da falta de emprego ou de recursos, mas da perda de um universo simbólico que organizava suas vidas e lhes dava um lugar no mundo. Essa perda identitária se manifesta na dificuldade de se reconhecerem em um novo contexto, onde as práticas e valores que antes os definiam já não encontram espaço ou reconhecimento.

Em resumo, os relatos de Brás, Jardel, Pablo e Francisco reforçam a importância da família, do trabalho comunitário e das tradições locais para a construção de identidades e para o fortalecimento de uma rede de apoio que os ajudava a enfrentar as dificuldades econômicas e sociais. A construção de Belo Monte e o reassentamento afetaram essas estruturas, evidenciando o contraste entre as visões de desenvolvimento das políticas públicas e as necessidades e valores locais. Embora cada entrevistado tenha encontrado diferentes formas de se adaptar, a mudança imposta pela hidrelétrica trouxe desafios que vão além do material, afetando sobretudo as relações interpessoais e o sentimento de pertencimento que o trabalho na olaria e a vida em comunidade proporcionavam.

A trajetória de Francisco e dos outros trabalhadores das olarias sugere que, para eles, o trabalho era mais do que uma atividade econômica – era um modo de vida, um espaço de aprendizagem e construção de vínculos que moldaram suas identidades e valores. A perda desse espaço e das conexões sociais atreladas a ele representa uma mudança estrutural que redefine as vidas dessas famílias e desafia sua capacidade de preservar e transmitir suas tradições e modos de vida para as próximas gerações.

A trajetória de Cláudio complementa a de outros trabalhadores das olarias entrevistados, refletindo a migração de sua família, originária de Belém, para a região de Altamira em busca de melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que enfrentavam as dificuldades socioeconômicas locais. As mudanças constantes de residência, como a transição da rua Agrário Cavalcante para a rua da Peixaria, eram motivadas pela busca de uma estabilidade que sempre parecia fugir do alcance da família. Essas mudanças não eram apenas físicas, mas também simbólicas, representando a luta contínua por um lugar onde pudessem se estabelecer e prosperar. No entanto, a separação precoce dos pais, ocorrida quando Cláudio ainda era bebê, marcou de maneira marcante sua infância e sua relação com a família. Ele vê esse evento como uma das maiores frustrações de sua vida familiar, não apenas pela ausência do pai, mas também pelo impacto emocional e material que essa ruptura causou. A separação deixou a mãe como única provedora, em um contexto já marcado por dificuldades econômicas, o que exigiu dela um esforço redobrado para sustentar os filhos. Para Cláudio, essa experiência gerou um sentimento de abandono e uma lacuna afetiva que ecoa até hoje, influenciando sua visão sobre família e trabalho. Apesar disso, ele seguiu adiante, iniciando sua vida profissional como oleiro, profissão que continua a exercer até hoje, mantendo viva uma tradição que, de certa forma, o conecta às suas raízes e ao esforço de sua família para superar as adversidades.

Meus pais não são daqui de Altamira, eles vieram de Belém. Eu nasci no 20 de Vitória do Xingu. Eles não tinham formação escolar, e a vida sempre foi difícil por aqui, então eles trabalhavam no que dava para sustentar a família. A relação com eles era boa, e minha mãe era quem cuidava de mim. Sou casado, e minha esposa é dona de casa. Tenho dois irmãos, uma irmã e um irmão, mas nenhum deles estudou muito, porque a vida aqui em Altamira sempre foi sofrida, tudo era difícil, né? A gente morava em casa própria, então não precisou mudar muito de residência, mas antes de vir para o RUC São Joaquim, a gente morou um tempo na rua Agrário Cavalcante e depois na rua da Peixaria, onde eu morei desde os sete ou oito anos. A situação econômica da família era um pouco apertada, mas a gente ia se virando como podia. Hoje, acho que minha condição socioeconômica melhorou um pouco em comparação com a dos meus pais. Uma das maiores decepções que tive foi com meu pai, que se separou da minha mãe quando eu ainda era bebê e foi viver com outras pessoas. Antes da hidrelétrica, a gente morava na rua da Peixaria, e eu trabalhava na olaria. Era uma vida tranquila, não ganhava muito, mas dava para viver. Quando soube da construção da hidrelétrica, as pessoas falavam que ia acontecer, mas eu não acreditava muito. O processo de mudança para o RUC foi complicado. A casa que a gente ganhou era melhor, mas a cidade ficou ruim de emprego, e no início tinha problemas com o transporte. Apesar

disso, a gente foi se adaptando, mas a vida nunca mais foi como antes (CLÁUDIO, 2024)

Antes da instalação da hidrelétrica, a vida de Cláudio era estável, embora simples, com uma renda limitada, mas suficiente para o sustento da família. Ele trabalhava na olaria, uma atividade que, apesar de não gerar grandes lucros, garantia uma rotina previsível e uma fonte de renda constante, além de estar ligada às suas raízes culturais e comunitárias. Essa estabilidade, no entanto, foi interrompida com a construção da usina, que desarticulou não apenas o trabalho nas olarias, mas também a dinâmica social e econômica da região. A mudança para o RUC São Joaquim trouxe algumas melhorias materiais, como a troca de um barraco de madeira por uma casa de alvenaria, o que representou um avanço nas condições de moradia. No entanto, essa transição também impôs novos desafios, em especial no que diz respeito ao acesso a empregos e ao transporte, que se tornaram mais difíceis nos primeiros anos após a mudança. Cláudio relata que, apesar da melhoria na moradia, a vida no RUC se tornou mais complicada, com a escassez de oportunidades de trabalho e a necessidade de se adaptar a um novo contexto que não oferecia as mesmas redes de apoio e sustento que ele tinha antes.

Esse cenário explica o ceticismo de Cláudio em relação à construção da hidrelétrica. Ele menciona que, desde o início, desconfiava das promessas de desenvolvimento feitas pelas autoridades, pois percebia um descompasso entre o discurso oficial e a realidade vivida pela comunidade local. Enquanto o projeto era anunciado como uma iniciativa que traria progresso e melhoria de vida, Cláudio e outros moradores experimentaram o oposto: a perda de suas fontes de renda tradicionais, o afastamento de suas redes sociais e a dificuldade de se inserir em um mercado de trabalho cada vez mais precário. Esse ceticismo reflete não apenas uma desilusão com as promessas não cumpridas, mas também uma crítica ao modelo de desenvolvimento que prioriza grandes obras em detrimento das necessidades e realidades das comunidades afetadas. Para Cláudio, a hidrelétrica representou mais uma ruptura do que um avanço, evidenciando como as transformações impostas pelo projeto não levaram em consideração os modos de vida e as expectativas daqueles que dependiam da olaria e de outras atividades tradicionais para sobreviver.

Em comparação com a geração anterior, representada por seus pais e avós, Cláudio observa uma leve melhora nas condições socioeconômicas, embora ainda enfrente desafios significativos. A geração anterior, que inclui sua mãe, por exemplo, enfrentou condições ainda mais precárias, trabalhando em atividades como a roça, a quebra de castanha no Alto Rio Iriri, a lavagem de roupas e o trabalho como cozinheira em restaurantes. Essas ocupações, muitas vezes informais e desgastantes, refletiam um contexto de extrema dificuldade econômica e

poucas oportunidades de ascensão social. Cláudio reconhece que, apesar de sua própria vida ainda ser marcada por desafios como a falta de emprego estável e a instabilidade financeira, ele teve acesso a algumas oportunidades que seus pais não tiveram, como a possibilidade de trabalhar com carteira assinada por alguns anos e a melhoria nas condições de moradia após o reassentamento no RUC São Joaquim. No entanto, essa melhoria relativa não foi suficiente para superar as limitações impostas pelo novo contexto urbano pós-hidrelétrica, que se mostrou despreparado para absorver as transformações sociais e econômicas decorrentes do empreendimento. A resistência e a adaptação de Cláudio a essas mudanças ressaltam a persistência de um cenário onde as promessas de desenvolvimento continuam a se mostrar insatisfatórias para muitos moradores. Enquanto a geração anterior lutava pela sobrevivência em um contexto de quase total ausência de infraestrutura e oportunidades, Cláudio e sua geração enfrentam um novo tipo de desafio: a falta de empregos compatíveis com suas habilidades, a precarização do trabalho e a perda das redes de apoio comunitário que antes sustentavam suas vidas. Assim, embora haja uma evolução em relação às condições vividas pela geração anterior, os avanços são limitados e não correspondem às expectativas criadas em torno do desenvolvimento prometido pela hidrelétrica.

4. 3 EDUCAÇÃO E LAZER: TRANSFORMAÇÕES NO COTIDIANO E PERSPECTIVAS PÓS-BELO MONTE

A trajetória escolar e as práticas de lazer dos cinco trabalhadores entrevistados revelam histórias de desafios, adaptações e superação em um contexto marcado pelas transformações econômicas e sociais impostas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEM). Esses relatos oferecem um panorama das relações entre trabalho, em que experiências de educação evidenciam como essas dimensões foram moldadas tanto por condições estruturais — como a necessidade de trabalhar desde cedo — quanto por aspectos subjetivos, como o incentivo familiar e os laços comunitários.

A escolaridade dos trabalhadores apresenta variações significativas, refletindo as desigualdades de acesso à educação e as diferentes possibilidades de avanço educacional. Brás de Lima, por exemplo, é um caso emblemático. Ele interrompeu os estudos na adolescência devido às dificuldades em conciliar um trabalho pesado com a escola, mas, anos depois, conseguiu concluir o ensino superior em Geografia. Sua trajetória educacional foi marcada por expectativas, sonhos e frustrações. Na adolescência, Brás teve que priorizar o trabalho para ajudar no sustento da família, o que o afastou dos estudos. No entanto, o incentivo de sua mãe,

que sempre associou a falta de estudo ao trabalho braçal e à falta de oportunidades, plantou nele a semente da importância da educação. Esse discurso materno ecoou em sua vida adulta, sobretudo quando sua filha mais velha, ainda criança, questionou como ele poderia ajudá-la com os estudos no futuro se ele mesmo não tivesse concluído sua formação. Esse momento foi decisivo para que Brás retomasse os estudos, motivado não apenas pelo desejo de melhorar suas próprias condições de vida, mas também pelo compromisso de oferecer um exemplo e um apoio concreto à filha.

Eu tenho nível superior, mas minha trajetória nos estudos não foi fácil. Parei de estudar pela primeira vez quando tinha 15 anos, mas não foi para trabalhar. Na verdade, eu já trabalhava e decidi estudar à noite para conciliar as duas coisas. Só que não dava conta, porque o trabalho era pesado. Eu saía do supermercado Alvorada às 7 e meia da noite e ia direto para a escola Metodista, que não era EJA, era uma série normal, como se fosse de dia. Antes disso, eu estudei na escola Dom Clemente e depois fui para a Polivalente, com uns 13 anos. Quando saí do Metodista, fui para a escola Daice Pedrosa Torres. Minha relação com a escola sempre foi muito boa, tanto com os professores quanto com os colegas. Tenho boas lembranças, apesar das dificuldades.

Minha mãe foi quem sempre me incentivou a estudar. Ela dizia: "Seu pai não estudou, eu não estudei, e a gente trabalha só no braçal. Se você não estudar, vai seguir o mesmo rumo". Esse conselho ficou na minha cabeça desde criança. Quando fui para o exército, ainda não tinha terminado o ensino médio, e minha volta aos estudos foi motivada pela família, principalmente pela minha filha mais velha. Um dia, ela me perguntou: "Pai, o senhor me ajuda com os trabalhos de casa agora, mas quando eu chegar na sua série, como vai me ensinar?" Aquilo me marcou. Percebi que, se eu não voltasse a estudar, não conseguiria ajudar ela no futuro. Foi isso que me fez retornar à sala de aula [...] A escola sempre ficou longe de casa, e eu usava transporte público para chegar lá. Sempre tive o desejo de ter um diploma universitário, mas nunca tinha tempo para isso. Trabalhei na olaria e no exército, onde era difícil conciliar trabalho e estudo. Só quando fui trabalhar como vigilante na prefeitura é que consegui voltar a estudar e concluir minha formação. A escola e a universidade contribuíram muito para melhorar minhas condições de vida, principalmente porque me permitiram conseguir empregos melhores, como o de vigilante. Na olaria e no exército, não tinha tempo para pensar em estudar, mas, graças ao incentivo da minha família e à minha persistência, consegui mudar minha trajetória (BRÁS, 2023)

Para Brás, a educação representou uma possibilidade de mobilidade social, ainda que limitada. Ele reconhece que a conclusão do ensino superior melhorou suas condições de vida, permitindo-lhe trabalhar como vigilante e complementar a renda com outras atividades. No entanto, também evidencia que a formação acadêmica nem sempre se traduz em oportunidades compatíveis com as expectativas criadas. Apesar de ter conquistado um diploma, Brás ainda enfrenta desafios relacionados à precariedade do mercado de trabalho e à falta de empregos que valorizem sua qualificação. Sua história revela, portanto, uma dualidade: por um lado, a educação foi uma ferramenta de transformação e ascensão social, permitindo que ele superasse

as limitações impostas pelo trabalho braçal e pela falta de oportunidades na juventude; por outro, ela também expõe as barreiras estruturais que impedem que a formação escolar se traduza em uma melhoria significativa e ampla nas condições de vida. Para Brás, a educação foi tanto um caminho de esperança quanto um espelho das desigualdades que persistem, mesmo para aqueles que conseguem romper o ciclo da baixa escolaridade.

Jardel, formado em Letras (Inglês), também evidenciou o impacto do apoio familiar em sua trajetória educacional. Embora não tivesse muito entusiasmo pelos estudos, ele reconhece que o papel de sua mãe foi fundamental para mantê-lo focado e motivado. Ela sempre o incentivou a estudar, mesmo sem imaginar que ele seguiria a carreira de professor. Esse apoio foi crucial, diante dos desafios que enfrentou após a mudança para o RUC Jatobá. A distância entre sua casa e a escola, somada às dificuldades de transporte, tornou seu percurso educacional mais árduo. Jardel relata que, na época, trabalhava de madrugada e precisava pegar o ônibus no meio-dia para ir até a Escola Polivalente, já que o RUC Jatobá ainda não tinha ensino médio. Apesar dessas barreiras, ele conseguiu se formar e, de forma inesperada, descobriu na docência uma profissão que acabou se tornando sua vocação.

Eu tenho nível superior, mas minha relação com os estudos sempre foi um pouco ambígua. Sempre tive facilidade para estudar, mas não vou dizer que gostava muito. Mesmo assim, minha experiência na escola foi muito boa, e tenho boas lembranças, tanto dos professores quanto dos colegas. Minha mãe foi quem mais me incentivou a estudar. Ela sempre me apoiava e ajudava com as tarefas, e isso fez toda a diferença. Apesar disso, eu não tinha o hábito de ler muito, só comecei a ler mais por causa do curso de Letras que fiz. Fora da escola, não participei de nenhuma atividade formativa, como religiosa ou profissionalizante [...] A escola e a universidade contribuíram muito para melhorar minhas condições de vida, principalmente porque me permitiram conquistar um emprego melhor. Minha trajetória no mundo do trabalho está diretamente ligada à minha formação escolar. Vou te falar, foi muito por influência da minha mãe, porque ela nunca pensou que eu viraria professor, sabe? Mas, no fim das contas, acabei gostando do curso e segui essa carreira. Foi uma consequência natural dos estudos, e acabei me tornando professor [...] Quando eu era mais novo, a escola ficava perto de casa. Estudei no Mário Santana, que era ali pertinho. Mas, quando nos mudamos para o RUC Jatobá, a coisa complicou. Eu trabalhava de madrugada e tinha que pegar o ônibus no meio-dia para ir até a Escola Polivalente, porque naquela época ainda não tinha ensino médio no RUC Jatobá. Era cansativo, mas eu fazia o que tinha que fazer para continuar estudando. Hoje, olhando para trás, vejo que o diploma universitário foi uma conquista importante, mas também foi algo que aconteceu naturalmente, como uma consequência da dedicação aos estudos. (JARDEL, 2024)

A trajetória de Jardel ilustra como o apoio familiar pode ser decisivo para superar obstáculos e alcançar objetivos educacionais. Embora ele não tenha planejado seguir a carreira de professor, sua formação em Letras e a atuação na educação surgiram como uma consequência natural de sua dedicação aos estudos, impulsionada pelo incentivo materno. Para Jardel, a educação representou não apenas uma forma de ascensão social, mas também uma oportunidade de descobrir um caminho profissional que ele não havia imaginado. Sua história

ressalta a importância do ambiente familiar como um fator de motivação e apoio, em especial nos contextos de dificuldades estruturais, como a falta de infraestrutura e a distância das escolas. Apesar dos desafios, Jardel conseguiu transformar sua trajetória, mostrando que, mesmo em condições adversas, o apoio familiar e a persistência podem abrir portas para novas possibilidades.

Francisco James, irmão de Jardel, apresenta uma relação mais pragmática com a educação, marcada por uma visão instrumental do conhecimento formal. Embora admita não gostar de estudar, ele hoje cursa Análise e Desenvolvimento de Sistemas, movido pelo objetivo claro de melhorar sua qualidade de vida e abandonar o trabalho braçal, que ainda é sua principal fonte de sustento. Sua trajetória reflete uma busca por transformação social e econômica por meio da educação, ainda que essa busca não tenha sido motivada por um apreço intrínseco pelo aprendizado ou pela formação intelectual. Para Francisco, a educação não é um fim em si mesma, mas um meio para alcançar melhores condições de vida e escapar de um ciclo de trabalho precarizado e desgastante.

Essa relação pragmática com a educação pode ser entendida a partir de um contexto em que as oportunidades de mobilidade social são limitadas e o acesso a empregos mais valorizados depende, cada vez mais, de qualificação formal. Francisco, assim como outros entrevistados, parece perceber a educação como um capital que pode ser convertido em melhores oportunidades no mercado de trabalho, mesmo que essa percepção não seja acompanhada por um interesse genuíno pelos estudos. Essa visão utilitária do conhecimento reflete uma adaptação às exigências de um mundo do trabalho em transformação, onde a formação escolar e profissional se tornam requisitos quase indispensáveis para a sobrevivência em um cenário de crescente competitividade e precarização.

No entanto, não foi possível coletar dados suficientes para afirmar com precisão quais foram os motivos que levaram Francisco e outros entrevistados a buscar o ensino superior, nem se houve algum tipo de incentivo estatal ou político que facilitou esse acesso. Algumas hipóteses podem ser levantadas com base nas entrevistas: é possível que a expansão do acesso ao ensino superior, por meio de políticas públicas de inclusão educacional, tenha desempenhado um papel importante. Além disso, a influência familiar, como no caso de Brás e Jardel, pode ter sido um fator motivador, mesmo que de forma indireta. Outra possibilidade é que a própria transformação do mercado de trabalho, em Altamira, no contexto pós-construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e do desaparecimento das antigas olarias, que eram uma importante fonte de emprego para muitos trabalhadores locais. Essas mudanças no mercado de trabalho regional criaram um cenário de incertezas e desafios, que influenciaram a decisão desses

indivíduos de investir na educação formal como uma estratégia para garantir melhores oportunidades.

Com a conclusão das obras de Belo Monte, muitos empregos temporários relacionados à construção da usina desapareceram, deixando um vácuo no mercado de trabalho local. Além disso, as olarias, que antes empregavam um número significativo de trabalhadores, também deixaram de existir, eliminando uma fonte tradicional de sustento para muitas famílias. Esse contexto de desindustrialização e precarização do trabalho pode ter levado os entrevistados a enxergar a educação superior como uma alternativa viável para escapar do trabalho braçal e das condições laborais desfavoráveis. Independente dos motivos, a trajetória de Francisco James e dos demais entrevistados, ilustra como a educação pode ser vista como uma estratégia de sobrevivência e ascensão, mesmo quando não há uma valorização cultural ou afetiva do processo de aprendizado.

A trajetória educacional de Pablo reflete um percurso marcado por interrupções e desafios, comuns a muitos indivíduos que precisam conciliar estudos e trabalho em contextos de escassez de recursos e pressões econômicas. Desde cedo, Pablo teve que equilibrar a frequência escolar com a necessidade de contribuir para o sustento da família, o que o levou a interromper os estudos por um tempo. Essa dinâmica de idas e vindas na educação formal é típica de quem está inserido em um ambiente onde o capital econômico é limitado, e a prioridade imediata é a sobrevivência, em detrimento de investimentos de longo prazo, como a formação escolar.

Eu estudei até o ensino médio, concluí em 2002. Gostava de estudar e era um bom aluno, mas tive que parar por um tempo para trabalhar e ajudar no sustento da família. Minha relação com a escola era boa, tanto com os professores quanto com os colegas, e tenho boas lembranças desse período. Meus pais sempre me incentivaram a estudar e me ajudavam com as tarefas, o que foi muito importante para mim. Apesar disso, nunca fui de ler muito, não tinha esse hábito. Também participei de algumas atividades formativas fora da escola, mas a maioria das pessoas com quem eu convivia acabou saindo de Altamira, o que dificultou manter esses vínculos [...] A escola e a universidade não contribuíram muito para melhorar minhas condições de vida, pelo menos não de forma direta. Minha trajetória no mundo do trabalho foi marcada por idas e vindas. Depois que terminei o ensino médio, fiz um curso técnico em mineração, mas parei por um tempo e voltei a trabalhar na olaria. Depois, trabalhei como mototaxista e como vigilante. As escolas que frequentei ficavam perto de casa, então não tinha dificuldade com transporte. Sempre tive o sonho de ter um diploma universitário, e hoje consegui realizar esse objetivo. Fiz faculdade e tenho nível superior, o que é uma conquista importante para mim, mesmo que ainda esteja buscando oportunidades melhores no mercado de trabalho (PABLO, 2024)

Para Pablo, a educação representou uma possibilidade de transformação, mesmo diante das dificuldades concretas que enfrentava. Esse entendimento foi moldado pelo apoio de seus pais, que, ao incentivá-lo a estudar e ajudá-lo com as tarefas escolares, transmitiram valores e práticas que orientaram sua trajetória. A valorização da educação como meio de ascensão

social, presente no ambiente familiar, funcionou como um suporte simbólico e prático, permitindo que Pablo persistisse nos estudos e concluísse sua graduação superior. Embora seus pais não tivessem tido acesso a oportunidades semelhantes, o incentivo que ofereceram reflete uma herança cultural que ultrapassa gerações, revelando como as escolhas e as visões de mundo são influenciadas por um conjunto de experiências e saberes compartilhados. Esse processo revela a importância do contexto familiar na formação de perspectivas e na construção de caminhos que desafiam as limitações impostas pelas condições sociais.

A conclusão do ensino superior por Pablo representa uma conquista significativa em sua trajetória, um diferencial que ele valoriza e que pode ser visto como uma forma de acumulação de capital cultural e simbólico. No entanto, essa conquista não eliminou os desafios que ele enfrenta no mercado de trabalho, onde a precariedade e a falta de oportunidades compatíveis com sua formação ainda persistem. Isso revela uma tensão entre a aquisição de credenciais educacionais e a efetiva conversão dessas credenciais em melhores condições de vida, uma contradição que está presente em muitos contextos de transformação social e econômica.

A trajetória de Pablo ilustra, portanto, como a educação pode ser tanto uma ferramenta de mobilidade social quanto um espelho das desigualdades estruturais que limitam o acesso a oportunidades mais amplas. O apoio familiar foi essencial para que ele superasse as barreiras imediatas e concluísse sua formação, mas sua experiência também evidencia que a educação, por si só, não é suficiente para garantir uma transformação profunda nas condições de vida, sobretudo em um contexto onde as estruturas sociais e econômicas continuam a reproduzir desigualdades.

Já Cláudio, com apenas a 2ª série do ensino fundamental concluída, apresenta a maior interrupção escolar entre os entrevistados. A necessidade de sustentar a família após a separação dos pais o afastou da escola muito cedo, mesmo que gostasse de estudar. Hoje, ele não nutre planos de retomar os estudos, aceitando as limitações impostas por sua realidade econômica e social.

Minha mãe me matriculou na escola depois que se separou do meu pai. Ela sempre tentou nos incentivar a estudar, mas, como ela era muito fraca financeiramente, a gente acabou tendo que sair da escola para ir trabalhar e ajudar em casa. Eu gostava de estudar e tinha uma boa relação com a escola, com os professores e colegas. Tenho lembranças positivas daquela época, mas, infelizmente, não pude continuar. Minha mãe fazia o que podia para nos ajudar com as tarefas, mas a situação era difícil, e a gente acabou tendo quase nenhuma escolaridade. Nunca tive o hábito de ler livros, jornais ou qualquer coisa do tipo, e também não participei de atividades formativas fora da escola, como cursos religiosos ou profissionalizantes [...] A escola não contribuiu muito para melhorar minhas condições de vida, porque eu tive que sair da escola muito cedo para trabalhar. Minha trajetória no mundo do trabalho está pouco relacionada à formação escolar, já que não tive a oportunidade de estudar por muito tempo. As escolas que frequentei ficavam um pouco longe de casa, mas a distância não era o maior problema; o que pesou mesmo foi a necessidade de trabalhar para

ajudar minha mãe [...] A vida seguiu um caminho diferente, e eu me acostumei a viver com as oportunidades que apareceram, mesmo que limitadas (CLÁUDIO, 2024)

O lazer, tanto na infância quanto na vida adulta, desponta como um componente essencial na construção de identidades e na formação de laços sociais desses trabalhadores. As práticas recreativas na infância, conectadas ao ambiente natural amazônico, marcaram de forma significativa suas memórias e identidades culturais. Brás, por exemplo, recorda com afeto as brincadeiras ao ar livre, como correr com os meninos da rua e se divertir no igarapé próximo à olaria, atividades que refletiam uma relação íntima com o espaço natural e comunitário da região. Essas vivências não apenas moldaram sua infância, mas também influenciaram suas disposições sociais, reforçando valores como a coletividade e a conexão com o ambiente local. Na vida adulta, Brás continua a valorizar o lazer, seja jogando futebol ou frequentando balneários próximos à cidade, como uma forma de aliviar as pressões diárias do trabalho e manter o equilíbrio emocional. Essas práticas recreativas, tanto na infância quanto na fase adulta, revelam como o lazer atua como um mecanismo de resistência e adaptação, permitindo que ele e outros trabalhadores enfrentem as adversidades do cotidiano enquanto preservam vínculos com suas raízes culturais e comunitárias. Assim, o lazer não é apenas uma forma de distração, mas um elemento central na constituição de suas identidades e na manutenção de suas redes sociais.

Na minha infância, eu brincava bastante com os meninos da rua perto de casa e também no igarapé que ficava perto da olaria. Era uma época em que a gente aproveitava os fins de semana, as férias e até os dias comuns para se divertir. Hoje, quando não estou trabalhando, gosto de jogar bola. É uma forma de relaxar e me distrair. Na infância, eu me encontrava com os amigos quase todos os dias, mas hoje em dia é muito raro encontrar os amigos daquela época. Quando posso, costumo ir para os balneários próximos da cidade, que são bons lugares para descansar e passar um tempo com a família [...] Pratico esportes, principalmente futebol, sempre que tenho tempo. Acho que o lazer é importante para distrair a mente e recarregar as energias. Ele não atrapalha o rendimento no trabalho; pelo contrário, ajuda a manter o equilíbrio e a disposição para enfrentar os desafios do dia a dia (BRÁS, 2023)

Jardel compartilha lembranças marcantes de sua infância, destacando os momentos de brincadeiras ao ar livre, como jogar bola em um campinho à beira do igarapé e participar de pega-pega com os amigos. Essas atividades, conectadas ao ambiente natural e comunitário da Amazônia, não apenas proporcionavam diversão, mas também fortaleceram suas conexões sociais e sua identidade cultural. O futebol comunitário e as brincadeiras no igarapé Ambé eram espaços de convivência e construção de laços, onde as crianças aprendiam a cooperar e a compartilhar experiências. Na vida adulta, no entanto, as pressões diárias do trabalho e as transformações sociais, como o deslocamento causado pela construção da hidrelétrica de Belo

Monte, reduziram sua interação com essas práticas. Ainda assim, Jardel continua a buscar no lazer, em especial no futebol, uma forma de amenizar as tensões do cotidiano e manter um equilíbrio emocional. Essa relação com o lazer revela como as disposições sociais de Jardel foram moldadas por uma infância marcada pela liberdade e pela convivência comunitária, valores que ele tenta preservar mesmo diante das mudanças e adversidades da vida adulta. Assim, o lazer não é apenas uma forma de distração, mas um elemento que conecta suas memórias afetivas à sua identidade e ao seu modo de enfrentar os desafios do presente.

Na minha infância, eu brincava bastante, principalmente nos fins de semana e nas férias. A gente costumava jogar bola em um campinho que ficava bem na beira do igarapé, e também gostava de brincar de pega-pega. Era uma época em que a gente aproveitava ao máximo o tempo livre, sempre cercado pela natureza e pelos amigos. Hoje, quando não estou trabalhando, gosto de me encontrar com amigos, mas a maioria já não está mais por perto. Só mantenho contato com um deles; o outro, infelizmente, foi preso semana passada. Ainda assim, procuro manter o hábito de jogar bola, que é uma forma de relaxar e me distrair. Acho que o lazer é importante, não atrapalha o rendimento no trabalho; pelo contrário, ajuda a manter a mente equilibrada e o corpo ativo (PABLO, 2024)

Pablo associa o lazer infantil às brincadeiras típicas da região, como o futebol e os banhos no rio, e hoje busca momentos de descontração ouvindo música e assistindo a partidas de futebol. Ele valoriza o lazer não apenas como diversão, mas como uma estratégia para manter o equilíbrio físico e emocional. Já Cláudio relembra as poucas oportunidades de lazer na infância, como os banhos em igarapés, que se tornaram ainda mais escassos na vida adulta, refletindo os impactos do trabalho pesado e das condições econômicas.

A construção de Belo Monte exemplifica como grandes projetos podem impactar de forma negativa o tecido social de comunidades tradicionais. A cidade de Altamira, descrita por Neto e Mendes (2022) como um espaço de encontros e debates coletivos, foi reconfigurada por intervenções que priorizaram uma estética urbana padronizada em detrimento das práticas culturais locais. As novas praças e espaços "planejados" para o lazer não apenas desconsideram as tradições comunitárias, mas também enfraquecem o sentido de cidade enquanto espaço integrador, ampliando desigualdades e isolando ainda mais as populações atingidas.

Nesse contexto, a realidade do lazer nas comunidades afetadas pela construção de Belo Monte, como discutido por Neto e Mendes (2022), vai além das práticas sociais e culturais vividas pelos trabalhadores. O lazer, enquanto expressão histórica, é entendido como um "não fazer nada", associado à ideia de inatividade e inadequação ao mundo do trabalho. Esse conceito, sobremaneira enraizado na história social, desqualifica o ócio e o marginaliza como algo profano. No Brasil, esse estigma tem raízes no governo de Getúlio Vargas, período em que a "vadiagem" era criminalizada e punida com reclusão, consolidando o trabalho como um dever

moral e social. Nesse contexto, o lazer entre as classes populares foi estigmatizado como uma forma de desvio, transformando-se em um privilégio reservado às elites. Além disso, o lazer passou a ser visto como uma prática subordinada ao trabalho, sempre condicionada às demandas de produtividade e eficiência. Essa visão reforçou a ideia de que o descanso e o ócio só são legítimos quando justificados pelo cumprimento prévio das obrigações laborais, perpetuando uma lógica que marginaliza o direito ao lazer como parte essencial da vida humana.

A análise de Neto e Mendes (2022) destaca como a lógica histórica de subordinação do lazer ao trabalho e à produtividade contribui para sua desvalorização, sobretudo em comunidades tradicionais, onde o lazer está ligado às práticas culturais e ao modo de vida local. Grandes empreendimentos, como a hidrelétrica de Belo Monte, intensificam essa dinâmica ao impor transformações radicais no cotidiano das comunidades, muitas vezes transformando o lazer em uma prática instrumentalizada e desconectada das realidades locais. No caso de Altamira, as intervenções urbanas decorrentes do empreendimento priorizaram uma estética padronizada, focada em infraestruturas que atendem a uma visão de modernidade alheia às tradições e necessidades da população local. Práticas culturais enraizadas, como as brincadeiras comunitárias à beira dos igarapés, os encontros informais em espaços públicos e as atividades recreativas ligadas ao ambiente natural, foram ignoradas ou marginalizadas nesse processo. Essa desconexão entre as políticas de desenvolvimento e as práticas culturais locais contribuiu para a alienação das populações atingidas, que se viram distanciadas de suas raízes e de seus modos tradicionais de convivência e lazer. Assim, o lazer, que antes era um espaço de fortalecimento de identidades e laços sociais, passou a ser visto como um luxo ou uma atividade secundária, reforçando a desvalorização de práticas que são essenciais para a manutenção da cultura e do bem-estar comunitário.

Antes da construção da hidrelétrica de Belo Monte, Altamira contava com espaços públicos que eram verdadeiros ambientes de encontro e interação, como o Rio Xingu e os igarapés da região. O Rio Xingu era um ponto central de convivência, onde pescadores, moradores e visitantes se reuniam para pescar, nadar ou contemplar a paisagem, em uma relação íntima com o ambiente natural. Já os igarapés, como o Igarapé Altamira, eram locais de brincadeiras infantis e encontros informais, onde a comunidade se reconhecia e fortalecia seus laços sociais. Esses espaços, integrados ao cotidiano das pessoas, eram essenciais para a manutenção das práticas culturais e da identidade local. No entanto, com as intervenções urbanas decorrentes da construção de Belo Monte, muitos desses espaços foram descaracterizados ou substituídos por projetos padronizados, que não dialogam com as necessidades e tradições da população. Conforme apontam Neto e Mendes (2022), essas

mudanças, baseadas em planilhas e relatórios burocráticos, ignoraram a importância do lazer enquanto fenômeno social e cultural, transformando-o em mais uma ferramenta de exclusão social e agravando as consequências do empreendimento. Ao priorizar uma estética de modernidade distante da realidade local, as intervenções acabaram por alienar as populações atingidas, distanciando-as de suas raízes e de seus modos tradicionais de convivência e lazer.

Em paralelo, as histórias dos trabalhadores das olarias e os impactos de Belo Monte ilustram a resistência e a criatividade dessas comunidades em preservar elementos fundamentais de suas identidades. Apesar das pressões impostas pelas transformações socioeconômicas, o lazer emerge como um espaço de afirmação cultural, enquanto a educação é vista como uma ferramenta para romper ciclos de precariedade e abrir novas possibilidades de futuro. Essas trajetórias refletem as complexas interações entre estrutura e agência, revelando como esses trabalhadores buscam se adaptar às mudanças sem perder os vínculos com suas raízes culturais e comunitárias.

Essa lógica histórica de subordinação do lazer ao trabalho também se manifesta de forma evidente em grandes projetos de desenvolvimento, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Nesse sentido, a análise de Neto e Mendes (2022) aponta que o lazer, nas intervenções realizadas pelo Estado e pelas empresas responsáveis, foi tratado como uma mera formalidade. Os projetos de lazer, muitas vezes implementados de forma burocrática e descontextualizada, desconsideraram as práticas culturais locais e a realidade das comunidades afetadas. No caso de Belo Monte, o lazer foi reduzido a uma série de projetos técnicos — como a recomposição de praias e o desenvolvimento de parques — que priorizam uma estética urbana idealizada, sem levar em conta os significados sociais e culturais profundos do lazer para as populações locais.

Assim, essas intervenções, embora apresentadas como benefícios para as comunidades de Altamira, não apenas desconfiguraram o real significado do lazer como fenômeno social, mas também contribuíram para a destruição da cidade enquanto espaço de encontros, celebrações e debates coletivos. Em vez de promover a integração comunitária, essas medidas reforçaram desigualdades sociais e enfraqueceram o tecido social, transformando o lazer em mais uma ferramenta de exclusão e controle, em consonância com a lógica de desenvolvimento imposto pelo projeto de Belo Monte.

Por fim, as trajetórias escolares e as práticas de lazer desses trabalhadores das antigas olarias de Altamira refletem os desafios enfrentados por comunidades tradicionais em um contexto de profundas transformações socioeconômicas. A educação, muitas vezes interrompida pela necessidade de trabalho, foi marcada por desigualdades de acesso e oportunidades, mas também pelo papel essencial das famílias como incentivadoras e pelo

potencial de mudança que a escolaridade oferece. Por outro lado, o lazer emerge como um espaço de resistência e conexão com o meio ambiente e as redes sociais, mantendo vivas as tradições culturais e comunitárias mesmo diante das pressões do desenvolvimento. Essas histórias revelam a capacidade desses trabalhadores de se adaptar a novas realidades sem abrir mão de elementos fundamentais de suas identidades. Em um cenário marcado pela construção de Belo Monte e suas consequências, esses relatos trazem à tona a capacidade de superação e a criatividade dessas comunidades ao enfrentar os desafios impostos por um mundo em transformação.

4.4 RELIGIÃO E POLÍTICA: VALORES CULTURAIS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS TENSÕES DO PROGRESSO

As trajetórias religiosas e políticas desses trabalhadores variam em intensidade e significado, mas compartilham um fio condutor: a relação com tradições familiares e a moralidade como elemento estruturante de suas vidas. A religião surge, em muitos casos, como um legado familiar, moldando valores e orientando escolhas. Brás, por exemplo, descreve uma juventude marcada pela intensa participação na Igreja Católica, envolvido em atividades como catequese e grupos de jovens. Essa experiência ajudou a moldar sua conduta moral, orientando-o a evitar "caminhos obscuros", como ele define, referindo-se a situações de risco que poderiam comprometer seu futuro. Em contraste, Francisco James relata que sua relação com a religião foi imposta na infância, resultando em um afastamento completo na vida adulta. Essas diferentes experiências revelam como a religião pode atuar como um mecanismo de orientação e resistência, mas também como pode ser rejeitada quando associada a imposições. Neste item, abordarei as trajetórias religiosas e políticas dos entrevistados, analisando como essas dimensões se entrelaçam e influenciam suas práticas cotidianas, sob uma perspectiva que considera as estruturas sociais e as disposições internalizadas que orientam suas ações e visões de mundo.

Já Jardel e Pablo sugerem vínculos religiosos mais moderados, influenciados pelos pais, mas sem a mesma intensidade de engajamento institucional que Brás descreve. Jardel, por exemplo, considera a religião como um guia moral em sua vida, mas admite que não frequenta igrejas ou participa de atividades religiosas com regularidade. Ele diz: "A minha vida pessoal não é um guia moral pra gente saber o que a gente tem que fazer ou não. É isso, só que eu não sou muito de ir na igreja, eu tenho minhas próprias concepções." Essa relação mais individualizada com a fé reflete uma disposição internalizada de valorizar os princípios

religiosos como orientação ética, mesmo sem a prática ritualística. Para Jardel, a religião funciona como uma estrutura simbólica que influencia suas decisões e comportamentos, mas de forma menos vinculada a instituições formais.

Pablo, por sua vez, também mantém uma conexão com a religião, embora não frequente missas há mais de dois anos. Ele afirma: "A religião é muito importante para mim. Acho que dá uma base moral para seguir." Sua fala revela como a formação religiosa, adquirida na infância através da Pastoral da Juventude, continua a influenciar sua conduta e visão de mundo, mesmo sem uma prática regular. Para Pablo, a religião não é apenas uma herança familiar, mas um conjunto de valores internalizados que orientam suas escolhas e atitudes, tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

Essas trajetórias moderadas, embora menos intensas em termos de prática religiosa, ilustram como a religião pode atuar como um capital simbólico que estrutura disposições e orienta ações. Mesmo sem a frequência regular a espaços institucionais, a base religiosa herdada da família continua a influenciar suas vidas, moldando princípios éticos e oferecendo um referencial moral. Essa internalização de valores religiosos, ainda que adaptada às circunstâncias individuais, sugere como as estruturas sociais e culturais se reproduzem nas práticas cotidianas, mesmo quando há um distanciamento das instituições formais. Assim, a religião, mesmo em sua forma mais moderada, permanece como um elemento significativo na constituição das identidades e das visões de mundo desses trabalhadores.

A prática religiosa aparece como um eixo estruturador em momentos de instabilidade. Brás credita à religião uma contribuição significativa para sua integridade familiar e profissional, enquanto Pablo vê na fé uma base moral para lidar com os desafios do cotidiano. No entanto, Jardel e Francisco mostram posturas menos dependentes da religiosidade para enfrentar adversidades, destacando suas próprias concepções pessoais como mais relevantes.

Embora os entrevistados não reportem uma prática religiosa intensa nos dias atuais, há consenso sobre o impacto moral e ético da religião em suas relações sociais e profissionais. Brás, por exemplo, relata que sua vivência cristã o ajudou a construir uma vida íntegra, enquanto Pablo associa sua base religiosa a uma conduta correta no trabalho. Jardel e Francisco, por outro lado, têm uma relação menos explícita entre fé e trabalho, optando por separar essas dimensões. A dimensão política dos relatos reflete a complexidade das experiências individuais no contexto das transformações trazidas por Belo Monte e seus desdobramentos. Os entrevistados compartilham percepções sobre sindicalismo, políticas públicas e conjuntura nacional.

A relação com sindicatos e associações varia entre os entrevistados, mas há uma percepção comum de que essas organizações têm potencial para melhorar condições de vida e trabalho, mesmo que nem sempre cumpram suas promessas. Brás, por exemplo, participou de movimentos sindicais e ajudou a criar uma associação específica para sua categoria, destacando a importância da organização coletiva: "Mesmo que os resultados nem sempre sejam imediatos, o empregador percebe que há um grupo organizado." Já Pablo, vinculado a várias associações, como a dos oleiros e vigilantes, reconhece a relevância desses espaços para buscar reparações pelos danos sofridos, mas expressa ceticismo em relação ao excesso de politicagem. Ambos veem nas associações e sindicatos ferramentas de luta e resistência, capazes de pressionar por mudanças, ainda que enfrentem limites para atender a todas as expectativas. Essa participação reflete uma disposição para enfrentar desigualdades e buscar melhores condições, mesmo em um cenário de desafios e incertezas.

Sim, conheço a atividade do sindicato e da associação da minha categoria profissional. No início da minha trajetória, participei das reuniões do sindicato e, quando entrei na prefeitura, me filiei ao SINTEPP. No entanto, por opção e também por questões de categoria, decidi sair do SINTEPP, porque o sindicato abrange várias funções, não apenas professores, mas também vigilantes, merendeiros e outros profissionais. Achemos que seria importante ter uma representatividade específica para nossa categoria. Ajudamos a formar um sindicato, mas, inicialmente, não deu certo. Mais tarde, conseguimos criar uma associação, da qual faço parte atualmente. Acredito que a organização, seja através de uma associação ou sindicato, é fundamental para melhorar nossas condições de vida. Ela oferece representatividade e peso nas discussões por melhorias. Mesmo que os resultados nem sempre sejam imediatos, o empregador, seja o administrador ou o prefeito, percebe que há um grupo organizado. Já presenciei momentos em que a nossa união fez a base do empregador tremer. Sem essa organização, nem sequer conseguiríamos nos reunir e lutar por nossos direitos (BRÁS, 2023)

Sim, conheço a atividade do sindicato e da associação da minha categoria profissional. Sou sindicalizado tanto pelo sindicato dos oleiros quanto pelo dos mototaxistas e também faço parte da associação dos vigilantes. Ultimamente, tenho participado mais, mas não sou muito ativo, porque envolve muita política, e eu acabo evitando um pouco, principalmente quando as coisas ficam mais tensas. Na minha opinião, o sindicato e a associação têm uma importância grande para melhorar nossas condições de vida. No caso do sindicato dos oleiros, por exemplo, estamos lutando por reconhecimento e por uma indenização mais digna, porque a que recebemos não foi justa. (PABLO, 2024)

Francisco e Jardel mostram ceticismo em relação à eficácia das organizações sindicais. Francisco atribui a perda de poder do sindicato à extinção da atividade oleira, enquanto Jardel reconhece o valor da organização, mas questiona sua aplicabilidade prática. Essas percepções refletem não apenas experiências individuais, mas também as mudanças estruturais que transformaram as dinâmicas de representação coletiva no contexto amazônico.

Os entrevistados expressam opiniões diversas sobre a conjuntura política brasileira, refletindo tanto a polarização atual quanto os impactos de grandes projetos

desenvolvimentistas, como a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Essas visões são moldadas por suas trajetórias de vida, posições sociais e experiências concretas com as transformações impostas por esses projetos. Brás e Pablo, por exemplo, adotam posturas mais igualitárias, defendendo maior estabilidade política e governança. Brás critica a "bandidagem" na política, afirmando que os governantes "só olham para o lado deles", enquanto Pablo vê sinais de melhora no cenário nacional, destacando que o Brasil está "andando um pouquinho mais rápido" em comparação com países como Venezuela e Cuba. Ambos expressam uma expectativa por políticas que priorizem o bem-estar coletivo e a redução das desigualdades, ainda que reconheçam as limitações do sistema político.

Jardel e Francisco adotam uma perspectiva pragmática e crítica, refletindo em suas falas valores e experiências que moldam sua visão de mundo. Jardel se posiciona contra a polarização entre esquerda e direita, preferindo uma abordagem híbrida que combine elementos de ambos os lados. Ele afirma: "Pra mim, um pouco de cada iria funcionar melhor", expressando uma desilusão com os extremos políticos e uma busca por soluções mais equilibradas. Essa postura revela uma forma de pensar que não se alinha a ideologias, mas busca integrar diferentes perspectivas, algo que pode ser entendido como fruto de suas vivências e das práticas sociais que internalizou ao longo da vida. Francisco, por sua vez, manifesta insatisfação com a política brasileira, comparando-a de forma desfavorável com a de outros países latino-americanos e destacando a falta de oportunidades e a instabilidade econômica. Sua fala revela um ceticismo em relação às promessas de desenvolvimento, sobretudo após a desestruturação do setor oleiro e as dificuldades que enfrentou para se reinserir no mercado de trabalho. Essa crítica reflete não apenas uma avaliação das políticas públicas, mas também uma percepção de como o espaço onde vive foi transformado, passando de um lugar de oportunidades e trabalho para um ambiente marcado pela precariedade e incertezas. Ambos os relatos mostram como as trajetórias individuais são influenciadas por um contexto social e econômico em constante mudança, ao mesmo tempo em que revelam a capacidade de adaptação e resistência diante das adversidades.

Essas opiniões diversas ilustram como as trajetórias individuais e as experiências com grandes projetos desenvolvimentistas influenciam as visões políticas dos entrevistados. Enquanto alguns, como Brás e Pablo, mantêm uma esperança por mudanças estruturais que promovam maior igualdade, outros, como Jardel e Francisco, expressam desconfiança em relação ao sistema político e às elites governantes. Essa divisão reflete não apenas a polarização nacional, mas também as contradições do modelo desenvolvimentista, que promete progresso, mas muitas vezes gera exclusão e precarização para as comunidades locais. Assim, as opiniões

dos entrevistados revelam tanto uma crítica às estruturas de poder quanto uma busca por alternativas que reconheçam e valorizem suas realidades e necessidades.

A política, além de influenciar percepções individuais, é percebida como determinante em suas trajetórias ocupacionais. Brás ressalta melhorias em infraestrutura e mobilidade ao longo dos anos, apontando avanços promovidos por políticas públicas. Jardel evidencia o impacto de iniciativas educacionais municipais em seu trabalho como professor. Em contrapartida, Francisco e Pablo enfatizam as dificuldades impostas pela desestruturação do setor oleiro, responsabilizando tanto as políticas locais quanto as dinâmicas de transformação geradas pela hidrelétrica de Belo Monte.

Essas experiências pessoais dialogam com o debate mais amplo sobre o desenvolvimento no Brasil. Esse debate, ancorado em diferentes abordagens teórico-metodológicas, é essencial para compreender as transformações estruturais e subjetivas vivenciadas pelas populações impactadas por grandes projetos econômicos. Perspectivas como as de Cardoso e Faletto (2004), Furtado (2009), Marini (2008) e Oliveira (2013) evidenciam o caráter dependente do capitalismo brasileiro, cuja expansão ocorre sem autonomia ou sustentabilidade, provocaram alterações significativas na geração de emprego, renda e as políticas públicas destinadas às comunidades atingidas. No contexto amazônico, essas questões tornam-se ainda mais complexas devido às especificidades regionais e à implementação de projetos como a hidrelétrica de Belo Monte.

Autores como Draibe e Risco (2011) e Godoy (2007) reforçam o papel histórico do Estado desenvolvimentista na América Latina e no Brasil. Enquanto Draibe e Risco traçam paralelos entre as políticas do leste asiático e da América Latina, evidenciando transformações sociais e econômicas significativas, Godoy destaca o governo Vargas e as décadas subsequentes como marcos de estratégias que buscavam autonomia no desenvolvimento. Contudo, como argumentam Dardot e Laval (2016), o advento do neoliberalismo reformulou as práticas estatais, priorizando a lógica de mercado e a eficiência, em detrimento das comunidades locais e do meio ambiente. Essa tensão entre o potencial transformador do Estado e as contradições de suas práticas emerge como uma constante nos relatos e nas análises.

A política revela-se como um eixo estruturador das experiências individuais, conectando as transformações amplas às vivências cotidianas na região de Altamira. Através dos relatos dos entrevistados, é possível perceber como as políticas públicas, ou a falta delas, moldam as trajetórias de vida e as oportunidades disponíveis. Brás, por exemplo, ressalta os impactos positivos de políticas de infraestrutura e mobilidade, que melhoraram suas condições de deslocamento e acesso a serviços, facilitando sua reinserção no mercado de trabalho após o

reassentamento. Já Jardel destaca o papel de iniciativas educacionais municipais, que não apenas ampliaram o acesso à educação, mas também possibilitaram sua atuação como professor, uma profissão que ele abraçou quase que por acaso, mas que se tornou central em sua vida. Esses exemplos ilustram como políticas bem direcionadas podem abrir caminhos para a mobilidade social e a melhoria das condições de vida.

Por outro lado, Francisco e Pablo trazem à tona os desafios impostos pela desestruturação do setor oleiro, um dos pilares econômicos da região antes da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Ambos atribuem essa desestruturação tanto às fragilidades das políticas locais, que não conseguiram garantir alternativas sustentáveis para os trabalhadores das olarias, quanto às imposições geradas pelo próprio empreendimento, que alterou o cenário socioeconômico da região. Francisco, por exemplo, vê na educação uma saída pragmática para escapar do trabalho braçal, mas reconhece que as oportunidades são limitadas e que a formação superior nem sempre se traduz em empregos compatíveis com suas expectativas. Já Pablo, apesar de ter concluído o ensino superior, ainda enfrenta instabilidade no mercado de trabalho, alternando entre diferentes ocupações. Essas trajetórias evidenciam como a ausência ou a insuficiência de políticas públicas voltadas para a reinserção produtiva e a geração de oportunidades pode ampliar as desigualdades e dificultar a adaptação às novas realidades impostas por grandes projetos de desenvolvimento.

Assim, a política aparece como um elemento central na vida dos entrevistados, seja como facilitadora de mudanças positivas, seja como agente de desafios e rupturas. Ela conecta as grandes transformações estruturais, como a construção da hidrelétrica, às vivências cotidianas, sugerindo como as decisões tomadas em âmbito macro afetam as possibilidades e os limites enfrentados pelos indivíduos no nível micro. Essa interação entre o global e o local, mediada pela política, revela a complexidade das trajetórias de vida na região, onde avanços e retrocessos coexistem, moldados por escolhas políticas que nem sempre levam em consideração as necessidades e realidades das comunidades afetadas.

Esses relatos evidenciam como as trajetórias ocupacionais dos entrevistados são influenciadas por mudanças estruturais e políticas, sendo reflexo de um cenário onde oportunidades e limitações se entrelaçam. Essa conexão entre dinâmica econômica e inserção laboral será aprofundada na próxima seção, que examina as trajetórias ocupacionais e seus significados no contexto de transformações regionais.

4.5 TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DOS TRABALHADORES DAS OLARIAS DE ALTAMIRA APÓS A CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE

A construção da UHBM provocou uma ruptura substancial nas dinâmicas socioeconômicas de Altamira, transformando a vida de seus habitantes. Entre os grupos mais atingidos, destacam-se os antigos trabalhadores das olarias, que, por gerações, sustentaram suas famílias por meio de um trabalho árduo, porém comunitário, moldado pelas condições naturais da região. Esse setor, que simbolizava um modo de vida enraizado na conexão com a terra e a coletividade, passou por transformações estruturais abrangentes em decorrência das mudanças econômicas e ambientais desencadeadas pelo projeto da hidrelétrica. A análise das trajetórias ocupacionais desses trabalhadores revela um cenário marcado pela desestruturação econômica, pela precarização das relações de trabalho e pela reconfiguração das estratégias de sobrevivência, delineando um panorama das transformações impostas pela modernização e pela expansão do capitalismo na região.

Nas últimas décadas, o Brasil viveu um período de transição econômica caracterizado pelo abandono de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo em favor de um modelo de liberalismo econômico associado ao capitalismo financeiro global (BRESSER-PEREIRA, 2018). Essa escolha teve impactos desproporcionais nas regiões periféricas, como a Amazônia, onde a intensificação da exploração de recursos naturais foi acompanhada pela insuficiência de políticas públicas para atender às demandas sociais geradas por grandes empreendimentos. A priorização de investimentos externos e a flexibilização de leis ambientais transformaram a Amazônia em um território de exploração econômica, promovendo atividades temporárias e predatórias, como as obras de infraestrutura de grande porte.

Embora essas iniciativas tenham gerado empregos temporários durante sua execução, o modelo revelou-se insustentável no longo prazo, deixando um rastro de desequilíbrios econômicos e sociais. Após a conclusão de Belo Monte, Altamira vivenciou uma das maiores crises de desemprego de sua história recente. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) indicam que, entre 2016 e 2017, a cidade registrou um saldo negativo de 9.738 postos de trabalho, representando um aumento de 194,2% nas demissões em relação às admissões. Esses números evidenciam não apenas a fragilidade do modelo adotado, mas também a incapacidade de absorver a mão de obra antes empregada, empurrando milhares de trabalhadores para o setor informal ou para o desemprego estrutural.

As olarias, que por décadas foram uma base econômica e cultural em Altamira, ocupam um lugar central nessa transformação. Os relatos dos trabalhadores entrevistados mostram

como essa atividade, embora extenuante, proporcionava não apenas uma fonte de renda capaz de sustentar famílias inteiras, mas também um profundo senso de pertencimento à comunidade e à cultura local. O cotidiano nas olarias ia além do esforço físico: ali se construíam vínculos sociais, transmitiam-se saberes entre gerações e consolidava-se um sentimento de identidade compartilhada. Brás, Jardel e Francisco exemplificam essa realidade. Desde crianças, participaram do trabalho nas olarias, cortando tijolos ou auxiliando suas famílias, imersos em uma prática que era ao mesmo tempo ofício e forma de integração comunitária. Essa experiência inicial, que moldou suas identidades laborais, também os inseriu em ciclos de trabalho informal e instável, refletindo os desafios mais amplos enfrentados pela classe trabalhadora na região.

Hoje eu trabalho extraindo areia no rio, e só faço isso, não tenho outro emprego ou atividade remunerada. Comecei a trabalhar desde muito cedo, com oito anos de idade. Naquela época, eu vendia chopp²⁶, pastéis, coxinhas e até engraxava sapatos com um primo meu. Aos 11 anos, fui trabalhar na olaria e continuei lá até os 22 ou 23 anos. Desde criança, a gente já ajudava na olaria, juntando tijolos e fazendo pequenas tarefas. Quando casei, por volta dos 30 anos, voltei a trabalhar na olaria de forma mais séria e fiquei lá por mais uns 10 ou 11 anos, até a chegada da hidrelétrica. Nunca planejei seguir essa profissão, foi algo que aconteceu por necessidade. (CLÁUDIO, 2024)

Comecei a trabalhar na olaria, aí como a olaria era de seis em seis meses, trabalho a seis meses e os carros seis parados, aí nesse meio tempo eu já trabalhei em serviço de pedreiro, e também carregando tijolo [...] Assim que a gente saiu lá da olaria no Ambé, eu trabalhava na TV Vale do Xingu de operador de VT. Só que lá, depois que a gente saiu, aí eu tive mais dificuldade de encontrar emprego. Eu trabalhava com o meu irmão de ajudante pintor. Aí eu trabalhei tantas coisas. (JAMES, 2024)

As trajetórias relatadas pelos trabalhadores das olarias revelam como suas vidas foram moldadas por experiências laborais que remontam à infância e juventude, marcadas por constantes adaptações às circunstâncias econômicas e sociais. Cláudio descreve um percurso que começa cedo, ainda criança, vendendo alimentos e engraxando sapatos, até ingressar na olaria aos 11 anos. Sua relação com o ofício foi intermitente, mas se intensificou após o casamento, até ser interrompida pelas mudanças trazidas pela construção da hidrelétrica. Francisco, por sua vez, narra uma trajetória marcada pela sazonalidade do trabalho nas olarias, alternando entre funções como pedreiro e carregador de tijolos durante os períodos de inatividade do setor. Já James, após a saída da olaria no Ambé, enfrentou dificuldades em encontrar estabilidade profissional, migrando entre atividades como operador de VT em uma emissora local e ajudante de pintor com seu irmão.

²⁶ Geladinho ou sacolé em outras regiões do Brasil

Nas entrevistas, emergem disposições construídas pela vivência nas olarias, que vão além do aprendizado técnico. Elas refletem uma visão de mundo marcada por persistência, adaptação e, muitas vezes, resignação diante de desafios econômicos e sociais. Francisco, por exemplo, ao relatar sua trajetória, mencionou que começou a trabalhar com apenas 11 anos, ajudando na olaria e carregando tijolos: "Era duro, mas a gente fazia o que precisava pra levar comida pra casa." Essa vivência precoce moldou não apenas suas habilidades, mas também uma aceitação tácita da dureza da vida como algo inevitável.

Brás também compartilhou uma visão semelhante, afirmando: "Naquela época, não tinha escolha, era trabalhar ou passar fome. A olaria dava um jeito de sustentar a família inteira." Essas palavras traduzem um sentimento de adaptação diante de uma realidade árdua, onde o trabalho não era apenas uma obrigação, mas um meio de conexão com a comunidade e de garantia da sobrevivência.

Além disso, Jardel explicou como a rotina extenuante das olarias também ensinava valores de cooperação e perseverança: "A gente trabalhava em família, se ajudava. Era pesado, mas dava orgulho ver o tijolo pronto e saber que aquilo tinha valor." Apesar da precariedade, o trabalho na olaria gerava um senso de realização e pertencimento que hoje se perdeu com o declínio dessa atividade.

Essas narrativas mostram que o passado dos entrevistados aparece como uma força presente, influenciando sobremaneira suas crenças, atitudes e práticas diante das mudanças trazidas pela hidrelétrica. A adaptação às novas condições econômicas e sociais não foi fácil, mas a capacidade de adaptação construída nas olarias ainda os impulsiona. Esse cenário revela o papel central do trabalho na constituição de suas identidades e na forma como enfrentam as adversidades, muitas vezes com um misto de luta e resignação.

No entanto, o avanço de projetos como Belo Monte, aliado à escassez de recursos naturais e às restrições ambientais, levou ao colapso do setor de olarias, forçando muitos trabalhadores a buscar alternativas de sustento. Essa diversidade de trajetórias pode ser compreendida à luz das disposições sociais construídas ao longo de suas vidas e das condições estruturais impostas pela transformação econômica na região. Jardel, por exemplo, conseguiu romper com a instabilidade ocupacional ao tornar-se professor, um caminho incentivado por sua mãe, que via na educação uma forma de ascensão social e segurança. Sua trajetória reflete um *habitus* moldado por um investimento em capital cultural e pela valorização de ocupações formais, que oferecem maior previsibilidade e prestígio.

Francisco, por outro lado, exemplifica a capacidade de adaptação e a valorização de múltiplas habilidades. Ao diversificar suas atividades – pintura, montagem de computadores e

estudos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas –, ele revelou um dinamismo típico de trabalhadores que buscam não apenas sobreviver, mas também explorar as oportunidades limitadas oferecidas pelo mercado em transformação. Essa flexibilidade, no entanto, exige recursos que nem todos possuem, como acesso à educação, tecnologias e redes sociais de apoio.

Por sua vez, Cláudio e Pablo permaneceram no setor informal, priorizando a autonomia e a familiaridade com práticas laborais que não dependem das exigências formais do mercado. "Sempre trabalhei de forma informal, é o que eu conheço," afirmou Cláudio, indicando como a permanência na informalidade não se trata apenas de uma escolha, mas de uma disposição enraizada em sua trajetória e em uma visão de mundo que valoriza o controle sobre o próprio trabalho, mesmo diante dos riscos e inseguranças. Essa decisão também reflete uma resistência às normas do mercado formal, que excluem trabalhadores com pouca escolaridade ou sem acesso a redes institucionais.

Assim, a diversidade dessas trajetórias ilustra a complexidade de respostas às mudanças estruturais trazidas pelo desenvolvimentismo. Enquanto alguns conseguem traduzir seus capitais acumulados – sejam eles culturais, sociais ou econômicos – em novas oportunidades, outros enfrentam limitações que os mantêm em posições mais vulneráveis. O processo de adaptação é, portanto, desigual, influenciado não apenas por fatores individuais, mas também pelas condições históricas e sociais que moldaram as disposições de cada trabalhador ao longo do tempo. Esses elementos revelam como o avanço de grandes projetos, ao invés de nivelar as condições de vida, com frequência reforça desigualdades preexistentes, dividindo as trajetórias entre aqueles que se adaptam e os que, por diferentes razões, permanecem em situações de maior precariedade.

De meu pai no Nordeste, ele trabalhava com agricultura de subsistência em um período, aí tinha o período que eles faziam extração do pó da Carnaúba. E também Olaria, eles mesclando ali. Não era sempre uma coisa fixa de todo o tempo, né? Pouco de agricultura, um pouco de da Carnaúba, um pouco de trabalho braçal nas olarias [...] Como te falei, trabalhei nas olarias com meu pai, depois fui para o exército, trabalhei com carteira assinada numa empresa e agora como vigilante na prefeitura. (BRÁS, 2023)

As trajetórias de trabalhadores como Brás oferecem um rico exemplo de como as disposições, tal como definidas por Bourdieu, são moldadas por contextos históricos e sociais específicos, além de influenciar as práticas e escolhas dos indivíduos. Brás relata uma vida marcada pela multiplicidade de ocupações, um reflexo da adaptação às demandas econômicas e das tradições herdadas de seu pai. No Nordeste, a família conciliava atividades de agricultura de subsistência, extração do pó da carnaúba e trabalho braçal em olarias, configurando um modo

de vida que integrava diferentes fontes de sustento conforme as condições e oportunidades disponíveis.

A flexibilidade ocupacional de Brás vai além de uma simples capacidade de adaptação; ela reflete a construção de seu *habitus*, moldado pela internalização de práticas e valores que priorizam o trabalho árduo, a mobilidade e a persistência. Ao longo de sua trajetória, ele transitou por diversas ocupações, como o serviço militar, empregos formais com carteira assinada e, atualmente, a função de vigilante na prefeitura. Esse percurso não apenas evidencia um padrão de diversificação no trabalho, mas também demonstra sua habilidade em redefinir suas práticas diante de contextos socioeconômicos em constante mudança. Essa dinâmica reforça como o *habitus* de Brás foi sendo consolidado, permitindo-lhe navegar por diferentes realidades com uma postura resiliente e adaptativa.

No contexto da hidrelétrica de Belo Monte, essas disposições são relevantes para compreender as reações e adaptações às mudanças estruturais impostas pelo empreendimento. A fragmentação das práticas ocupacionais tradicionais, como a olaria, não apenas impactou os trabalhadores, mas também desafiou as disposições herdadas, que antes davam sentido e estabilidade às suas trajetórias. Nesse cenário de transformação, muitos trabalhadores enfrentaram a necessidade de ressignificar suas práticas e buscar alternativas para se adaptar às novas condições econômicas e sociais.

Essa articulação entre as disposições herdadas, a educação e as trajetórias ocupacionais aprofunda o entendimento sobre como trabalhadores de comunidades tradicionais se adaptam aos processos de modernização econômica, enquanto buscam redesenhar suas perspectivas de futuro. Nesse cenário, a educação destaca-se como uma ferramenta essencial para romper o ciclo de precariedade. Jardel e Francisco exemplificam uma geração que encontrou nos estudos uma oportunidade de mobilidade social, enfrentando os desafios econômicos herdados. Jardel, já formado em Letras, atua como professor e planeja ingressar no curso de Direito, enquanto Francisco almeja a estabilidade de um concurso público após concluir sua formação tecnológica. Embora essas conquistas individuais sejam notáveis, os desafios educacionais enfrentados na região limitam o alcance transformador da educação na promoção de mobilidade social mais ampla. Essa realidade reflete as barreiras estruturais que continuam a perpetuar desigualdades históricas, dificultando a superação de condições adversas por parte de comunidades vulneráveis.

Desde criança ajudando meu pai na Olaria [...] Como disse, foi uma consequência, fui estudando, incentivado pela minha mãe que também é professora e acabei me tornando professor [...] Quando a gente chegava em verão a gente trabalhava na Olaria, no inverno, aí o pai trabalhava lá no VT da Vale do Xingu, ele era vigia

também, ele fica entre esses dois empregos. E minha mãe trabalhava de doméstica. (JARDEL, 2024)

Em paralelo, a expansão da informalidade se consolidou como uma das principais características do mercado de trabalho em Altamira após Belo Monte, refletindo um padrão observado em todo o Brasil. Segundo Cacciamali (2000), a informalidade, que antes era vista como uma etapa transitória rumo à formalização, transformou-se em um fenômeno estrutural do capitalismo contemporâneo. Atividades como o autoemprego e os serviços autônomos tornaram-se alternativas predominantes para trabalhadores que perderam seus empregos formais ou nunca tiveram acesso a eles.

Cara, acho que foi assim, a experiência mais assim bizarra que eu já passei. Eu tinha estava com 3 filhos, 3 filhas minhas. Eu fui morar em Uruará. Em 2000, quando eu saí da Rondon, saí porque eu não aguentei mais trabalhar na Rondon. Aí morei de 2000 a 2002 em Uruará, nesse período que fui morar lá, eu tinha uma filha, a mais velha, a Eva. Quando eu estava morando lá, nasceu a do meio, Ana Carla. E quando nós voltamos para cá porque a minha esposa Cláudia engravidou da terceira da Vitória e ela teve um problema que ela passou por uma situação de ter sido operada na segunda gravidez e o médico disse que estava operado, estava feito e que tinha feito a laqueadura e não foi feito, foi feito somente a cesariana. Então quando ela engravidou de novo, ela estava em período muito curto entre uma cesariana e uma outra gravidez. E aí lá não tinha condições, aí gente fechou. A gente trabalhava autônomo lá em Uruará. Trabalhava com armarinho na época lá. Vendi tudo isso importa meu porque não tinha condições. Eu tinha que ficar vivo com ela indo e voltando quase todos, todo mês ela ficava internada aqui e só a viagem se era desgastante para ela. A gente veio para cá aí nesse período, o dinheiro que a gente vendeu as coisas não conseguimos nos organizar por conta, gastando com ela. Aí eu fiquei desempregado, fiquei uns meses aí parado. Aí nesse período que fui desempregado, tudo o que apareceu fazia tudo que alguém, bora fazer algum serviço aí e eu ia. (BRÁS, 2023)

[...] Sim. Basicamente eu sempre fui desempregado, porque eu só trabalhei um ano da minha vida de CLT. (JAMES, 2024)

Em síntese, os relatos dos cinco trabalhadores das antigas olarias de Altamira refletem não apenas as realidades econômicas e sociais enfrentadas por suas famílias, mas também a intensidade das mudanças impostas pela construção de Belo Monte. Em todos os casos, as olarias não eram apenas um espaço de trabalho, mas uma extensão da família e da vida comunitária, onde a transmissão de saberes e práticas produtivas ocorria de forma intergeracional. As entrevistas evidenciam que as disposições para o trabalho desses oleiros foram moldadas por essa estrutura, na qual a divisão das tarefas se baseava mais na cooperação familiar do que em hierarquias rígidas. O aprendizado do ofício se dava de forma prática, desde a infância, e era incorporado como parte da identidade dos trabalhadores. O reassentamento, contudo, desestruturou essa lógica ao deslocar alguns para áreas onde as olarias não existiam mais, obrigando-os a buscar novas formas de sustento. Dos cinco entrevistados, apenas dois estavam morando em reassentamentos no momento das entrevistas: Brás, no RUC Jatobá, e

Pablo, no RUC Água Azul.

Diante dessa nova realidade, cada trabalhador respondeu de maneira distinta às transformações. Para alguns, o vínculo com o trabalho manual e com a materialidade da produção de tijolos dificultou a adaptação a empregos no setor de serviços ou em ocupações formais, que exigiam habilidades e rotinas muito diferentes das que haviam internalizado ao longo da vida. Outros buscaram a escolarização como alternativa para ingressar em novas áreas, mas enfrentaram dificuldades devido às lacunas educacionais acumuladas ao longo dos anos de trabalho precoce.

A perda do território produtivo significou também o rompimento de redes de sociabilidade fundamentais, tornando a inserção em novas atividades ainda mais difícil. O trabalho nas olarias estava ligado ao espaço onde se realizava: o contato com a argila, a relação com os clientes locais, a previsibilidade dos ciclos produtivos e o senso de autonomia que essa atividade proporcionava foram interrompidos. Muitos reassentados passaram a depender de empregos instáveis e mal remunerados, enfrentando um mercado de trabalho que não absorvia suas qualificações e que os relegava a posições precárias. Assim, as entrevistas revelam que a construção da hidrelétrica de Belo Monte não apenas extinguiu um modo de produção, mas desarticulou um sistema de valores e práticas laborais sobremaneira enraizados na experiência desses trabalhadores. O reassentamento não foi apenas uma mudança espacial, mas uma ruptura que afetou suas disposições para o trabalho, suas estratégias de sobrevivência e suas perspectivas de futuro.

Nesse sentido, é possível aproximar essas trajetórias da análise proposta por Jessé de Souza sobre os batalhadores brasileiros. Em sua obra, o autor critica a ideia de uma nova classe média surgida a partir do aumento da renda e propõe, em vez disso, a noção de uma classe trabalhadora marcada por condições de vida precárias, mobilidade limitada e inserção flexível no mercado de trabalho. Trata-se de uma fração da classe trabalhadora que, apesar da inserção nos circuitos da modernidade e do consumo, permanece em posição subalterna e vulnerável. Os trabalhadores das olarias compartilham com os batalhadores descritos por Jessé a “pequena incorporação dos capitais impessoais” – econômico e cultural –, o apego ao trabalho duro, à valorização da família e à disposição para o sacrifício em nome de uma vida minimamente digna.

Além disso, é fundamental destacar que, para Jessé de Souza, os batalhadores são fruto de um processo histórico de exclusão estrutural, mantido por uma combinação entre desigualdades de origem, defasagens educacionais e estigmas simbólicos. Esses elementos

dificultam sua ascensão social e tendem a reproduzir sua posição subordinada. No caso dos trabalhadores das olarias, essas condições são agravadas pela ruptura territorial provocada pelo reassentamento e pela desarticulação das redes tradicionais de produção e solidariedade. Ainda que compartilhem disposições para o trabalho e valores de esforço semelhantes aos dos batalhadores urbanos, sua experiência está atravessada por particularidades regionais, rurais e amazônicas, que acentuam os efeitos das desigualdades estruturais.

As trajetórias de Brás, Jardel, Pablo, Francisco e Cláudio revelam essa dimensão: inseridos historicamente em atividades manuais e informais, construíram suas vidas a partir da solidariedade familiar, do esforço contínuo e da tentativa de conciliar tradição e modernidade. Suas disposições para o trabalho, moldadas desde a infância em redes de cooperação comunitária, foram confrontadas com um novo contexto marcado pela informalidade ampliada, pela competição e pelo isolamento – marcas típicas da inserção periférica no capitalismo financeiro que Jessé analisa. Ainda que alguns tenham buscado a educação como meio de mobilidade social, a ausência de políticas estruturantes e o esvaziamento do mercado local os empurraram para ocupações instáveis ou subempregos, reproduzindo a instabilidade característica da condição dos batalhadores.

De forma diferente da classe média tradicional, que se define pela posse e reprodução do capital cultural, e da burguesia, pela reprodução de ambos os capitais – econômico e cultural –, os trabalhadores das olarias se inserem em um campo intermediário, onde a mobilidade é possível, mas nunca garantida. Estão sujeitos às mesmas pressões do capital financeiro, às incertezas do mercado e às transformações abruptas que impõem adaptações rápidas, muitas vezes sem apoio ou previsibilidade. A semelhança com os batalhadores é reforçada pela valorização de princípios morais como disciplina, religiosidade, esforço e solidariedade familiar, que funcionam como recursos simbólicos frente à instabilidade material. Esses elementos são apontados por Jessé como características de uma classe que busca reconhecimento social por meio da moralidade do trabalho, mesmo diante da marginalização institucional.

Contudo, é importante também destacar as diferenças entre os casos estudados em Altamira e os batalhadores descritos por Jessé de Souza. Enquanto os últimos são em grande parte efeitos das transformações pós-fordistas e da urbanização acelerada nos grandes centros, os trabalhadores das olarias constituem-se em uma trajetória marcada pelo rural, pela economia tradicional e pela força dos vínculos comunitários – elementos que foram sendo corroídos pelas dinâmicas do desenvolvimento imposto. Sua condição se aproxima da dos batalhadores na

precariedade, mas mantém especificidades culturais e históricas que refletem o enraizamento em uma lógica distinta da urbana-industrial. A extensão e a durabilidade das redes familiares e comunitárias, por exemplo, revelam um repertório de resistência que não é contemplado na descrição dos batalhadores urbanos.

A análise das trajetórias dos trabalhadores das olarias, portanto, não apenas dialoga com o conceito de batalhadores, como também contribui para ampliá-lo, ao revelar como essa condição se expressa na Amazônia, em territórios impactados por grandes projetos e pela lógica do capital, mas onde ainda sobrevivem disposições, valores e formas de vida que resistem – mesmo que parcialmente – à sua completa assimilação.

Essas reflexões sobre os oleiros oferecem uma compreensão mais ampla dos processos de ruptura e continuidade que caracterizam as comunidades tradicionais atingidas por grandes empreendimentos. Revelam, também, a complexidade das resistências e adaptações que emergem quando valores históricos entram em confronto com exigências contemporâneas. No entanto, o estudo das trajetórias dos oleiros é apenas uma parte dessa história.

No próximo capítulo, voltaremos nosso olhar para outro grupo bastante impactado pela construção de Belo Monte: os pescadores artesanais de Altamira. Assim como os oleiros, os pescadores também enfrentaram transformações significativas em seus modos de vida, atravessados por desajustes entre suas práticas tradicionais e as novas realidades impostas pelo empreendimento. A análise das trajetórias desses trabalhadores permitirá aprofundar nossa compreensão sobre as formas pelas quais o projeto desenvolvimentista moldou, e continua moldando, a dinâmica social, econômica e cultural da região. Ao explorar as histórias desses pescadores, buscaremos identificar não apenas os desafios enfrentados, mas também as estratégias de resistência e resignificação que possibilitaram a manutenção de seus laços com o rio e com suas identidades.

CAPÍTULO 5 – BARRAGENS DE ÁGUA: RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E OS IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO NA VIDA DOS PESCADORES DO XINGU

Neste último capítulo, o foco volta-se para as trajetórias de dez pescadores artesanais e de subsistência atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM), analisando como suas vidas e estratégias de sobrevivência foram transformadas pelo empreendimento. A partir de entrevistas, diálogos e observações de campo, buscamos compreender as repercussões sociais e econômicas dessas mudanças, enfatizando como a adaptabilidade ou inadaptabilidade desses trabalhadores frente a novas formas de trabalho, após o fim de suas atividades tradicionais, moldou suas trajetórias. Esse enfoque permite uma análise detalhada das disposições e transformações nas trajetórias desses indivíduos, destacando os desafios e as estratégias de sobrevivência adotadas.

Ao longo da tese, exploramos a intrincada interseção entre as políticas de desenvolvimento estatal e as complexas dinâmicas sociais vivenciadas pelos trabalhadores atingidos pela UHBM. Discutimos as políticas de Estado desenvolvimentistas, seu histórico no Brasil e na Amazônia, e sua nova fase com a construção de Belo Monte, buscando compreender as trajetórias de duas categorias de trabalhadores atingidos pela hidrelétrica: os trabalhadores das olarias e os pescadores artesanais e de subsistência. As inadequações entre as práticas tradicionais desenvolvidas por comunidades locais e as formas de organização social impostas pela lógica moderna que acompanhou a emergência da usina refletiram-se em mudanças substanciais nas dinâmicas sociais e nas estruturas de poder. Essas transformações foram impulsionadas pelos processos de modernização associados à construção da hidrelétrica, redefinindo não apenas a economia, mas também as relações sociais e culturais na região.

O papel central da pesca e das olarias nas comunidades ribeirinhas e em Altamira evidencia uma forte integração dessas atividades na vida cotidiana e na identidade cultural local. A pesca, por um lado, destacava-se por sua sustentabilidade e por refletir um modo de vida rural e artesanal, ligado de forma íntima aos ciclos naturais do rio Xingu. As olarias, por outro lado, eram essenciais na manutenção das técnicas tradicionais de modelagem e queima de cerâmica, constituindo-se como parte integrante da economia local e do patrimônio cultural. Dessa forma, a construção da UHBM não afetou apenas a economia, mas também o tecido social e cultural dessas comunidades, desestruturando práticas e saberes transmitidos por gerações.

Por fim, o estudo direciona-se para as trajetórias das famílias de pescadores do rio Xingu e seus afluentes, com o objetivo de compreender como a implementação de Belo Monte afetou de forma severa suas vidas e meios de subsistência. Analisando suas visões sobre o passado, presente e futuro, o estudo procura captar os mecanismos de adaptação a um cenário em constante evolução, provocado pelas mudanças socioeconômicas decorrentes da usina hidrelétrica. Portanto, através dessa abordagem multidimensional, o capítulo não apenas investiga as consequências imediatas da UHBM, mas também reflete sobre a capacidade de adaptação dessas comunidades no contexto amazônico em transformação, destacando as tensões entre o desenvolvimento imposto e a resistência das práticas tradicionais.

5.1 RIBEIRINHOS DAS MARGENS DO RIO: VIDA E VIVÊNCIA DA PESCA NO XINGU

Desde 2012, os pescadores Altamira e região têm enfrentado mudanças profundas no ambiente em que vivem, como relatam Magalhães et al. (2016). A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte trouxe impactos significativos, transformando habitats aquáticos cruciais, como os berçários de peixes, alterando os tradicionais pontos de pesca e modificando o comportamento das espécies adultas. Essas transformações também afetaram as rotas de navegação e a vegetação nas margens do rio, comprometendo de maneira severa os estoques de peixes que sustentam tanto a alimentação das comunidades quanto sua participação no mercado. Essa crise econômica e social ilustra a vulnerabilidade das populações locais diante de grandes projetos desenvolvimentistas.

A prática da pesca artesanal, que ocorria quase todos os dias, utiliza diversos instrumentos, como linha e anzol com frutas como isca, redes malhadeiras e tarrafas. As características cíclicas do Rio Xingu, marcadas pelas estações de cheia e seca, determinam as estratégias dos pescadores, incluindo a escolha dos equipamentos adequados para cada ambiente, como remansos, igarapés, igapós e lagos. Esses locais, antes conhecidos por sua biodiversidade abundante, foram atingidos pelas alterações impostas pelo empreendimento, reduzindo as opções de sustento das comunidades (DE FRANCESCO e CARNEIRO, 2015).

Embora a pesca seja central, os pescadores tradicionais possuem modos de vida que vão além dessa atividade, envolvendo também agricultura de pequena escala, caça, coleta de produtos florestais e fruticultura. Esses grupos integram uma rede de povos ligados pela história ao uso sustentável dos territórios. De acordo com Little (2002), sua organização social se baseia no trabalho familiar, na vizinhança e nos laços de parentesco, complementados por sistemas de troca, muitas vezes associados à lógica da dádiva (MAUSS, 1997). Além disso, o conhecimento

transmitido entre gerações sobre os ecossistemas aquáticos e as ferramentas de trabalho garante sua adaptação contínua às mudanças ambientais e sociais.

A definição de "modo de vida tradicional" ou "povos tradicionais" engloba práticas de apropriação do território e uso dos recursos naturais articuladas a saberes históricos e modos de relacionamento com a natureza. Essa definição valoriza a autodeterminação dos grupos e suas formas específicas de organização produtiva e social (ARRUDA, 1999; CUNHA e DE ALMEIDA, 2017). Esses povos mantêm uma relação intrínseca com seus territórios, sustentada pela propriedade coletiva da terra, um forte sentimento de pertencimento e uma ocupação histórica prolongada. Esses elementos moldam identidades coletivas e configuram uma memória compartilhada que reforça a ligação entre cultura e ambiente (LITTLE, 2002).

Apesar disso, o termo "tradicional" é com frequência associado a ideias de estagnação ou atraso, negligenciando a capacidade de superação e a transformação constante dessas práticas culturais. Na década de 1980, a luta pelo reconhecimento dos povos tradicionais ganhou destaque com os movimentos liderados por Chico Mendes no Acre, que vincularam a conservação ambiental às formas sustentáveis de vida. Esse movimento resultou no reconhecimento jurídico desses povos no Brasil, consolidado pelo Decreto 6.040/2007, que assegura seus direitos territoriais e valida suas práticas sustentáveis.

A nova realidade criada pela operação de Belo Monte configura um cenário inédito, desafiando a sobrevivência tanto das populações humanas quanto de outras espécies que coexistiam ao longo do tempo com o regime natural do Xingu. Como apontam Magalhães (2016) e Sevá (2005), o desvio de grande parte da vazão do rio para um canal artificial de 20 km transformou as cheias sazonais, antes cíclicas, em uma condição permanente de seca em determinados pontos. Essa modificação comprometeu o equilíbrio ecológico da Volta Grande, inviabilizou a navegação e afetou de forma severa a subsistência das comunidades tradicionais que dependem do rio. A operação da usina, estruturada em duas barragens — uma localizada no sítio Pimental, em Altamira, no início do trecho encachoeirado da Volta Grande do Xingu, e outra no sítio Belo Monte, em Vitória do Xingu, ao final do mesmo trecho —, alterou de forma significativa o regime hidrológico da região. No contexto da construção de Belo Monte, o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais torna-se ainda mais crucial, dado o impacto ambiental e social que ameaça de forma imediata seus modos de vida. O rio, antes um espaço de trocas, deslocamentos e sustento, foi transformado em um ambiente de escassez e incertezas, redefinindo as relações das comunidades com o lugar que habitam e reforçando as desigualdades já existentes.

A alteração no regime natural do rio, com a criação de um estado permanente de seca em determinados trechos, substituiu o ciclo de cheias sazonais que sustentava a vida e as atividades das comunidades tradicionais. Essa transformação, descrita por Magalhães (et. al., 2016) como uma "situação inédita para todos os seres vivos", afeta de maneira decisiva a subsistência e a organização cotidiana dos povos que dependem do rio para sua sobrevivência. A suspensão da navegação no rio representa uma ruptura drástica nas dinâmicas socioeconômicas locais, reconfigurando o espaço onde essas comunidades vivem e trabalham. O rio, antes um eixo central de trocas, deslocamentos e sustento, foi transformado em um ambiente de incertezas e limitações, onde as práticas tradicionais se tornam cada vez mais inviáveis. A decisão técnica de desviar de forma parcial o rio para a operação de Belo Monte gerou impactos significativos, discutidos de forma extensa por Magalhães (et. al., 2016), como a defasagem de cerca de 60% entre a capacidade instalada da usina e sua energia firme. Essas mudanças evidenciam como grandes projetos de infraestrutura podem redefinir as relações das comunidades com o espaço que habitam, impondo novas barreiras ao modo de vida tradicional e reforçando desigualdades já existentes.

Nesse contexto, Magalhães (op. cit.) também destacam a divisão das atividades dos pescadores locais em dois tipos principais de pesca artesanal. A primeira é a pesca de peixes ornamentais, cuja demanda crescente abrange tanto o mercado nacional quanto o internacional. Dentre as espécies mais valorizadas estão o Acari Zebra (*Hypancistrus zebra*), endêmico da região, além do Amarelinho (*Baryancistrus xanthellus*) e do Picota Ouro (*Scobinancistrus aureatus*). Esses pescadores, conhecidos como "acarizeiros", em geral atuam de forma autônoma ou em pequenos grupos, com destaque para a significativa participação dos indígenas Juruna nessa atividade.

A segunda modalidade de pesca, voltada ao consumo e à comercialização, é realizada com o uso de canoas a remo ou equipadas com motores de popa. Essa prática envolve tanto grupos familiares quanto pescadores individuais, que têm como alvo espécies como tucunaré (*Cichla* spp), pacus (*Myloplus* e *Myleus* spp) e matrinxã (*Brycon* spp). O trabalho é marcado pela cooperação entre homens e mulheres, que pescam em grupos, duplas — muitas vezes formadas por casais — ou sozinhos em suas embarcações, conhecidas na região como "casco".

Ambas as formas de pesca, conforme analisado por Magalhães (op. cit.), dependem de um conhecimento sobremaneira enraizado no cotidiano dos pescadores, transmitido de forma oral de geração em geração. Esse saber, sempre atualizado, combina observação, intuição, raciocínio e prática acumulada, permitindo que essas comunidades se adaptem às condições naturais e às transformações impostas pela intervenção humana no ambiente. Assim, os

impactos de Belo Monte não apenas alteram o ecossistema, mas também desafiam a persistência de práticas e conhecimentos tradicionais fundamentais para a subsistência e identidade cultural dessas populações.

Mesmo diante de adversidades significativas, os pescadores entrevistados continuam a desempenhar suas atividades, divididas entre a pesca de subsistência e a captura de peixes ornamentais. A pesca destinada ao consumo e à comercialização, realizada com canoas a remo ou equipadas com motores de popa, reflete a restância dessas comunidades. Essa prática está fundamentada em um profundo conhecimento local, transmitido de geração em geração, que combina observação minuciosa, intuição, experimentação e saberes ancestrais. Esse repertório é ajustado às mudanças ambientais e às transformações impostas pela intervenção humana no rio Xingu.

A persistência dessas práticas revela não apenas a adaptação às adversidades, mas também as estratégias de sobrevivência que moldam as trajetórias dos pescadores artesanais e de subsistência. A partir deste ponto, exploraremos em detalhes essas trajetórias de vida e trabalho, com base nos relatos colhidos durante as entrevistas realizadas para esta tese. No próximo item, dedicaremos atenção específica à trajetória de Sebastião e seu filho Raimundo, oferecendo um olhar mais profundo sobre como essas comunidades enfrentam os desafios impostos por Belo Monte e preservam, na medida do possível, suas formas de vida tradicionais.

5.2 LEGADO DAS ÁGUAS: A TRANSMISSÃO DO OFÍCIO DOS PESCADORES ARTESANAIS EM MEIO ÀS MUDANÇAS AMBIENTAIS

A trajetória de vida e profissional dos pescadores Raimundo, com 36 anos, e de seu pai, Sebastião, com 74 anos, representa uma história que transcende gerações, pois vai além dos limites temporais e geográficas. Ao dedicar suas vidas à pesca e à vida ribeirinha na região de Altamira, próxima aos rios Xingu e Iriri, eles não apenas representam uma tradição ancestral, mas também enfrentam os desafios impostos por uma paisagem em mudança. Suas histórias são um testemunho da capacidade humana de enfrentar adversidades ambientais e sociais, e da determinação em preservar não apenas suas tradições, mas também o meio ambiente que os sustenta. Ao chegar à residência deles no Bairro Airton Senna, situado a mais ou menos 5 km da orla do Rio Xingu, por volta das 9 da manhã, testemunhei uma realidade marcada por desafios e determinação.

Apesar das transformações impostas por grandes projetos de desenvolvimento, a tradição familiar de Raimundo e Sebastião mantém suas raízes firmes na pesca e na vida ribeirinha,

mostrando como práticas e valores transmitidos ao longo de gerações continuam a orientar suas vidas. O rio e suas margens, antes um espaço de sustento e identidade, foram reconfigurados em um cenário de incertezas e limitações, onde a degradação ambiental e a perda de recursos essenciais desafiam a sobrevivência da comunidade. No entanto, a resistência em manter viva a tradição da pesca e a transmissão de saberes entre gerações revelam uma conexão vital com o ambiente, que vai além da mera subsistência. A pesca e a agricultura, com a comercialização do pescado como base econômica, não apenas garantem a sobrevivência material, mas também tecem uma rede de significados que conectam a família ao espaço onde vivem. Essa relação, construída ao longo de gerações, reflete um modo de vida que orienta escolhas, valores e relações com o mundo, mesmo diante das adversidades impostas por um contexto em constante transformação.

Essa tensão entre tradição e modernidade encontra eco nas reflexões de Pierre Bourdieu em *O Desencantamento do Mundo* (2021), onde ele examina o conflito entre lógicas tradicionais e modernas, tomando como exemplo o processo de colonização na Argélia. Bourdieu argumenta que a ideia de um *homo economicus* universal, promovida pelo capitalismo para expandir sua influência global, resulta na imposição de uma lógica estranha a culturas que possuem dinâmicas próprias. Essa abordagem "invade culturas" ao ignorar as especificidades locais, desestruturando modos de vida e apropriando-se dos espaços sociais para moldá-los segundo os interesses de um sistema econômico hegemônico. Embora o livro esteja fundamentado em uma análise sobre o contexto africano das décadas de 1960 e 1970, as reflexões de Bourdieu oferecem ferramentas para compreender processos contemporâneos, como as políticas de integração voltadas para a Amazônia. Essas políticas com frequência desconsideram as particularidades culturais e sociais da região, reproduzindo lógicas externas que transformam as estruturas locais de maneira profunda. Um exemplo disso é o impacto da construção da UHE Belo Monte sobre trabalhadores tradicionais, cujas práticas e formas de organização foram alteradas por mudanças sociais e econômicas impostas por um projeto de desenvolvimento que priorizou interesses globais em detrimento das dinâmicas locais.

Na análise de Pierre Bourdieu, a imposição de sistemas econômicos importados de culturas modernas capitalistas, em particular na Europa ocidental, sobre sociedades tradicionais, como a dos Cabilas na Argélia, cria um choque de temporalidades e valores. Esses sistemas econômicos trazem consigo uma lógica de eficiência, produtividade e linearidade temporal que é diferente das disposições culturais dessas sociedades, que operam em um tempo cíclico, baseado nas necessidades locais e nas práticas tradicionais.

Bourdieu argumenta que a economia pré-capitalista dos Cabilas está estruturada em um tempo circular, onde as atividades não são guiadas pela urgência de acumulação, mas pela repetição cíclica das estações e eventos sociais. Nesse contexto, o tempo do trabalho não está subordinado à lógica do mercado ou da produção intensiva, mas ao ritmo natural e às necessidades da comunidade. Quando sistemas importados do capitalismo europeu são impostos, o tempo linear, que exige planejamento, acumulação e produtividade constantes, entra em conflito com esse tempo circular.

Essa tensão entre temporalidades revela o profundo impacto cultural e social da colonização e da modernização forçada. A integração a sistemas econômicos modernos requer uma reconfiguração das disposições temporais das populações atingidas, levando-as a adotar práticas que nem sempre se alinham com suas tradições. Essa mudança não ocorre de forma automática ou harmoniosa, mas é acompanhada por rupturas culturais, resistências e ressentimentos. Bourdieu mostra que esse processo é uma forma de violência simbólica, pois obriga os indivíduos a internalizar lógicas externas que redefinem seu modo de vida. No caso dos Cabilas, o tempo linear não apenas reorganiza as relações de trabalho, mas também interfere em práticas sociais e simbólicas, desvalorizando o que antes era central para sua identidade cultural.

O mesmo pode ser observado em contextos contemporâneos, como na Amazônia, onde políticas de desenvolvimento ignoram as disposições temporais e culturais das populações locais, como indígenas e ribeirinhos. Projetos como a UHE Belo Monte impõem uma lógica de tempo linear, voltada para metas econômicas globais, desconsiderando a temporalidade cíclica e comunitária que estrutura as práticas e os modos de vida das populações tradicionais. Esse choque não apenas desestrutura as economias locais, mas também afeta sobremaneira os laços sociais e a identidade coletiva dessas comunidades, reproduzindo o mesmo tipo de tensões analisadas por Bourdieu no contexto argelino.

Enquanto a economia capitalista vê o tempo como dinheiro, Bourdieu observa que, em culturas pré-capitalistas como a dos Cabilas, o tempo é associado a alimento e satisfação com a vida, o que leva ao contraste entre uma lógica racional, calculista, que visa o lucro, e uma lógica agrícola baseada na intuição e no bem-estar. Quando a economia capitalista se sobrepõe a uma economia diferente, a mentalidade precisa mudar, pois é necessário adotar uma visão de tempo como recurso econômico, rompendo com práticas cíclicas e intuitivas. Bourdieu também observa que o produtor perde o controle da produção ao entrar na nova economia, pois, ao passar a receber um salário, cede sua autonomia produtiva ao empregador. Além disso, a tentação de gastar logo esse salário em bens promovidos pelo mercado é grande, o que resulta

em exploração — pela apropriação dos frutos do trabalho por terceiros — e desconexão temporal, já que o vínculo entre esforço e benefício direto se torna abstrato e distante.

Bourdieu (1997) argumenta que a modernidade, vista como um "estilo de vida participante" — um modelo que exige engajamento ativo no mercado, em relações sociais amplas e em instituições modernas —, muitas vezes leva as pessoas a se desconectarem de suas tradições e a entrarem de forma rápida no mundo da economia moderna. Essa mudança traz transformações significativas na forma como as pessoas interagem, pois exige a adaptação a novas normas e modos de vida. À medida que as comunidades tradicionais são impelidas a ajustarem-se à economia capitalista, surgem conflitos entre diferentes lógicas incorporadas: a lógica moderna, baseada no cálculo e no individualismo, contrasta com a lógica tradicional, que valoriza práticas coletivas, solidariedade familiar e o bem-estar comunitário. Esse embate de valores intensifica o choque cultural e a dificuldade de adaptação.

Diante do processo de deslocamento de centenas de famílias que redesenhou a paisagem urbana de Altamira, embora não tenham sido escolhidos para receber moradias nos RUC, as vidas de Raimundo e Sebastião foram sobremaneira influenciadas por eventos que redefiniram seus destinos. Sua história personifica a capacidade de se adaptar e persistir diante das mudanças, ressaltando a habilidade de transcender as águas turbulentas da transformação e do desafio, mantendo viva uma tradição que se entrelaça com as correntes dos rios que moldaram suas vidas.

Antigamente não tinha o negócio do gelo, era o peixe no cambo, não é? Pescava à noite, aí descia aqui para a cidade, fazia os cambos. Entregava para o atravessador, e o atravessador saía vendendo. Aí quando dava de tarde, o atravessador recolhia aquele dinheiro. Ele nos passava a nossa parte e nós fazia as compras do mês. Isso acontecia desde sempre, lá atrás praticamente, bem atrás mesmo, né? Que é o tempo que não existia o gelo ainda. (RAIMUNDO, 2024)

A família de Raimundo é composta por nove irmãos, a maioria dos quais não teve acesso à educação formal. Seguindo a tradição familiar de trabalhar nas atividades ligadas a floresta e ao rio, a educação era vista como secundária e muitas vezes negligenciada em favor das necessidades imediatas de sustento. Embora algumas oportunidades de educação estivessem disponíveis, como escolas locais, a prioridade sempre foi dada ao trabalho necessário para garantir o sustento da família. Isso resultou em uma falta de qualificação educacional que limitou as possibilidades de emprego fora do contexto das atividades ribeirinhas. O relato destaca a falta de oportunidades para quem não teve acesso à educação, resultando em empregos informais e uma condição socioeconômica sempre apertada.

Raimundo parou de estudar quando ainda era criança, conseguindo apenas terminar o ensino fundamental. Diferente de seu pai, Sebastião, que nunca aprendeu a ler ou escrever. Esse

contraste na família mostra como, mesmo antes da construção da usina de Belo Monte, a educação já era uma questão importante para eles. Raimundo teve que equilibrar a ajuda na pesca com seus estudos, um desafio que reflete a tensão entre seguir tradições e buscar um futuro diferente através da educação. Apesar de Raimundo não ter continuado os estudos depois do ensino fundamental, essa etapa já marca uma grande diferença entre ele e seu pai, evidenciando as distintas realidades dentro da mesma família. Com a chegada da usina, essas diferenças se tornam ainda mais significativas, pois enquanto Raimundo vê na educação uma forma de buscar novas oportunidades, Sebastião enfrenta as limitações de um mundo cada vez mais dependente da leitura e escrita, destacando as adaptações e desafios que cada um enfrenta diante das mudanças em sua comunidade.

Raimundo lembra que, assim como ele, muitos amigos da escola tiveram que parar de estudar cedo. Eles enfrentavam não só a falta de transporte para a escola, mas também a pressão para ajudar nas finanças da casa, muitas vezes trabalhando na pesca com suas famílias. Isso mostra como, mesmo valorizando a educação, as famílias dessas comunidades muitas vezes se veem sem escolha, priorizando o trabalho imediato para sobreviver. Essa situação destaca as dificuldades de acessar a educação em áreas mais isoladas, onde as necessidades do dia a dia podem limitar as oportunidades de aprender e crescer.

Não, ficaram na mesma que eu, não continuaram a estudar. Inclusive meus irmãos, meus primos estudavam e naquele tempo era só até a quarta-feira, na zona rural. Aí não tinha mais terminar o fundamental. Só tinha aula até o quarto ano, acabou, tinha que vim para a cidade. Para terminar aqui. E o custo de vida aqui na cidade, era alto [...] a questão do trabalho eu acho que desde quando eu me entendi por gente. Comecei a andar com meu pai no barco com 6 anos de idade. Já andava na polpa da canoa dele e ajudava a pescar e remar a canoa enquanto ele jogava a tela, ajudava a bater o canhão (RAIMUNDO, 2024).

A falta de investimento em educação na comunidade onde Raimundo e Sebastião vivem reflete um cenário de abandono que vai além da simples carência de infraestrutura. A improvisação de uma sala de aula em um antigo galinheiro simboliza a precariedade de um sistema que não prioriza o desenvolvimento humano e social. Essa realidade influencia de maneira decisiva a forma como eles encaram o trabalho e constroem suas identidades. Ao testemunharem o descaso das autoridades locais com a educação, Raimundo e Sebastião internalizam uma sensação de desvalorização, que se reflete em sua motivação e em suas expectativas em relação ao futuro. O espaço onde vivem, antes visto como um lugar de possibilidades e trocas, transforma-se em um ambiente de limitações, onde a ausência de políticas públicas reforça a exclusão e a desigualdade. As práticas e os valores transmitidos de geração em geração, como o respeito ao trabalho e a importância da família, entram em conflito com um contexto que não oferece oportunidades para que esses saberes se concretizem. Dessa

forma, a falta de investimento na educação não apenas compromete o presente, mas também molda as perspectivas futuras desses trabalhadores, afetando suas percepções sobre o valor do trabalho e o papel das autoridades na promoção de condições dignas de vida.

Em Altamira, vou falar um pouco da educação, porque lá onde nós moramos tem uma escolinha da nossa comunidade, ao lado da nossa casa. Aí a gente fez, tinha um galinheiro lá, que a gente criava as galinhas. A prefeitura foi lá e pediu aquele galinheiro para fazer uma salinha. É improvisado ali por 3 meses. Aí a gente foi, arrumou e a prefeitura ficou de fazer uma escola, pelo menos uma sala. Lá é bem simples, é coberta de palha, o chão é batido ainda. A prefeitura nunca voltou lá. Criaram um projeto no papel de fazer uma escola, mas até hoje, 3 anos depois, nunca foram. Hoje, está gotejando e a gente tá planejando comprar uma lona para cobrir para não molhar os alunos (RAIMUNTO, 2024).

A implementação da hidrelétrica de Belo Monte provocou transformações substanciais na comunidade. Raimundo e seu pai ressaltam que a crise no setor pesqueiro se intensificou de forma significativa após a conclusão da barragem, resultando em um impacto drástico na quantidade de peixes na região. No início, as expectativas eram otimistas, conforme relato de Raimundo. No entanto, essas esperanças foram frustradas diante dos desafios enfrentados pelos pescadores locais e das consequências negativas para a biodiversidade aquática:

A primeira reação que a gente tem é boa, né? É o progresso chegando e se fala logo em cima disso. É, é o progresso chegando, né? A vida das pessoas iria melhorar, né? iria gerar emprego, iria gerar renda. Sim, mas na verdade, para nós que mexe com tanto peixe, para nós não melhorou, só piorou porque destruiu o nosso Rio (RAIMUNDO, 2024).

O relato de Sebastião sobre a redução da quantidade de peixes e a crise na atividade pesqueira evidencia a transformação negativa tanto no meio ambiente quanto na economia local. Se antes a pesca sustentável garantia não apenas a subsistência, mas também a identidade cultural da comunidade, a escassez atual impôs desafios inesperados. A dependência econômica da pesca afetou de forma direta a estabilidade financeira das famílias locais, gerando um impacto que vai além da mera falta de recursos naturais. A crise, além de ameaçar a biodiversidade dos rios, alterou de maneira irreversível o tecido social e econômico da região. Embora Sebastião não se dedique mais à pesca nos dias atuais, suas palavras revelam uma certa nostalgia pelos "bons tempos da pesca", destacando a importância perdida que transcende a mera atividade econômica:

Nosso Rio não é mais o mesmo, trabalho na pesca há 74 anos. Hoje, tenho meu motorzinho de pesca, tenho meu barco, tenho meus isopores, só que eu não pesco mais, só para comer. Não pesco mais, só para mim. É porque eu me aposentei. Para mim, a atividade melhor do mundo que eu acho é pescar (SEBASTIÃO, 2024).

Outro aspecto que mudará de forma significativa a vida de Raimundo e seu pai será a mudança da casa que tinham próximo ao rio Xingu, casa esta que servia de apoio para a família quando retornavam à cidade para comercializar o pescado ou comprar mantimentos. A

transformação abrupta nas condições de moradia dos residentes dos RUC foi uma decisão que gerou impactos profundos. O processo de realocação, muitas vezes imposto sem uma consulta efetiva aos moradores, revelou-se uma mudança disruptiva, afetando não apenas o aspecto físico das habitações, mas também a conexão emocional e a dinâmica social dessas comunidades. Raimundo e seu pai, como já mencionado, não receberam casas nos RUC, sendo forçados a buscar alternativas em meio à incerteza.

Nós tínhamos uma casa ali na Ernesto Acioly, uma casa de madeira, a Norte Energia não quis dar no RUC porque a nossa era de madeira. Acharam que eles iam perder, né? Aí pegaram, deram uma indenização para nós, meu pai pegou 39 mil reais que foi aí que ele comprou essa aqui. Era só uma casinha de tábuas aqui. Aí foi obrigado a ele fazer o empréstimo para terminar a casa. (RAIMUNDO, 2024)

O Paulo foi é o meu filho mais velho que ficou com casa no RUC Jatobá, ele trabalha há 30 e poucos anos de pesca. (SEBASTIÃO, 2024)

O depoimento de Sebastião revela uma mudança drástica na vida das pessoas que foram afetadas pela construção da hidrelétrica de Belo Monte e a transição para a modernidade. Antes, Sebastião e sua família viviam em uma casa de madeira na Ernesto Acioly, sem a necessidade de pagar aluguel ou recorrer a empréstimos bancários. No entanto, a Norte Energia não concedeu a propriedade no RUC devido à construção ser de madeira, o que gerou uma indenização para a família, a quantia de 39 mil reais.

A indenização recebida por Sebastião e seu pai, embora tenha proporcionado recursos para a compra de uma nova casa, não foi suficiente para cobrir todos os custos da construção. Isso os obrigou a recorrer a um empréstimo bancário para completar a moradia, introduzindo uma nova dinâmica financeira em suas vidas. A necessidade de assumir dívidas para garantir um lar adequado reflete a mudança de um estilo de vida mais autossuficiente para uma dependência crescente de instituições financeiras.

Essa transição de uma vida sem endividamento para uma necessidade de empréstimos bancários ilustra os desafios enfrentados pelas comunidades locais diante da modernização forçada. A chegada da hidrelétrica não apenas transformou o ambiente físico, mas também remodelou as estruturas sociais e econômicas das comunidades ribeirinhas, deixando um legado complexo de adaptação e resistência. O relato de Sebastião é emblemático desse processo de mudança, evidenciando os altos e baixos experimentados por aqueles afetados pela construção de Belo Monte.

A família confrontou a necessidade de se ajustar a novas circunstâncias impostas pela construção da hidrelétrica. Além da nova residência na cidade, mantinham uma moradia numa ilha no Rio Iriri. A situação econômica, já precária, agravou-se após a conclusão da hidrelétrica. O enfrentamento de desafios como a perda de fontes tradicionais de alimento e as dificuldades

financeiras tornou-se uma constante na vida deles. Raimundo enfatiza que, diante dessas adversidades, a necessidade de adaptação impulsionou a busca incessante por alternativas, levando-os a reconfigurar não apenas seu modo de vida, mas também a visão de futuro. Esse processo evidencia a força e a determinação essenciais para lidar com as transformações impactantes que moldaram sobremaneira suas vidas.

Não nessa questão, não melhorou, né? No caso, vamos colocar de 2011 para cá, deu uma piorada, né, que foi depois que fez o Barramento aqui no Xingu. Aí a crise do peixe, né? O peixe praticamente sumiu. (RAIMUNDO, 2024)

A construção da usina transformou o território antes marcado pela proximidade com o rio e pela dinâmica da pesca em um espaço de exclusão e precariedade, redefinindo as relações das comunidades com o ambiente e os recursos naturais. Para Sebastião, pescador artesanal, essa mudança trouxe uma piora significativa em suas condições de vida. Ele viu suas tradições familiares serem desenraizadas diante do avanço da modernização, que alterou de maneira decisiva as atividades ligadas ao rio. Desprovido das práticas tradicionais de pesca que sustentavam sua família há gerações, Sebastião se viu desamparado diante da escassez de recursos que antes eram bastante disponíveis no rio. A alteração no ambiente natural e a falta de medidas adequadas de compensação desencadearam um desequilíbrio nas condições de vida do pescador artesanal, destacando os efeitos adversos da modernização sobre comunidades que dependem de maneira essencial dos recursos naturais para sua subsistência. Essa transformação do território em uma fronteira de exclusão evidencia como grandes projetos podem desconsiderar as dinâmicas locais, impondo novas barreiras ao modo de vida das populações tradicionais.

Fonte de pesca que nós pegávamos 30 pescadas, 25 as vezes, 15 quando dava ruim, hoje pega 3. Aí você sai de ponto em ponto para pegar 10 a 11 peixes, morreu vários pontos de Pesca. A pescada diminuiu, o Pacu diminuiu, a Curimatá diminuiu, tudo diminuiu. Aí começou a crise. Muitos pescadores, não largam logo de pescar que quando começou a barrar. E ele não tem condição, quase nem de pagar as despesas. A despesa, ela é grande. Eu tenho 74 anos e nasci e me criei aqui em Altamira, todos são pescadores na família. (SEBASTIÃO, 2024)

A entrevista com Raimundo destaca uma frustração palpável em relação à escassez de oportunidades de emprego e renda, após Belo Monte. Neste contexto, é inevitável fazer uma comparação com o passado, onde essa escassez também era uma realidade, embora talvez não tão acentuada. No entanto, o ponto crucial reside na qualidade dessas oportunidades e como elas foram afetadas ao longo do tempo. A construção da hidrelétrica de Belo Monte é apontada como um divisor de águas, pois, apesar das expectativas de desenvolvimento econômico e social, a realidade revelou uma deterioração na qualidade de vida na região. O que antes poderia ter sido encarado como uma promessa de progresso, agora é percebido como um catalisador

para a estagnação e até mesmo regressão socioeconômica. Essa dissonância entre expectativas e realidade é o cerne da frustração de Raimundo e de muitos outros, pois, embora a vontade de melhorar suas condições de vida seja evidente, as alternativas tangíveis para fazê-lo parecem cada vez mais escassas e inacessíveis. A constatação de que o passado não oferece mais garantias de um futuro melhor gera um sentimento de desilusão e impotência diante do panorama atual.

Figura 23 - Embarcação de comércio às margens do Rio Xingu



Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

A foto acima retrata um comércio estabelecido em uma embarcação de madeira às margens do Rio Xingu. Antes, a área era repleta de comércios locais e bares, no entanto, à medida que a construção da hidrelétrica de Belo Monte avançou, testemunhamos uma transformação drástica nessa paisagem. O que antes era um local movimentado agora se tornou uma raridade, com estabelecimentos comerciais como este se tornando cada vez mais escassos. Essa mudança ilustra não apenas a evolução do cenário econômico da região, mas também ressalta as consequências significativas que projetos de desenvolvimento como Belo Monte podem ter sobre as comunidades locais. A foto não apenas documenta uma parte importante da história local, mas também convida à reflexão sobre os impactos duradouros das mudanças ambientais e econômicas na região.

Sebastião reforça essa perspectiva apresentada na imagem ao comparar o antes e o depois da hidrelétrica, argumentando que a situação era melhor no passado, quando a vida ribeirinha era sustentável e as comunidades contavam com recursos naturais abundantes. O depoimento dele evidencia não apenas os impactos econômicos, mas também os ambientais, com a morte de peixes e a degradação do ambiente aquático.

A gente sempre morou, é no beiradão, como eu falei, aí nós sempre moramos em ilhas, aí vivia sempre do peixe mesmo. Aí a gente pescava, a gente pegava peixe, dava para sobreviver. Não era aquelas coisas boas, né? Mas dava para sobreviver, dava para sustentar a família, sobrava algum pouquinho. Era bom, graças a Deus, era muito bom, era o Rio, era livre, não tinha o banheiro que tem hoje. A dificuldade hoje é imensa da gente chegar aqui no Porto de Altamira [...]

Para lhe falar a verdade, hoje em dia ficou o terror, pois acabou a comidinha do peixe. Não tem como você pegar o peixe ultimamente, até o jornal aí revelaram. Apesar de eles não revelarem muita coisa, eles não mostram muita coisa. A mídia não mostra porque teme também represália. É uma empresa, a sociedade anônima agora, né? Que comanda, aí não mostra muito, mas a gente vê questão do peixe morrendo. Morreu tonelada e tonelada que nem morreu e nunca foi reportada aí. Então isso aí atinge diretamente a vida da gente, né? Porque se não tem peixe, não tem vida. A água está do jeito que está, arruma a lama um pouco. Aí o pouco de peixe que fica ainda é doente. (RAIMUNDO, 2024)

Sebastião, complementa a fala do filho:

Pois é, porque até a ração dos peixes cassados, também morreu, tudo no beiradão. O jeito é comer o que caía na água, né? Onde a água atingiu, morreu também. O peixe não ia poder comer no seco. O Camucá, a goiaba de junho, a goiaba de janeiro, isso tudo morreu, morreu tudo. (SEBASTIÃO, 2024)

A necessidade de Raimundo contar com o auxílio do Bolsa Família, recebido por sua esposa, reflete as dificuldades financeiras enfrentadas pela família após as transformações causadas pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. No começo, a pesca era a única fonte de subsistência para Sebastião e seu filho, Raimundo, mas as mudanças provocadas pelo empreendimento transformaram por completo a dinâmica da atividade, criando a necessidade de buscar outras fontes de renda. A aposentadoria de Sebastião, conquistada aos 65 anos por idade após uma batalha judicial com o auxílio de um advogado — já que ele não contribuía com o sindicato —, trouxe algum alívio, mas o valor de um salário mínimo mostrou-se insuficiente para cobrir as despesas da família. Nesse contexto, o benefício do Bolsa Família tornou-se uma fonte essencial de apoio, evidenciando como as políticas de assistência social passaram a desempenhar um papel crucial na subsistência de comunidades impactadas por grandes projetos de desenvolvimento.

Raimundo destacou a relevância dos benefícios governamentais na vida das comunidades pesqueiras, proporcionando um complemento de renda aos pescadores. Isso ressalta a importância das políticas governamentais tais como o programa de transferência de renda "Bolsa Família" e que serviram para apoiar a subsistência dessas comunidades, contribuindo

para a redução das disparidades socioeconômicas. Ao afirmar que o governo está sempre presente de alguma maneira, Raimundo expressa confiança na capacidade contínua do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em fornecer apoio, mesmo que em diferentes medidas. Isso reflete uma visão ao mesmo tempo crítica, considerando que foi durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2011, que a construção da hidrelétrica de Belo Monte teve início. Contudo, também sugere a esperança de que as instituições estatais desempenhem um papel crucial na promoção do bem-estar social.

A visão de Raimundo e, por extensão, das comunidades atingidas, se modula em resposta às políticas e projetos dos governos de Lula e Dilma, em especial por causa da hidrelétrica de Belo Monte. No governo Lula, programas como o "Bolsa Família" foram criados para combater a pobreza e melhorar a vida das famílias mais pobres, ganhando o apoio de comunidades carentes, incluindo as de pescadores. Por outro lado, a construção da hidrelétrica de Belo Monte, durante o governo de Dilma, gerou muita polêmica. Apesar de ser vista como uma forma de impulsionar a economia e garantir energia para o país, trouxe problemas ambientais e influenciaram de maneira decisiva as comunidades ao redor, mostrando um claro contraste entre promover o crescimento econômico e manter políticas que cuidem das pessoas mais necessitadas.

A complexidade desse contraste se acentua com a percepção de que, apesar dos desafios e críticas enfrentadas durante o governo de Dilma, ainda existe uma esperança entre as comunidades impactadas de que o retorno de Lula possa reacender o foco em políticas sociais mais inclusivas e atentas às necessidades das populações vulneráveis. Isso reflete não apenas uma crítica à forma como projetos de grande escala como Belo Monte foram conduzidos, mas também um fio de esperança de que um novo governo de Lula possa enfim alinhar as complexidades do desenvolvimento econômico com justiça social e ambiental.

Sebastião relata que teve seu ingresso precoce no mercado de trabalho, começando suas atividades aos 9 anos ao lado de seu pai no corte da seringueira. Mais tarde, com o declínio da economia da borracha na década de 1960, ele se voltou para a comercialização de peles de animais, como o Gato-do-mato, ou gato Maracajá, um negócio lucrativo na Amazônia naquele período²⁷. Esse percurso revela uma realidade social na qual o acesso à educação e as

²⁷ Após a queda dos preços da borracha na Amazônia em 1912 devido à concorrência das plantações da Malásia, as empresas que não faliram foram obrigadas a encontrar produtos substitutos. O comércio internacional de peles de animais amazônicos, que antes era mínimo, cresceu consideravelmente e persistiu por cerca de 80 anos, abastecendo os mercados dos Estados Unidos, da Europa e do sudeste do Brasil. Segundo levantamento do Departamento Estadual de Estatísticas do Estado do Pará, a produção de peles de animais em Altamira, em 1968, foi de 36.843 quilos, gerando uma renda bruta de 506.400,00 cruzeiros. Essas peles eram de ariranha, jibóia, jacaré, jacuraru, lontra, jacuruxi, queixada, veado, peludo, gato maracajá, jaguatirica e de onças (Jornal "O Globo", RJ,

oportunidades para uma infância desprovida de responsabilidades laborais eram escassas. A inserção precoce de Sebastião no mundo do trabalho não apenas moldou sua identidade e experiência de vida, mas também evidencia a influência das relações de trabalho na sua socialização. Nesse sentido, sua jornada laboral desde tenra idade não apenas reflete aspectos individuais de sua trajetória, mas também ressalta questões estruturais mais amplas, como a dinâmica das relações sociais e econômicas que permeiam o contexto em que viveu.

Comecei a cortar a seringa, sempre a seringa, com 9 anos de idade. O lugar que mais tinha índio no mundo [...] com meu pai, ele já morreu. Nós acordávamos às 3 horas da manhã, pegava a lamparina, enchia de querosene e saía para riscar a seringueira. Ele ia, a gente cortava de noite, aí quando o dia amanhecia a gente voltava para casa. Hoje a seringa já não dá mais nada. Eu ajudava meu pai desde os 9 anos, foi quando eu comecei o trabalho. Então eu não estudei, sou analfabeto, pois onde eu trabalhava não tinha sala de aula. A pesca naquela época era só para comer mesmo, só para comer. Não vendíamos peixe nessa época. Aí depois com os anos, acabou a seringa, não tinha mais valor e começamos a pescar no sal para vender. Salgava em torno de 1000 kg de peixe para vender. Não existia gelo, daí nós subíamos o rio, pescava, pegava o peixe e descia, eram 3 horas de lá até aqui em Altamira, nós saímos de noite. Chegando aqui nós enfiávamos os peixes nos cambos e entregava para os marreteiros e estes saíam na rua para vender. Aí quando ele chegava e prestava conta para nós, nós pegávamos o nosso e voltávamos (SEBASTIÃO, 2024).

O trabalho em conjunto com seu pai destaca a influência vital das relações familiares na formação do indivíduo e na transmissão de conhecimentos e práticas. A tradição de dedicar-se à mesma atividade ao longo de gerações evidencia a estabilidade dos caminhos profissionais, perpetuando ciclos específicos de trabalho. De geração em geração, os ensinamentos e as rotinas eram transmitidos, desde os madrugadores horários de trabalho até o uso da lamparina e a árdua tarefa de extrair látex das seringueiras²⁸. Estas atividades não apenas demonstram as condições desafiadoras enfrentadas pelos trabalhadores, mas também ressaltam a reprodução de práticas de exploração excessiva dos recursos naturais, sem considerar a sustentabilidade ambiental da floresta.

18/5/1971, p.3). Nas décadas de 1960 e 1970, a atividade de “gateiro”, como eram conhecidos os caçadores de peles de animais, possibilitou ganhos superiores inclusive à garimpagem. (ANTUNES, 2016).

²⁸ A extração do látex das seringueiras constituía uma das principais atividades econômicas da região, inserida no contexto mais amplo do chamado “Ciclo da Borracha”. Este ciclo teve dois momentos de grande apogeu: o primeiro entre o final do século XIX e início do século XX, e um segundo durante a Segunda Guerra Mundial, quando a demanda por borracha natural cresceu significativamente devido ao corte de suprimentos provenientes do Sudeste Asiático, controlado pelos japoneses. A região de Altamira, devido à sua vasta cobertura florestal, tornou-se um dos muitos locais na Amazônia onde a extração de látex ocorria. Os seringueiros, muitas vezes trabalhando em condições precárias e sob o regime de aviamento (um sistema de adiantamento de mercadorias em troca da produção futura de borracha), extraíam o látex fazendo cortes diagonais nos troncos das árvores de seringueira. O látex coletado era então coagulado para formar borracha natural, um processo que envolvia a adição de ácido acético ou ácido fórmico ao látex líquido. (WEINSTEIN, 1993). Esta atividade não apenas moldou a ocupação territorial e a economia da região de Altamira, mas também trouxe consigo profundas transformações sociais e ambientais. A dependência do extrativismo vegetal estimulou a migração de trabalhadores de outras regiões do Brasil, alterou modos de vida de comunidades locais e indígenas, e provocou impactos significativos nos ecossistemas locais.

Contudo, as práticas de extração do látex acabaram contribuindo para a escassez do material, levando ao declínio da atividade na região após a Segunda Guerra Mundial, quando as mudanças ambientais e econômicas não previstas afetaram de maneira intensa as fontes de subsistência das comunidades dependentes dos recursos naturais. Ao declarar que "hoje a seringa já não dá mais nada", Sebastião reconhece não apenas a mudança de cenário econômico, mas também a vulnerabilidade dessas comunidades. O fenômeno destaca não apenas a perda de uma fonte de sustento, mas também a fragilidade das comunidades dependentes de recursos naturais para sua sobrevivência.

A relação de Raimundo com seu pai, marcada pelo trabalho conjunto na extração do látex e, mais tarde, na pesca, reflete uma herança de práticas e saberes transmitidos de geração em geração. Essa transmissão não apenas garantia o sustento da família, mas também moldava a identidade cultural e ocupacional da comunidade. Com a construção da hidrelétrica e as mudanças na economia local, esse equilíbrio foi bastante afetado, destacando o desafio de conciliar desenvolvimento e sustentabilidade. Antes dessas transformações, havia um sistema estável, embora com recursos limitados, onde o conhecimento e as práticas tradicionais garantiam não apenas a subsistência, mas também um senso de pertencimento e continuidade. A pesca, assim como a extração do látex, não eram apenas atividades econômicas, mas parte integrante de um modo de vida que orientava as escolhas e as relações das pessoas com o ambiente e entre si. A ruptura causada pela hidrelétrica trouxe consigo a perda desse sistema, evidenciando como grandes projetos de desenvolvimento podem desconsiderar as dinâmicas locais e os valores que sustentam as comunidades.

A chegada da hidrelétrica representa um ponto de inflexão significativo. Na economia, enquanto prometia desenvolvimento e empregos, na prática, pode ter contribuído para aprofundar a crise econômica de quem dependia dos rios e da floresta para viver. O contexto pré-hidrelétrica já era de vulnerabilidade econômica, exacerbada pela dependência de um recurso natural que estava se tornando escasso devido à exploração insustentável.

Famílias, como as de Raimundo e Sebastião que antes viviam da pesca encontram-se agora diante de um novo desafio: adaptar-se a uma realidade onde as fontes tradicionais de subsistência foram alteradas ou destruídas pela modernização. Assim, ao analisar o impacto da construção da hidrelétrica, é essencial ir além das mudanças econômicas imediatas. Devemos considerar as consequências a longo prazo para a sociedade e o meio ambiente. Isso abrange a preservação das tradições locais, a perda cultural e de identidade decorrente de desafios econômicos, a transmissão contínua de conhecimentos e práticas entre gerações, a proteção ambiental e a garantia de uma qualidade de vida digna para as comunidades atingidas.

Nesse aspecto, a introdução do gelo na atividade de pesca é um marco importante nas vidas de Raimundo e Sebastião. O relato destaca como essa novidade impactou de forma positiva as práticas tradicionais, por proporcionar o aumento na produção de peixes. No entanto, essa mudança também evidencia a vulnerabilidade dessas práticas diante de fatores externos, como enchentes sazonais e acidentes imprevisíveis, como o que levou à perda do barco de Sebastião no alto Rio Xingu. Isso sugere uma interdependência complexa entre a modernização, os meios de subsistência e as condições de trabalho.

Não estou lembrado. Eu sei que quando chegou o gelo eu perdi um barco grande. Eu botava assim a base de 20 caixas de gelo dentro do barco, então subia, era de 3 a 4 dias. Eu estava com 1000 kg de peixe aqui na rua. Aquilo ali foi uma boa produção para mim, os meninos estudando e eu pescando. Depois o Raimundo começou a estudar, aí ele ficava em casa para ir para escola [...] essa época foi boa, nós caçava gato do mato. Eu falo para meus meninos, falo que eu fui um herói, se for contar minhas histórias hoje, para onde eu estou e por onde eu andei. Onde é hoje o Novo Progresso? Trairão, Moraes de Almeida, nós íamos caçar. Você não via uma folha cortada de facão de ninguém. Quando penso nessas cidades que falei, meu Deus, aqui o cacei demais. Aí eu nunca pensei na minha vida que aquilo ali iria morar gente. Hoje virou cidade sim, aí veio o desmatamento. De lá para cá veio a escalada e o Rio foi apertando, hoje está o desmatamento maior do mundo (SEBASTIÃO, 2024).

O relato de Sebastião sobre a época em que caçavam gato do mato vai além das simples lembranças de suas atividades de subsistência. Ele descreve com detalhes vívidos como as cidades agora transformadas pela urbanização e desmatamento eram antes vastas extensões de floresta, habitadas apenas por índios e animais selvagens. Essas reminiscências revelam não apenas a passagem do tempo, mas também as profundas consequências das mudanças ambientais e sociais. Para Sebastião, sua própria história é vista como a de um "herói" em meio a essas mudanças. Ele se vê como alguém que passou por todas as transformações, mantendo suas práticas tradicionais de pesca e caça para sustentar sua família em meio ao avanço da urbanização. Sua percepção de heroísmo destaca a importância atribuída às atividades ancestrais e à resistência frente à perda de um modo de vida mais simples e harmonioso com a natureza.

A constatação de que nenhum dos entrevistados teve carteira assinada e a afirmação de que sempre foram autônomos destacam a predominância do trabalho informal em suas vidas. Essa realidade pode ser interpretada como resultado da falta de oportunidades formais de emprego, da ausência de educação formal, ou mesmo da preferência por atividades autônomas ligadas à pesca. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de ocupação no Pará é de 60,5% no segundo trimestre de 2021. Em Altamira, o número de pessoas ocupadas naquele ano era de 19.902, representando 16,96% da população. Esses dados reforçam a compreensão de que, em contextos como o de Altamira, a economia local pode ser

impulsionada de forma significativa por trabalhos informais e autônomos, os quais, apesar da falta de formalização, são essenciais para a sustentação de muitas famílias.

A breve troca de palavras na entrevista sobre a possibilidade de os filhos de Raimundo seguirem a profissão de pescador não apenas toca na continuidade das práticas familiares, mas também desvenda camadas complexas das percepções sociais e das pressões econômicas enfrentadas por comunidades ribeirinhas. O relato ilumina o embate entre a valorização das tradições e o estigma associado com frequência ao trabalho manual e às profissões informais, como a pesca, vistas por alguns como menos prestigiosas ou promissoras em comparação com empregos formais ou carreiras urbanas.

O dilema de Raimundo reflete uma realidade mais ampla vivida por muitas famílias em áreas onde a pesca não é apenas um meio de subsistência, mas também uma herança cultural. No entanto, a transmissão dessa tradição é complicada pelas condições socioeconômicas desafiadoras, incluindo a insegurança financeira, a volatilidade dos mercados de peixe e os impactos ambientais que ameaçam os ecossistemas aquáticos. Além disso, a crescente ênfase na educação formal e nas oportunidades de emprego em setores mais estáveis pode desencorajar as gerações mais jovens de seguir os passos de seus pais, contribuindo para uma potencial erosão das práticas de pesca tradicionais.

Essas tensões revelam a complexidade de manter vivas as tradições familiares em um mundo em rápida transformação, onde as pressões econômicas e as mudanças nas percepções sociais podem influenciar de forma decisiva as decisões individuais e familiares sobre o futuro. A discussão em torno da possível continuidade dos filhos de Raimundo na pesca não é apenas sobre a escolha de uma profissão; trata-se de um ponto de inflexão que encapsula as lutas entre preservar um modo de vida e adaptar-se a novas realidades socioeconômicas.

Figura 24 - Caixas para armazenamento de peixes às margens do Rio Xingu



Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

Na imagem, podemos ver uma grande caixa d'água posicionada às margens do Rio Xingu. Dentro estão dispostas diversas pequenas caixas plásticas vazias, prontas para serem utilizadas no armazenamento de peixes durante a pescaria. Estas representam a infraestrutura necessária para a atividade pesqueira na região, destacando a importância desse recurso para os pescadores locais após as mudanças causadas pela hidrelétrica. A cena transmite uma sensação de preparação e organização para a atividade de pesca, evidenciando a adaptação das comunidades ribeirinhas às transformações ambientais e socioeconômicas ocorridas na área.

Se considerarmos a chegada da Usina de Belo Monte e seu impacto significativo na região, as reflexões de Raimundo sobre os desejos para seus filhos em relação à profissão de pescador adquirem uma camada adicional de complexidade. Antes da usina, a pesca poderia ser vista não apenas como uma fonte de renda, mas também como uma prática cultural e um modo de vida passado de geração em geração. No entanto, o período pós-hidrelétrica trouxe consigo uma série de desafios ambientais, econômicos e sociais, tornando a pesca uma atividade cada vez mais incerta e precária. A diminuição dos estoques de peixes, a alteração dos cursos de água e a consequente redução das áreas de pesca disponíveis impõem barreiras significativas à sustentabilidade dessa prática.

Nesse contexto, a resposta de Raimundo, expressando sua não preferência por essa carreira para seus filhos, reflete uma adaptação às novas realidades impostas pela presença da usina. Ele reconhece os desafios e as dificuldades amplificados pelo impacto ambiental e socioeconômico da hidrelétrica, sugerindo uma preocupação maior com o futuro, o bem-estar e a qualidade de vida de sua família. Isso indica uma mudança nas perspectivas sobre a pesca como profissão, onde a segurança e a estabilidade se tornam prioridades maiores em comparação com a continuidade de tradições familiares ou a ligação com um modo de vida valorizado ao longo de suas histórias.

Portanto, a chegada da Usina de Belo Monte atua como um divisor de águas na percepção e na realidade da atividade pesqueira na região, influenciando as aspirações e expectativas de Raimundo em relação ao trabalho e ao futuro de sua família. A decisão contra a continuidade da profissão de pescador nos filhos de Raimundo não é apenas uma escolha pessoal, mas também uma resposta adaptativa a um ambiente transformado por intervenções humanas em grande escala.

Eu não queria porque eu sinto que é sofrida. A gente faz porque tem que fazer para criar os filhos. Um jeito que a gente tá aí que a gente teve essas perca aí, né? Questão da pesca, tudo. (RAIMUNDO, 2024)

A expressão "sinto que é sofrida" sugere a percepção de Raimundo sobre a natureza difícil e árdua da profissão de pescador nos dias atuais. Apesar das dificuldades, tanto ele quanto Sebastião não veem seguir outro caminho como uma alternativa viável, pois gostam do trabalho que fazem. Esse sentimento pode refletir uma consciência das condições adversas enfrentadas pelos trabalhadores da pesca, como longas jornadas, incertezas quanto à captura e variações nas condições climáticas. Essa consciência do sofrimento associado ao trabalho sugere uma dimensão social em que as experiências laborais moldam as perspectivas e aspirações individuais e familiares. Mesmo reconhecendo as dificuldades, Raimundo e Sebastião valorizam o trabalho como parte integrante de suas vidas e identidades, o que influencia de forma significativa a maneira como encaram as adversidades e persistem em suas ocupações.

A fala de Raimundo sobre dedicar-se à pesca "porque tem que fazer para criar os filhos" revela mais do que a pressão econômica: sugere uma profunda conexão com sua ocupação. Embora enfatize a necessidade como motivação principal, essa declaração deixa transparecer entre linhas o apreço pela pesca, um trabalho que, apesar de suas exigências e desafios, é escolhido e valorizado. Essa situação destaca como, mesmo em um contexto de escolhas limitadas pelas circunstâncias socioeconômicas, a paixão e o contentamento pela profissão conseguem encontrar espaço. Ao falar da pesca como um meio de sustento, Raimundo de

maneira implícita reconhece também o valor intrínseco desse trabalho, não apenas como uma obrigação, mas como uma parte integral de sua identidade e modo de vida.

É para falar a verdade, deu uma melhoria um pouco, né? É deu uma melhoria um pouco, sim, porque. É antigamente, né? A gente ia para a escola de Remo, era remando na Canoa. Aí hoje em dia o governo já disponibiliza o transporte, aí já fica mais claro. É o transporte escolar, a questão de benefício que foi criado pelo governo federal, né? Daí tudo ajuda a suprir a renda do Pescador do ribeirão, seja lá do que for, né? Daquele que tem a necessidade mesmo o governo está sempre ajudando, seja lá de alguma forma, está ajudando (RAIMUNDO, 2024).

Quando questionado sobre o papel das organizações sociais de pescadores na defesa de seus direitos e interesses, Raimundo expressa suas frustrações com a Colônia de Pescadores Z-57 de Altamira, destacando a falta de apoio que evidencia um problema maior nas relações entre os pescadores e as instituições que deveriam ajudá-los. A insatisfação dos membros com as organizações representativas vai além, questionando a eficácia dessas entidades em atender às necessidades e direitos dos pescadores de Altamira, o que ressalta a importância de ouvir e respeitar as vozes desses membros diante de grandes projetos como Belo Monte.

É a gente tem filiação na colônia, né? Colônia de Pescador de Altamira, a Z-57. Mas é aquela coisa, deixa a desejar, né? Não dá o devido tratamento, assistência para o Pescador [...] muita coisa não pode se falar, né, mas deixou a desejar a colônia de pesca e praticamente abandonou o pescador. Porque a empresa (Norte Energia) deu caminhonete para a colônia de Pescador, deu reforma de colônia. E outras coisas que a gente não pode falar, né? Os pescadores mesmo não tiveram assistência de nada (RAIMUNDO, 2024).

A discussão sobre a criação de uma cooperativa de pescadores sugere uma esperança inicial de melhorias, em especial após a construção da hidrelétrica. No entanto, conforme relato de Raimundo, as expectativas foram frustradas devido a problemas de gestão e desvio de recursos. Essa situação destaca a vulnerabilidade dessas comunidades frente a promessas que, em última instância, não se concretizaram, deixando os pescadores em uma posição desfavorável.

Ali criou sim, né? Uma expectativa grande que a Norte de Energia ia fazer uma cooperativa, sim, para melhorar a vida dos Pescador e dar como compensação financeira através dos danos causados no rio e nos peixes. Aí ela ia dar como uma compensação. Uma cooperativa seria boa, se fosse uma coisa bem realizada, seria muito bom. Ajudaria muito, porque cooperativa era o mercado do peixe, sim. Aí a gente ia ter o direito nos boxes para vender o peixe. Ficava bom, pois iria tirar o Pescador da mão do atravessador (RAIMUNDO, 2024).

A narrativa de Raimundo sobre o desvio de verba para a criação da cooperativa indica uma série de falhas nas instituições envolvidas. A eleição de representantes sem consulta prévia aos pescadores mostra a falta de participação democrática na tomada de decisões que podem afetar de forma decisiva suas vidas. A frustração diante do desvio de recursos para aquisição de fazendas e gado revela a desconexão entre as intenções originais da cooperativa e a prática corrupta que se instaurou.

Mas aí quando montou essa cooperativa, colocaram o diretor. Criou-se um delegado lá dentro. Aí aconteceu. É que não podia acontecer o desvio de verba, né? É questão de milhões e foi desviado lá, que era o famoso capital de giro. Hum, aí o prédio foi feito (RAIMUNDO, 2024).

Raimundo percebe de maneira crítica a morosidade da justiça em resolver o caso, destacando a lentidão e ineficácia do sistema judicial. A multa aplicada pelo IBAMA à Norte Energia, embora tenha proporcionado algum alívio financeiro para alguns pescadores, também evidencia a falha do plano da cooperativa em atender de forma devida às necessidades dos pescadores.

E aí está na mão da justiça aí, né? Porque foi desviado, é o dinheiro foi desviado. A gente fala com a autoridade, porque a gente sabe de autonomia. Foi desviado para a fazenda. Foi provado na injustiça, foi desviado para comprar a fazenda para comprar gado e outras coisas mais. É aí então acabou aí. Enterrou de vez o os planos que poderia ser uma melhoria [...] começou a construir, acho que em 2015, por aí. Aí, 2017. 2018 2019 é foi criado os projetos, né? Foi uma coisa que a gente jurava que ia dar certo. Criou-se esses projetos no papel, era muito bonito. Ia mexer com alguns, ia mexer com criatório de peixe, iam fazer financiamento para comprar barco, comprar isopor, malhadeira trás de pé. Eu jurava que ia para frente aí, mas procuraram o capital de giro e já tinham comido tudo [...] Rapaz, tem vários anos já na justiça. E até agora a justiça ainda não deu, né? A decisão nenhuma. O Ministério público federal. A norte de energia entrou com um pedido é para requerer os bens, né, que foi adquirido com aquele dinheiro. E a justiça a gente sabe que a justiça é muitas vezes é lenta, né? E até muitas vezes até falha mesmo aí. Demora muito tempo. Enquanto isso, já morreu muitos pescadores. Aí em cima da expectativa ainda da cooperativa, os pescadores foram para a rua para a luta. Não sei se o senhor acompanhou. Foram para a luta, pressionar o Ibama que o Ibama é responsável pela licença da operação. Inclusive eu há um tempo ando direto nessas manifestações, estou à frente dela daí e a gente sempre pressionando, seja Ministério público federal, seja no IBAMA. (RAIMUNDO, 2024).

A crítica de Raimundo à facilidade com que pessoas não envolvidas na pesca podem obter filiação na colônia de pescadores destaca a distorção do propósito original dessas organizações. A percepção de que comerciantes, moto-taxistas e outros se filiam apenas para obter vantagens, sem contribuir de forma efetiva para a comunidade pesqueira, revela um desequilíbrio nas políticas de associação.

Mas inclusive gerou uma multa para cima da Norte energia. O Ibama gerou uma multa. É como não funcionou, né? Esse plano aí da cooperativa. Esse projeto não foi à frente. O Ibama multou a Norte energia num valor de 20 mil para pagar para cada Pescador [...] para cada Pescador cadastrado, aí a Norte energia chamou 1.976 Pescadores e pagou, e os outros pescadores ficaram sem receber. Até agora, nada, inclusive eu [...] pagou as pessoas que nem Pescador era, pagou o moto táxi. Comerciante aqui em Altamira, enquanto os pescados. Hoje em dia ficou fácil, basta você ser um comerciante, ser um moto-taxi, um taxista, não tirando o direito dele, né? Mas ele vem aí na associação do Pescador, tira uma carteirinha, se filia, aí pagam a mensalidade, que é tudo que o presidente quer, a mensalidade (RAIMUNDO, 2024).

As entrevistas de Raimundo e seu Pai Sebastião destacam a complexidade das relações entre os pescadores ribeirinhos e as organizações que deveriam representá-los. Elas apontam para a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e transparente na gestão de recursos e na formulação de políticas que que podem influenciar sobremaneira essas comunidades. A falta

de confiança nas instituições, as promessas não cumpridas e a percepção de corrupção revelam a urgência de abordagens mais justas e participativas para atender às necessidades dessas populações vulneráveis.

Não precisa ser pescador, basta pagar aquela mensalidade para pegar a carteira. Aí, para os pescadores que moram lá no Rio, eles não têm os 300 reais para vim se filiar na colônia, aí fica de fora. Ele sendo o Pescador nativo na teta e cria lá. Quando o comerciante tá aqui, ganhando dinheiro, moto, táxi, tem direito, aí tinha o direito dele (RAIMUNDO, 2024).

Nós vivemos a vida inteira lá em cima, na época tinha muita carapanã. Hoje o comerciante daqui, vai lá na Colônia de Pescador, tira a carteira e vira pescador também, sem nunca ter pescado. Na época do defeso, temos o pagamento do auxílio por 4 meses, para o pescador ficar parado ali, enquanto o peixe está no defeso (SEBASTIÃO, 2024).

Raimundo e Sebastião são membros da Igreja de Deus Pentecostal do Brasil, o que revela uma forte ligação com sua fé e espiritualidade. De acordo com a análise de Jessé de Souza em *Os batalhadores brasileiros* (2012), a fé desses dois homens pode servir como um ponto de conexão entre sua experiência na religião pentecostal e suas condições sociais e econômicas. Diante das significativas mudanças provocadas pela construção da hidrelétrica, eles encontram na sua fé um apoio emocional, evidenciando assim a estreita relação entre religião e contexto socioeconômico.

Jessé de Souza (2012) argumenta que o pentecostalismo, como religião dos dominados, está em sintonia com as formas modernas de exclusão e dominação engendradas pelo capitalismo. Os batalhadores, assim como a “ralé estrutural” encontram no pentecostalismo uma forma de construir sentido em meio à marginalização social e à falta de oportunidades econômicas. A fé pentecostal oferece uma estrutura moral e social que ajuda a enfrentar os desafios do dia a dia e a buscar uma vida melhor. A religião não apenas fornece consolo espiritual, mas também molda as atitudes em relação ao trabalho, à solidariedade comunitária e à aspiração por um futuro mais seguro e próspero. Para Raimundo e seu pai, a religião não é apenas uma questão de crença, mas uma parte fundamental de sua experiência de vida e de sua luta por uma posição melhor na sociedade.

Raimundo e Sebastião têm uma visão política mais inclinada para a esquerda, preferindo políticas que ajudem as pessoas que mais precisam. Isso vem das suas próprias experiências de vida e de como eles veem o impacto das decisões do governo no dia a dia. Quando comparam os governos de Bolsonaro e Lula, eles gostam mais do governo de Lula. Eles acham que Lula fez mais melhorias reais na vida dos trabalhadores, em especial dos pescadores, como tornar mais fácil conseguir empréstimos para comprar equipamentos de pesca. As opiniões políticas deles vêm das coisas que vivem e veem, o que afeta de forma decisiva o trabalho que fazem.

As observações de Raimundo e seu pai sobre a falta de concretização do projeto de construção de uma escola e os problemas enfrentados com o transporte escolar não apenas apontam para a ineficiência na gestão pública local, mas também revelam a frustração e desilusão desses indivíduos diante da negligência em relação à educação na comunidade. A demora na realização de projetos essenciais como esse pode influenciar de maneira decisiva a percepção deles sobre o valor do trabalho e a importância da educação como meio de desenvolvimento pessoal e social. A dificuldade em garantir profissionais dispostos a trabalhar nas condições precárias do transporte escolar também sugere uma desvalorização do trabalho e uma sensação de impotência diante das dificuldades enfrentadas. Essa situação evidencia como o território, antes visto como um espaço de oportunidades e conexões, foi transformado em uma fronteira de exclusão, onde o acesso a serviços básicos, como educação e transporte, é limitado e precário. Essa nova configuração reforça as desigualdades e marginaliza ainda mais as comunidades que dependem desses serviços para garantir um futuro melhor.

Além disso, as dificuldades no acesso aos serviços de saúde, como a falta de agentes comunitários e recursos médicos, evidenciam uma realidade preocupante que pode afetar a subjetividade de Raimundo e seu pai, criando um sentimento de vulnerabilidade e desamparo em relação à própria saúde e bem-estar. A desconexão entre os royalties provenientes da hidrelétrica e sua efetiva aplicação em áreas prioritárias, como saúde e educação, também pode gerar uma sensação de injustiça e desigualdade, alimentando o descontentamento e a falta de confiança nas instituições responsáveis pela gestão desses recursos. Assim, as preocupações levantadas por Raimundo e seu pai não apenas evidenciam os desafios práticos enfrentados pela comunidade, mas também podem moldar sua visão sobre o trabalho, a educação, a saúde e a justiça social, influenciando sua subjetividade e suas perspectivas de futuro.

A gente vê que a verba vem, pois é, aí é mal administrado através do administrado. Belo Monte é isso, os royalties, né? Mas a saúde lá não existe, a gente vem pedir às vezes na Secretaria de Saúde para disponibilizar um agente comunitário de saúde para dar um encaminhamento. Daí eles não disponibilizam e dizem que estão cortando gastos, pois não tem recursos. E nossa comunidade é uma comunidade assim grande, lá é em torno de 80 pessoas. Daí não tem como botar a roça lá, né, porque é uma ilha pequena. Então o jeito é ser pescador. Galinha, criação é pouca que não pode plantar. A gente ainda compra o milho para pegar aquele peixe que não vende, né? Como a Cachorra, o caiba, a gente cozinha e o resto a gente dá para as galinhas. E assim, nós vamos tocando a vida (RAIMUNDO, 2024).

Desafios sociais, como a falta de infraestrutura educacional, a precariedade na saúde e as dificuldades na organização sindical, a promessa de uma cooperativa como forma de compensação que não se concretizou, resultando em desconfiança nas instituições locais, ilustram as complexidades enfrentadas pelos trabalhadores que vivem da pesca na cidade de Altamira. A história de Sebastião e Raimundo é marcada pelas mudanças sociais, econômicas

e ambientais desencadeadas pela construção da hidrelétrica, mostrando as complexidades da vida em comunidades ribeirinhas. As histórias desses indivíduos revelam a complexa interação entre fatores econômicos, ambientais, políticos e culturais que influenciam bastante suas vidas. Elas evidenciam uma capacidade de adaptação às transformações, assim como as interações entre diversas formas de capital e as emergentes estruturas sociais, de forma gradual reorientando o curso de suas trajetórias.

5.3 DO NORDESTE A ALTAMIRA: MUDANÇAS E DESAFIOS NO CAMINHO PARA O RUC SÃO JOAQUIM

A trajetória de Rita e sua família é exemplar das profundas transformações e desafios enfrentados por aqueles que migram em busca de melhores condições de vida. Originária do Ceará, a mudança para Altamira e o estabelecimento no RUC São Joaquim marcaram uma nova fase em suas vidas, repleta de adaptações e aprendizados. Ao visitar sua residência no fim da tarde, às 17 horas, fui apresentado a um relato detalhado que não apenas traça suas origens, mas também desdobra as experiências vividas pela família. Esse contexto é fundamental para compreender como Rita conforma suas disposições sociais e percebe o trabalho. A narrativa evidencia que as vivências moldaram de forma significativa sua visão de mundo, em especial a relação com o trabalho, refletindo uma adaptação às novas realidades sociais e econômicas impostas pela mudança de ambiente. Essas disposições, formadas ao longo de sua jornada, ilustram a maneira como Rita encara os desafios e oportunidades na nova cidade, revelando os efeitos duradouros de suas origens e das mudanças vivenciadas pela família.

A conexão de Rita com seu pai era marcante, refletindo uma relação construída a partir de valores, práticas e experiências compartilhadas. Ele, pedreiro de ofício, e sua mãe, habilidosa na costura e dedicada ao cuidado da casa, criaram uma base familiar sólida, mesmo diante das dificuldades. Antes da construção da hidrelétrica na região, a família de Rita tinha na pesca sua principal fonte de sustento, uma atividade que não apenas garantia o sustento material, mas também moldava seu modo de vida e suas relações com o ambiente. A narrativa de Rita revela não apenas os desafios de sua trajetória, mas também a capacidade de adaptação e as transformações que marcaram sua vida ao longo do tempo. Apesar das limitações educacionais de seus pais, Rita herdou deles um conjunto de habilidades e valores que orientaram suas escolhas e sua forma de lidar com as adversidades. Essa herança familiar, transmitida de geração em geração, evidencia como as práticas e os saberes locais se entrelaçam com as

histórias individuais, influenciando a maneira como as pessoas se relacionam com o mundo e enfrentam as mudanças impostas por grandes projetos de desenvolvimento.

A família de Rita e seus quatro irmãos exemplifica bem o que se entende por "comunhão positiva", uma coesão e solidariedade que não apenas reforça o apoio mútuo diante das adversidades, mas também influencia sobremaneira suas abordagens e atitudes no ambiente de trabalho. Esta unidade familiar, construída sobre vínculos de colaboração e apoio mútuo, promove uma força de superação e determinação colaborativa no trabalho, essenciais nas escolhas profissionais e no engajamento nas atividades laborais de cada um. A experiência de superar dificuldades juntos tem moldado disposições que destacam a importância da colaboração, da perseverança e de um compromisso de trabalho compartilhado. Assim, a jornada de Rita e seus irmãos ressalta como o suporte e apoio da dinâmica familiar são cruciais na formação de disposições que transcendem o âmbito pessoal e se projetam no campo profissional, revelando o impacto significativo das relações familiares nas trajetórias de trabalho.

Eu tenho quatro irmãos. Tenho três. Duas mulheres e um homem, tem uma de criação. Que é da filha da minha irmã mais velha, que a minha mãe registrou, e a minha irmã também. É muito boa a minha comunhão com eles [...] Apesar de muitas fatalidades que aconteceram sobre as nossas vidas, mas hoje a gente se dá muito bem (RITA, 2024).

Ao abordar as condições econômicas, Rita caracteriza sua família como pescadores, vivendo da pesca como principal atividade. No entanto, ela observa as mudanças drásticas na área de pesca após a construção da hidrelétrica, apontando para as dificuldades crescentes em obter sustento a partir dessa atividade.

Eu morava na beira do Igarapé Altamira. Só quando eles indenizaram que a gente veio aqui para o RUC [...] A economia da minha família é como se fôssemos pescadores. Nós somos uma família de pescadores, eu e meu esposo. Eu andava com ele. Hoje eu tenho um filho que também é pescador e nós vivemos da pesca, na medida do possível (RITA, 2024).

A mudança para o RUC São Joaquim decorreu da indenização proveniente da construção da hidrelétrica. Rita observa que a transição foi bastante rápida e que a família não encontrou resistência durante esse processo. No entanto, ela destaca os atuais desafios enfrentados na atividade pesqueira em comparação com o período anterior à construção da barragem. A escassez de peixes e a necessidade de se deslocar para áreas mais distantes em busca de sustento evidenciam as dificuldades enfrentadas pela família na nova realidade.

Figura 25 - Barcos de Pesca nas margens do Rio Xingu



Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

A imagem acima mostra embarcações de pescadores às margens do Rio Xingu, no início de 2024, destacando as transformações ambientais e seus impactos nos meios de subsistência desses trabalhadores após a conclusão da hidrelétrica de Belo Monte. Antes da construção da barragem, o Rio Xingu representava uma fonte crucial de recursos naturais para os pescadores locais, sustentando não apenas suas famílias, mas também a economia regional. No entanto, com a implementação da hidrelétrica, esses pescadores se depararam com desafios significativos devido às mudanças no ecossistema fluvial. A alteração no fluxo do rio, a diminuição da quantidade de peixes devido à obstrução do curso d'água e a perda de habitats aquáticos naturais são apenas alguns dos impactos ambientais observados após a construção de Belo Monte. Para os pescadores, essas mudanças representam uma ameaça direta às suas formas de subsistência tradicionais, acarretando em dificuldades econômicas e incertezas quanto ao seu futuro.

O relato de Rita sobre o processo de mudança para o RUC ressalta a relativa facilidade que ela experimentou devido ao fato de seu esposo pertencer a uma família indígena.

Processo de mudança da onde nós morávamos para cá. Para mim não teve muita dificuldade porque meu esposo, ele é indígena, né? Ele é da família de índio, então não teve muita dificuldade, não teve muito trabalho, foi rápido, mesmo. Quando começaram a remover, nós fomos as primeiras pessoas se mudar para RUC (RITA, 2024).

A construção de Belo Monte e o reassentamento das comunidades trouxeram consigo uma série de desafios que vão além da realocação física. A transformação do território, antes marcado pela proximidade com o rio e pela dinâmica da pesca, em um espaço distante e desprovido de conexões, criou uma nova fronteira de exclusão. Essa fronteira redefine as

relações das comunidades com o espaço, limitando suas possibilidades de subsistência e reforçando desigualdades já existentes. A falta de infraestrutura de transporte, por exemplo, compromete a mobilidade e as oportunidades de emprego nos RUC, evidenciando a necessidade de políticas públicas que enfrentem esses desafios de forma integral. Rita, ao relatar suas dificuldades, destaca como a ausência de transporte adequado dificulta o acesso a empregos e serviços, agravando as condições de vida de sua família e de outras comunidades reassentadas. Esse aspecto ressalta a importância de uma abordagem holística nos processos de reassentamento, que considere não apenas a realocação física, mas também as infraestruturas e serviços essenciais para garantir uma transição mais suave e equitativa.

O relato de Rita sobre interromper seus estudos aos 11 anos devido ao casamento destaca as influências das normas culturais e de gênero em suas escolhas de vida. Sua declaração sobre o arrependimento de não ter concluído a educação pode ser interpretada como uma ilustração das barreiras enfrentadas por algumas mulheres em contextos socioculturais específicos. Nessas situações, as expectativas tradicionais muitas vezes limitam as oportunidades educacionais e profissionais das mulheres.

Eu comecei, mas parei de estudar com 11 anos, quando eu casei. Mas os meus pais, eles me incentivavam muito eu estudar foi a cabeça mesmo que virou. Casei, mas até hoje eu gosto de ler e uma coisa que eu me arrependo muito. Se eu pudesse, né? Voltar atrás era ter terminado meus estudos, ter estudado (RITA, 2024).

A perda de contato com vizinhos e colegas de infância, resultante da mudança para o RUC, destaca um aspecto comum no processo de reassentamento das famílias nos novos bairros criados pela Norte Energia. A falta de laços sociais pode ter implicações significativas na coesão comunitária e no bem-estar emocional desses indivíduos. Isso ressalta a importância de considerar não apenas as questões práticas, mas também as dimensões sociais e psicossociais nos processos de reassentamento.

A resposta de Rita sobre o lazer aponta para uma visão equilibrada em relação ao trabalho e ao tempo livre. A percepção de que o lazer ajuda a "sair e espairer" revela uma compreensão da importância do descanso para o bem-estar e, por extensão, para o rendimento no trabalho.

A entrada precoce no mercado de trabalho, aos 12 anos, indica uma realidade comum em contextos sociais nos quais as condições econômicas exigem a contribuição da família desde tenra idade. De início, como dona de casa e em seguida na parceria com o esposo na atividade de pesca, Rita compartilha uma história de participação ativa na economia doméstica.

Os meus pais é que nem eu te falei, a minha mãe cuidava de casa e vendia churrasquinho na rua e meu pai, trabalhava de pedreiro. Só o dos meus avós, que eu não me lembro (RITA, 2024).

A transição de trabalhar na pesca para se tornar empregada doméstica destaca a flexibilidade ocupacional de Rita. Sua experiência abrange tanto o trabalho autônomo como o emprego formal, indicando uma capacidade de adaptação às diferentes demandas do mercado de trabalho. A breve experiência de Rita com o desemprego, em especial quando as condições de pesca se tornaram desfavoráveis, destaca a vulnerabilidade dos trabalhadores em setores dependentes de fatores externos, como as condições climáticas ou as flutuações do mercado. Em outro momento, Rita relata a preferência em ter um negócio próprio em vez de trabalhar de carteira assinada, sugerindo um desejo por autonomia e controle sobre sua ocupação. Em última análise, a trajetória de trabalho de Rita ilustra as interseções complexas entre fatores socioeconômicos, experiências familiares e escolhas individuais.

Quando questionada sobre a existência de outras fontes de renda, como o Bolsa Família ou outros auxílios, Rita responde que não, indicando que a renda familiar depende de modo central das atividades laborais dos membros da família. Esse aspecto sugere uma significativa dependência do trabalho na pesca, tanto por parte do marido quanto por ela mesma, que atua como empregada doméstica.

A análise das mudanças nas condições de trabalho ao longo do tempo revela, segundo a perspectiva de Rita, melhorias. Essa percepção pode ser interpretada como um indício, ao menos na visão dela, de transformações positivas no ambiente laboral pós Belo Monte, indicando possíveis avanços nas oportunidades de emprego ou condições de trabalho mais favoráveis. O questionamento sobre as expectativas em relação à carreira dos filhos destaca uma distinção entre a ocupação de Rita e a de seu esposo, que é pescador. Esse contraste aponta para uma diversidade de trajetórias profissionais dentro da família.

Ao avaliar as condições de vida e trabalho no RUC, Rita destaca a importância do acesso ao transporte para superar desafios relacionados à distância entre a residência e o local de trabalho. A necessidade de transporte evidencia as limitações infraestruturais que podem impactar a mobilidade e, como consequência, as oportunidades de emprego e o bem-estar dos moradores do reassentamento.

É que nem eu falei, né? Hoje no RUC, é um lugar muito bom da gente morar, só que tem que ter transporte, porque se você não tiver transporte, é dificultoso, porque o emprego é tudo longe. Vamos supor, para meu esposo ir para pescar mais o meu filho, é muito longe até o Rio. Eu trabalho num lugar muito longe, que não tem nem como eu sair de pé para chegar no horário certo, então tem que ter transporte um pouco dificultoso (RITA, 2024).

Ao ser abordada sobre sua religião, Rita revela sua filiação à fé evangélica. A frequência com que participa de atividades religiosas, indo a cultos em diferentes dias da semana, evidencia a centralidade da religião em sua rotina. Ao questionarmos sobre a relevância da religião para

Rita, sua resposta nos revela a profundidade transcendental atribuída a essa esfera em sua vida. A alteração de sua filiação religiosa é descrita como uma metamorfose fundamental, sugerindo que a fé não é um componente de sua identidade, mas sim um elemento central que permeia todas as facetas de sua existência. Os pais de Rita seguiam a fé católica, adicionando uma camada de análise à dinâmica religiosa familiar. A mudança de religião por parte de Rita pode ser interpretada como um processo de individualização e escolha, evidenciando a capacidade dos indivíduos de moldar suas próprias crenças em meio a contextos socioculturais complexos.

Mudou tudo, o modo de eu falar mudou tudo porque hoje é quando a gente passa por alguma tribulação ou quando a gente passa por dificuldade, a gente sabe para quem recorrer. A gente já sabe para quem a gente deve recorrer assim, para Deus, orando, buscando, porque tudo ele acrescenta na nossa vida (RITA, 2024).

A influência da religião na vida de Rita é evidenciada ao perguntarmos se sua participação na fé teve algum impacto em seu trabalho. A resposta sugere que, embora a religião desempenhe um papel crucial em sua vida pessoal, não interfere de forma direta em suas atividades laborais. No entanto, a conexão entre sua fé e a capacidade de enfrentar tribulações e dificuldades destaca um aspecto emocional e psicológico da religiosidade que pode, de maneira indireta, contribuir para a capacidade de adaptação no ambiente de trabalho.

Rita avalia as mudanças ocorridas em Altamira de maneira ambivalente. Para ela, o processo de remoção da antiga localidade para o RUC foi benéfico, resultando em uma melhoria nas condições habitacionais. No entanto, ressalta que houve dificuldades, em especial no que diz respeito à distância da área de pesca, afetando de forma direta seu meio de subsistência como pescadora.

A narrativa de Rita sobre sua trajetória de moradia reflete o impacto da construção de Belo Monte em sua vida. De início morando na rua dos operários com sua mãe, ela passou a residir na Rua do Ferro Velho, à beira do Igarapé Altamira com seu esposo. A remoção forçada para o RUC, aos 40 e poucos anos, marcou uma significativa mudança de ambiente e estilo de vida.

Sim, morávamos às margens do Igarapé Altamira. Quando eu fui morar lá, eu tinha 12 anos. Saí de lá para ser removida para cá, para o RUC com 40 e poucos anos. Depois da remoção, colocaram os vizinhos tudo distante. Os meus vizinhos da beira do Igarapé não têm nenhum que mora perto de mim. A gente sente um pouco de saudade, né? Porque é que nem fala, a gente morava lá. A dificuldade é só quando alagava, né? Mas a gente tinha mais acesso. Os vizinhos hoje não têm nesse RUC que a gente fica mais retrancado (RITA, 2024)

Rita relata na entrevista que, devido à nova distribuição das famílias nos RUC, os vizinhos que antes compartilhavam a proximidade do Igarapé Altamira agora estão distantes. Essa fragmentação das comunidades vizinhas destaca as consequências sociais da reorganização espacial imposta pelo processo de reassentamento das famílias realizado pela Norte Energia.

Apesar das dificuldades enfrentadas na localidade original, como alagamentos, ela destaca que havia um maior senso de comunidade e acesso. A mudança para o RUC, embora tenha trazido melhorias em alguns aspectos, parece ter levado a uma sensação de isolamento e perda de vínculos sociais.

Rita destaca as mudanças substanciais na dinâmica da pesca antes e depois da implantação de Belo Monte. Antes do empreendimento, a obtenção de peixes era mais acessível, com a possibilidade de capturar quantidades significativas em um curto período de tempo. No entanto, a realidade atual é descrita como mais desafiadora, indicando que a construção da hidrelétrica alterou muito o ambiente de pesca.

A mencionada dificuldade de acessar o Rio e a redução na quantidade de peixes capturados apontam para consequências negativas nas condições de trabalho da comunidade de pescadores. A mudança no padrão de chuvas, a qualidade da água comprometida e a necessidade de pescar em locais específicos para evitar os impactos da barragem são fatores adicionais que contribuem para a complexidade do cenário descrito por Rita.

Em termo de trabalho? Assim que nem meu esposo, né? Hoje o meu filho vai ajudar. A pesca dificultou muito, porque não era assim que nem de primeiro, antes da Norte Energia vir, antes da hidrelétrica. Antes era mais fácil para você ir para o Rio, né? Tu conseguir pegar peixe hoje para sustentar tua família, tu tem que ir entrar mesmo, porque mudou muita coisa na área de pesca. Meu Deus, isso é mais dificultoso. É, vamos supor, antes da Norte Energia, antes de Belo Monte, você ia para o Rio e em 3 dias, 4 dias, você conseguia de 3 a 5 caixas de peixe que eu passei por esse processo, né? Hoje, para tu conseguir 2 caixas de peixe é muito difícil, leva muito tempo. Tem que penar, ainda tem que pescar, chover para onde abaixo da barragem. Se você quiser conseguir alguma coisa e de anzol também, né? Que nem às vezes, quando o meu filho vai pescar, eu vejo reclamar muito da água, né? Que está muito suja, aí dificulta muito os peixes mesmo, né? (RITA, 2024)

A análise da trajetória de Rita nos apresenta não apenas os aspectos econômicos da construção de Belo Monte, mas também as dimensões ambientais e culturais associadas à atividade pesqueira de sua família. A comunidade, antes capaz de sustentar-se de maneira eficiente, enfrenta agora desafios significativos, influenciados de forma direta pela intervenção da Norte Energia.

Apesar dos desafios, Rita expressa uma visão positiva sobre sua condição social atual, ressaltando a melhoria na convivência em comparação com a época de seus pais. Ao longo de sua história, a família de Rita enfrentou dificuldades, mas sua determinação e a crença religiosa moldaram sua trajetória.

5.4 VIDAS À MARGEM: TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA E EXCLUSÃO NO RIO XINGU

Neste item, abordaremos em conjunto as trajetórias de vida e trabalho de oito pescadores do Rio Xingu, entrevistados para esta pesquisa, dando destaque para cada um deles. As narrativas de Antônio Gomes, Leandro Araújo, Nelson Dias, Manoel Nicolau, Ivanete, Angélica e Áureo revelam um cenário marcado por profundas transformações socioambientais, em especial após a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. As experiências desses pescadores evidenciam não apenas as mudanças materiais e econômicas em suas vidas, mas também as reconfigurações simbólicas e culturais que acompanharam essas transformações.

5.4.1 A vida à beira do rio e o impacto da hidrelétrica

Antônio Gomes, pescador e barqueiro de 53 anos, nasceu e cresceu nas ilhas do Rio Xingu, em uma família onde a pesca era o sustento e a tradição. Desde cedo, aprendeu com o pai a pilotar barcos e pescar, habilidades que moldaram sua vida. Apesar de ter boas lembranças da escola, a necessidade de trabalhar falou mais alto, e ele abandonou os estudos na quarta série. Seu *habitus*, ou seja, o conjunto de disposições internalizadas ao longo de sua vida, foi formado a partir de práticas e valores transmitidos por sua família e comunidade. A pesca e a pilotagem de barcos, habilidades aprendidas com o pai, não apenas garantiam sua subsistência, mas também constituíam parte fundamental de sua identidade e do capital cultural e simbólico que ele possuía. Esse capital, no entanto, estava enraizado em um contexto específico, o qual foi bastante alterado com a chegada da hidrelétrica de Belo Monte.

Eu nasci aqui mesmo, no Arroz Cru. Quando eu era pequeno, nos mudamos para o Rio da Rica. Meus pais não tiveram formação escolar, mas meu pai era pescador e me ensinou a pescar e a pilotar barco desde cedo. Minha relação com eles era boa, e eles sempre me incentivaram a estudar, mas a necessidade de trabalhar falou mais alto. Parei de estudar na quarta série, porque tinha que ajudar em casa. A escola ficava longe, e a gente tinha que ir de barco, saindo bem cedo. Apesar disso, tenho boas lembranças da escola e dos professores. (ANTONIO GOMES, 20024)

Antes da construção da hidrelétrica de Belo Monte, Antônio vivia uma vida tranquila, transportando pessoas e pescando em um rio abundante. No entanto, a chegada da usina trouxe mudanças drásticas: ele e sua família foram removidos da margem do rio sem receber indenização ou casa. Hoje, a pesca está escassa, e ele sobrevive de bicos como pedreiro e capinador. A construção da hidrelétrica representa um exemplo claro de como políticas desenvolvimentistas podem desconsiderar as dinâmicas locais e os modos de vida tradicionais. O projeto, embora justificado como um avanço econômico e energético para o país, ignorou os impactos sociais e ambientais sobre comunidades como a de Antônio. A perda do acesso ao rio e às atividades de pesca e transporte não apenas destruiu sua principal fonte de renda, mas

também desestruturou o tecido social e cultural da comunidade. O capital simbólico e cultural que Antônio e outros ribeirinhos possuíam, ligado ao rio e às suas tradições, foi desvalorizado em um novo campo marcado por interesses econômicos e políticos hegemônicos.

Casei e tive filhos, e minha esposa sempre trabalhou em casa. Nossa vida antes da hidrelétrica era boa. Morávamos na ilha, na margem do rio, e eu trabalhava como pescador e barqueiro, transportando pessoas que moravam nas ilhas. A pesca era abundante, e a gente vivia bem. Mas tudo mudou com a construção da hidrelétrica de Belo Monte. A Norte Energia tirou todo mundo da beira do rio, e nós perdemos nossa atividade de barqueiro e pescador. Não recebemos casa nem indenização, e até hoje lutamos por reconhecimento. Fomos a Brasília, mas só três atracadores e três praias foram indenizados. O resto de nós ficou sem nada [...] Hoje, minha vida e a da minha família pioraram muito. A pesca está difícil, e o rio não tem mais peixe como antes. Tive que buscar outras atividades, como pedreiro e capinador, fazendo bicos para sobreviver. Nunca trabalhei com carteira assinada, sempre fui autônomo. Hoje, recebo um benefício do governo, mas não é suficiente. A renda que a gente tinha antes, com a pesca e o transporte, era muito melhor. Agora, tudo está mais difícil. (ANTONIO GOMES, 2024)

A falta de indenizações e de políticas de reassentamento adequadas evidencia como as estruturas de poder privilegiam certos grupos em detrimento de outros. Antônio e sua família, assim como muitos outros ribeirinhos, foram marginalizados nesse processo, perdendo não apenas suas fontes de sustento, mas também seu lugar no mundo. A migração para atividades como pedreiro e capinador, embora necessária para a sobrevivência, representa uma ruptura com seu *habitus* original e uma adaptação forçada a um novo campo social, no qual ele possui menos capital e menos oportunidades.

A participação de Antônio na associação de barqueiros e sua liderança como presidente sugerem uma tentativa de resistência e de luta por reconhecimento e direitos. No entanto, essa mobilização enfrenta limites estruturais, já que o campo político e econômico no qual estão inseridos é dominado por interesses que com frequência ignoram ou subjagam as demandas das comunidades tradicionais. A crítica às políticas desenvolvimentistas, portanto, não se limita à falta de compensação material, mas também à desconsideração dos valores, saberes e modos de vida dessas comunidades.

A religião e o lazer, elementos importantes na vida de Antônio, funcionam como mecanismos de resistência e de manutenção de um senso de identidade e pertencimento. A fé católica e as práticas comunitárias, como sair de barco com vizinhos e parentes, oferecem um espaço de reconforto e de continuidade em meio às transformações impostas pelo desenvolvimento. Essas práticas, no entanto, não são suficientes para compensar as perdas materiais e simbólicas causadas pela hidrelétrica.

A posição política igualitária de Antônio reflete uma crítica às desigualdades estruturais que marcam sua trajetória. A chegada de Belo Monte exacerbou essas desigualdades,

concentrando benefícios em poucos grupos e marginalizando aqueles que dependiam do rio para viver. Sua esperança de que os governantes olhem para o Rio Xingu e para as pessoas que dependem dele revela uma demanda por justiça social e por políticas que considerem as múltiplas dimensões do desenvolvimento, incluindo as sociais, culturais e ambientais.

Sou católico, assim como meus pais, e a religião é muito importante para mim. Vou à missa aos domingos e me apego a Deus nos momentos difíceis. Minha fé me ajuda a enfrentar os desafios do dia a dia. Meus filhos também são católicos [...] Participei da associação dos barqueiros e fui presidente por dois anos. Acredito que sindicatos e associações são importantes para lutar por direitos e benefícios para os trabalhadores. No entanto, a política hoje está em todos os lugares, e nem sempre funciona a nosso favor. A construção da hidrelétrica foi uma medida política que impactou negativamente nossa vida, e eu acredito que não deveria ter acontecido (ANTONIO GOMES, 2024)

5.4.2 A luta pela sobrevivência em um rio que já não sustenta

Leandro Araújo, de 35 anos, cresceu em uma família de pescadores ribeirinhos em Altamira, onde o modo de vida estava de forma íntima ligado ao rio e aos recursos naturais. Sem escolaridade formal, começou a trabalhar ainda jovem, ajudando seu pai na pesca, que era sua única fonte de renda. A vida antes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte era simples, mas estável. Contudo, com a obra, sua família foi reassentada no RUC Água Azul, distante do rio, o que dificultou a continuidade da pesca. Esse deslocamento afetou não apenas sua subsistência, mas também seu habitus – o conjunto de disposições internalizadas ao longo da vida, moldado pelas práticas e valores transmitidos por sua família e comunidade. A pesca, que antes era a base de sua identidade e do seu capital cultural e simbólico, viu seu significado transformado à medida que o contexto em que ele vivia mudou bastante com a construção da hidrelétrica.

Meu pai e minha mãe são daqui mesmo, de Altamira, nascidos e criados aqui. Eles são pescadores ribeirinhos, sempre trabalharam com o rio. Meu pai pescava muito acari e peixe ornamental, além de tucunaré e pescada, e é disso que a gente vive até hoje, do rio. Sempre fomos uma família ribeirinha, e eu cresci nesse ambiente [...] Meus pais não tiveram formação escolar. A relação com eles sempre foi boa, foram eles que cuidaram de mim. Hoje, minha esposa trabalha em casa, cuidando da nossa família. Ela também não estudou muito. Meus irmãos, assim como meus pais, também não tiveram formação escolar [...] A gente sempre morou em casa própria, mas a situação econômica era muito difícil. Nunca tivemos folga, vivíamos sempre com o mínimo. Apesar disso, meus pais me influenciaram muito no trabalho. Como eles eram pescadores, acabei seguindo o mesmo caminho. Mas hoje vejo que a situação piorou, porque os peixes estão mais escassos e ficou mais difícil viver da pesca (LEANDRO, 2024)

A construção da hidrelétrica representa um exemplo claro de como políticas desenvolvimentistas podem desconsiderar as dinâmicas locais e os modos de vida tradicionais.

O projeto, embora justificado como um avanço econômico e energético para o país, ignorou os impactos sociais e ambientais sobre comunidades como a de Leandro. A perda do acesso ao rio e às atividades de pesca não apenas destruiu sua principal fonte de renda, mas também desestruturou o tecido social e cultural da comunidade. O capital simbólico e cultural que Leandro e outros ribeirinhos possuíam, ligado ao rio e às suas tradições, foi desvalorizado em um novo campo marcado por interesses econômicos e políticos hegemônicos.

A mudança para o RUC Água Azul, de início vista com esperança, logo se mostrou insatisfatória. A distância do rio e a dificuldade de continuar com a pesca levaram Leandro e sua família a vender a casa no RUC e construir uma nova nas ilhas. Essa decisão reflete uma tentativa de resistência e de manutenção de um modo de vida tradicional, mas também evidencia as limitações impostas pelas novas condições sociais e econômicas. A falta de alternativas viáveis de subsistência e a crescente escassez de peixes colocam em risco a continuidade dessa forma de vida.

A educação, ou a falta dela, é outro aspecto crucial na trajetória de Leandro. A ausência de formação escolar e a necessidade de trabalhar desde cedo para ajudar a sustentar a família limitaram suas oportunidades e reforçaram um ciclo de pobreza e exclusão. O capital cultural, que poderia ter sido adquirido através da educação formal, foi substituído pelo capital prático e simbólico ligado à pesca e ao rio. No entanto, com a desvalorização desse capital no novo contexto, Leandro se vê em uma situação de vulnerabilidade e incerteza quanto ao futuro.

Minha vida antes da hidrelétrica era simples, mas estávamos acostumados. A gente morava em um lugar perto do rio e vivia da pesca. Quando soube da construção da hidrelétrica, foi pela televisão. No início, eu nem acreditava que ia sair do papel. Quando mudamos para o RUC, tínhamos esperança de que ia melhorar, porque seria uma casa de alvenaria. Mas logo vimos que não era bem assim. Ficamos longe do rio, e trabalhar com pesca ficou muito difícil. Acabamos vendendo a casa no RUC e construímos uma casa nas ilhas [...] Eu estudei muito pouco, quase nada. Fui para o colégio duas vezes, mas nunca saí da primeira série. Não sei ler nem escrever. Meus pais até queriam que eu estudasse, mas desde cedo eu tive que trabalhar para ajudar a sustentar a família. Não tive escola por perto, e também não desenvolvi nenhuma atividade formativa fora dela. Minha infância foi curta, porque comecei a trabalhar com 10 anos, acompanhando meu pai no rio. Enquanto outras crianças brincavam, eu estava pescando para ajudar em casa [...] Hoje, continuo trabalhando como pescador, como sempre fiz. Saio bem cedo e só volto ao escurecer. É difícil, porque os peixes estão cada vez mais escassos. Não tenho outra fonte de renda além da pesca, mas minha esposa recebe o Bolsa Família, o que ajuda um pouco. O futuro é algo que me preocupa, porque sem peixe não sei como vou sobreviver quando não puder mais trabalhar (LEANDRO, 2024)

A religião adventista desempenha um papel importante na vida de Leandro, oferecendo um espaço de reconforto e de transformação pessoal. A fé e as práticas religiosas ajudam a enfrentar os desafios do dia a dia e a manter um senso de identidade e pertencimento. No

entanto, assim como no caso de Antônio Gomes, essas práticas não são suficientes para compensar as perdas materiais e simbólicas causadas pela hidrelétrica.

A desconfiança de Leandro em relação aos sindicatos e à política reflete uma percepção de que essas instituições não atendem às necessidades das comunidades tradicionais. A falta de participação em atividades sindicais e a visão de que os sindicatos ajudam mais a si próprios do que aos trabalhadores evidenciam uma crítica às estruturas de poder que com frequência ignoram ou subjagam as demandas das comunidades ribeirinhas.

Sou adventista e me batizei na igreja ainda jovem, mas não frequento com tanta regularidade. Sempre que dá, vou aos cultos aos sábados. Minha família também é adventista. Para mim, a religião é importante porque traz paz e melhora nossa vida. Me ajudou a deixar hábitos ruins, como beber, por exemplo [...] Sobre sindicatos, conheço as associações da nossa categoria, mas nunca participei de atividades sindicais. Para ser sincero, acho que eles ajudam mais a si próprios do que a gente. Quanto à política, não sei muito o que dizer. Para mim, parece que tudo ficou do mesmo jeito nos últimos anos (LEANDRO, 2024)

A preocupação de Leandro com o futuro e a incerteza sobre como sobreviver quando não puder mais trabalhar refletem a precariedade de sua situação, marcada pela dependência do rio e da pesca. A escassez de peixes, aliada à falta de alternativas viáveis, coloca em risco a continuidade de seu modo de vida e a sobrevivência de sua família. Sua trajetória ilustra como as políticas desenvolvimentistas, ao priorizarem o crescimento econômico em detrimento das dinâmicas locais, podem gerar exclusão e marginalização. A história de Leandro lembra a necessidade de repensar o desenvolvimento de forma a incluir as vozes e os direitos das comunidades tradicionais, reconhecendo o valor de seus saberes e modos de vida. A crítica às políticas desenvolvimentistas vai além da falta de compensação material, englobando também a desconsideração dos valores e práticas que sustentam essas comunidades.

5.4.3 A tradição pesqueira em risco

Nelson Dias, de 57 anos, sempre viveu da pesca, seguindo os passos do pai. Apesar de ter estudado apenas até a primeira série, ele valoriza a educação e lamenta as dificuldades que impediram seus filhos de estudar. Antes da hidrelétrica, o rio era generoso, e ele conseguia pescar grandes quantidades de peixe. Hoje, a pesca é escassa, e a renda não cobre as necessidades básicas. Reassentado no RUC Jatobá, Nelson enfrenta problemas de transporte e distância do rio. A trajetória de vida e trabalho de Nelson Dias, como narrada em sua entrevista, revela uma série de dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldaram sua existência e a de sua comunidade. Sua história é marcada por uma relação profunda com o ambiente natural,

uma vida construída em torno da pesca e das tradições ribeirinhas, e uma ruptura abrupta causada por transformações estruturais impostas por grandes projetos de desenvolvimento. A análise de sua trajetória pode ser enriquecida ao considerarmos as estruturas sociais que influenciaram suas oportunidades, as mudanças em seu capital simbólico e material, e as críticas implícitas às políticas que impactaram sua vida.

Meus pais vieram da aldeia de São Mundinhos e se mudaram para o Rio Curuá, na localidade do Besouro. Eu vim para cá com cerca de cinco anos. Desde então, sempre moramos na beira do rio, vivendo da pesca. Meu pai nos levava para morar em ilhas, e depois conseguimos um lote aqui no Cotovelo. Vivemos assim até que veio o empreendimento da barragem de Belo Monte, que nos obrigou a sair de lá [...] Meus pais não tiveram formação escolar, mas sempre incentivaram que eu estudasse. No entanto, não havia escola por perto, e a dificuldade para chegar até uma sala de aula era enorme. A gente saía às duas da manhã para remar até o colégio, onde só chegávamos por volta das sete e meia. Essa rotina não era viável, e, por isso, só consegui completar a primeira série. Apesar disso, eu gostava de estudar, mas nossa vida ribeirinha, baseada na pesca, não permitia que meus pais nos colocassem na cidade para estudar. (NELSON DIAS, 2024)

Nelson Dias cresceu em um ambiente onde a pesca não era apenas uma atividade econômica, mas um modo de vida, uma tradição passada de geração em geração. Sua socialização primária ocorreu em um contexto em que o conhecimento prático, como a pesca e a navegação, era valorizado e essencial para a sobrevivência. A ausência de escolarização formal, embora não desejada por seus pais, reflete a falta de acesso a instituições educacionais e a priorização de habilidades de maneira imediata úteis para a subsistência. Esse processo de socialização moldou seu habitus, ou seja, suas disposições, valores e práticas, que estão sobremaneira enraizados na vida ribeirinha e na relação com o rio.

A transmissão do ofício de pescador de pai para filho ilustra como certas práticas e saberes são reproduzidos dentro de um grupo social específico, mantendo uma continuidade cultural e econômica. No entanto, essa reprodução também limita as oportunidades de mobilidade social, pois o capital cultural adquirido por Nelson (saberes tradicionais) não é convertido de forma tão fácil em outras formas de capital que poderiam abrir novas possibilidades em um contexto urbano ou industrial.

Minha relação com minha família sempre foi boa. Meu pai e minha mãe cuidaram de mim, e, na convivência, aprendi o ofício de pescador, que é uma tradição passada de pai para filho. Além disso, trabalhei como mergulhador em garimpos, mas minha vida foi sempre voltada para a pesca. Apesar das dificuldades, vivíamos melhor antes da hidrelétrica, pois o rio era generoso e nos dava condições de sustento. Hoje, a renda da pesca não é suficiente para sobreviver. Antigamente, eu passava três dias no rio e trazia 200 kg de peixe. Hoje, durante uma semana inteira, mal consigo 30 kg. (NELSON DIAS, 2024)

A construção da hidrelétrica de Belo Monte representou uma ruptura radical na vida de Nelson e de sua comunidade. O rio, que era a base de seu sustento e identidade, foi transformado

por um projeto de desenvolvimento que priorizou interesses econômicos maiores em detrimento das comunidades locais. A relocação forçada para o RUC Jatobá não apenas desenraizou Nelson de seu ambiente familiar, mas também diminuiu bastante sua capacidade de gerar renda. A pesca, que antes garantia uma subsistência digna, tornou-se insuficiente, evidenciando como o capital econômico e simbólico associado ao modo de vida ribeirinho foi de maneira drástica reduzido.

Quando soubemos da hidrelétrica, foi através das conversas com outros pescadores. Inicialmente, não acreditávamos que seria construída. Mas, quando chegou, tivemos que sair da margem do rio e fomos relocados para o RUC Jatobá. Nos primeiros anos no RUC, foi muito difícil. A vida mudou completamente, e enfrentamos problemas de transporte e a diminuição da renda da pesca. Para ir até a cidade, gasto cerca de R\$ 80 só com transporte, o que é um peso enorme. Hoje, sinto medo do futuro. Minha profissão não tem carteira assinada, nem garantias, e os recursos da pesca estão cada vez mais escassos. (NELSON DIAS, 2024)

Essa mudança também afetou o capital social de Nelson. A comunidade ribeirinha, antes coesa e autossuficiente, foi fragmentada pela relocação. A dificuldade de acesso à cidade e a falta de infraestrutura no RUC Jatobá exacerbam o isolamento e a precariedade. A participação em associações como a Z57 e a AIMA reflete uma tentativa de reconstruir redes de apoio e reivindicar direitos, mas a falta de resultados concretos mostra como essas organizações enfrentam limites estruturais para efetivar mudanças significativas.

A narrativa de Nelson contém uma crítica implícita às políticas de desenvolvimento que privilegiam grandes projetos infraestruturais em detrimento das comunidades locais. A hidrelétrica de Belo Monte é apresentada como um empreendimento que beneficiou alguns grupos (provavelmente urbanos e industriais), mas deixou os pescadores em uma situação de vulnerabilidade e abandono. A falta de compensação adequada, a perda de recursos naturais e a ausência de políticas de apoio aos trabalhadores informais, como os pescadores, evidenciam uma lógica de desenvolvimento que marginaliza aqueles que não se encaixam em seu modelo de progresso.

A desconfiança de Nelson em relação às promessas políticas também reflete um ceticismo em relação a um sistema que na história falhou em atender às necessidades das populações mais pobres e marginalizadas. Sua esperança por políticas voltadas para a pesca e para os ribeirinhos sugere uma demanda por um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável, que valorize os saberes locais e garanta a sobrevivência das comunidades tradicionais.

A fé evangélica de Nelson emerge como um elemento central em sua vida, oferecendo-lhe um sentido de pertencimento e uma fonte de resistência diante das adversidades. A religião funciona como um capital simbólico que lhe permite enfrentar a incerteza e a precariedade de sua situação atual. Além disso, a participação na igreja cria novas redes sociais e um espaço de

apoio emocional e espiritual, que contrasta com o sentimento de abandono experimentado em relação às instituições políticas e associativas.

Eu vejo que a atual presidência tem boas intenções para ajudar os mais carentes, mas já perdi a confiança em muitas promessas. Sempre votamos acreditando em melhorias, mas acabamos nos decepcionando. Ainda assim, acredito que políticas voltadas para a pesca e para a valorização dos trabalhadores ribeirinhos poderiam mudar nossa realidade [...] Hoje, olho para minha vida com preocupação. A vida antes da hidrelétrica era mais simples, mas muito melhor. Naquela época, vivíamos com dignidade, perto do rio, com abundância de peixe e sem tantas incertezas. Agora, vivemos as consequências de um grande empreendimento que beneficiou outros, mas deixou nós, pescadores, sem recursos e sem apoio. A única coisa que nos resta é trabalhar, orar e acreditar que dias melhores virão. (NELSON DIAS, 2024)

A preocupação de Nelson com o futuro reflete a insegurança gerada pela perda de suas bases materiais e simbólicas de sustento. A pesca, que antes garantia uma vida digna, tornou-se insuficiente, e a falta de alternativas econômicas viáveis coloca-o em uma situação de vulnerabilidade. Sua história é um exemplo de como grandes projetos de desenvolvimento podem desestruturar modos de vida tradicionais sem oferecer alternativas sustentáveis para as comunidades afetadas.

Apesar das dificuldades, a narrativa de Nelson também revela uma resistência silenciosa. Sua dedicação ao trabalho, sua fé e sua participação em associações mostram que ele continua lutando por dignidade e melhores condições de vida. No entanto, essa luta é travada em um contexto de desvantagem estrutural, onde as oportunidades de mudança são limitadas por forças maiores que estão além de seu controle.

A trajetória de Nelson Dias ilustra como estruturas sociais, políticas e econômicas moldam as oportunidades e os limites enfrentados por indivíduos e comunidades. Sua vida foi bastante afetada por transformações impostas por um modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico em larga escala em detrimento das populações locais. Apesar disso, sua história também revela a capacidade de resistência e adaptação diante das adversidades, bem como a importância de redes de apoio, como a família e a religião, para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança.

5.4.4 A vida simples de um pescador aposentado

Manoel Nicolau, de 64 anos, dedicou toda a vida à pesca, atividade que aprendeu com o pai. Sem escolaridade, ele sempre viveu próximo ao rio, onde trabalhava desde os 12 anos. A construção da hidrelétrica de Belo Monte o obrigou a se mudar para o RUC Laranjeiras, longe do rio que era sua fonte de sustento. Hoje aposentado, Manoel ainda pesca de forma ocasional, mas a escassez de peixes e as mudanças no rio tornaram a atividade inviável.

Manoel Nicolau nasceu em um ambiente onde a educação formal não era acessível, uma realidade comum em comunidades ribeirinhas e rurais. Seus pais, assim como ele, não tiveram acesso à escolarização, o que limitou suas oportunidades de mobilidade social. Apesar disso, sua família transmitiu valores importantes, como a ética do trabalho, que se tornou central em sua identidade. A pesca, atividade herdada de seu pai, não era apenas um meio de subsistência, mas também um modo de vida e uma forma de pertencimento ao território. Essa relação com o trabalho e o ambiente reflete a reprodução de práticas culturais e econômicas que foram moldadas por gerações.

A falta de acesso à educação formal e a ausência de oportunidades formativas fora do trabalho pesqueiro reforçaram a dependência de Manoel em relação ao rio e à pesca. Isso ilustra como a ausência de capital cultural e simbólico pode restringir as possibilidades de transformação individual e coletiva, mantendo os indivíduos presos a ciclos de reprodução social que perpetuam desigualdades.

Meus pais são daqui mesmo de Altamira. Minha mãe, dona Antônia, trabalhava e cuidava de mim à noite, até que conseguiu um emprego e trabalhou com os padres por oito anos. Meu pai, Donato Rodrigues da Costa, já se foi, mas minha mãe ainda está viva. Eles nunca tiveram formação escolar, e quem cuidava de mim era minha mãe, até que comecei a trabalhar com meu pai, e aí ele passou a cuidar de mim também [...] Minha esposa já faleceu, e meus irmãos, assim como eu, também não tiveram formação escolar. Nós morávamos em casa própria na Abel Figueiredo, mas depois tivemos que mudar para o RUC Laranjeiras por causa da hidrelétrica. Acho que minha família influenciou tudo no meu trabalho, porque se hoje sou pescador, foi por causa deles. Nossa situação econômica antes era mais tranquila, mas agora está difícil, principalmente por causa da seca do rio, que tornou mais complicado encontrar peixe. Em comparação com meus pais, acho que a vida ficou mais difícil, mas não tenho grandes decepções ou frustrações com minha família. (MANOEL, 2024)

A construção da hidrelétrica marca um ponto de ruptura na vida de Manoel e de sua comunidade, redefinindo não apenas o espaço físico, mas também as relações sociais e econômicas que ali se estabeleciam. O deslocamento forçado para o RUC Laranjeiras, realizado sob a promessa de melhorias, acabou por agravar as condições de vida da população. A mudança não apenas afastou os pescadores do rio, seu território de trabalho e sustento, mas também transformou de forma radical o ecossistema, reduzindo a disponibilidade de peixes e comprometendo a subsistência da comunidade. Esse processo revela como projetos de desenvolvimento, com frequência apresentados como sinônimos de progresso, podem ignorar as dinâmicas locais e os modos de vida tradicionais, impondo uma nova fronteira de exclusão e precariedade. Ao desconsiderar as conexões profundas entre as pessoas e o espaço que habitam, tais projetos acabam por reforçar desigualdades e marginalizar populações que já vivem em situação de vulnerabilidade.

A seca do rio e a diminuição dos peixes simbolizam não apenas uma crise ambiental, mas também a perda de um patrimônio cultural e econômico. Para Manoel, o rio não era apenas uma fonte de renda, mas um espaço de identidade e significado. A degradação desse ambiente reflete a marginalização de saberes e práticas tradicionais em favor de modelos de desenvolvimento que privilegiam interesses econômicos hegemônicos.

Antes da hidrelétrica, morávamos na Abel Figueiredo e eu trabalhava com pesca desde criança. A chegada da hidrelétrica mudou tudo. Fomos obrigados a mudar para o RUC Laranjeiras, com a promessa de que as coisas iam melhorar, mas tudo ficou mais difícil. No início, a adaptação foi complicada, principalmente por causa da distância do rio, que era o lugar do nosso trabalho. Eu soube da construção da hidrelétrica pela TV, e confesso que foi um choque. (MANOEL, 2024)

A vida de Manoel foi marcada pelo trabalho contínuo e pela ausência de formalização laboral. A pesca, atividade que exige conhecimento específico e adaptação ao ambiente, nunca foi reconhecida como um emprego formal, o que limitou seu acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Sua aposentadoria, embora represente uma conquista, não garante uma vida confortável, dada a deterioração das condições econômicas e ambientais. Essa situação ilustra como a informalidade e a precariedade podem perpetuar vulnerabilidades, de forma especial em contextos de transformações estruturais.

Eu não estudei porque onde eu morava, lá no Beiradão, não tinha escola. Meus pais até queriam que eu estudasse, mas não tinha como. Nunca tive muito tempo para brincar, porque desde pequeno eu trabalhava. Hoje em dia, sou aposentado, mas a pesca foi a minha vida toda. Comecei a pescar com 12 anos, e nunca tive outro emprego ou carteira assinada. Sempre fui pescador e nunca quis outra coisa. A aposentadoria ajuda, mas a vida está mais apertada agora do que antes (MANOEL, 2024)

A participação de Manoel na Colônia de Pescadores revela uma tentativa de organização coletiva para defender interesses comuns. No entanto, sua percepção de que a entidade prioriza interesses particulares em detrimento dos pescadores sugere uma fragilidade nas estruturas de representação e uma possível cooptação por grupos mais poderosos. Essa dinâmica reflete a dificuldade de comunidades tradicionais em se organizar de maneira política em um cenário de assimetrias de poder.

Sua posição política conservadora, embora não detalhada, pode ser interpretada como uma resposta às incertezas e transformações que vivenciou. Em um contexto de mudanças rápidas e desestabilizadoras, o conservadorismo pode surgir como uma forma de resistência ou busca por estabilidade, ainda que não se traduza em uma participação política ativa.

A religião católica desempenha um papel importante na vida de Manoel, oferecendo um sentido de moralidade e orientação. No entanto, sua participação religiosa é esporádica, o que pode indicar uma relação mais individualizada com a fé, comum em contextos de transformação

social. O lazer, por sua vez, é limitado pela necessidade constante de trabalho e sobrevivência, refletindo como as condições materiais restringem o acesso a práticas culturais e de descanso.

A trajetória de Manoel Nicolau é emblemática das tensões entre tradição e modernidade, entre modos de vida locais e projetos de desenvolvimento de larga escala. Sua história sugere como estruturas sociais e políticas podem marginalizar populações tradicionais, desconsiderando seus saberes e necessidades. A degradação ambiental, o deslocamento forçado e a precariedade econômica são consequências de um modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico em detrimento da justiça social e ambiental.

Participo da Colônia de Pescadores, e acho que essas associações são importantes para lutar pelos nossos interesses. O problema é que às vezes elas acabam defendendo mais quem está na liderança do que a gente. Sobre a política, é difícil explicar, mas sei que a chegada da hidrelétrica mudou muito a nossa vida aqui no Xingu. Não tem mais peixe, o rio mudou, ficou pior. Nos últimos anos, acho que a vida piorou em termos de trabalho e emprego. Antes era difícil, mas hoje está ainda mais complicado. (MANOEL, 2024)

A esperança de Manoel por um futuro melhor, onde os governantes priorizem o bem-estar de sua comunidade, evidencia a urgência de políticas públicas que reconheçam e valorizem as práticas e saberes locais, construindo um desenvolvimento que seja, de fato, inclusivo e sustentável. Sua trajetória de vida é um testemunho eloquente da resistência das comunidades tradicionais diante das transformações impostas por forças externas. Ao mesmo tempo, serve como um alerta contundente sobre os custos humanos e ambientais de projetos que desconsideram a complexidade e as dinâmicas próprias dos territórios e das populações que neles vivem.

5.4.5 A resistência de uma pescadora indígena

Ivanete, de 56 anos, cresceu em uma família de lavradores e pescadores. Casada com um indígena, ela aprendeu a pescar e a valorizar as tradições culturais de sua comunidade. A construção da hidrelétrica de Belo Monte impactou sobremaneira sua vida, reduzindo a pesca e obrigando-a a se mudar para o RUC. Apesar de receber uma indenização, a distância do rio tornou a pesca inviável. A trajetória de vida e trabalho de Ivanete Cardoso da Luz revela uma série de dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldaram sua existência e a de sua família. Sua história é marcada por uma luta constante por sobrevivência, influenciada por condições estruturais que limitaram suas oportunidades e reproduziram desigualdades ao longo de gerações.

Ivanete cresceu em um ambiente marcado pela escassez de recursos e pela falta de acesso a oportunidades educacionais e econômicas. Sua mãe, Maria das Graças, também sem estudos e dedicada ao trabalho na lavoura, representou uma figura central em sua vida, oferecendo suporte, mas dentro de um contexto de limitações materiais e simbólicas. A ausência do pai em sua vida e a falta de registro de seu nome no documento de Ivanete sugerem uma estrutura familiar fragilizada, comum em contextos de pobreza e exclusão social. Essa realidade familiar reflete um ciclo de reprodução de desvantagens, onde a falta de acesso a recursos educacionais e econômicos se perpetua de uma geração para outra.

Eu nunca conheci meu pai. No meu documento, nem tem o nome dele, só consta minha mãe, Maria das Graças Cardoso da Luz, que hoje tem 87 anos e ainda mora aqui em Altamira. Ela também não teve estudo e trabalhava com lavoura branca. Foi ela quem cuidou de mim e me deu suporte [...] Sou casada e meu marido é funcionário público e pescador. Meus irmãos também não estudaram muito, assim como eu. Morávamos na Rua Deuclides de Almeida, no bairro de Brasília. Lá, a situação econômica da nossa família era bem apertada, mas a gente conseguia viver. Eu acredito que a vida que levamos influenciou muito no meu jeito de trabalhar. Hoje em dia, minha condição socioeconômica ainda é difícil, mas antes, pelo menos, conseguíamos trabalhar com a pesca e vender aqui na cidade. Agora, com Belo Monte, a situação só piorou. O rio mudou, os peixes praticamente desapareceram. Meu marido foi pescar ontem e não conseguiu trazer nem o suficiente para o almoço. (IVANETE, 2024)

A educação limitada de Ivanete, interrompida na 4ª série do ensino fundamental, é um exemplo claro de como as condições materiais e sociais podem restringir o acesso ao conhecimento formal. O cansaço físico decorrente do trabalho precoce na lavoura e a falta de incentivos estruturais para continuar os estudos contribuíram para que ela priorizasse a sobrevivência imediata em detrimento de uma formação escolar mais ampla. Apesar de sua mãe tê-la incentivado, as barreiras objetivas, como problemas de visão e a necessidade de contribuir para o sustento da família, impediram que ela avançasse em sua escolarização.

A trajetória laboral de Ivanete é marcada pela informalidade e pela precariedade. Desde a infância, ela foi inserida no mundo do trabalho, primeiro na lavoura e depois na pesca, atividades que exigem grande esforço físico e oferecem pouca segurança ou reconhecimento social. A pesca, em particular, tornou-se uma atividade central em sua vida, mas também uma fonte de vulnerabilidade, em especial após as transformações ambientais causadas pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. A degradação do rio e a diminuição dos peixes impactaram de maneira indireta sua subsistência, reduzindo ainda mais suas já limitadas possibilidades de geração de renda.

Eu estudei até a 4ª série do ensino fundamental, mas parei para trabalhar. Gostava de estudar, mas o cansaço era grande, porque trabalhávamos muito. Minha mãe sempre me incentivou, mas eu não tive muito acesso à leitura por conta de problemas de visão que me dão dor de cabeça. Hoje, aprendi um pouco da língua Kaiapó e Xipaia e fiz curso de pintura, graças ao meu esposo indígena. Mas, infelizmente, a escola não teve

um papel significativo na melhoria das minhas condições de vida [...] Na infância, eu não tinha tempo para brincar. Saía do trabalho para a escola e depois voltava para casa. Hoje, prefiro ficar em casa quando não estou ajudando meu marido. Sempre trabalhei desde criança, começando na lavoura e, depois de casada, na pesca. Nunca tive carteira assinada, e a pesca, que é informal, foi por necessidade, acompanhando meu marido. Antes, trabalhar na lavoura era muito cansativo, mas era o que tínhamos para sobreviver. A aposentadoria pela pesca ajuda, mas ainda não é suficiente. A gente vive com o básico. (IVANETE, 2024)

A mudança para o Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) e a indenização recebida não resolveram os problemas estruturais enfrentados por Ivanete e sua família. Pelo contrário, a distância do rio e a perda das condições tradicionais de pesca agravaram sua situação econômica. Esse cenário ilustra como políticas de desenvolvimento, muitas vezes implementadas sem considerar as realidades locais e as necessidades das comunidades, podem acabar por aprofundar desigualdades e marginalizar ainda mais aqueles que já vivem em condições precárias.

Pegamos apenas a indenização porque meu marido é indígena, mas isso não resolveu o problema. Ficar longe do rio acabou com as nossas condições de pesca. Quando soube da construção da hidrelétrica, nem pensei que iria chegar a esse ponto, mas chegou, e foi péssimo. Perdemos nossos peixes, nossa qualidade de vida. Hoje não se vê mais peixes como acari ou matrinhã aqui na Volta Grande do Xingu. Eles só existem abaixo do barramento, e mesmo assim, é pouco. (IVANETE, 2024)

A vida de Ivanete também é marcada por relações de gênero que influenciaram suas escolhas e oportunidades. Seu casamento com um homem indígena, funcionário público e pescador, revela uma dinâmica familiar em que ambos compartilham responsabilidades laborais, mas também enfrentam desafios comuns. Apesar disso, é possível perceber que a inserção de Ivanete no mundo do trabalho foi bastante influenciada por seu papel como esposa e mãe, acompanhando o marido na pesca e dedicando-se ao sustento da família. Apesar de sua atuação no espaço público, sua identidade e trabalho permanecem ligados a uma esfera doméstica e comunitária, onde sua contribuição muitas vezes é invisibilizada.

Sua conversão ao evangelicalismo também reflete uma busca por sentido e pertencimento em um contexto de adversidades. A fé oferece a Ivanete um suporte simbólico e emocional, ajudando-a a lidar com as dificuldades cotidianas e a encontrar um sentido para sua existência. A religião, nesse caso, funciona como um espaço de resistência e ressignificação, permitindo que ela construa uma identidade além das limitações impostas por sua condição socioeconômica.

Sou evangélica e acredito que minha vida mudou muito desde que encontrei a fé. Antes, vivíamos no mundo, mas hoje sinto que saí dessa vida. Tento ir aos cultos quando estou na cidade, porque onde moro agora não tem igreja. A palavra de Deus nos guia e nos mantém no caminho certo [...] Conheço as atividades do sindicato dos pescadores e já participei quando morávamos em Altamira. Eles têm projetos que ajudam a gerar renda, como fazer sandálias, cordões, brincos e outros artesanatos com materiais da natureza. Isso é importante, porque ajuda a gente a ter um pouco mais de

renda [...] Acho que minha visão é conservadora, mas nenhuma medida política impactou diretamente o meu trabalho. A vida segue no mesmo ritmo, e cada um de nós vai trabalhando do jeito que pode. Meu filho, por exemplo, foi transferido para Brasília e está em um bom trabalho por lá. Espero que, com a graça de Deus, as coisas melhorem no futuro. (IVANETE, 2024)

A capacidade de Ivanete e de sua família de enfrentar mudanças radicais revela uma resiliência construída a partir de experiências vividas e práticas enraizadas, que orientam suas respostas diante de novos desafios. A construção da hidrelétrica de Belo Monte, promovida como um marco de avanço e modernidade, resultou em impactos profundos para pescadores como Ivanete, com a destruição ambiental, o desaparecimento de modos de vida ancestrais e a escassez de opções econômicas sustentáveis, expondo como o desenvolvimento pode se tornar um processo desigual, que favorece poucos enquanto desestrutura a vida de muitos. A história de Ivanete expõe as falhas de políticas que desconsideram as complexidades e os vínculos das comunidades com seu entorno, onde o espaço não é apenas um local físico, mas um tecido de relações culturais, históricas e afetivas que sustentam suas existências. Essa dissonância entre projetos de grande escala e as realidades locais evidencia como o progresso, quando imposto sem diálogo, pode gerar exclusão e fragmentação social.

A indenização recebida pela família de Ivanete não foi suficiente para compensar a perda de suas condições de vida e trabalho. A falta de acesso a uma casa no RUC e a distância do rio simbolizam a desconexão entre as políticas implementadas e as necessidades reais da população. Esse cenário reforça a ideia de que o desenvolvimento, quando pautado por interesses econômicos e políticos hegemônicos, pode acabar por marginalizar ainda mais aqueles que já vivem em situação de vulnerabilidade.

A trajetória de Ivanete Cardoso da Luz é um retrato das complexas relações entre estrutura social, trabalho e identidade em um contexto de desigualdades persistentes. Sua vida foi marcada por uma luta constante por sobrevivência, em um ambiente onde as oportunidades são escassas e as políticas de desenvolvimento muitas vezes agravam as condições de vida. Apesar das adversidades, Ivanete revela persistência e capacidade de adaptação, buscando, através da fé, do trabalho e da comunidade, construir um sentido para sua existência. Sua história nos convida a refletir sobre as estruturas que perpetuam desigualdades e sobre a necessidade de políticas que considerem as realidades e necessidades das populações mais vulneráveis.

5.4.6 A pesca como herança familiar

Angélica, de 31 anos, cresceu em uma família de pescadores em Santarém e se mudou para Altamira há dez anos. Casada com um pescador experiente, ela acompanha o marido na pesca há mais de quatro anos. A construção da hidrelétrica de Belo Monte trouxe melhorias para a cidade, mas impactou de maneira negativa a pesca, sua principal fonte de renda. Reassentada no RUC Casa Nova, Angélica enfrenta a distância do rio e a escassez de peixes. Apesar das dificuldades, ela prefere trabalhar de forma autônoma a ter um emprego formal.

A trajetória de vida e trabalho de Angélica, reflete uma série de dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldaram sua existência e a de sua família. Sua história é marcada por uma luta constante por sobrevivência, influenciada por condições estruturais que limitaram suas oportunidades e reproduziram desigualdades ao longo de gerações. A análise de sua vida pode ser feita a partir de uma perspectiva que considera as estruturas sociais e as relações de poder que permeiam suas experiências, bem como os impactos de políticas que, embora promettessem desenvolvimento, acabaram por agravar suas condições de vida.

Angélica cresceu em um ambiente marcado pela escassez de recursos e pela falta de acesso a oportunidades educacionais e econômicas. Seus pais também sem formação escolar e dedicados ao trabalho na pesca, representaram figuras centrais em sua vida, oferecendo suporte, mas dentro de um contexto de limitações materiais e simbólicas. A realidade familiar de Angélica reflete um ciclo de reprodução de desvantagens, onde a falta de acesso a recursos educacionais e econômicos se perpetua de uma geração para outra.

Inicialmente, a gente achou bom, pois era uma casa melhor. Eu sou natural de Santarém e sempre morei no beiradão do Rio Curuá-Una. Meu pai mora aqui agora, mas morei lá por mais de 20 anos, desde quando era criança. Nasci e me criei em Santarém. Já faz uns 10 anos que estou aqui. Lá nós pescávamos e vendíamos o peixe. Quando vim para cá, casei com meu marido, que também é pescador há mais de 30 anos. Desde então, venho acompanhando ele. Minha mãe se chama Nazaré Tavares Soares, e meu pai é José Willian Macedo Rocha [...] Minha relação com meus pais sempre foi boa. Eles não tinham formação escolar, mas trabalhavam na pesca, o que acabou influenciando muito minha trajetória no trabalho. Minha família vivia em casa própria e, embora a situação econômica fosse apertada, conseguíamos viver com o que pescávamos. Hoje, comparando minha condição socioeconômica com a dos meus pais, acho que piorou, principalmente depois da construção de Belo Monte. (ANGÉLICA, 2024)

A educação limitada de Angélica, interrompida no quinto ano do ensino fundamental, é um exemplo claro de como as condições materiais e sociais podem restringir o acesso ao conhecimento formal. O casamento precoce e a necessidade de contribuir para o sustento da família contribuíram para que ela priorizasse a sobrevivência imediata em detrimento de uma formação escolar mais ampla. Apesar de seus pais tê-la incentivado, as barreiras objetivas, como a necessidade de trabalhar e a falta de incentivos estruturais, impediram que ela avançasse em sua escolarização.

Eu estudei até o quinto ano, e sempre gostei de estudar, mas tive que interromper os estudos cedo, pois me casei e acabei desistindo. Apesar disso, minha relação com a escola era boa, e meus pais sempre me incentivaram. Hoje, não sonho mais em ter um diploma universitário, embora ache importante. Durante minha infância, eu brincava bastante no rio com meus irmãos. Era muito bom correr na areia, brincar de pega-pega. Hoje em dia, fico mais em casa quando não estou trabalhando (ANGÉLICA, 2024)

A degradação do rio Xingu e a drástica redução da quantidade de peixes transformaram o cotidiano de Angélica, cuja trajetória laboral é marcada pela informalidade e pela precariedade. Desde a adolescência, ela foi inserida no mundo do trabalho, ajudando seus pais na pesca, atividade que exige grande esforço físico e oferece pouca segurança ou reconhecimento social. A pesca, antes central em sua vida e no sustento de sua família, tornou-se uma fonte de vulnerabilidade após as profundas transformações ambientais causadas pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. Essas mudanças afetaram de forma profunda sua subsistência, limitando ainda mais suas já escassas possibilidades de geração de renda. O rio, que antes era um espaço de vida e trabalho, foi transformado em um território marcado pela escassez e pela incerteza, refletindo as contradições de um desenvolvimento que desconsidera as dinâmicas locais e as relações das comunidades com o ambiente.

A mudança para o Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Casa Nova e a melhoria nas condições habitacionais não resolveram os problemas estruturais enfrentados por Angélica e sua família. Pelo contrário, a distância do rio e a perda das condições tradicionais de pesca agravaram sua situação econômica. Esse cenário ilustra como políticas de desenvolvimento, muitas vezes implementadas sem considerar as realidades locais e as necessidades das comunidades, podem acabar por aprofundar desigualdades e marginalizar ainda mais aqueles que já vivem em condições precárias.

Antes da hidrelétrica, nossa vida era simples. Morávamos próximos à Rua da Peixaria e vivíamos da pesca. Com a construção de Belo Monte, tivemos que nos mudar para o RUC Casa Nova. No começo, achamos que seria bom, porque a casa era melhor, mas os primeiros anos foram difíceis. A distância do rio complicou muito a pescaria, pois não tínhamos transporte para sair cedo. Tomamos conhecimento da construção da hidrelétrica pela televisão, e minha reação inicial foi de surpresa [...] Eu comecei a trabalhar com 13 anos, ajudando meus pais na pesca, e continuo nessa profissão até hoje, agora com meu marido. Nunca trabalhei com carteira assinada, e minha atividade sempre foi autônoma. Recebo Bolsa Família, e isso ajuda a complementar a renda, mas a situação dos pescadores é cada vez mais difícil. Trabalho muitas horas por dia, dependendo do que conseguimos pescar. Quanto ao futuro, espero que as condições para nós pescadores melhorem (ANGÉLICA, 2024)

A vida de Angélica também é marcada por relações de gênero que influenciaram suas escolhas e oportunidades. Seu casamento com um homem pescador revela uma dinâmica familiar em que ambos compartilham responsabilidades laborais, mas também enfrentam desafios comuns. Apesar disso, é possível perceber que a inserção de Angélica no mundo do

trabalho foi bastante influenciada por seu papel como esposa e mãe, acompanhando o marido na pesca e dedicando-se ao sustento da família. Apesar de sua atuação no espaço público, sua identidade e trabalho permanecem ligados a uma esfera doméstica e comunitária, onde sua contribuição muitas vezes é invisibilizada.

Sua fé católica também reflete uma busca por sentido e pertencimento em um contexto de adversidades. A religião oferece a Angélica um suporte simbólico e emocional, ajudando-a a lidar com as dificuldades cotidianas e a encontrar um sentido para sua existência. A religião, nesse caso, funciona como um espaço de resistência e ressignificação, permitindo que ela construa uma identidade além das limitações impostas por sua condição socioeconômica.

A tensão entre transformações externas e a permanência de práticas internalizadas ilustra como o desenvolvimento, quando imposto de cima para baixo, pode fragmentar comunidades e desconsiderar as lógicas que sustentam suas existências. A história de Angélica revela os limites e contradições de políticas de desenvolvimento que ignoram as dinâmicas e particularidades das comunidades locais, sugerindo a desconexão entre projetos de larga escala e as formas de vida enraizadas no espaço local, onde as relações com o território vão além da mera ocupação física, envolvendo laços culturais, históricos e afetivos. A construção da hidrelétrica de Belo Monte, vendida como um símbolo de progresso e modernização, trouxe impactos profundos e devastadores para pescadores como Angélica e sua família, com a degradação ambiental, a erosão de práticas e saberes tradicionais e a ausência de alternativas econômicas sustentáveis expondo como o desenvolvimento pode se tornar um processo excludente e desigual, privilegiando alguns grupos enquanto marginaliza outros. Ao mesmo tempo, a capacidade de Angélica e de sua família de resistir e se adaptar às mudanças impostas revela uma resiliência moldada por experiências acumuladas ao longo do tempo, que orientam suas ações e estratégias diante de novas condições.

A melhoria nas condições habitacionais proporcionada pelo RUC Casa Nova não foi suficiente para compensar a perda de suas condições de vida e trabalho. A distância do rio e a dificuldade de acesso ao transporte simbolizam a desconexão entre as políticas implementadas e as necessidades reais da população. Esse cenário reforça a ideia de que o desenvolvimento, quando pautado por interesses econômicos e políticos hegemônicos, pode acabar por marginalizar ainda mais aqueles que já vivem em situação de vulnerabilidade.

5.4.7 A luta de um pescador solitário

Áureo, 41 anos, pertence a uma família tradicional de pescadores e seringueiros. A construção da hidrelétrica de Belo Monte reduziu em 80% sua renda, deixando-o sem alternativas para sobreviver. De início reassentado no RUC Jatobá, viu-se forçado a vender a casa devido aos constantes furtos à residência. Mudou-se para o Bairro Lama Negra, onde continuou enfrentando dificuldades para manter a pesca. Agora, morando longe do rio, luta todos os dias para garantir o sustento da filha.

A trajetória de vida e trabalho de Áureo, assim como a de Ivanete e Angélica e os outros entrevistados, reflete uma série de dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldaram sua existência e a de sua família. Sua história é marcada por uma luta constante por sobrevivência, influenciada por condições estruturais que limitaram suas oportunidades e reproduziram desigualdades ao longo de gerações. A análise de sua vida pode ser feita a partir de uma perspectiva que considera as estruturas sociais e as relações de poder que permeiam suas experiências, bem como os impactos de políticas que, embora promettessem desenvolvimento, acabaram por agravar suas condições de vida.

Eu venho de uma família muito antiga aqui na região do Xingu. Meu vô, minha vó, meu pai e minha mãe, todos foram criados aqui. Eles viviam da roça e dos rios: eram cortadores de seringa, quebradores de castanha, tiradores de calço, e na época também tiravam pele de onça pintada e gato maracajá. Sempre fomos gente de beiradão de rio. Meu pai e minha mãe foram pescadores a vida toda, e eu segui esse caminho, me dedicando à pesca desde pequeno. Hoje eu tenho 41 anos e minha vida inteira foi aqui no beiradão, vivendo da pesca. Só que agora, com a hidrelétrica, meu modo de vida praticamente acabou. O rio, que era meu ganha-pão, perdeu mais de 80% da sua pesca. Hoje estou tentando encontrar um jeito de sobreviver de novo (ÁUREO, 2024)

Áureo cresceu em um ambiente marcado pela escassez de recursos e pela falta de acesso a oportunidades educacionais e econômicas. Seus pais, pescadores e trabalhadores da roça, representaram figuras centrais em sua vida, oferecendo suporte, mas dentro de um contexto de limitações materiais e simbólicas. A realidade familiar de Áureo reflete um ciclo de reprodução de desvantagens, onde a falta de acesso a recursos educacionais e econômicos se perpetua de uma geração para outra.

A educação limitada de Áureo, interrompida na segunda série do ensino fundamental, é um exemplo claro de como as condições materiais e sociais podem restringir o acesso ao conhecimento formal. A necessidade de contribuir para o sustento da família e as dificuldades de acesso à escola contribuíram para que ele priorizasse a sobrevivência imediata em detrimento de uma formação escolar mais ampla. Apesar de seus pais tê-lo incentivado, as barreiras objetivas, como a necessidade de trabalhar e a falta de incentivos estruturais, impediram que ele avançasse em sua escolarização.

Meu pai faleceu há três anos, mas eu tive uma relação muito boa com ele e com minha mãe, que ainda é viva. Eles me deram uma boa educação: ensinaram a trabalhar, a ser

honesto e respeitador. Nós éramos 15 irmãos, mas nem todos estão vivos hoje. A maioria deles também trabalha na pesca ou na roça. Alguns até chegaram a estudar um pouco mais do que eu, terminaram o ensino médio, mas não se formaram porque dependíamos da roça e do rio para sobreviver [...] Minha escolaridade foi até a segunda série do ensino fundamental. Era muito difícil continuar estudando, porque eu precisava remar duas horas para chegar na escola e mais duas horas para voltar, além de ajudar na roça e no rio. Apesar disso, eu gostava de estudar, mas tive que abandonar a escola para ajudar meu pai na pesca. Nunca tive muito tempo para lazer, nem na infância. Brincávamos com o que tínhamos: um carrinho de pau ou uma cacimba de lajar. A vida era simples, mas apertada. Não passávamos fome porque sempre tinha peixe, caça, farinha e galinha caipira, mas também nunca sobrava (ÁUREO, 2024)

A trajetória laboral de Áureo é marcada pela informalidade e pela precariedade. Desde a infância, ele foi inserido no mundo do trabalho, ajudando seus pais na pesca e na roça, atividades que exigem grande esforço físico e oferecem pouca segurança ou reconhecimento social. A pesca, em particular, tornou-se uma atividade central em sua vida, mas também uma fonte de vulnerabilidade, de maneira especial após as transformações ambientais causadas pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. A degradação do rio e a diminuição dos peixes impactaram de forma indireta sua subsistência, reduzindo ainda mais suas já limitadas possibilidades de geração de renda.

A mudança para o Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Jatobá e a posterior venda de sua casa devido a roubos e dificuldades financeiras ilustram como as políticas de reassentamento não resolveram os problemas estruturais enfrentados por Áureo e sua família. Pelo contrário, a distância do rio e a perda das condições tradicionais de pesca agravaram sua situação econômica. Esse cenário ilustra como políticas de desenvolvimento, muitas vezes implementadas sem considerar as realidades locais e as necessidades das comunidades, podem acabar por aprofundar desigualdades e marginalizar ainda mais aqueles que já vivem em condições precárias.

Sua separação da esposa e a necessidade de dividir os bens revelam uma dinâmica familiar em que as responsabilidades e os recursos são compartilhados, mas também enfrentam desafios comuns. Apesar disso, é possível perceber que a inserção de Áureo no mundo do trabalho foi sobremaneira influenciada por seu papel como provedor, dedicando-se ao sustento da família. Apesar de sua atuação no espaço público, sua identidade e trabalho permanecem ligados a uma esfera doméstica e comunitária, onde sua contribuição muitas vezes é invisibilizada.

Hoje eu vejo que algumas coisas melhoraram em relação à época dos meus pais, como ter motor e voadeira para pescar. Mas, ao mesmo tempo, o impacto da hidrelétrica acabou com o peixe no rio e destruiu nosso sustento. Meu trabalho é a pesca, sempre foi, e não pretendo mudar. Desde criança, eu me criei no rio, acompanhando meus pais, pescando e ajudando a vender o peixe. Nunca tive carteira assinada, mas sempre fui pescador. Isso é o que eu sei fazer e o que eu gosto de fazer. Só que agora, sem o

peixe no rio, minha renda caiu muito, e eu estou vivendo com muitas dificuldades [...] Eu já morei no RUC Jatobá, mas tive que vender minha casa porque, como pescador, passava muito tempo fora, e minha casa era constantemente roubada. Além disso, me separei da minha mulher na época e precisei dividir os bens. Com o pouco que sobrou, comprei um pedaço de terra em outro bairro. É difícil viver assim, vendo o que aconteceu com o rio e com a pesca. Mas eu sigo tentando, porque é disso que eu entendo e é disso que eu vivo. (ÁUREO, 2024)

A história de Áureo sugere os limites e contradições de políticas de desenvolvimento que não consideram as particularidades das comunidades locais. A construção da hidrelétrica de Belo Monte, apresentada como um projeto de progresso e modernização, trouxe consequências devastadoras para a vida de pescadores como Áureo e sua família. A degradação ambiental, a perda de modos de vida tradicionais e a falta de alternativas econômicas viáveis mostram como o desenvolvimento pode ser excludente e desigual, beneficiando alguns em detrimento de outros.

A melhoria nas condições habitacionais proporcionada pelo RUC Jatobá não foi suficiente para compensar a perda de suas condições de vida e trabalho. A distância do rio e a dificuldade de acesso ao transporte simbolizam a desconexão entre as políticas implementadas e as necessidades reais da população. Esse cenário reforça a ideia de que o desenvolvimento, quando pautado por interesses econômicos e políticos hegemônicos, pode acabar por marginalizar ainda mais aqueles que já vivem em situação de vulnerabilidade.

A entrevista com Áureo da Silva Gomes, realizada em 07 de maio de 2024, durante uma reunião com pescadores e o MAB na Universidade Federal do Pará (UFPA), representa um momento significativo e simbólico no encerramento da pesquisa. Essa entrevista, a última das 15 realizadas, aconteceu em um espaço de debate e articulação coletiva, no qual pescadores e trabalhadores atingidos pela hidrelétrica de Belo Monte se reuniram para discutir suas lutas, desafios e estratégias de resistência. Esse ambiente reforça a dimensão coletiva das histórias individuais, mostrando como as trajetórias de vida e trabalho de pessoas como Áureo estão bastante ligadas a processos sociais mais amplos e a movimentos organizados que buscam justiça e reparação.

As 15 entrevistas realizadas com pescadores e trabalhadores das antigas olarias de Altamira, atingidos pela hidrelétrica de Belo Monte, revelam um padrão recorrente de desafios e resistências. A maioria dos entrevistados compartilha histórias de vida marcadas por condições socioeconômicas precárias, acesso limitado à educação formal e trabalho informal e instável. A construção da hidrelétrica, embora justificada sob a promessa de desenvolvimento e progresso, agravou ainda mais as condições de vida dessas comunidades, desestruturando modos de vida tradicionais e aprofundando desigualdades históricas.

A análise dessas trajetórias permitiu-nos compreender como as disposições sociais desses trabalhadores foram transformadas pelo impacto do empreendimento. A destruição de seus espaços de trabalho e sociabilidade, aliada à imposição de novas lógicas econômicas e simbólicas, resultou na desarticulação de seus capitais culturais e sociais, dificultando sua reinserção econômica e social. As políticas de reassentamento e indenização, implementadas sem considerar as práticas e necessidades locais, mostraram-se insuficientes para garantir a continuidade de seus modos de vida, expondo-os a uma vulnerabilidade ainda maior.

Ao longo da história, as políticas de desenvolvimento na Amazônia têm de forma reiterada reproduzido esse padrão de exploração e marginalização. Em vez de promoverem melhorias estruturais para as populações locais, esses projetos reforçam relações de dominação, desconsiderando as formas tradicionais de organização do trabalho e da vida. A destruição ambiental, a perda de recursos naturais e a falta de alternativas econômicas viáveis evidenciam o caráter excludente desse modelo desenvolvimentista, que se baseia na mercantilização dos territórios e na subordinação das populações locais aos interesses do capital.

Apesar das adversidades, os entrevistados demonstram notável capacidade de adaptação, mobilizando-se por meio do trabalho, da fé e dos laços comunitários para reconstruir suas vidas. Suas histórias desafiam as narrativas hegemônicas sobre o progresso e nos convidam a refletir de maneira crítica sobre as estruturas que perpetuam desigualdades. A pesquisa reforça a necessidade de ouvir e valorizar essas vozes, reconhecendo suas lutas como parte fundamental da busca por um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

Essa última entrevista com o pescador Áureo, realizada em um contexto coletivo e político, simboliza a importância da organização e da mobilização como ferramentas de resistência e transformação social. Ela evidencia que, para além das trajetórias individuais, há uma luta coletiva por justiça, dignidade e direitos que precisa ser reconhecida e fortalecida. Ao dar visibilidade a essas experiências, esta pesquisa contribui para ampliar o debate sobre os impactos dos grandes projetos na Amazônia e para a construção de alternativas que respeitem tanto as pessoas quanto o meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira representa não apenas a materialização de um projeto técnico-infraestrutural de grandes proporções, mas também um marco simbólico do novo ciclo de violências territoriais, sociais e subjetivas que recaem sobre os trabalhadores amazônicos. Esta tese teve como objetivo principal compreender os efeitos desse empreendimento sobre as relações de trabalho, emprego e renda no território de Altamira, com foco nas trajetórias de pescadores artesanais e trabalhadores de olarias, sujeitos historicamente enraizados no espaço que passou a ser alvo do discurso do "desenvolvimento". Ao longo desta pesquisa, tornou-se evidente que tais transformações transcendem a ordem econômica: elas atingem os alicerces simbólicos da vida, da identidade e do pertencimento.

Ao considerar as entrevistas realizadas com trabalhadores afetados pela usina, emergem narrativas de dor, resistência e adaptação. Sebastião, pescador com mais de 70 anos de experiência, afirmou: "Nosso Rio não é mais o mesmo [...] hoje, tenho meu motorzinho de pesca, meu barco, mas não pesco mais, só para comer. Para mim, a atividade melhor do mundo é pescar". Seu relato expressa uma perda que é mais que material: é existencial. A pesca, para ele, não era apenas meio de subsistência, mas forma de viver e se reconhecer no mundo. Essa dimensão simbólica do trabalho foi ignorada pelos planejadores da UHBM, para quem os pescadores poderiam simplesmente ser requalificados ou indenizados.

Brás, trabalhador das olarias, revelou uma experiência semelhante de desestruturação e tentativa de reinvenção. Ele contou: "Meu pai era nordestino e começou a trabalhar na zona rural [...] depois, foi para a Olaria dos Padres, da Prelazia do Xingu. Teve um período que eu fui para o Exército, mas depois voltei. Trabalhei com cadeiras, aluguel, fiz de tudo". Sua trajetória evidencia a pluralidade das estratégias dos "batalhadores" amazônicos, que, ao serem empurrados para a informalidade e para o trabalho precário, mobilizam saberes e redes familiares para sobreviver.

A noção de "território usado", de Milton Santos, permite compreender essas experiências como parte de uma lógica de resistência ao apagamento. O território dos pescadores e oleiros não é apenas o espaço físico de moradia e trabalho: é campo de memórias, de relações afetivas, de trajetórias sociais. Quando esse território é destruído ou reconfigurado sem a participação de seus sujeitos, como no caso dos RUC, o

resultado é a fragmentação dos vínculos, o empobrecimento das relações e o aumento da vulnerabilidade social.

Esse processo, ao mesmo tempo em que impõe rupturas, também revela a fronteira em seu sentido mais profundo, conforme descrito por José de Souza Martins. A fronteira não é apenas um limite geográfico, mas um espaço de conflito entre temporalidades históricas distintas, um lugar onde o moderno e o tradicional se chocam, se negam e, por vezes, se misturam. Martins nos lembra que a fronteira é palco da alteridade, da descoberta e do desencontro. Em Altamira, essa fronteira não é uma linha, mas uma zona alargada onde coexistem, de forma desigual, os resquícios de um modo de vida comunitário e a lógica individualizante do capital.

"A primeira reação que a gente tem é boa, né? É o progresso chegando, e se fala logo em cima disso. A vida das pessoas iria melhorar, iria gerar emprego, renda. Sim, mas na verdade, para nós que mexe com tanto peixe, para nós não melhorou, só piorou porque destruiu o nosso rio" (RAIMUNDO, 2024). Essa fala expressa com nitidez a armadilha discursiva do progresso, que se vende como solução universal mas esconde seus efeitos desiguais. Raimundo, como tantos outros pescadores, foi empurrado para a beira do sistema econômico, onde o acesso à renda está condicionado a sua capacidade de se adaptar a um mundo que ignora suas práticas, saberes e experiências.

A construção da UHBM, nesse sentido, evidencia o que Jessé de Souza descreve como o universo dos batalhadores: sujeitos que, embora não ocupem o lugar da "ralé estrutural", tampouco se inserem plenamente na classe média tradicional. São homens e mulheres que vivem na fronteira entre a sobrevivência e a possibilidade de mobilidade, muitas vezes frustrada. O caso de Brás, por exemplo, que transita entre trabalhos temporários, autônomos e assalariados precários, ilustra bem essa condição de instabilidade estrutural. Mesmo com experiência, vínculos familiares e esforço pessoal, ele permanece vulnerável às flutuações do mercado e à ausência de políticas públicas consistentes.

Na realidade empírica observada nesta pesquisa, o conceito de batalhadores permitiu-nos identificar um conjunto de práticas de sobrevivência em meio à precariedade, mas também ilumina o modo como esses sujeitos internalizam valores ambíguos: por um lado, o ideal de ascensão individual, herdado da cultura meritocrática; por outro, a memória coletiva de um tempo em que o trabalho estava vinculado à terra, ao rio, à família e à comunidade. As falas de Raimundo, por exemplo, evidenciam essa tensão: "Eu comecei a andar com meu pai no barco com 6 anos de

idade. Já andava na polpa da canoa dele e ajudava a pescar e remar a canoa enquanto ele jogava a tela". A infância de Raimundo não foi marcada por brinquedos ou por uma educação formal estruturada, mas por um aprendizado direto, orgânico, do ofício da pesca e do valor da cooperação familiar.

Esse aprendizado, no entanto, tornou-se obsoleto com a chegada de Belo Monte. A modernidade que se impôs à região trouxe uma temporalidade nova, distinta da circularidade da vida ribeirinha. Como explica Pierre Bourdieu, ao serem inseridos à força em um tempo linear e produtivista, os sujeitos tradicionais vivem um processo de histerese, ou seja, um descompasso entre as disposições formadas ao longo de suas trajetórias e as exigências impostas pelo novo contexto. Em outras palavras, mesmo que Raimundo e Brás se adaptem parcialmente à nova ordem, essa adaptação é sempre marcada por perdas, conflitos e reconfigurações identitárias.

A educação, nesse contexto, aparece simultaneamente como uma promessa e um desafio. Muitos entrevistados relataram dificuldades de acesso à escola e à permanência nos estudos. Raimundo explicou: "Inclusive meus irmãos, meus primos estudavam e naquele tempo era só até a quarta série, na zona rural. Aí não tinha mais. Tinha que vir para a cidade. E o custo de vida aqui na cidade era alto". Esse trecho ilustra uma desigualdade estrutural que precede a usina, mas que foi agravada por ela: o apagamento das possibilidades de formação educacional para as comunidades tradicionais. Mesmo com algum acesso à escola, como relatado no caso da sala improvisada em um antigo galinheiro, a ausência de políticas educacionais estruturadas consolidou um ciclo de exclusão que impacta diretamente as condições de empregabilidade e renda dos jovens e adultos.

A tese, portanto, mostra que o discurso do desenvolvimento, quando não dialoga com a realidade local e com os sujeitos que habitam o território, tende a se converter em uma forma sofisticada de violência simbólica e material. A hidrelétrica de Belo Monte, enquanto expressão máxima do novo desenvolvimentismo, funcionou como uma engrenagem de deslocamentos e desconstruções. E, ao mesmo tempo, produziu um campo de experimentação de resistências cotidianas, onde os trabalhadores se reinventam como podem, em meio ao caos que lhes foi imposto.

Essas resistências, ainda que fragmentadas e muitas vezes silenciosas, têm dimensão política. A tentativa de manter viva a prática da pesca artesanal, mesmo em condições adversas, a escolha por continuar produzindo tijolos de forma artesanal, mesmo sem o apoio institucional, a decisão de investir na educação dos filhos como

caminho de futuro: tudo isso constitui formas de insurgência contra a lógica desenvolvimentista que tenta impor uma única racionalidade. Como afirma Brás: "Enquanto você não se formar, você tem que seguir algum emprego, alguma coisa. E naquela época a gente gostava de trabalhar ligado à família". Essa afirmação remete a uma ética do trabalho que não se reduz à busca por renda, mas que se ancora no pertencimento, na memória e na solidariedade.

O conceito de território, conforme proposto por Milton Santos, também fornece uma chave interpretativa poderosa para entender os impactos de Belo Monte. Ao reconhecer o território como uma construção social e histórica, estruturada pela ação dos agentes e pela materialidade técnica, Santos nos ensina que o território é sempre o resultado de um uso – e que este uso pode ser imposto ou construído coletivamente. No caso de Altamira, a chegada da usina implicou em um uso autoritário do território, orientado pelas necessidades do capital e pela lógica técnico-burocrática do Estado. Isso resultou em uma ruptura com o uso tradicional e comunitário que pescadores e oleiros faziam do espaço.

Essa ruptura também nos leva a pensar no conceito de fronteira tal como desenvolvido por José de Souza Martins. A fronteira é, em sua essência, um espaço de encontro conflituoso entre tempos históricos diferentes. Em Altamira, a fronteira não se apresenta apenas como um espaço físico, mas como um território simbólico e social onde colidem o tempo do capital e o tempo da comunidade. A construção da usina representa a imposição de um tempo e de uma lógica que não reconhece as formas de vida ali existentes. Como lembra Martins, a fronteira é um lugar de alteridade e, por isso mesmo, um lugar de conflito. A resistência dos trabalhadores, portanto, é também uma recusa da homogeneização do tempo, uma insistência na diversidade dos modos de viver.

Essa resistência à homogeneização imposta pelo discurso desenvolvimentista, que se apresenta como universal e neutro, é na verdade profundamente seletiva e excludente. Ela privilegia determinados modos de vida e conhecimento, em detrimento de outros, considerados arcaicos ou improdutivos. Entretanto, como revelado ao longo desta tese, o saber prático dos pescadores e oleiros, acumulado ao longo de gerações, expressa uma racionalidade própria, baseada na relação direta com o ambiente, na partilha de saberes e na economia do cuidado – com a natureza, com os outros e consigo mesmo.

O que se viu em Altamira foi a desvalorização dessa racionalidade. A promessa de modernização trouxe consigo a desintegração de práticas coletivas e a imposição de

formas de trabalho que exigem desempenho individualizado e competitividade. Trabalhadores como Brás e Raimundo passaram a operar em um sistema que não reconhece seus saberes como legítimos, e que ainda os responsabiliza por sua exclusão, caso não consigam adaptar-se às novas exigências do mercado.

Esse tipo de lógica contribui para o que Jessé de Souza identifica como um processo de moralização da desigualdade. Ao invés de compreender as trajetórias dos trabalhadores como efeitos de estruturas sociais desiguais e historicamente constituídas, o discurso dominante tende a atribuir o fracasso à falta de esforço, à "acomodação" ou à ignorância. A tese evidencia como essa narrativa não se sustenta diante dos relatos concretos dos entrevistados, que demonstram esforço contínuo, capacidade de adaptação e desejo de mudança, ainda que sob condições profundamente adversas.

Dessa forma, ao final desta pesquisa, é possível afirmar que a construção de Belo Monte não apenas transformou a paisagem física e econômica de Altamira. Ela alterou de forma radical as possibilidades de reprodução social de comunidades inteiras, reconfigurou subjetividades e impôs uma nova gramática das relações de trabalho. A pesca artesanal e a atividade oleira, antes centrais para o modo de vida local, foram convertidas em resquícios de um passado que o novo discurso hegemônico busca suprimir.

Entretanto, como mostram as falas de Brás, Raimundo e tantos outros, esse passado não foi abandonado sem luta. Ele persiste na memória, na resistência cotidiana, na adaptação criativa e na tentativa de construir um futuro digno para as novas gerações. O desenvolvimento verdadeiro, como argumenta Milton Santos, só pode existir quando parte do reconhecimento das formas locais de vida e de organização, respeitando a complexidade do território e a dignidade de seus sujeitos.

Por fim, é importante reconhecer os limites desta pesquisa. A complexidade da realidade estudada, marcada por transformações aceleradas e dinâmicas locais heterogêneas, impõe desafios à pretensão de totalidade. Algumas dimensões ficaram à margem da investigação, como os efeitos específicos sobre as mulheres trabalhadoras e a juventude em transição para o mercado de trabalho. Além disso, a própria temporalidade da pesquisa impôs restrições: muitos processos estão em curso e suas consequências ainda não se revelaram por completo.

Apesar dessas limitações, esta tese apresenta uma contribuição relevante ao lançar luz sobre as estratégias de resistência e reinvenção acionadas pelos trabalhadores de Altamira diante do colapso de seus modos tradicionais de vida. Longe de aceitar o

desenvolvimento como um processo neutro ou inevitável, propõe-se aqui uma crítica aos seus pressupostos e efeitos concretos, revelando como, sob o manto do progresso, frequentemente se ocultam formas contemporâneas de expropriação econômica, simbólica e territorial.

As falhas e lacunas identificadas ao longo do trabalho abrem espaço para investigações futuras. Pesquisas que aprofundem a perspectiva de gênero, que tracem um olhar geracional sobre as juventudes afetadas ou que explorem as formas de organização coletiva e associativismo emergentes pós-Belo Monte seriam caminhos importantes de continuidade. Da mesma forma, investigações que articulem as experiências locais de Altamira com outros territórios amazônicos impactados por grandes obras poderiam contribuir para a construção de uma crítica mais abrangente ao modelo de desenvolvimento dominante.

Conclui-se, portanto, que resistir ao apagamento simbólico e material imposto pela lógica desenvolvimentista passa por reconhecer e valorizar os saberes e práticas daqueles que há gerações habitam e constroem o território. A luta de pescadores e oleiros de Altamira, marcada por perdas e recomeços, dor e criatividade, é expressão concreta de que outro desenvolvimento é possível – um que nasça do território e respeite suas gentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W.; CARVALHO, J. G. (Org.). O Plano IIRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2009.
- ALONSO, S; CASTRO, E. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, A. C. D. O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. Belém, ADUFPA, 2006.
- AMARAL, Angela Santana. Configurações Contemporâneas dos conflitos classistas: experiências brasileiras no contexto neodesenvolvimentista. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_SantanaDoAmaral.pdf. Acesso em: 24 abr. 2014.
- ANDRADE, R. DE P.. Vencidas a distância e floresta!: A Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. Tempo, v. 25, n. 2, p. 363–381, maio 2019.
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Atlas de Energia Elétrica do Brasil, 2008. Disponível em: <www.aneel.gov.br>. Acesso em: dez. 2023.
- ANGÉLICA. Depoimento [jan. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 15 jan. 2024.
- ANTONIO GOMES. Depoimento [jan. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 16 jan. 2024.
- ANTUNES, André P. et al. Empty forest or empty rivers? A century of commercial hunting in Amazonia.Sci. Adv.2,e1600936(2016).DOI:10.1126/sciadv.1600936. Disponível em: <https://www.science.org/doi/pdf/10.1126/sciadv.1600936>. Acesso em 22 mar. 2024.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12.^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. (Org). Uberização, trabalho e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARAÚJO, Rhoberta Santana. O PDRS Xingu e a política de expansão da UFPA no contexto de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o caso do Campus de Altamira. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, 2015.
- ARRUDA Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambiente & Sociedade, Ano II, n 5, 1999.
- ASSEBURG, Hans B.; GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. Dados: revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 50, n.3, p.499-533, 2007.

ÁUREO. Depoimento [mai. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 07 mai. 2024.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: Rumo a outra modernidade, 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011

BECKER, Bertha K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Fronteira e Urbanização repensadas In: Revista Brasileira de Geografia – IBGE, 1985.

_____. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, 19 (53), 71-86. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>. Acesso em: 20 ago. 2023.

_____. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond. 2007.

BECKER, O. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia. In: CASTRO, Iná Elias de et al., Explorações geográficas. Percursos no fim do século, Rio de Janeiro, Bertand, 1997, p. 319-367.

BIFANI, P. Medio ambiente y desarrollo sostenible. Madrid: IEPALA, 1999.

BNDES. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. BNDES aprova financiamento de R\$ 22,5 bilhões para Belo Monte. Rio de Janeiro. 25 de novembro de 2012. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20121126_belo_monte. Acesso em: 17 dez. 2020.

BOITO Jr., A. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. BOITO JR, A., GALVÃO, A. (Org.), Política e classes sociais dos anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012.

BOLTANSKI, Luc. A moral da rede? Críticas e justificações nas evoluções recentes do capitalismo. In: Fórum Sociológico. Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica, Número 5/6, IIª Série, 2001, pp.13-35.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Luc. O novo espírito do capitalismo. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. De la justification: Les économies de la grandeur. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

BOSCHI, Renato. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. Dados: revista de ciências sociais. Rio de Janeiro, IUPERJ, v.42 , n.4, p.655-690, 1999.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flávio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, v.13, n.53, p.305-322, maio/ago. 2008.

BOURDIEU, Pierre et al. Travail et travailleurs en Algérie Paris: Mouton, 1963.

_____. O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 2021.

_____. Introdução a uma Sociologia Reflexiva; Sobre o poder simbólico; A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: _____. O poder simbólico. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. A reply to some objections. In: In other Works. Stanford: Stanford University Press, 1994.

_____. O ponto de vista do autor: algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural. In: _____. As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

_____. Esboço de uma teoria da prática. Tradução de Miguel Serras Pereira. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2002.

_____. A economia das trocas simbólicas. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. Coisas ditas. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pergorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. As estruturas sociais da economia. Porto, Campo das letras, 2006.

_____. A Miséria do mundo, 17. ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. O senso prático. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Espaço social e gênese das classes. In: _____. O poder simbólico. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. A distinção: crítica social do julgamento. 2. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

_____; BOLTANSKI, Luc; SAINT-MARTIN, Monique de. Estratégias de Reconversão: as classes sociais e sistema de ensino. In: DURAND, José Carlos Garcia (org.). Educação e Hegemonia de Classe: as funções ideológicas da Escola. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____; WACQUANT, Loïc. Um convite à sociologia reflexiva. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto no 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 nov. de 2024

_____. Portal Brasil. Meio Ambiente. Conheça os Biomas Brasileiros, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2009/10/biomas-brasileiros>. Acesso em: 28 jul. de 2021.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9478.htm. Acesso em: 13 ago. 2024.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.847.htm> Acesso em: 30 mai. 2024.

_____. Presidência da República. PAC 2, O Círculo Virtuoso do Desenvolvimento, v. 1, 3º Balanço 20 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/9c1d00894e901bed0a319fd797668ae3.pdf>> . Acesso em: 13 ago. 2024.

BRÁS. Depoimento [dez. 2023]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 19 dez. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. Dados: revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, IUPERJ, v.47, n.1, p.49-84, 2004.

_____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

_____. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvimentismo.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

_____. Modelos de Estado desenvolvimentista. Revista de Economia, v. 40, n. 73, p. 231-256, 2019.

BRITO, Daniel Chaves. A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia. Belém – Pa: NAEA/UFPA, 2001.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Um Estudo sobre o Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção. Tese (Doutorado em Economia), Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

_____. Globalização e Processo de Informalidade. Revista Economia e Sociedade. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, nº 14, p.153-174, 2000.

CANCLINI, Néstor García. Imagined Globalization. North Carolina: Duke University Press, 2014.

_____. A globalização está desprestigiada. Entrevista concedida a Hector Pavon. In: Revista IHU Online, 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, J.G. Hidrelétricas em Rondônia: tempos e conflitos nas águas do Madeira. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____. IIRSA; PAC. In: LEROY, JP.; MALERBA, J. (Org.). IIRSA, energia e mineração: ameaças e conflitos para as Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: FASE, 2010.

CASTRO, Edna. Epistemologia e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: CASTRO, Edna e PINTO, Renan Freitas (Org.). Decolonialidade e sociologia na América Latina. Belém: NAEA/UFPA, 2018.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

_____; MOURA, Edila Arnaud Ferreira; MAIA, Maria Lúcia Sá(Org.). Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: UFPA, 1994.

CASTRO, E. V. Entrevista, El País, 29/09/2014. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283_365191.html. Acesso em: 03 nov. 2022.

CCBM - CONSÓRCIO CONSTRUTOR BELO MONTE. Lista de admissões em relação alfabética. Planilha: Excel, 2014.

CHAVES, Kena Azevedo; Souza, Angelita Matos. De Belo Monte a Belo Sun, o Pará como espaço de espoliação & exceção: o caso da resistência Yudjá. In: XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista (Barcelona,) 7-12. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/ChavesSouza.pdf>, 2018.

_____. Agora o rio vive seco: populações tradicionais, exceção e espoliação em face da instalação de grandes projetos na Volta Grande do Xingu. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, UNESP – Rio Claro, 2018^a.

CLÁUDIO. Depoimento [jan. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 13 jan. 2024.

COUTO, F. A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana: IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/109/77>. Acesso em: dez. 2023.

CROSSLEY, Nick. Classe Social. In: GRENFELL, Michael (Ed.). Bourdieu: conceitos fundamentais. Tradução: Fabio Ribiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CRUZ, C. B.; SILVA, V. P. Grandes projetos de investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. *Sociedade & Natureza*, 22(1), 181-190, 2010.

CUNHA, Euclides. Contrastes e confrontos. Rio de Janeiro: Record, 1975.

CUNHA, Manuela Carneiro; DE ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: *Cultura com Aspas e outros ensaios*. São Paulo, Ubu Editora, 2017.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DE FRANCESCO, A; CARNEIRO, C. Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015

DE FRANCESCO, A; BAITELLO, C; GRAÇA, D. História de ocupação do beiradão no Médio rio Xingu. In: MAGALHÃES, S. B; CUNHA, M.C. (Orgs.) A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC. Cap.1, p.41 – 66. São Paulo: SBPC, 2017.

DOWBOR, Ladislau. Em defesa dos territórios da cidadania. *Le Monde Diplomatique*, Brasil, 18.mar. 2008. Disponível em: <http://diplo.dreamhosters.com/2008-03,a2265.html>. Acesso em: 30 mar. 2023.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias*, (PPGS-UFRGS), Porto Alegre, ano 13, nº 27, p. 220-254, mai/ago de 2011.

DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ELETROBRÁS. Atualização do inventário Hidrelétrico da Bacia do rio Xingu: consolidação dos estudos realizados. Relatório Geral, Eletrobrás, v. 1, 2007.

ELETRONORTE. Usina Hidrelétrica Kararaô. Efeitos e Programas Ambientais: síntese. [S.l.]: CNEC, 1988.

ELISA ESTRONIOLI. Depoimento [mar. 2023]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 13 mar. 2023.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética. Plano Decimal de Expansão de Energia 2021. 2012. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pdee/forms/epeestudo.aspx>. Acesso em: ago. 2023.

FAGUNDES, J. Eficiência econômica e distribuição de renda em análises antitruste. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado) - IE/UFRJ, 2003.

FEARNSIDE, P. The devastating effects of tsunamis, big hydroelectricdams and other clear energy. 2011. Disponível em: <http://www.climateconnections>. Acesso em: jan. 2023.

FERREIRA, D. T. A. M. et al. Perdas simbólicas e os atingidos por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica de Estreito, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 30, p. 73-87, jul. 2014.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina In: _____. *Sociedade de classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*. In: *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FIORI, J. L. O desenvolvimentismo de esquerda. *Valor Econômico*. São Paulo, 29 fev.2012.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*, v. 16, n. 4, p. 141–156, out. 2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*. 15:225-256, 2004. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/publications/g%C3%AAnese-e-precusores-do-desenvolvimentismo-no-brasil>. Acesso em: 22 mar. 2024.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problema*. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007a.

_____. *Correspondência Intelectual: 1949-2004*. Seleção, introdução e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2021

_____. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GARZON, L.F.N. Imperialismo de aluguel ou sub-imperialismo: tupi or not tupi? *Revista contra corrente*, nov. 2009. Disponível em: http://www.rbrasil.org.br/ContraCorrente_02.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GODOY, José A. Estado e política econômica na I República: consensos e dissensos. In: *Da opulência à ganância: coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)*. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo (USP), 2007.

GONTIJO, C.. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 27, n. 3, p. 413–430, jul. 2007.

GROSGOUEL, Ramon. The epistemic decolonial turn. *Cultural studies*, 2007. v. 21, p 211-223.

HARDY, Cheryl. Histerese. In: GRENFELL, Michael (Ed.). *Bourdieu: conceitos fundamentais*. Tradução: Fabio Ribiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo, HUCITEC, 1980.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo, Annablume, 2005.

HEBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

HEBETTE, Jean, MANESCHY, Maria Cristina e MAGALHÃES, Sônia Barbosa. No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

HICKS, J. R. The foundations of welfare economics. The Economic Journal, 49(196), 696-712, 1939.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Dossiê Belo Monte: não há condições para licença de operações. São Paulo: ISA, 2015. (Programa Xingu). Disponível em: <http://isa.to/dossie-belo-monte>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. Lula acusa Ibama de atrasar PAC e diz que fará cobrança dura a Marina. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/lula-acusa-ibama-de-atrasar-pac-e-diz-que-fara-cobranca-dura-marina>. Acesso em 17 ago. 2024.

IVANETE. Depoimento [fev. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 14 fev. 2024.

JACKSON DIAS. Depoimento [mar. 2023]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 13 mar. 2023.

JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

JAMES. Depoimento [abr. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 14 abr. 2024.

JARDEL. Depoimento [abr. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 18 abr. 2024.

KALDOR, N. Welfare propositions of economics and interpersonal comparisons of utility. Economic Journal, 49(195), 549-552, 1939.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Anpocs, São Paulo, Vol. 22 nº. 63 fev. 2007.

LACERDA, Paula. Reassentar e indenizar: formas de governo no contexto da implantação da usina hidroelétrica de Belo Monte, em Altamira, Brasil. Etnográfica, vol. 25 (3), p. 729-749, 2021.

LAHIRE, Bernard. Retratos sociológicos: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. Dossiê Lahire. VISSER, Ricardo e JUNQUEIRA, Lília (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

LEAL, Jorge Luiz dos Santos. Amazônia brasileira e seu caráter transnacional: o aproveitamento do seu patrimônio estratégico para garantia do desenvolvimento. 2016. 378 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas – PPCJ, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2019.

LEANDRO. Depoimento [mar. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 14 mar. 2024.

LENIN, V.I. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LETURCQ, G.. Differences and similarities in impacts of hydroelectric dams between north and South of Brazil. *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 265–286, abr. 2016.

LITTLE, Paul Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. UNB, Brasília, 2002.

LOPES, Jonathan Felix Ribeiro. Território na Geografia de Milton Santos. *Invest. Geog, Ciudad de México*, n. 85, p. 128-130, 2014. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112014000300010&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 16 abr. 2025.

LOPES, José Sérgio Leite. Touraine e Bourdieu nas Ciências Sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas. *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 5, p. 43–79, jan. 2013.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: Estado, homem, natureza. 2ª ed. Belém, PA: CEJUP, 2004.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em: www.mabnacional.org.br. Acesso em: jan. 2024.

MACEDO, E. S.. A invenção do progresso: Bye Bye Brasil e o espaço-tempo colonial. *Mana*, v. 28, n. 2, p. e282205, 2022.

MAGALHÃES, S. B. (et. al.). Não há peixe para pescar neste verão: efeitos socioambientais durante a construção de grandes barragens – o caso Belo Monte Desenvol. *Meio Ambiente*, v. 37, p. 111-134, maio 2016 - Edição Especial Nexa Água e Energia.

MANOEL NICOLAU. Depoimento [fev. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 20 fev. 2024.

MANTEGA, G. A economia política brasileira. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina, dependencia y globalización. Bogotá CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. Ed. Contexto. São Paulo, 2009.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. A ideologia alemã. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro III, Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MATTEI, L. Desenvolvimento brasileiro no início do século XXI. Crescimento econômico, distribuição de renda e destruição ambiental. In: Bartelt, D. D. (Ed. e Org.). Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Heinrich-Böll-Stiftung, 2012.

MATON, Karl. Habitus. In: GRENFELL, Michael (Ed.). Bourdieu: conceitos fundamentais. Tradução: Fabio Ribiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MEDEIROS, Rogério de Souza e LIRA, Bruno Ferreira Freire Andrade. Caminhos da reprodução da colonialidade: experiência desenvolvimentista e reação conservadora sob a tensão colonialidade/decolonialidade. In: Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas. Vol. 14, nº 20, 2020. p. 254 – 290.

MENESTRINO, E. Povos tradicionais: do lugar ao não-lugar. Palmas, Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - UFT, 2010.

MENESTRINO, E; GOMES PARENTE, T. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos no Tocantins. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium, 2(1), 1-19, 2011.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. Os nexos de reestruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, 2016.

MIRANDA NETO, José Queiroz de e MENDES, Francivaldo José da Conceição. Uma década de Belo Monte: habitação, lazer e (re)existências. Altamira: Panamazônica, 2022.

MIRANDA NETO, José Queiroz de; HERRERA, José Antônio. Expansão urbana recente em Altamira (PA) Novas tendências de crescimento a partir da instalação da UHE Belo Monte. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 11, n. 3, dez./2017, p. 34-52

MME. Ministério das Minas e Energia. Referencial para Orçamentação dos Programas Socioambientais. 1994. Disponível em: <http://www.eletrobras.com/elb/data/Pages/LUMIS187BD838ITEMIDE53936883D454654AF327A0079BE24D3PTBRIE.htm>. Acesso em: out. 2023.

MOTA, Leonardo de Araújo e. O novo desenvolvimentismo e a questão social na atualidade. *Polêm!ca*, v. 15, n.2, p. 01-12, julho, agosto e setembro 2015

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED: Perfil do Município – Altamira, 2015 Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

NORTE ENERGIA S.A. Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. 2011.

NELSON DIAS. Depoimento [mar. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 12 mar. 2024.

NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, México, v.5, n.2, p.178-236, 1969.

_____. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

OIT – Organização Internacioal do Trabalho. Convenção 169 da OIT. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/legislacao/legislacaodocs/convencoes-internacionais/convecao169.pdf/view>, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Ed. Cortez, 2015.

_____. Ato público realizado na cidade de Altamira, no Pará, em 2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/noticias/ARTIGOS/401965-FRANCISCO-DE-OLIVEIRA-MAIS-UM-ATO-DE-FORCA-E-DESRESPEITO-A-SOCIEDADE-CIVIL.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. Como se faz um golpe: duas visões opostas da política brasileira contemporânea. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/como-se-faz-um-golpe-duas-visoes-opostas-da-politica-brasileira-contemporanea-por-francisco-de-oliveira/> Acesso em: 10 ago. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de; GIARRAFA, Laís Forti Thomaz. Conflitos sociais e o neoliberalismo na América Latina: alternativas à militância político-partidária. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 95-115, jan./jun. 2019.

PABLO. Depoimento [jan. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 17 jan. 2024.

PANDOLFO, C. *Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994.

PEARCE, D. W. **Assessing the social rate of return from investment in temperate zone forestry**. 2. ed. London: Cambridge University Press, 1994.

PEARCE, D; Turner, R. K. **Economía de los recursos naturales y del medio ambiente**. Madrid: Celeste, 1995.

PEET, Richard; WATTS, Michael. *Liberation Ecologies: Environment, Development, Social Movements*. London, Routledge, 1996.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. *CADERNOS do DESENVOLVIMENTO*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011

POCHMANN, Márcio. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.
_____. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. Contraponto: Rio de Janeiro, 2021.

PREBISCH, Raul. *The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems*. New York: United Nations, 1950.

_____. *El mercado común latinoamericano*. In: GURRIERI, A. *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA (PMA). Prefeitura Municipal de Altamira. 2021. Disponível em: <https://altamira.pa.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU (PMVX). Plano Diretor de Vitória do Xingu. 2016.

QUEIROZ, A. R. S. DE.; MOTTA-VEIGA, M.. Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1387–1398, jun. 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

RAIMUNDO. Depoimento [jan. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 14 jan. 2024.

RAMALHO, José Ricardo; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento. *Caderno CRH (UFBA)*, Salvador, v. 26, n.68, p. 211-215, mai/ago de 2013.

REZENDE, L. P. *Dano moral e licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas*. Curitiba: Juruá, 2002.

RIBEIRO, Domingos Antonio Feitosa. *De que Amazônia vocês estão falando?: A categoria Amazônia para o Banco Mundial e o BNDS*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento

Sustentável no Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará Belém, 2019.

RITA. Depoimento [jan. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 17 jan. 2024.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. Educação ambiental e estratégias empresariais na área portuária: um estudo da Companhia Docas Do Pará (CDP). Dissertação (Mestrado Em Ciências Ambientais). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2012.

ROMERO, C. Economía de los recursos ambientales. 2. ed. Madrid: Alianza, 1997.

SANTOS, Milton. A cidade nos países subdesenvolvidos, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

_____. O espaço do cidadão, Nobel, São Paulo, 1987.

_____. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

_____. Por uma economia política da cidade, Hucitec /Educ, São Paulo, 1994a.

_____. Técnica, espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico–Científico–Informacional, Editora Hucitec, São Paulo, 1994b.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton e M. L. Silveira. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI, Editora Record, São Paulo, 2001

SEBASTIÃO. Depoimento [jan. 2024]. Entrevistador: Fledys do Nascimento Sousa. Altamira, 17 jan. 2024.

SILVA JÚNIOR, J. M. Reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães-Tocantins: a efetividade do programa de remanejamento populacional quanto a sua sustentabilidade socioambiental. Palmas, Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - UFT, 2005.

SILVA, Janaína Brabo Gonçalves. Configurações Urbanas e a Condição de Precarização do Trabalho: Altamira e a Construção da Usina de Belo Monte. 2013. Tese (Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Socioambiental) – Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, 2013.

SILVA, L. Discurso do ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva à visita às obras da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. Chapecó-SC, 5 de out. 2007.

SILVA, M. C. C. da; FURTADO, L. G. Altamira: tempos de conflitos e ameaças. Revista Amazoníria – ISSN: 2594-3603, Altamira, v. 3, n. 1, p. 76-88, jan./jun. 2019.

SILVA, Maria Aparecida da. A economia do estado do Pará no ciclo das commodities minerais. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, 2011.

SILVA, Mary Ellye Guedes e. Da mobilização social ao fechamento do programa Bolsa Família: uma análise do caso do município de Altamira/PA. In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Caxambu. XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro: ABEP, 2012.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. de P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos D'Água em Uberlândia-MG. Sociedade & Natureza, 23(3), 397-408, 2012.

SINGER, Paul. Desenvolvimento sustentável e democracia. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 75-83, out./dez. 2006.

_____. As arapucas da Belo Monte. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 11-20, jul. 2013.

_____. Globalização e desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUSA, N. Desenvolvimento econômico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Operação Amazônia. Discursos. Belém, 1968.

TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

_____. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaio sobre a evolução econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

UMBUZEIRO. A. U. B; UMBUZEIRO, U. M. U. Altamira e sua história. 4ed. Belém, Ponto Press, 2012.

VARIAN, H. R. Microeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VEGARA, J. M.; Barraco, H.; Colldefrons, M.; Relea, F.; Rodríguez, Pau. Introducción al medio ambiente y la sostenibilidad. Barcelona: Vicens Vives. 2004.

VEJA - VICTOR ALVES. Conheça a história de vitória do Xingu e saiba como chegar. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/conheca-a-historia-de-vitoria-do-xingu-e-saiba-como-chegar/>. Acesso em: 23 ago. 2021.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (Org.). Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. SUAPE em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho. CADERNO CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 233-252, Maio/Ago, 2013.

VIEIRA, Gustavo José Rodrigues. Avaliação dos impactos causados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, Pará. 2015. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

WEINSTEIN, Barbara. A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: Hucitec, 1993.

WEISSERMEL, S., & CHAVES, K. A. (2020). Refusing ‘bare life’ – Belo Monte, the riverine population and their struggle for epistemic justice. DIE ERDE – Journal of the Geographical Society of Berlin, 151(2-3), 154-166. <https://doi.org/10.12854/erde-2020-478> Yin, Robert. (2001). Estudo de caso: planejamento e método. Porto Alegre: Bookman.

WILLIAMSON, John. The Progress of Policy Reform in Latin America. HE, Washington, 1990.

ANEXOS

Roteiro para entrevistas (Direcionada aos movimentos sociais)

Nome do entrevistado:			
Movimento:			
Função no movimento:			
Tempo de participação no Movimento:			
Data da entrevista:	/	/	Local da entrevista:
Contato inicial: Agradecer pela disponibilidade em receber o (s) pesquisador (es). Apresentar, de forma breve, os objetivos da pesquisa. Explicar as informações contidas <u>no termo de consentimento de entrevista</u> . Solicitar a assinatura do <u>termo de consentimento de entrevista</u> . Entregar uma via assinada pelo pesquisador para o entrevistado.			
Questões para entrevista			
Como ocorreu seu envolvimento como o Movimento? Quando e como apareceu para você a primeira informação sobre a construção de Belo Monte? Qual sua reação? Quais as principais forças sociais em conflito no momento da construção da hidrelétrica? Qual o posicionamento de cada uma destas? Como o movimento se posicionou? Poderia recuperar as principais lutas encampadas pelo movimento no período de construção da hidrelétrica? Atualmente, qual o posicionamento do movimento sobre Belo Monte? Como você e o movimento se posicionam frente ao argumento de que hidrelétricas como a de Belo Monte trazem desenvolvimento para a região e para o país? Para o movimento qual a concepção de desenvolvimento está expressa no modelo de implementação de grandes projetos na Amazônia? Como o movimento se posiciona frente a uma possível retomada do modelo de grandes projetos desenvolvimentistas para Amazônia por parte do governo atual? Como o movimento percebe a mudança nas condições de trabalho das famílias diretamente atingidas por Belo Monte? Como o movimento avalia o processo construção e posterior reassentamento de famílias nos RUC na cidade de Altamira? Como este ocorreu, houve conflitos? Se sim, qual a participação do movimento na mediação destes? Para o movimento, quais as principais mudanças no modo de vida das famílias reassentadas nos RUC?			
Características socioeconômicas dos entrevistados: Idade? Nível de educação? Ocupação atual? Estado relacional? Possui filhos? Onde reside atualmente?			
Considerações finais: Há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista? Ficou com alguma dúvida?			

Roteiro para entrevistas com trabalhadores

Características socioeconômicas dos entrevistados:

Idade:

Nível de educação:

Ocupação atual:

Estado relacional:

Possui filhos:

Onde reside atualmente:

Data da entrevista:	/ /	Local da entrevista:	
<p>Contato inicial:</p> <p>Agradecer pela disponibilidade em receber o (s) pesquisador (es).</p> <p>Apresentar, de forma breve, os objetivos da pesquisa.</p> <p>Explicar as informações contidas <u>no termo de consentimento de entrevista</u>.</p> <p>Solicitar a assinatura do <u>termo de consentimento de entrevista</u>.</p> <p>Entregar uma via assinada pelo pesquisador para o entrevistado.</p>			
<p>Família</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conte um pouco da sua família: de onde ela vem? Seus pais e avós paternos e maternos vêm de qual região? 2. Qual a formação escolar dos seus pais? Trabalhavam com o quê? Ver histórico de pai e mãe com o mundo do trabalho em termos gerais. 3. Como era a relação com o seu pai e a sua mãe? Quem cuidava de você? 4. Se for casado, sua (seu) esposa (o) trabalha atualmente? Se sim, em que? Sua (seu) esposa (o) estudou? Se sim, até que série? 5. Qual a formação dos seus irmãos (ou parentes mais próximos depois dos pais)? Trabalhavam com o quê? Qual a sua relação com eles? 6. Vocês moravam em casa própria? Se não, mudram muitas vezes de residência? Se sim, explique como era esse processo de mudanças... Adaptação (escola, trabalho, etc.) 7. Na sua opinião, como a família influenciou você em termos de trabalho? 8. Como era a situação econômica da sua família? Apertada ou viviam com folga? Em algum momento um de seus pais ficou desempregado? 9. Como você vê a sua condição socioeconômica hoje em comparação com a vivenciada pelos seus pais? 10. Se se sentir confortável para falar, quais as maiores decepções ou frustrações com sua família? 11. Conte um pouco de sua vida antes da hidrelétrica? Onde morava? Você trabalhava? Se sim, em que? 12. Como foi o processo de mudança para a nova residência no RUC? Houve alguma resistência por parte de algum membro da família? 13. Conte como foram os primeiros anos no RUC. Houve alguma dificuldade de emprego, transporte? 14. como você tomou conhecimento sobre a construção da hidrelétrica? Qual foi sua reação naquele momento? 			
<p>Escola/Formação Escolar</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qual a sua escolaridade? Se interrompeu os estudos, o fez por qual razão? 2. Você gostava de estudar? Era bom aluno(a)? 3. Qual a sua relação com a escola? E com professores, colegas etc.? Tem lembranças positivas da escola? Tem lembranças negativas? 4. Seus pais incentivavam que você estudasse? Ajudavam com as tarefas? Como era? 5. Você tinha o hábito de ler? (livros, jornais, bíblia etc.). Como adquiriu o hábito? 6. Você tinha alguma atividade formativa fora da escola? (por exemplo: religiosa ou profissionalizante). Como passou a desenvolvê-la? 7. Escola/universidade contribuíram (ou podem contribuir) para melhorar as suas condições de vida (como a conquista de um emprego)? Se sim, por quê? 8. Qual a relação entre a sua trajetória no mundo do trabalho e a sua formação escolar, na sua opinião? 9. A(s) escola(s) que você frequentou ficava(m) longe de sua casa? Qual o meio de transporte que mais você utilizava para ir à escola? 10. Você sonha/sonhava em ter diploma universitário? Se sim, qual? Há planos para conquistá-lo? 			
<p>Lazer</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Quando você brincava, na sua infância (fds, férias, ou isso era constante)? O que você fazia? 2. O que você gosta de fazer quando não está trabalhando? 3. Quando você se encontrava com os seus amigos na infância? E hoje em dia? 4. Você pratica esportes? Quanto tempo por semana? 			

5. Você acha que o lazer ajuda ou atrapalha no seu rendimento no trabalho?
Trajetória Ocupacional
1. Você trabalha com o que? Deseja trabalhar com isso o resto da vida? 2. Possui outro emprego ou atividade remunerada? Em caso afirmativo, qual? 3. Você trabalha desde qual idade? 4. Como foi parar na sua profissão/atividade atual? Planejou isso? Teve alguma inspiração? Foi escolha ou necessidade? 5. Você trabalhou com o que ao longo da sua trajetória ocupacional? Por que mudou de empregos/atividades? 6. Qual dos trabalhos que você exerceu que gostou mais? E menos? Por quê? 7. Você já experimentou o desemprego? Como foi isso? 8. Você exerce atividade de trabalho informal (remuneração sem vínculo empregatício)? Desde quando? 9. Você já teve Carteira de Trabalho assinada? Em caso afirmativo, trabalhou quantos anos com carteira assinada? 10. Qual a sua última ocupação com carteira assinada? 11. Se pudesse escolher entre a carteira assinada e o negócio próprio, escolheria qual? Por quê? 12. Para você, as experiências de trabalho anteriores exerceram alguma influência sobre o seu trabalho atual? 13. Você possui alguma outra fonte de renda (bolsa família, algum tipo de auxílio ou outro trabalho)? 14. Considera que a sua renda é suficiente? 15. Você trabalha quantas horas por dia? 16. Como você se sente em relação ao futuro? Como você se manterá quando ficar mais velho(a) e/ou adoecido(a) e não conseguir trabalhar? 17. Qual a profissão dos seus pais? E a dos avós? 18. Com relação às condições de trabalho de seus pais e avós, o que mudou? Você acredita que atualmente está melhor ou piorou? Por quê? 19. Gostaria que seus filhos/filhas, se os tiver, sigam a mesma carreira que a sua?
Religião
1. Você tem ou já teve alguma religião? Se sim, qual? Qual a religião dos seus pais? 2. Qual a importância da religião para você? 4. Com que frequência você vai aos cultos/missas? E outras atividades religiosas? Você se relaciona com pessoas da sua religião? Como é essa relação? 5. Como começou o seu envolvimento com essa religião? 6. A sua vida mudou em alguma coisa depois que começou a praticar essa religião? Em que? Como era a sua vida antes? (acho que podemos separar essa questão em duas) 7. Em que medida a sua religião influencia/colabora com o seu trabalho? 8. Seus filhos têm religião?
Política
1. Você conhece a atividade do sindicato/associação da sua categoria profissional? 2. Você participou de atividade sindical ou associativa de trabalhadores em algum momento de sua trajetória ocupacional? 3. Na sua opinião o sindicato/associação tem alguma importância para a melhoria das suas condições de vida? 4. Qual sua visão sobre a atual conjuntura política do Brasil? 5. Como você descreveria suas opiniões políticas (conservador, liberal, moderado, igualitário e etc.)? 6. Você acredita que alguma medida política impactou seu cotidiano no trabalho? Se sim, qual foi essa medida? 7. Nos últimos anos, você considera que sua vida e a de sua família melhorou ou piorou em termos de trabalho/emprego? Explique.
Considerações finais: Há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista? Ficou com alguma dúvida?